UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

“Donde o ouro vem”

**Uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas
(século XVI)**

Ivana Pansera de Oliveira Muscalu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Cortez Wissenbach

São Paulo

2011

VERSÃO CORRIGIDA

IVANA PANSERA DE OLIVEIRA MUSCALU

(ivana.pansera.oliveira@usp.br)

“Donde o ouro vem”

**Uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas
(século XVI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Cortez Wissenbach

São Paulo

2011

VERSÃO CORRIGIDA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira

Título: “*Donde o ouro vem*”: uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

De acordo,

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Cortez Wissenbach

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Ao Ruy Francisco e ao Rogério,
à Bibiana e à Clarice,
com todo o meu amor.*

Agradecimentos

Umuntu ngumuntu ngabantu.

(Uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas)

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Cortez Wissenbach, pelo apoio e confiança depositada em mim desde quando esta pesquisa dava seus primeiros e inseguros passos. Agradeço pela orientação firme, pelas indicações bibliográficas e pelas muitas leituras, atentas e rigorosas, do trabalho. Ao longo dos anos de convivência, Cristina transformou-se em uma grande amiga, companheira de viagem e de arquivos, interlocutora em animadas conversas sobre as “sensibilidades históricas”. Agradeço pelo carinho que demonstrou ao oferecer palavras de conforto nos momentos de confusão e tristeza e pela disponibilidade para celebrar os momentos de alegria.

Ao CNPq e à CAPES, cujo suporte financeiro tornou esta pesquisa viável, permitindo que no período de sua vigência eu me dedicasse integralmente a ela.

À Juliana de Paiva Magalhães, amiga querida, confidente, parceira de mestrado, de militância e de vida. Palavras são insuficientes para expressar minha gratidão pela generosidade e carinho que caracterizam essa relação de tantos anos. Agradeço pela frutuosa parceria acadêmica que pudemos estabelecer desde a iniciação científica; juntas descobrimos um universo africano inteiramente novo para nós e pudemos trilhar, também juntas, um caminho de pesquisa que, espero, continue na mesma direção por muito tempo, já que Juliana é uma historiadora completa e trabalhar ao seu lado é sempre uma experiência enriquecedora. A Juju devo, ainda, a revisão criteriosa do texto final desta dissertação. Com ela, Elisângela Queiroz, Gilson Brandão de Oliveira Júnior e Rafael Galante vivi grandes experiências pessoais e acadêmicas; algumas em congressos e viagens de pesquisa, outras em animadas discussões nas mesas de muitos bares de São Paulo. Aos quatro sou imensamente grata pela amizade sincera e pela confiança depositada em meu trabalho.

A Fábيا Barbosa e aos demais orientandos da Prof^ª. Cristina Wissenbach agradeço pela generosa troca de informações, bibliografia e fontes, pela leitura atenta e pelas sugestões que enriqueceram muito o primeiro esboço do projeto de pesquisa. A José Carlos Vilardaga e Frederico Macário agradeço pelo fundamental empréstimo de

fontes de difícil acesso. À doce e querida Gabriela Aparecida dos Santos, cujo excelente trabalho é uma fonte de inspiração, agradeço a interlocução e a troca de bibliografia ao longo de toda a pesquisa. A Ellen Amaral e Iamara Nepomuceno pela leitura crítica e revisão de partes do trabalho.

Ao Prof. Dr. Kabengele Munanga agradeço por todas as reflexões sobre o racismo “à brasileira” suscitadas quando cursei sua disciplina na pós-graduação. Os debates realizados em suas aulas, bem como a própria convivência com o professor, foram de crucial importância para minha formação acadêmica e pessoal. À Prof^a. Dr^a. Ana Maria Camargo, pela generosidade com que abriu sua biblioteca pessoal e disponibilizou material precioso para o estudo da história de Moçambique, indisponível no Brasil. Aos Profs. Drs. Omar Ribeiro Thomaz e Íris Kantor, pelas valiosas contribuições oferecidas por ocasião do Exame de Qualificação. Na medida do possível, procurei incorporar suas sugestões a este trabalho. Ao Prof. Dr. Paulo Fernando de Moraes Farias devo um agradecimento muito especial pela gentileza com que atendeu a uma pesquisadora desconhecida e sugeriu um caminho analítico que em muito enriqueceu o trabalho.

Aos queridos Inês Garçon e Ramiro Alves que, a exemplo do principal cartão postal da cidade que tanto amam, me receberam de braços abertos em seu apartamento quando das minhas viagens de pesquisa ao Rio de Janeiro. Os Profs. Drs. Jaime Tadeu Oliva e Fernanda Padovesi Fonseca têm sido, há muitos anos, grandes amigos e interlocutores extraordinários. A eles agradeço pela convivência, sempre enriquecedora do ponto de vista intelectual, e pelas dicas e toques no que se refere à concepção dos mapas que constam desta dissertação. Ressalto que os possíveis erros e falhas na concepção dos mesmos são de minha inteira responsabilidade. A Werter Astolfi, uma das pessoas mais gentis, generosas e prestativas que eu conheço, agradeço por dedicar muitas horas de seu precioso tempo me ajudando na formatação daquele que foi o meu primeiro trabalho apresentado em encontro acadêmico.

Aos funcionários do Departamento de História da USP, especialmente à Socorro, da Sessão de Alunos, e ao Osvaldo, da Secretaria de Pós-Graduação, por me ajudar a resolver todas as questões burocráticas que surgiram ao longo do meu percurso acadêmico. Agradeço aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes e aos funcionários e pesquisadores da Casa das Áfricas, principalmente à Katiane da Silva, à Danielle Almeida e ao Alan Roso, pela absoluta gentileza e presteza com que me receberam e auxiliaram nas ocasiões em que recorri ao excelente acervo bibliográfico

desta instituição. Aos incríveis Márcia, André, Joise, Zezinho e Marcos que, para além da paciência com que atenderam aos meus pedidos mais extravagantes de impressões e encadernações, generosamente transformaram seu espaço de trabalho em uma espécie de “secretaria” dos estudantes da pós-graduação, mediando encontros “virtuais” de troca de bibliografia entre os diversos pesquisadores que, por qualquer conflito de agenda, não conseguem se encontrar pessoalmente; perdi a conta de quantas vezes recorri a esse auxílio luxuoso.

Aos meus amigos e colegas de trabalho do Museu Afro Brasil, especialmente a Glaucea Helena de Brito, Cíntia Ribeiro, David Ribeiro, Luana Minari, Joyce Maria Rodrigues, Giselda Pereira de Lima, Felipe Torres, Lia Laranjeira, Claudio Rubiño, André Santos, Marcos Felinto, Nivaldo da Silva Carmo, Sandra Salles, Dulci Lima, Tayná Bezerra de Carvalho, Wasawulua Daniel, Débora Sant’anna Quadros e Claudinei Roberto da Silva, por conduzirem nosso cotidiano profissional com competência, leveza e bom humor.

Embora o trabalho de pesquisa seja essencialmente solitário, contei com o apoio carinhoso de muitos amigos. Sem a leveza proporcionada pela convivência com eles tudo seria tremendamente mais difícil. Fernanda Sposito, André Machado, Ana Paula da Silva, Edson Penha, Jorge de Almeida Francisco, Fransueldes de Abreu e Claudinei Vieira, que eu amo como a irmãos, são os melhores amigos que qualquer pessoa pode querer. A eles agradeço por absolutamente tudo. Ao Daniel de Lara Oliveira e ao Jurandir Alves Filho, pela presença reconfortante e pelo afeto de sempre. A Luciana Martins Cruz e Akemi Azuma, por me lembrarem, nos momentos de dúvida e inquietação, que eu “não poderia ter escolhido outra profissão”. Claudio Henrique Ribeiro, Diana Mendes Machado, Reinaldo Zorzi Neto e Cláudia Ferreira de Carvalho têm sido, ao longo de mais de dez anos, parceiros de todas as horas. O fato de tê-los todos sempre por perto é prova incontestável de que eu sou uma pessoa de muita sorte!

À minha mãe, Salete de Oliveira, devo tanto... Ela fez sacrifícios extremos para garantir, a mim e às minhas irmãs, uma educação de qualidade e uma vida material digna. Com seu exemplo poderoso, nos ensinou que toda mulher precisa “ter força, garra e gana”, sem esquecer “a manha, a graça e o sonho”, como na música do Milton Nascimento. Sua fibra e retidão de caráter imprimiram em nós uma enorme disposição para a luta cotidiana. Palavras jamais bastarão para agradecer por isto. Mas eu posso, por ora, agradecer seu apoio decisivo na organização da logística da rotina infantil, sem a qual este trabalho não se concretizaria. Agradeço às minhas irmãs “fundamentais”,

parceiras de toda uma vida feita de sonhos e conquistas, Flávia, Thaís e Valquíria. Esta última, mesmo distante, não deixa de se fazer presente nos momentos decisivos. A primeira, com seu jeito muito particular de demonstrar afeto, foi talvez a interlocutora que mais contribuiu para o desenvolvimento do meu senso crítico e da minha capacidade de argumentação. A uma delas, em especial, gostaria de pedir que não esqueça a beleza da vida; sua alegria é essencial para todos os que estão à sua volta. Não abra mão dela, ou todos nós seremos um “tiquinho” mais tristes.

A Bibiana e Clarice, minhas filhas, meus grandes amores, só posso pedir desculpas pelas muitas falhas e ausências e agradecer, sempre e muito, por todo o amor, alegria e afeto que preenchem cada cantinho da nossa casa desde que chegaram. Certamente minha vida é mais colorida, criativa e vibrante graças à sua existência. Alexandre Muscalu me apoiou e apoia desde quando este trabalho era apenas uma ideia mal delimitada. Perdeu horas valiosas de seus próprios projetos para discutir saídas para os impasses da pesquisa. É meu primeiro e mais crítico leitor. E um grande companheiro de viagem. Especialmente essa, louca e doce, que foi a nossa vida juntos. Ao longo de dez anos construímos um amor tão poderoso que, mesmo transformado, não perdeu em intensidade. A ele agradeço imensamente a força e a dedicação de sempre.

Acredito que toda alegria traz consigo uma dose de dor. É imensa a tristeza com que lamento duas significativas ausências nesse momento de conquista. Quando iniciava a redação final desta dissertação, perdi trágica e inesperadamente meu querido Rogério de Toledo. Mais do que meu cunhado, Rogério era um grande, grande amigo, parceiro de todas as horas. Pessoa alegre, generosa e afetuosa, deste tipo que é cada vez mais raro em tempos de individualismo exacerbado. Foi embora muito cedo e deixou em seu lugar um vazio dolorido que nunca será preenchido. Do mesmo modo, essa dissertação está repleta, paradoxalmente, da ausência e da presença de meu pai, Ruy Francisco de Oliveira. Homem de grande espírito crítico, autodidata, inteligentíssimo, bem informado. Instigou em mim o desejo de conhecimento e a paixão pela História. Vibrou, provavelmente mais que eu, a cada pequena conquista acadêmica e profissional, desde meu ingresso na Universidade. Não viveu o bastante para me ver concluir a graduação ou acompanhar o nascimento das minhas filhas. Não verá este trabalho. Mas é a fonte na qual busco inspiração todos os dias para seguir vivendo e produzindo. Este trabalho, como tudo o que faço, é dedicado à sua memória.

Resumo

Após a viagem inaugural de Vasco da Gama, os portugueses traçaram um projeto ambicioso de controle das rotas e dos entrepostos comerciais do oceano Índico, que previa a instalação de feitorias nas cidades africanas costeiras de Quiloa e Sofala. A importância dessa última residia na sua proximidade com os centros produtores de ouro do interior do continente, principalmente o reino do Monomotapa, identificado pelos contemporâneos como o mais rico e poderoso da região. Se no início de sua presença na costa índica os lusitanos aguardaram os mercadores africanos dentro da fortaleza, a partir da queda do volume nos negócios os comerciantes particulares e representantes da Coroa passaram a prospectar o sertão em busca das fontes de riqueza que escapavam da feitoria, desviadas pelas redes mercantis muçulmanas para a cidade de Angoche. Em duas fases distintas, o movimento português em direção ao sertão do continente africano se desenrolou ao longo de todo o século XVI e seus atores produziram grande volume de documentos sobre as diversas características das sociedades com que travaram contato.

A partir do vasto conjunto documental, e partindo do pressuposto de que a aplicação de uma metodologia de leitura crítica das fontes nos permitiria acessar, ainda que não em sua totalidade, características das estruturas sociais, políticas e econômicas shona, o objetivo dessa pesquisa é investigar a história política do reino do Monomotapa ao longo do *Quinhentos*, tendo como ponto de partida a investigação dos interesses que levaram os mutapas a estabelecer relações amistosas com os lusitanos que penetraram em seu território. Ainda que o foco central não seja a presença dos portugueses em África, entendemos que a história do Monomotapa no século XVI somente pode ser compreendida a partir do contato, uma vez que o encontro dos projetos e interesses shona e português provocou o surgimento de novos contextos e arranjos significativos para as dinâmicas históricas dessa região.

Palavras-chave: Reino do Monomotapa – Portugal – oceano Índico – século XVI – *extraversão*.

Abstract

After the inaugural trip of Vasco da Gama, the Portuguese have drawn an ambitious project for the control of routes and trading posts of the Indian Ocean, which included the installation of trading stations in the African coastal cities of Kilwa and Sofala. The importance of the latter lays in its proximity to the gold producers in the outback, especially in the Kingdom of the Monomotapa - identified by contemporaries as the richest and most powerful in the region. At the beginning of its presence on the coast, the Portuguese traders waited for African merchants inside the fortress. As the volume of business decreased, the private traders and agents of the Crown began to explore the wilderness due to the seeking of wealth sources that did not reach the feitoria of Sofala. By that time, Muslims had shifted commercial networks for the city of Angoche.

In two different phases, the Portuguese movement towards the hinterland of the continent took place throughout the sixteenth century. This research relies on the vast amount of documents left behind by the Portuguese when they passed that encounter. It is based on the assumption that the use of a methodology of critical reading of the sources allows us to approach Shona's political, social and economic structures. Therefore, the purpose of this research is to investigate the political history of the kingdom of Monomotapa throughout the sixteenth century, starting with the research of the interests which led the Mutapas to establish friendly relations with the Lusitanians who invaded their territory. Even though the Portuguese presence in Africa is not our main focus, we understand that the history of Monomotapa in the sixteenth century can only be understood through the analysis of the contact of this people with the Portuguese. This is to say that the projects and interests of the Shona and the Portuguese led to the rise of new contexts and significant arrangements for the historical dynamics in this region.

Keywords: Kingdom of Monomotapa - Portugal - Indian Ocean - sixteenth century - Extraversion

Sumário

Agradecimentos	6
Resumo	10
Abstract	11
Introdução	13
A questão das fontes	16
A crítica do documento.....	18
Padronização de termos	23
Primeiro capítulo Quem primeiro veio com ouro resgatar mercadorias	27
O projeto português no Índico	27
Pero de Anhaia e a construção da fortaleza de Sofala.....	44
O Monomotapa e os portugueses	53
O resgate de ouro na fortaleza de Sofala	58
O desvio do comércio para Angoche.....	64
Segundo capítulo O Monomotapa e a penetração portuguesa no sertão	68
O movimento institucional: António Fernandes.....	68
António Fernandes, embaixador.....	74
Fernandes, os reinos do sertão e a <i>extraversão</i>	78
As rotas de António Fernandes.....	86
Descrição da viagem do degredado... ..	88
A dinâmica economia do sertão	89
A instabilidade da aristocracia shona	98
O movimento particular: os sertanejos lusitanos	100
O Monomotapa e as diferentes dimensões da presença portuguesa.....	107
Terceiro capítulo O muzungu mhondoro e os soldados portugueses	111
As <i>Décadas</i> de João de Barros	111
Notas sobre a “gente de mais entendimento”	118
A missão de Gonçalo da Silveira.....	124
O fracasso da missão	129
A expedição Barreto / Homem	135
O sertão dos missionários e soldados	143
A presença portuguesa no sertão	145
Considerações finais	148
Bibliografia.....	151
Fontes	157
Glossário.....	162
Apêndices.....	164

Introdução

São homens pretos. Andam nus, somente cobrem suas vergonhas com panos pintados de algodão da cinta para baixo. Deles andam cobertos com peles de alimárias monteses. Alguns, que são mais honrados, trazem das mesmas peles umas capas com uns rabos que lhe arrastam pelo chão; trazem isso por estado de galantaria, andam dando saltos e fazendo gestos do corpo com que fazem saltar aquela pele de um cabo para outro. Trazem esses homens umas espadas metidas em umas bainhas de pau, liadas com muito ouro e outros metais, e a parte da mão esquerda, como nós, com cintas de pano que para isso fazem com quatro ou cinco nós, com suas borlas dependuradas, como galantes homens. Trazem também nas mãos azagaia e outros arcos e flechas meãos que não são tão compridos como os dos ingleses, nem tão curtos como de turcos; os ferros das flechas são mui grandes e sutis. Eles são homens de guerra e outros grandes mercadores.¹

O trecho acima abre os capítulos do *Livro de Duarte Barbosa* dedicados à descrição do reino do Monomotapa; publicado em 1518 e traduzido em vários idiomas, o livro teve grande repercussão entre o público letrado da Europa. Daí até a publicação da primeira das *Décadas* de João de Barros, em 1552, os círculos eruditos fascinaram-se com histórias sobre o *eldorado* africano. Correram lendas sobre a guarda pessoal do soberano, formada de poderosas mulheres amazonas, e sobre seu exército, composto de mais de cem mil homens; dizia-se que ocupava o fabuloso território do Ofir bíblico, onde o rei Salomão iria buscar ouro, ou que a mitológica rainha de Sabá era originária daquela região.

Mas, de que região se estava falando? Ao sul do rio Zambeze a linha de fronteira entre os atuais Moçambique e Zimbábue separa a área de planalto daquela composta por savanas, nas terras baixas. A planície é uma região acidentada, coberta de árvores baixas e arbustos, de onde, de quando em quando, surgem imponentes baobás. É uma zona quente, para a qual grandes rios carregam a água que brota das terras altas. Apesar de a terra das margens desses rios ser muito fértil, especialmente onde ocorrem as cheias regulares, a zona está infestada da mosca tsé-tsé e de mosquitos que causam malária e outras doenças tropicais. O planalto, por sua vez, foi comparado por Randles a uma “ilha”, limitada a ocidente pelo deserto do Kalahari e a oriente pelas terras baixas e o mar; a norte e a sul, os grandes rios Zambeze e Limpopo.² A norte e a leste o planalto

¹ BARBOSA, D. *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colônias, 1946. [1518]. pp.18-19.

² RANGLES, W.G.L. *L'empire Du Monomotapa Du XVe au XIXe siècle*. Paris: Mouton & Co e Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1975. p.13.

ergue-se de maneira tão radical que forma as cordilheiras de Manica e Vumba, cujos picos alcançam 2.750 metros; o planalto vai diminuindo de altitude para ocidente, até se fundir às areias do Kalahari. Embora seja muito seco a sul e a ocidente, na maior parte do planalto chove regular e abundantemente, há extensas áreas de solo fértil e não erodido; o mato é esparsos e as savanas aí são ricas em depósitos de ouro, caça, especialmente de elefantes, e excelentes para a criação de gado.³ Nesta região se desenvolveu a cultura shona, cujos principais expoentes foram os reinos rivais de Butua e do Monomotapa, e, daí, este último desceu para dominar muitas das terras baixas do atual Moçambique.

*

Os primeiros contatos dos portugueses com o reino do Monomotapa datam do início do século XVI, quando estes se estabeleceram na costa índica africana com a principal finalidade de atender aos objetivos estratégicos da navegação para as Índias. Entretanto, pelo menos desde a viagem de Pedro Álvares Cabral em 1500, os lusitanos já tinham ciência do grande volume de ouro negociado em Sofala pelas populações muçulmanas da costa, os *suailis*, e o regimento de 1505, que dispõe sobre a construção da fortaleza nesta cidade, elenca o negócio do ouro como uma das intenções da Coroa na região. Fontes contemporâneas à construção da fortaleza registraram que a origem do ouro de Sofala era principalmente o reino do Monomotapa, cujo soberano tomou a iniciativa do contato com os estrangeiros estabelecidos na costa. Durante os primeiros anos da presença portuguesa na cidade, o ouro do grande reino afluiu satisfatoriamente à feitoria lusitana, mas, como se verá no primeiro capítulo, uma série de tensões políticas entre os reinos vizinhos, associada à ação dos mercadores muçulmanos, que desviaram o comércio para a cidade costeira de Angoche, levaram à gradual queda do volume de ouro negociado em Sofala.

A partir de 1530, os portugueses passaram a penetrar o sertão em busca do metal amarelo, inaugurando uma nova fase das relações com o Monomotapa. Desse modo, foram *sertanejos*⁴ os primeiros a se estabelecer ao longo do vale do rio Zambeze, obtendo terras via conquista armada, compra ou doações feitas pelo mutapa, de maneira

³ NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997. p.46.

⁴ Entendidos aqui como homens que por iniciativa particular avançam em direção às terras do interior sem respaldo ou jurisdição da coroa portuguesa, estabelecendo contato, conquistando ou obtendo terras e negociando mercadorias com as populações locais.

essencialmente negociada, numa relação de forças bastante favorável ao rei africano. Sabemos que os portugueses se estabeleceram em Quelimane por volta de 1540 e desde o início de sua expansão surgiram registros da existência de ‘potentados’ brancos no sertão, com forças constituídas por exércitos africanos, capazes de sustentar guerras. Também nesse período já existia a figura do Capitão dos Rios de Cuama, a primeira autoridade portuguesa na Zambézia, constituída por iniciativa dos próprios comerciantes com o objetivo de assegurar o trânsito de mercadorias no Rio Zambeze⁵. Este processo de penetração e fixação no interior será analisado no segundo capítulo.

Modificações nesse quadro deram-se na segunda metade do século XVI quando, em 1560, a missão jesuítica chefiada por D. Gonçalo da Silveira chegou à corte do mutapa, depressa atingindo o seu objetivo de conversão do monarca e sua nobreza. Pouco tempo depois, entretanto, o padre foi assassinado, a mando do próprio soberano, num episódio bastante conhecido da história da presença portuguesa na África índica.⁶

A morte de Silveira marcou o início do segundo movimento português em direção ao Monomotapa, caracterizado pela tentativa de conquista militar dos povos do planalto. Embora este episódio em nada tenha afetado a posição e as relações dos mercadores lusitanos no interior, na Europa juristas portugueses evocaram o princípio da ‘guerra justa’ para legitimar o envio de uma expedição militar cujo principal objetivo seria vingar a morte do religioso.⁷ A expedição de represália enviada ao reino do Monomotapa inseria-se em um contexto mais amplo da política portuguesa para o continente africano nas últimas décadas do século XVI.

A historiografia aponta que, assim como a Espanha havia encontrado riquíssimas minas de metais preciosos nas Américas, a coroa portuguesa acalentava o desejo de realizar feito equivalente na África central, descobrindo e controlando as minas de prata que se supunha existirem no território angolano, as chamadas minas de Cambambe, bem como as minas de ouro do planalto do Zambeze.

Embora tenha fracassado em seu principal objetivo, a expedição de Barreto foi responsável pela introdução de “muitos filhos de Portugal e da Índia”, na Zambézia. Homens que, nas palavras de Alberto da Costa e Silva, “havia entrado no Zambeze

⁵ Cf. LOBATO, A. *Evolução administrativa e económica de Moçambique (1752-1763)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. p.138.

⁶ Ver NEWITT, op.cit., pp.62-63; RANGLES, W.G.L. op.cit. pp.45-46 e SILVA, A.C., *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700I*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. pp.626-627 e MUDENGE, S.I.G. op.cit., pp.63-69

⁷ CHIRENJE, J.M. “Portuguese priests and soldiers in Zimbabwe, 1560-1572: the interplay between evangelism and trade”, *The International Journal of African Historical Studies*, vol.6, nº1, 1973, pp.36-48.

para ficar”⁸ e que, via negociações diplomáticas, obtiveram autorização para o estabelecimento das capitanias de Sena e Tete.⁹ No planalto, os grupos de comerciantes obtiveram permissão para instalar-se nas ricas e dinâmicas feiras de algumas das principais cidades da Mocaranga, onde o soberano destinou a eles áreas para residência, além de ceder terras para suas culturas agrícolas. Ainda que derrotado, o exército de Barreto alterou significativamente as relações políticas, sociais e econômicas no vale do Zambeze e no litoral do Índico, como veremos no terceiro capítulo.

Diante do exposto, é possível afirmar que a história do reino do Monomotapa no século XVI, objeto desta pesquisa, somente se reveste de sentido quando estudada a partir do encontro entre os projetos e interesses shona e português, uma vez que o encontro, no desenrolar do *Quinhentos*, provocou o surgimento de novos contextos, diante dos quais ambos tiveram de se rearranjar. Não se trata, contudo, de uma história dos portugueses em África; o movimento lusitano apenas oferece o ensejo para a tentativa de compreensão dos processos internos ao grande reino shona. Não nos ocupamos da história de Portugal, exceto quando o entendimento de algumas de suas passagens e características se apresenta como essencial para a análise de sua atuação na contracosta.

A questão das fontes

Os portugueses adquirem, no entanto, importância seminal nesse estudo no sentido de que foram eles os produtores de todos os documentos históricos aqui utilizados. Para o estudo da África índica o problema das fontes – com o qual todo historiador se depara – se apresenta de maneira diversa devido, principalmente, ao número reduzido de documentos escritos não europeus. Escassos, esses registros foram, em geral, redigidos em árabe, o que dificulta particularmente o trabalho dos pesquisadores brasileiros. A escassez de financiamentos e o tempo limitado imposto à pesquisa em nível de mestrado, por sua vez, não permitiram a realização de pesquisas em campo, eliminando a possibilidade do recurso direto à história oral.

Em contrapartida, a documentação portuguesa é abundante e abrangente no que

⁸ SILVA, op. cit., p.633.

⁹ A nomeação dos capitães destas cidades passou a ser feita pelo governador de Moçambique que, por sua vez, respondia ao vice-reinado da Índia, inserindo-as no quadro geral da administração do Ultramar português. Cf. NEWITT, M. op. cit. p.65.

respeita aos formatos, períodos e assuntos tratados, e encontra-se, em grande medida, publicada em volumes e compilações disponíveis em diversas bibliotecas brasileiras. Deste modo, esta pesquisa funda-se nas fontes produzidas pelos administradores dos interesses lusitanos no Índico, correspondências de colonos e militares, descrições e relatos de viajantes e farto material documental produzido pelos missionários jesuítas.

O historiador que lança mão de documentação europeia com o intuito de compreender as sociedades africanas se depara com uma série de questões teórico-metodológicas. A mais importante delas diz respeito aos filtros por que passa toda a informação contida na documentação. Por meio das fontes escritas, dificilmente um historiador da África pré-colonial trará contato direto com seu objeto de estudo: seu interlocutor será quase sempre um europeu, e a primeira “camada” dos textos oferecerá o seu olhar – invariavelmente acompanhado de apreciação, seja negativa ou positiva – sobre o Outro.

No contexto da presença portuguesa na África índica, no século XVI, a documentação tende, de modo geral, a glorificar os feitos lusitanos ou missionários, instrumentalizar as possíveis conquistas e justificar a presença portuguesa naquele território. Deste modo, a primeira camada de alguns textos apresenta os “notáveis súditos” do rei de Portugal e as façanhas por eles protagonizadas, como conquistas armadas e negociações diplomáticas para a assinatura de tratados com os reis africanos¹⁰; em outras fontes o pesquisador se depara com informações detalhadas sobre o modo de organização social, política e econômica das sociedades, bem como descrições minuciosas da geografia e da natureza da região – com destaque para as possibilidades de exploração econômica dos recursos – sempre acompanhadas por sugestões de estratégias para conquista e domínio.

A partir daí, e considerando que toda fonte passa, necessariamente, pelo crivo dos valores sociais e individuais de seu produtor, frequentemente se coloca ao pesquisador da história da África índica a seguinte questão: as fontes portuguesas só poderiam informar sobre os próprios portugueses; sua visão de mundo, suas ideias, seus projetos políticos, interesses econômicos, modos de operar em ambientes diversos, sua maneira de estabelecer contato com as populações ultramarinas etc.

De fato, excelentes trabalhos sobre os portugueses em África foram escritos a partir desta documentação. Entretanto, esta pesquisa somente se reveste de sentido a

¹⁰ Em geral esse tipo de informação aparece em cartas e ofícios nos quais o autor da “façanha” postula honras e mercês ao rei de Portugal.

partir da confiança de que a aplicação de uma metodologia de leitura das mesmas fontes – sob foco distinto – permite encontrar pistas e indícios que ajudem a compreender as dinâmicas e processos internos ao reino do Monomotapa em sua relação com os portugueses ao longo do século XVI.

A crítica do documento

“Ao princípio era o documento; hoje, ao princípio é o problema”. Esta foi a conclusão a que chegou Jacques Le Goff após expor o caminho percorrido pela historiografia desde o positivismo até a segunda metade do século XX.¹¹ Se a proposição do problema é a pedra de toque de qualquer pesquisa em História, para os propósitos dessa dissertação esta síntese se apresenta de maneira especialmente exata: no caso dos shona – bem como das diversas sociedades ágrafas do continente africano – a única aproximação possível, via documentação portuguesa, se dá por meio da proposição de um problema bem delimitado. Inicialmente, a própria chegada lusitana à costa do Índico forneceu, simultaneamente, a baliza cronológica e o ensejo para a formulação do problema que orientou essa pesquisa: *da perspectiva do Monomotapa, quais eram os interesses envolvidos no estabelecimento de relações amistosas com os portugueses?*

Como se verá ao longo do trabalho, o mutapa foi o primeiro dos soberanos africanos a enviar uma embaixada comercial à feitoria de Sofala, então recém-instalada. Este dado permite o entendimento de que a) existia uma bem configurada rede de relações – sociais, econômicas e políticas – entre os Estados vizinhos nesta região africana, o que permitiu que a notícia da instalação lusitana chegasse com rapidez a partes bastante afastadas do litoral e, mais significativamente, b) se a iniciativa do contato partiu do rei africano, é legítimo inferir que esse movimento respondesse a interesses internos ao reino. Uma vez que este Estado estava plenamente inserido nas dinâmicas e variadas redes comerciais do Índico, não é razoável supor que a motivação para tal iniciativa se explique por mero interesse comercial.

Evidentemente, podemos imaginar que a presença de homens de aparência e hábitos tão diferentes dos africanos tivesse despertado a curiosidade, não apenas por

¹¹ LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ªed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. p.532.

suas figuras, como também pelo tipo de produtos que deles se poderia obter. Entretanto, tomado isoladamente, o interesse comercial oferece uma explicação muito simplificada, uma vez que, ao longo da pesquisa, encontramos séries documentais que indicam, de um lado, que os produtos trazidos pelos portugueses não interessavam aos africanos e, de outra parte que, a despeito disso, as relações entre o mutapa e os portugueses se estreitaram ao longo do século XVI, culminando com a instalação lusitana nas terras deste soberano.

*

Posto o problema a ser investigado, gostaríamos de fazer algumas reflexões acerca do conjunto documental, atentando para as considerações de Marc Bloch:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência no fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, **dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão**, longe de serem apenas exercícios técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações.¹²

A maior parte dos documentos portugueses produzidos no século XVI foi organizada e reunida nos nove volumes de *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África central* [DPMAC], coleção que traz em português e em tradução para a língua inglesa a íntegra de um considerável número de documentos, de vários tipos. O projeto original da década de 1960, elaborado em conjunto pelo National Archives of Rodhesia e pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, previa a publicação de todos os documentos de interesse para o estudo da História da África central até o século XIX, mas foi interrompido antes que alcançasse o século XVII.¹³ Sua implementação ocorreu em um momento decisivo para a historiografia africanista, o advento da era pós-colonial, momento no qual, segundo Théophile Obenga, “o primeiro trabalho histórico se confunde com o *estabelecimento de fontes*”. Segundo esse autor, os processos de independência das antigas colônias francesas e britânicas

¹² BLOCH, M. Apud. LE GOFF, J. op.cit., p.534. [grifo nosso].

¹³ NATIONAL ARCHIVES OF RHODESIA, CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África central*. [doravante DPMAC]. 9 vols. Lisboa, 1962-1972.

colocaram aos pesquisadores “uma nova e profunda necessidade de conhecer”, a partir da qual eles “fundaram definitivamente a História africana”.¹⁴

Poderíamos supor a inserção dos DPMAC neste contexto de florescimento da historiografia africana, não fosse o fato de que, neste momento histórico, cinco países africanos fossem ainda colônias portuguesas, de um lado, e que, de outra parte, aliadas aos britânicos, as autoridades brancas da então Rodhesia do Sul¹⁵ estivessem em franco embate com a população negra, numa guerra de libertação que resultaria, anos depois, no reconhecimento da independência deste país. A despeito do verniz de objetividade, as notas dos editores portugueses a alguns dos documentos não deixam dúvidas: interessa, ali, verificar a configuração do Império português em África e celebrar os grandes homens e seus feitos.

Valentim Alexandre já chamou a atenção para o peso que a questão colonial assumiu na história portuguesa nos séculos XIX e XX, pela relação estreita que manteve com o problema central da identidade e, em última instância, com a sobrevivência do país. Segundo este autor, todas as correntes do nacionalismo português se defrontam, de uma ou outra forma, com a opção ultramarina:

Geralmente latente, o tema vem à superfície sempre que se configuram casos de perigo e de iminência de perda, real ou suposta, de qualquer das possessões ou de zonas sobre que se reivindicava a soberania portuguesa, contribuindo para afastar a tentação de abandono, não só da via colonial em si, mas também de cada um dos territórios em particular, por mais difícil que se afigurasse a sua exploração e conservação.¹⁶

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, à pressão internacional pela descolonização dos países africanos o Estado Novo português respondeu, no plano político, dando às colônias o estatuto de províncias ultramarinas e, no plano ideológico, fomentando trabalhos sobre o Império português, de um lado,¹⁷ e, de outra parte, incentivando a publicação acelerada de fontes históricas. Estaríamos diante do que

¹⁴ OBENGA, T. “Fontes e técnicas específicas da História da África”. In: KI-ZERBO, J. (org.). *História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. pp.91-104. [grifo do autor].

¹⁵ Atual Zimbábue.

¹⁶ ALEXANDRE, V. “África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”. In: *Penélope*, nº15. Lisboa, 1995. pp.40-41.

¹⁷ Um dos sustentáculos da ideologia do Império português nesse período foi a tese do luso-tropicalismo desenvolvida por Gilberto Freyre. Cf. OLIVEIRA JÚNIOR, G.B. *Agostinho da Silva e o CEAQ: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Dissertação de Mestrado. DH/FFLCH/USP, 2010 e THOMAZ, O. R. “Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa”. In: BASTOS, Cristiana (et.all.) *Trânsitos coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas (SOP): Ed. Unicamp, 2007. pp.45-70.

Jacques Le Goff chamou de *documento/monumento*? Em outras palavras, os DPMAC exemplificariam, com clareza, a operação assim exposta por Le Goff: “o que transforma o documento em monumento [é] a sua utilização pelo poder”?¹⁸ Não é tão simples.

Os documentos aqui investigados, antes da sua publicação nas condições expostas acima, eram já *monumento*. “Não existe um documento objetivo, inócuo, primário”.¹⁹ O documento é simultânea e, muitas vezes, inconscientemente, uma montagem da sociedade e da época que o produziu e resultado do esforço dessa sociedade para impor ao futuro certa imagem de si mesma. É preciso considerar, ainda, que os documentos nos quais essa pesquisa se assenta foram produzidos por outra sociedade que não aquela que procuramos compreender; para além disso, foram produzidos por indivíduos que, mesmo no interior da sua sociedade de origem, eram distintos – letrados, em uma sociedade de analfabetos e nobres, em sua maioria.

O documento também é *monumento* na medida em que é produto das épocas que o sucederam e que continuam a manipulá-lo, de maneira mais evidente nos processos de seleção e guarda, mas também na escolha do que será publicado e do que será esquecido nos arquivos. Os editores dos DPMAC não descobriram fontes inéditas: alguns dos documentos haviam sido publicados em ocasiões anteriores, notadamente no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa [BSGL], no século XIX. Também a obra de João dos Santos, *Ethiopia Oriental*²⁰, e o *Livro de Duarte Barbosa*²¹, foram reeditados neste período.

No contexto da partilha da África, Portugal e Inglaterra disputaram o controle da porção de território que se dispõe entre as atuais costas de Angola e Moçambique. Naquele momento, a comunidade académica lusitana empreendia um grande esforço para justificar as pretensões portuguesas sobre este território, evocando não apenas o direito à conservação de supostos antigos territórios coloniais, mas a expansão para zonas até então não ocupadas, a partir da ideia de “herança sagrada”, segundo a qual toda a região do Congo e outras áreas da África estariam “naturalmente” voltadas ao domínio português, pelo direito de descoberta e pela influência aí exercida historicamente. Isto aparece de maneira cristalina em nota do editor à *Ethiopia Oriental*:

¹⁸ LE GOFF, J. op.cit., p.535.

¹⁹ Idem, ibidem.

²⁰ SANTOS, J. *Ethiopia Oriental. Vária História de cousas notáveis do Oriente. E da christandade que os Religiosos da Ordem dos pregadores nele fizeram*. Vol.I. Lisboa: Coleção Biblioteca dos Clássicos Portugueses, 1981.

²¹ BARBOSA, D. op.cit.

Convém lembrar que estes supostos **tributos** são de antiga e geral prática na política e na administração colonial de todos os povos que as têm tido ou têm. É um processo, além de sensato, equitativo de compensar e gratificar os pobres régulos indígenas. Pois na longa turba de ignorantes e acintosos exploradores e propagandistas que ao serviço das cobiças e das intrigas dos sindicatos pseudo-evangélicos e mercantões têm inteiramente desautorizado a geografia áfrico-inglesa, não têm faltado alguns que pretendem valorizar o fato tão singela e expressivamente narrado por Santos, como argumento contraditório da nossa soberania, ou como eles velhacamente dizem: das nossas pretensões!... Esquecem ou ignoram o que pagavam e **pagam ainda**, grossamente, os holandeses, os franceses etc., **e mais do que todos os ingleses**, aos chefes e cabecilhas indígenas de vários territórios e povos da imperatriz das Índias.²²

Para os dois períodos (Partilha e Descolonização), é possível afirmar que as pressões externas, exercidas especialmente pela Inglaterra, promoveram, no interior da comunidade intelectual portuguesa, uma “sacralização” da ideia de império que resultou em um esforço coletivo do qual a publicação acelerada de fontes históricas é parte indissociável.

*

Um bom exemplo das dificuldades da crítica ao *corpus* documental aparece, por exemplo, diante da maneira como esses documentos estão organizados: em muitos casos, ao invés de seguir a sequência cronológica, os editores dos DPMAC aproximaram documentos apartados na cronologia, mas considerados complementares, encadeando-os em sequências que orientam certas conclusões. As notas apresentam problema semelhante, ao oferecer interpretações possíveis como as únicas corretas. Em outros casos, partes substanciais dos documentos foram suprimidas, com a justificativa de que não teriam interesse para o estudo dos temas africanos e, embora o pesquisador seja avisado da supressão, fica sem condições de checar por si mesmo se tais informações têm relevância para os estudos que pretende desenvolver.

Outro caso no qual o encadeamento de documentos apresenta um discurso fechado aparece em *A empresa da conquista do senhorio do Monomotapa*, obra que compila documentos referentes à expedição de Francisco Barreto.²³ O livro se inicia com um breve capítulo assinado pelo organizador do volume, sugestivamente intitulado “Monomotapa antes dos portugueses”, no qual o autor narra acriticamente, em texto próprio, fatos extraídos da documentação – posterior à chegada dos portugueses! – e,

²² SANTOS, J. op.cit.

²³ REIS, J.C. (org.). *A empresa da conquista do senhorio do Monomotapa*. Lisboa: Heuris, 1984.

portanto, suscetíveis a todo tipo de imprecisão.

Episódios questionados ou relativizados pela historiografia do tema aparecem como fatos consumados, o que se repete no capítulo seguinte, “Os primeiros portugueses”. Os dois capítulos, deslocados em uma compilação de fontes, revelam, antes mesmo que se passe à transcrição dos documentos, a intenção de orientar a leitura subsequente. Quando se chega às transcrições propriamente, a surpresa surge na forma de ilustrações – mapas, esquemas e plantas das fortalezas – inseridas, sem ressalvas, entre os parágrafos dos textos originais, como se a materialidade da imagem fosse testemunho incontestável da credibilidade da fonte.

Diante do exposto, fica claro que a documentação na qual essa pesquisa se baseou, toda ela publicada em compilações, teve de ser alvo de um olhar bastante cuidadoso, porque as condições de produção, seleção, divulgação e circulação das fontes atenderam a interesses diversos, em épocas distintas. Contudo, depois de realizada a crítica do documento, acreditamos que a leitura destas fontes, a partir de um foco distinto, nos possibilitou acessar, ainda que não em sua totalidade, as características e os processos históricos internos ao reino do Monomotapa no século XVI. Na medida do possível, e observando a fluidez do texto, lançamos mão de palavras, expressões, frases e trechos da documentação, para que o leitor possa checar a validade das inferências, interpretações e hipóteses de trabalho apresentadas. Essas apropriações da documentação aparecem sempre destacadas no texto, seja pela utilização de aspas, seja – para as citações maiores – em pequenos blocos de texto em separado.

Padronização de termos

A documentação portuguesa designa por “mouros” todos aqueles identificados, em qualquer parte do mundo conhecido, por marcas exteriores associadas à fé islâmica, como vestuário, nomes próprios e práticas corânicas e por “cafres” todos os indivíduos africanos que não professavam esta fé. José da Silva Horta aponta que, por conta das relações comerciais frequentes com o norte da África desde o século XIV, a associação entre muçulmanos e a África se encontrava já estabelecida no imaginário português, combinada, como se pode supor, à imagem do muçulmano como opositor político-

religioso fundamental.²⁴ Deste modo, “o termo mouro designa os muçulmanos em geral e no caso da península Ibérica recobre duas realidades: os muçulmanos negros e os muçulmanos brancos, sem que seja feita distinção de cor quando se trata do povo”.²⁵ Para a costa índica, em alguns casos a documentação os particulariza. Tal é o caso do *Livro de Duarte Barbosa*:

Estes mouros de Sofala são homens pretos, e deles são baços, e servem da língua da terra que é de gentios. Cobrem-se da cinta para baixo com panos de algodão e de seda, e trazem outros panos de seda sobraçados à maneira de capas, e suas fotas nas cabeças, e alguns deles carapucinhas de quarto de grã, e de outros panos delgados de lã de muitas cores, e de chamalotes, e de outras sedas. [...] Estes mouros [de Angoche] [...] São os homens pretos deles baços, e andam nus, e da cinta para baixo se cobrem com panos de algodão e de seda, trazem outros panos sobraçados à maneira de capas, deles rotas, nas cabeças trazem deles umas carapuças de quartos de panos de seda, falam a linguagem natural da terra – a saber – a dos gentios; alguns deles falam árabe. [...] [Quiloa] Estes são mouros baços, deles pretos, deles brancos, são muito bem ataviados de ricos panos de ouro e de seda de algodão, aas mulheres também mui bem ataviadas com muito ouro e prata em cadeias e muitas manilhas, que elas trazem nos braços e nas pernas. Estes mouros falam árabe, tem a lenda do Alcorão, adoram muito a Mafamede, que é sua seita. [Melinde] As gentes dela são brancas, e andam nus somente da cinta para baixo se cobrem com panos de algodão e de seda, outros trazem sobraçadas como capas uns panos grandes, trazem fotas nas cabeças de mui ricos panos de seda.²⁶

Entretanto, a maior parte das fontes não estabelece nenhum tipo de distinção que nos permita identificar exatamente a que população se refere: se às populações africanas islamizadas no processo de expansão do Islã, ao qual faremos referência no primeiro capítulo, ou se a mercadores vindos diretamente do Oriente Médio e da Índia. Já o termo “cafres”, corruptela da palavra árabe “kafir” [infiel], era utilizado pelas populações islâmicas para se referir àqueles que professavam outras crenças;²⁷ apropriado pelos portugueses, passou a designar todos os africanos não islamizados, em oposição aos “mouros”.

Ao contrário do que acontece com o termo “mouros”, na maioria dos casos é possível precisar a que populações o termo “cafres” se refere, uma vez que ele vem acompanhado da indicação do reino africano de origem dos indivíduos ou grupos

²⁴ ALBUQUERQUE, L., FERRONHA, A.L., HORTA, J.S., LOUREIRO, R. *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas – séculos XV e XVI*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991. p.50.

²⁵ COURTEAUX, apud. idem, p.51.

²⁶ BARBOSA, D. op.cit., pp.16-27.

²⁷ *Entrando desta terra de Sofala contra o sertão, está o rio [reino] que chamam Monomotapa que é muito grande: o qual reino é de gentios, a que os mouros chamam cafres.* “Descrição da situação, costumes e produtos de alguns lugares de África”. c.1518. DPMAC, vol.V, p.358.

referenciados. Nos casos em que não foi indicada a procedência dos “cafres”, no texto que segue, o termo foi utilizado sempre entre aspas e, na maioria das vezes, quando se trata de citação literal de trechos da documentação. Já a utilização do termo “mourós” segue outra convenção: por ser bastante difícil – no mais das vezes, impossível – particularizar caso a caso, optamos pela utilização do termo sem as aspas, uma vez que, a despeito de algum grau de imprecisão, ele se refere a um grupo relativamente circunscrito de pessoas que partilhava valores religiosos e atividades econômicas comuns. Sempre que possível, contudo, especificamos a cidade de origem dos referidos indivíduos.

As diferentes classes nominais nas línguas do tronco bantu são identificadas por meio de prefixos agregados ao radical. São esses prefixos, particulares para cada forma, que determinam se o substantivo encontra-se na forma singular ou plural, ao contrário das línguas do tronco latino, nas quais a forma plural é indicada por sufixos; esse é o motivo pelo qual, ao longo de toda a dissertação, nos referimos aos “shona”, aos “tonga”, aos “tavara”, numa forma que, à primeira vista, pode soar equivocada aos falantes de línguas latinas, mas que encontra sentido nas gramáticas bantu. Embora a documentação portuguesa e parte da historiografia designem pelo termo “Monomotapa” simultaneamente o reino e o seu soberano, optamos por diferenciar um e outro a partir da adoção do termo “mutapa” para designar o monarca, na esteira dos trabalhos de Stan Mudenge e Eugénia Rodrigues.²⁸

Por fim, quando da citação literal de fontes, grafia e pontuação foram atualizadas de modo a facilitar a leitura, preservando-se sempre aquele que acreditamos ser seu sentido original. Os nomes próprios aparecem na documentação e na bibliografia do tema sob diversas grafias: Menamotapam, Mwene Mutapa, Munhumutapa, Benamotapa, por exemplo, são algumas das formas utilizadas para referir o Monomotapa. A cidade costeira de Angoche ora aparece grafada como Amgoya, ora como Angoxe. Esta diversidade de grafias ocorre em diversos outros casos. Deste modo, todos os nomes foram padronizados no texto e nas citações [de fontes e de bibliografia]. A única exceção é o rio de Cuama ou Zambeze. Para este caso específico adotamos a seguinte convenção: quando se trata de citação literal de fontes, preservamos o nome pelo qual o rio era conhecido na época, Cuama. No corpo do texto

²⁸ MUGENGE, S.I.G. op.cit. e RODRIGUES, E. “Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa”. In: CARNEIRO, R e MATOS, A.T. (coord.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*. Lisboa: CEPCEP, 2004. pp.753-779.

utilizamos o nome pelo qual o mesmo rio é conhecido na atualidade, Zambeze. O leitor poderá conferir se tais transposições formais são pertinentes, já que todos os documentos referenciados neste trabalho estão disponíveis para consulta pública em bibliotecas brasileiras.

Primeiro capítulo

Quem primeiro veio com ouro resgatar mercadorias

Neste capítulo pretendemos abordar os primeiros anos do estabelecimento da fortaleza e feitoria portuguesa na cidade de Sofala, na contracosta africana, bem como sua inserção no plano geral traçado pelos lusitanos para controlar o comércio de especiarias da Índia. Para os propósitos desta dissertação é importante compreender o contexto da instalação portuguesa nesta cidade, uma vez que ela foi a base a partir da qual os contatos entre as populações africanas e os portugueses tomaram corpo. O primeiro contato registrado entre os portugueses e o reino do Monomotapa data de 1506, ano em que Pero de Anhaia, capitão-mor da recém-instalada fortaleza de Sofala, expediu o seguinte mandado aos contadores Del-rei:

[...] mando a vós contadores do dito senhor que leveis em conta e despesa a Manoel Fernandes, seu feitor em ela, estas mercadorias e coisas que por este meu mandado deu a um cafre de dentro de Monomotapa, que a esta fortaleza e feitoria primeiro veio com ouro a resgatar mercadorias – a saber – duas varas de pano de Bretanha bornido e dois barretes baixos vermelhos e uma dúzia de cascavéis e um ramal de contas de estanho que tinha cem contas. [...].²⁹

O projeto português no Índico

Até 1505, ano em que foi criado o vice-reino da Índia e para lá foi enviado D. Francisco de Almeida, o exercício dos negócios reais portugueses no Índico havia sido extremamente restrito. Da primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1499) até o estabelecimento do vice-reino, a Coroa portuguesa enviou seis armadas que, de modo errático, desenvolveram ações bélicas, estabeleceram relações diplomáticas e procuraram interceptar as redes marítimo-comerciais preexistentes, apoiando suas ações na feitoria de Cochim e, posteriormente, nas de Ceilão e Cananor.³⁰

²⁹ “Mandado de Pero de Anhaia, capitão-mor de Sofala, para os contadores de El-rei”. 19 de maio de 1506. DPMAC, vol.I. p.506. Sobre as medidas e mercadorias relacionadas, ver Glossário.

³⁰ Cada uma dessas seis armadas foi comandada, respectivamente e por ordem cronológica, por: Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, João da Nova, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque com Francisco de Albuquerque e, ainda, Lopo Soares. Cf. SANTOS, C.M. “Goa é a chave de toda a Índia”. *Perfil político*

A historiografia contemporânea, contudo, não minimiza a grande novidade representada pela escolha do fidalgo Vasco da Gama para o comando da primeira armada enviada à Índia. Diversos pesquisadores destacam a importância desta viagem que foi, simultaneamente, a Coroação de um projeto – a exploração do oceano Atlântico – e a pedra de toque de outro³¹:

Com Vasco da Gama assiste-se, pela primeira vez, à escolha de um fidalgo. As razões para tal inflexão não parecem ser de caráter técnico, mas político e diplomático: D. Manuel está, por certo, seguro de que atingiria dessa feita a Índia, onde havia tratados de comércio a negociar e uma aliança anti-islâmica a urdir, e por isso escolheu um embaixador de posição condigna.³²

Após a viagem de Vasco da Gama, D. Manuel enviou à Índia, em 1500, uma armada comandada por Pedro Álvares Cabral, composta por treze navios, a qual, de acordo com Fernão Lopes de Castanheda, teria o objetivo de assentar “paz e amizade” com o rei de Calecute e instalar um feitor para supervisionar os negócios régios – nomeadamente, assegurar o carregamento de especiarias.³³ Teresa Lacerda corrobora a interpretação do cronista e elenca documentos históricos do período que, segundo a historiadora, expressam a necessidade de obtenção de metais preciosos, indispensáveis à realização do comércio do Índico, como tão bem apreendera a frota de Vasco da Gama em sua primeira viagem. É ainda Lacerda que, em seu pormenorizado estudo sobre a composição social das armadas da Carreira das Índias, aponta que entre os navios que

da capital do Estado da Índia (1505-1579). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. pp.36-37. Desde 1502, uma armada portuguesa passou a estacionar permanentemente no Índico, patrulhando a boca do Estreito e a costa do Malabar. Em Cochim, a fortaleza portuguesa construída em 1503 foi a primeira de um país europeu na Ásia. Cf. THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor*. 2ª ed. Lisboa: Difel, 1998. p.179.

³¹ SUBRAHMANYAM, S., *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa: CNCDP, 1998. _____. *O Império Asiático Português, 1500-1700 – Uma história política e económica*, Lisboa: Difel, s/d. THOMAZ, L.F., *De Ceuta a Timor*. op. cit. _____. “L’idée impériale manuéline” in *La Découverte, le Portugal et l’europe. Actes du Colloque*, ed. Jean Aubin, Paris, 1990, pp. 35-103. FONSECA, L.A., “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”, in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 16, 1998, pp. 35-55. _____. *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*, Lisboa, Inapa, 1999. _____. *Vasco da Gama, o homem, a viagem, e época*, Lisboa: Expo 98 e D.L., 1998. LACERDA, T. *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*. Dissertação de Mestrado, Depto. de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006. Disponível em http://cham.fcsh.unl.pt/files/varia/tese_teresa.pdf.

³² THOMAZ, L.F. “Prefácio à edição portuguesa”. SUBRAHMANYAM, S. *A Carreira e a Lenda...*, op. cit., pp.iv-v.

³³ Cf. CASTANHEDA, F.L. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Coimbra: João Barreira e João Alvares, 1552. Foi esta armada de Cabral a primeira a tocar em costas brasileiras, em abril de 1500. Depois de “descobrir” a Terra de Vera Cruz, a armada seguiu para o Índico. A expressão “paz e amizade”, emprestada da documentação e largamente empregada neste capítulo, diz respeito ao estabelecimento de acordos nos quais havia a garantia de não-beligerância, de um lado, e, de outra parte, a disposição em estabelecer e manter relações comerciais.

compunham a frota de Cabral, dois pertenciam a particulares; e, dentre aqueles que pertenciam ao rei, os comandados, respectivamente, pelos irmãos Bartolomeu e Diogo Dias, estavam destinados a permanecer em Sofala com a missão específica de “descobrir e assentar aquele resgate” de metais preciosos – prata e, nomeadamente, ouro – do qual a esquadra da Gama já tivera notícia.³⁴

O fato de Vasco da Gama, em sua viagem “inaugural”, não ter aportado em Sofala³⁵, autoriza a inferência de que a ordem para alcançar esta cidade baseava-se nas informações oferecidas por Pero de Covilhã que, juntamente com Afonso de Paiva, em 1488, fora enviado pelo rei D. João a descobrir, por terra, o caminho das especiarias da Índia e alcançar o reino do Preste João. Os viajantes separaram-se em Aden, de onde Paiva seguiu para a Etiópia e Covilhã percorreu um trajeto que inclui as cidades de Cananor, Calicute, Ormuz, Goa, Sofala e a ilha de São Lourenço.³⁶

Charles Boxer põe em xeque esta inferência argumentando que se as cartas de Covilhã tivessem chegado a Portugal e informado os viajantes subsequentes, Gama e seus homens não teriam ficado tão surpresos com o alto grau de desenvolvimento urbano e econômico das cidades da costa índica africana (Moçambique, Mombaça e Melinde). Do mesmo modo, ainda na interpretação de Boxer, Vasco da Gama não teria levado presentes sem valor para o senhor de Calicute, bem como mercadorias menos adequadas para o trato da pimenta e das especiarias – “Covilhã teria contado que as especiarias só poderiam ser trocadas por ouro e prata em espécie”.³⁷

A favor da inferência, argumentamos que Vasco da Gama não alcançou Sofala em sua primeira viagem, conforme já referido, e Covilhã, de sua parte, não visitou as cidades de Moçambique, Mombaça e Melinde; a suposição de que D. João teve acesso

³⁴ LACERDA, T. op. cit., p.37 e QUINTELLA, I.C. *Anais da Marinha portuguesa*. Lisboa: Academia da Marinha, 1839. pp.249-250.

³⁵ O diário de sua viagem informa que, após a escala em terra firme próxima ao rio Limpopo, a armada só voltaria a aportar na “Terra da Boa Gente”, próxima ao “Rio dos Bons Sinais” (atual Inhambane). Cf. “Diário de viagem de Vasco da Gama”. 1497. DPMAC, vol. I, pp.12-14.

³⁶ Retornando ao Cairo, Covilhã recebeu a notícia da morte de Paiva e, recebendo carta de D. João com instruções para alcançar o Preste João, seguiu para lá. Antes, porém, enviou pelos mesmos portadores, duas cartas ao rei de Portugal, onde narrava as descobertas que havia feito até então. Cf. CASTANHEDA, F.L. op.cit., pp.2-3; BARROS, J. *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Índico. Primeira Década*. 4ªed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. [1552]. Década I, liv.III, cap.V. Sobre a localização das cidades visitadas por Covilhã, ver Mapa I (As cidades comerciais do Índico).

³⁷ BOXER, C. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p.49. Os presentes reservados pelos portugueses ao Samorim [soberano de Calicute] foram desdenhados “[...] dizendo que não era aquilo nada para mandar a El-rei; que o mais pobre mercador, que vinha de Meca ou das Índias, lhe dava mais que aquilo.” *Diário de viagem de Vasco da Gama*, apud VILARDAGA, J.C. *Lastros de viagem: expectativas, descobertas e projeções portuguesas no Índico – análise de três narrativas quinhentistas*. São Paulo: Annablume, 2010. p.49.

às cartas de Covilhã também reside no fato – destacado pelo próprio Boxer – de que Gama recebeu ordem expressa para que se dirigisse a Calicute, então o entreposto indiano mais importante do comércio de especiarias.³⁸

Duarte Barbosa, em seu *Livro*, oferece uma descrição do panorama do Índico que teria sido encontrado por Covilhã em finais do século XV. Do lado africano, as importantes e prósperas cidades de Quiloa, Mombaça, Melinde, Pate e Sofala, de cultura predominantemente islâmica, compravam contas, têxteis e outros produtos aos mercadores árabes e guzerates do golfo Pérsico, do mar Vermelho e da Índia em troca de marfim, âmbar cinzento, peles, plumas e, sobretudo, o ouro de Sofala; estas mercadorias, por sua vez, iriam alimentar uma grande e extensa rede comercial que tinha como principais entrepostos as cidades de Ormuz, Goa, Calicute, Ceilão, Malaca, Cochim e outras.³⁹ Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho, no Índico os portugueses se depararam com:

“[...] rotas de navegação regulares, centros comerciais muito prósperos, uma inter-relação ativa das diferentes regiões que constituía alicerce profundo das respectivas economias e não apenas floração superficial, e poderosíssimas sociedades de comércio que dispunham de capitais fabulosos e frotas mercantes de elevado número de navios e exerciam influência decisiva na política dos diferentes reinos e senhorios [...]”.⁴⁰

Na impossibilidade de contar com os serviços dos irmãos Dias, Sancho de Tovar, segundo comandante da esquadra de Cabral, foi encarregado de fazer o reconhecimento da cidade de Sofala, quando do retorno da armada a Portugal.⁴¹ Tovar teria enviado para terra um de seus homens, tendo tomado um mouro por “refém”, e, na falta de notícias do seu homem, partiu para o Cabo Verde levando o mouro. Este refém

³⁸ Idem, pp.49-50.

³⁹ BARBOSA, D. op.cit. No comércio africano do Índico, Sofala ocupava uma posição privilegiada devido à proximidade e facilidade de transporte das mercadorias provenientes do interior, de reinos como o Monomotapa, Manica, Teve e outros. SILVA, A.C. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. pp.370-371. Não é incomum encontrar na historiografia referências a estas cidades como “**idades-Estado suaílis**”. A este respeito, ver NEWITT, op. cit. e SILVA, C.R. “Indian Ocean but not African Sea: the erasure of East African commerce from History”. *Journal of Black Studies*, vol.29. nº5, Special Issue: Political strategies of democracy and health issues and concerns in Global Africa (maio, 1999), pp.684-694. Sobre a localização das cidades da costa africana, ver Mapa I.

⁴⁰ GODINHO, V.M. *Ensaio*. vol.III. *Sobre a teoria da história e historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa ED., 1971. p.18.

⁴¹ A nau de Bartolomeu Dias se perdeu no dia 20 de maio de 1500, o que, provavelmente, ocasionou sua morte, bem como a dos capitães Luís Pires, Aires Gomes da Silva e Simão de Pina. Diogo Dias, na mesma ocasião, perdeu a rota e foi encontrado pela armada somente na viagem de regresso. Cf. LACERDA, op. cit., p.37. Sobre Sancho de Tovar, ver QUINTELLA, I.C. op. cit. pp.249-255 e CASTANHEDA, op. cit., p.43.

teria informado aos portugueses que Sofala era habitada por muitos mercadores, e o “ouro infinito” seria aí introduzido por homens do sertão da África, não muçulmanos.⁴²

Na segunda armada de Vasco da Gama, que partiu de Lisboa em 1502, seguiram os primeiros navios que deveriam permanecer na Índia para bloquear o comércio islâmico-veneziano e defender as recém-criadas feitorias portuguesas de Cochim e Cananor das investidas do rei de Calecute.⁴³ Após a passagem do cabo da Boa Esperança, Gama enviou Pedro Afonso de Aguiar ao Cabo das Correntes, capitaneando a maior parte da armada, e seguiu com quatro navios para Sofala, onde teria estado por vinte e cinco dias resgatando algum ouro e prospectando o terreno para a construção de uma futura fortaleza. Nesse período também “assentou amizade” com o rei de Sofala.⁴⁴

As três armadas que se seguiram eram significativamente mais modestas em tamanho e em objetivos do que as que as precederam. Apesar de sua tripulação estar preparada para e, frequentemente, envolver-se em conflitos armados com os poderes estabelecidos no Índico, eram armadas de caráter prioritariamente comercial.⁴⁵ É o ano de 1505, com a criação do vice-reino da Índia – e, no que tange mais especificamente ao objeto deste estudo, da fortaleza de Sofala – que marca o que Catarina Madeira Santos considera a “fundação do Estado da Índia”.⁴⁶ A autora argumenta que embora os regimentos de Vasco da Gama permitissem o estabelecimento de relações diplomáticas em nome do rei de Portugal e a carta que outorgava o título de capitão-mor a Pedro Álvares Cabral delegasse a ele a autoridade de fazer a guerra e a paz e estabelecer relações de amizade com os reinos da costa do Índico, estes poderes restringiam-se àquilo que, no sistema jurídico dos *regalia* se apelidava de *ius belli et pacis*.⁴⁷

⁴² Cf. “Relação italiana sobre os descobrimentos portugueses”. 23 de outubro 1505. DPMAC, vol.1, pp.44-46. O refém teria afirmado, também, que Sofala era submetida ao rei de Quíloa. Trataremos mais adiante das percepções portuguesas acerca das relações entre Quíloa e Sofala. Sobre o ouro do sertão, ver SANTOS, M.E.M. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: CEHCA, 1988. p.71.

⁴³ THOMAZ, L.F. *De Ceuta...* op. cit., p.179.

⁴⁴ CASTANHEDA, op. cit., p.47.

⁴⁵ Cf. LACERDA, op. cit., p.45.

⁴⁶ SANTOS, C.M., op. cit., p.37.

⁴⁷ Não foi possível localizar os regimentos de capitão outorgados a Vasco da Gama. João de Barros dá notícia deles em: BARROS, J. op.cit., p.140. Catarina Madeira Santos refere o estabelecimento de relações diplomáticas com Melinde, bem como a assinatura de um tratado de paz com Cochim, que regula a amizade e comércio com Portugal. Cf. SANTOS, C.M. op. cit., p.37. Em 1502 Vasco da Gama emitiu uma ordem a todos os capitães de navios que aportassem em Quíloa, notificando-os a assinatura de um tratado segundo o qual o rei desta cidade se fez vassalo do rei de Portugal. Cf. “Ordem de Vasco da Gama aos capitães dos navios que aportarem a Quíloa”. 20 de julho de 1502. DPMAC, vol. I, pp.36-38. Entre aqueles que Santos classifica como “poderes majestáticos”, estariam delegados a Gama e Cabral apenas os relativos à autoridade de fazer a guerra e a paz e, concomitantemente, de estabelecer relações de amizade com os reinos indianos, *ius belli et pacis*. Cf. SANTOS, C.M. op. cit., p.37.

A ocupação lusa dos diferentes territórios ultramarinos havia sido regulamentada por meio de diferentes soluções administrativas, nem sempre coincidentes. Grosso modo, a solução das capitanias-donatarias foi adotada em regiões desabitadas, como as Ilhas Atlânticas, onde, para os propósitos coloniais, era premente estabelecer núcleos de povoamento. Os limites à autonomia dos capitães abarcavam vários níveis de administração: a distribuição de terras em sesmarias; a administração da Fazenda (limitada pelo emprego de um provedor e de um quadro funcional vinculado à administração senhorial); a Justiça, submetida às decisões dos ouvidores-gerais, corregedores e tribunais régios e a política da guerra, que se sujeitava às diretivas régias.⁴⁸

Nas possessões portuguesas no norte da África ensaiaram-se soluções jurídico-administrativas diversas. A administração lusitana aí começara com a nomeação de capitães-mores, que acumulavam as funções de chefes militares e regedores (administradores da justiça), enquanto o governo econômico (a *governança*) estaria reservado ao infante D. Henrique, sendo exercida a partir do reino.⁴⁹ A partir de 1449, D. Afonso V passou a conceder esporadicamente a *governança* a alguns capitães-mores, que assim se tornaram governadores. Estes passaram a deter as competências de prover todos os ofícios da cidade (vedor da fazenda, tesoureiro-mor, contadores, escrivães e recebedores, por exemplo) – além de criar aqueles que julgassem necessários – despendar valores e tratos destinados às despesas e administrar fazenda e rendas, sem prejuízo das prerrogativas de chefes militares e regedores da Justiça, de que já gozavam com igual grau de independência.

É importante destacar que a atribuição da *governança* para o caso do norte da África se deu esporadicamente, como um tipo de privilégio, “especialmente dirigido ao conde de Vila Real, e aplicado à cidade de Ceuta e, mais tarde, à de Alcácer”. Por fim, a principal característica da administração portuguesa no norte da África reside no fato de que ali se constituíram praças autônomas entre si, nas quais estava ausente a idéia de um governo geral comum ao conjunto das possessões norte africanas.⁵⁰

Nesse sentido, a administração adotada no Índico representou uma grande novidade institucional. Os vice-reis ou governadores da Índia recebiam,

⁴⁸ Ibidem, p.44.

⁴⁹ “A “governança” consistia basicamente na gestão dos meios apropriados, ou seja, dos direitos e rendas do Mestrado de Santiago, Arcebispado de Lisboa e Câmara Apostólica, assim como outros que se encontravam destinados à defesa da cidade. O conceito de “governança” remetia, portanto, diretamente, para a gestão dos bens materiais.”. Ibidem, p.45.

⁵⁰ SANTOS, C.M., op. cit., pp.46-47.

temporariamente, poderes alargados em relação à totalidade das três áreas – Justiça, Fazenda e militar – sem as restrições impostas aos capitães-donatários das Ilhas Atlânticas (e, posteriormente, do Brasil) e aos governadores das cidades do norte da África.⁵¹ A instituição do vice-reino apresenta, por um lado, a personificação de plenos poderes reais na figura de um magistrado, e, de outra parte, a articulação, sob sua jurisdição, de uma rede de feitorias dispersas por diversos pontos do Índico.⁵²

Catarina Madeira Santos explica os motivos da adoção deste aparelho institucional:

Efetivamente, no que diz respeito à Índia, o problema da criação de uma solução institucional diversificava-se em três planos: I) o rei natural não podia estar fisicamente presente à decisão das questões de governo, nem sequer comunicar com a brevidade necessária; II) o desconhecimento global das realidades orientais implicava uma administração experimental; III) o perfil da presença portuguesa apenas se coadunava com a categoria experimental das fortalezas-feitorias. [...] A questão da distância e da morosidade das comunicações entre Lisboa e o Índico levava a que fossem dadas, na Índia, diretivas de governo que a tradição jurídica associava à figura do rei. Logo, a questão do absentismo régio devia ser resolvida pela delegação das atribuições reais a um oficial dotado da mesma dignidade. [...]. Mas, paralelamente, a administração portuguesa, nos primeiros anos da expansão no Índico, desenhava-se com base numa estratégia de experimentação. Com a chegada à Índia abriu-se um imenso espaço que era preciso dominar. Um espaço completamente novo e desconhecido e no qual o poder real deveria expandir-se, estruturando-o através da imposição de mecanismos de exercício de poder. **O espaço ultramarino, neste caso a Índia, apresentava-se como uma área insondada que exigia uma permanente predisposição para a experimentação no campo político-administrativo e, inevitavelmente, para a ‘invenção’.**⁵³

O instrumento que conferiu o caráter político do cargo de vice-rei é a “Carta de Poder outorgada a Francisco de Almeida”. Nela se estabeleceram todas as prerrogativas de que gozaria o capitão no exercício de seu cargo. O vice-rei seguia para a Índia imbuído de autoridade para retirar do cargo qualquer oficial, “nos casos que lhe parecer que cumpre por nosso serviço”, e substituí-los por aqueles “quais bem vistos lhe for e

⁵¹ Idem, p.47. O vice-reino da Índia foi instituído com base nos triênios: todos os oficiais, desde o vice-rei, eram enviados ao Índico com cartas de poder e regimentos onde se indicava explicitamente o prazo de seus mandados. Para os casos de D. Francisco de Almeida e Pero de Anhaia, ver: “Carta de poder de capitão-mor a D. Francisco de Almeida”. 27 de fevereiro de 1505. DPMAC, vol.1, pp.146-148 e “Regimento de capitão-mor a D. Francisco de Almeida”. 5 de março de 1505. DPMAC, vol.1, p.184.

⁵² A despeito da abrangência dos poderes concedidos aos governadores e vice-reis, algumas prerrogativas continuaram exclusivas do rei, como a autoridade para estabelecer o valor da moeda e o uso de símbolos e insígnias reais máximas, como o cetro e a Coroa. Cf. SANTOS, C.M., op. cit., p.58- 62.

⁵³ Ibidem, p.48. [grifo nosso].

que melhor nos possam servir [...]”.⁵⁴ Deste modo, o rei delegava ao seu preposto máximo a função de fiscalizar o cumprimento das atribuições de seus oficiais e assegurar o cumprimento das provisões e regimentos de cada ofício. A função de fiscalizar os oficiais estender-se-ia também, e, principalmente, aos feitores como se verá a seguir. Entre os poderes de Justiça, o governador-mor passava a possuir “inteiro poder e alçada” não apenas sobre aqueles que estavam sob seu mando direto (oficiais e moradores da fortaleza e tripulações das armadas), mas sobre todos e “quaisquer outros nossos súditos [do rei de Portugal]” que andassem por aquelas partes.⁵⁵ Este universo de pessoas estaria sob sua alçada em “todos os casos assim cíveis como criminais”, podendo, inclusive, sofrer a pena de morte e – dado significativo, que aponta com clareza para a transferência total dos poderes de Justiça régios para a figura do vice-rei – sem o direito à apelação. Ou seja, a autoridade máxima da justiça lusitana naquelas partes do Índico seria, a partir daquele momento e indubitavelmente, o vice-rei. A esse respeito, consideramos esclarecedor o trecho a seguir:

[...] todos os casos assim cíveis como criminais e até morte natural inclusive, usará inteiramente e se darão a execução de seus juízos e mandados **sem dele mais haver apelação nem agravo** e sem aceitarmos nem tirarmos **pessoa alguma** em que o dito poder e alçada se não entenda, porque sobre todos e cada um deles usará segundo que com direito e justiça o deva fazer e segundo que suas culpas e delitos merecerem porque confiamos dele que em tudo guardará e fará o que com razão e justiça o deva fazer.⁵⁶

A administração da Fazenda real também foi objeto de consideração na carta, na qual se conferiu a D. Francisco “inteiro poder” de decisão sobre assuntos referentes à

⁵⁴ “Carta de poder de capitão-mor...”. op. cit., p.150. O regimento também conferiu esses poderes a D. Francisco, ao estabelecer, por exemplo, que ele nomeasse para a fortaleza de Quiloa os “oficiais de nossa Fazenda, aqueles que necessários vos parecerem”. Cf. “Regimento do capitão-mor D. Francisco de Almeida”. 5 de março de 1505. DPMAC, vol.I, p.200.

⁵⁵ O título de vice-rei não foi concedido a todos os governadores da Índia, embora os regimentos e os poderes concedidos a uns e outros não sejam substancialmente diferentes. O próprio Regimento de D. Francisco, bem como sua Carta de Poder, tratam-no por governador e capitão-mor, o que nos leva a supor que a concessão do título se tratasse de uma honraria *conquistada*. Andréa Doré fornece uma pista que corrobora esta interpretação, ao transcrever trecho de uma carta de D. Manuel a D. Francisco: “Vos dou o título de vice-rei, tanto que fizerdes a primeira fortaleza do Cabo da Boa Esperança para dentro”. CORREIA, G. *Lendas da Índia*. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=XT8gAQAAMAAJ&printsec=frontcover&dq=%22lendas+da+%C3%ADndia%22&hl=pt-BR&ei=q_2ZTsmOFenc0QG6vtC-B&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCwQ6AEwAA#v=onepage&q=%22lendas%20da%20%C3%ADndia%22&f=false. Acesso em 09/02/2009. [1510]. DORÉ, A. “A fortaleza e o navio: espaços de reclusão na Carreira da Índia”. *Topoi*, vol.9, nº16, jan-jun.2008, pp.91-116. p.95. Não localizamos o documento que confere o título a D. Francisco, mas na documentação posterior a 1505 o governador é tratado por vice-rei.

⁵⁶ “Carta de poder de capitão-mor...”. op. cit., p.148. [grifos nossos].

compra e venda de mercadorias e carga das naus, bem como “de toda outra coisa que a bem de nossa fazenda tocar proveja”. Os feitores e escrivães das feitorias – tanto os que já estavam lotados em Cochim, Cananor e Ceilão quanto aqueles destinados a feitorias por construir, que seguiam na armada – deveriam prestar contas diretamente ao vice-rei e atender a todos os seus pedidos e orientações. Note-se que o que a Carta concedia a D. Francisco – e aos governadores subseqüentes – era o exercício regular da *governança*, apenas esporadicamente concedido aos administradores de feitorias no norte da África, conforme indicado anteriormente por Madeira Santos. Pode-se elencar a questão da distância física do rei natural e a morosidade das comunicações com Lisboa como explicações para a outorga desta autoridade, mas acreditamos que a mesma articula-se também, e mais profundamente, à própria constituição do Estado da Índia, no qual, diferentemente da maior parte dos impérios – cuja estruturação política fez-se em função da ocupação de determinados territórios – não estava colocada a questão da produção de bens, mas a sua circulação.⁵⁷

*

Como Vasco da Gama já notara, a Europa seiscentista não tinha muito a oferecer a uma Índia igualmente desenvolvida em produtos manufaturados; ali, as tão almejadas especiarias teriam que ser trocadas apenas por ouro e prata em espécie – o que levou os portugueses a buscar interceptar o comércio de ouro da costa índica africana, do qual já tinham larga notícia.⁵⁸ Deste modo, D. Francisco levava consigo o regimento que determinava a construção de fortalezas nas cidades de Sofala e Quiloa, e dado que estas feitorias cumpririam essa importantíssima função no trato das especiarias, nos parece claro que o vice-rei – ou governador-mor do Estado da Índia – dispusesse de plenos poderes de decisão sobre questões econômicas, o que contemplaria razoavelmente o problema da agilidade das decisões em um incipiente Estado que, nas palavras de Luís Filipe Thomaz, era “essencialmente, uma rede e não um espaço”.⁵⁹

⁵⁷ Mesmo no interior do Império português o caráter de rede é mais pronunciado no Estado da Índia do que no caso do Atlântico, de cujos circuitos comerciais o açúcar, produzido pelos próprios portugueses nas ilhas e no Brasil, era o elemento fundamental, o que, em ambos os casos, postulava uma certa territorialidade. Cf. THOMAZ, L.F. *De Ceuta*.... op. cit. p.210.

⁵⁸ Vasco da Gama retornou à Lisboa com a seguinte carta do Samorim da Índia: “Vasco da Gama, fidalgo da vossa casa, veio à minha terra; com o que eu folguei. Em minha terra há muita canela, e muito cravo, e gengibre, e pimenta, e muitas pedras preciosas. E o que quero da tua é ouro, e prata, e coral, e escarlata.” *Diário de Viagem de Vasco da Gama*, apud. VILARDAGA, J.C. op. cit., p.52

⁵⁹ THOMAZ, L.F. *De Ceuta*... op. cit. p.210.

Por fim, a Carta de Poder estendia ao vice-rei todos os poderes relativos à diplomacia e à guerra. Ressaltamos que, no que toca à diplomacia, a autoridade para assentar tratados de “paz e amizade” já havia sido concedida a Pedro Álvares Cabral, em 1500⁶⁰, e fora utilizada por Vasco da Gama quando da assinatura do tratado de vassalagem com Quiloa, conforme veremos adiante. Quanto às disposições referentes à guerra e à paz, a Carta outorgava a D. Afonso o título de capitão-mor, o que significava o desempenho, nas partes da Índia, de uma função militar que os comandantes das armadas que o precederam também haviam desempenhado.

Documento de fundamental importância para a compreensão dos objetivos portugueses no Índico, o regimento de Francisco de Almeida – primeiro estatuto administrativo do Estado da Índia – detalha aspectos da estrutura que Portugal pretendeu implementar no Índico. Do ponto de vista estratégico, o que o documento revela de mais significativo é o plano de construção de feitorias/fortalezas em pontos do litoral do Índico, com destaque para sua importância no plano geral: Quiloa e Sofala estariam destinadas a assegurar o comércio e o fornecimento do ouro para o trato da pimenta nas feitorias de Ceilão, Cochim e Angediva.⁶¹ A cidade de Melinde aparece no regimento já como reino amigo, para o qual os funcionários régios deveriam dispensar tratamento diferenciado em função, especialmente, de seu importante papel de entreposto do comércio dos panos de Cambaia, mercadoria fundamental para a obtenção do ouro na costa índica.⁶²

À Ilha de Moçambique estava reservado o papel de escala privilegiada das carreiras da Índia, devido à sua localização estratégica – “demasiado ao sul para sofrer as investidas dos turcos e suficientemente ao norte para ali chegarem todas as notícias do Índico”⁶³ – e ao regime de monções dos litorais do Índico, que obrigava as naus portuguesas a esperar aí a chegada de vento propício para alcançar a Índia.⁶⁴ Além das

⁶⁰ SANTOS, C.M. op. cit., p.58.

⁶¹ A armada seguia com oficiais nomeados para os diversos quadros da administração e quatro dos capitães nomeados para as referidas fortalezas. CORREIA, G. op. cit.

⁶² Tal deferência deve-se também ao fato de que o rei de Melinde não só recebeu muito bem a Vasco da Gama, quando de sua primeira viagem, como também lhe ofereceu o piloto que o conduziu à Índia. Cf. THOMAZ, L.F. *De Ceuta...* op. cit., p.175.

⁶³ SANTOS, M.E.M. op. cit., p.73.

⁶⁴ O sistema austral Índico é regular, assim como as correntes marítimas e de ar de outras massas oceânicas. Em contrapartida, no sistema setentrional Índico, os ventos de monções alteram o regime de correntes, aproximadamente na altura da Ilha de Moçambique. A partir deste ponto, nos meses de inverno (outubro a março), os ventos alísios sopram do oceano para o continente; nos meses de verão (abril a setembro), no sentido inverso. Deste modo, o verão é a estação que favorece a navegação em direção à Índia, partindo da costa africana; e o inverno, a estação que favorece o retorno daí para o litoral moçambicano. Sobre o regime de monções, ver Mapa I.

qualidades de ordem natural, a Ilha de Moçambique era centro de uma bem desenvolvida indústria de construção de embarcações para a qual convergia a produção de goma para calafetagem, palma e ráfia para velas e cordas da ilha de Mafía.⁶⁵ Para além dos pormenores desta indústria, destacamos que a observação e registro das características técnicas das embarcações e dos instrumentos de navegação aí produzidos e/ou utilizados ocupou muitas páginas dos diversos relatos que precederam o envio da armada de 1505, o que nos leva a supor que a escolha deste porto como escala também tenha considerado uma maior facilidade em suprir as eventuais necessidades de insumos para reparos nas embarcações portuguesas.⁶⁶

A operação de Quiloa foi objeto de considerações minuciosas no regimento, que não descuidou de seu papel no comércio do ouro de Sofala. O já referido informante mouro de Sancho de Tovar e Pedro Álvares Cabral havia afirmado, anos antes, que a ilha de Sofala era possessão do rei de Quiloa⁶⁷; Alberto da Costa e Silva identifica um período de submissão de Sofala ao reino de Quiloa, mas localiza o término deste período nos finais do século XV, antes, portanto, da chegada dos portugueses ao Índico.⁶⁸ Malyn Newitt é categórico ao afirmar que “Sofala era um antigo centro mercantil cuja vida comercial de **modo nenhum** se centrava em Quiloa”.⁶⁹ Em sua segunda viagem à região, Vasco da Gama visitou as duas cidades; com o rei de Sofala, em situação de grande tranquilidade, assentou “paz e amizade”. Já do rei de Quiloa, Gama obteve a assinatura de um tratado de vassalagem por meio de ameaça militar:

“[...] aos 12 deste mês de julho de 502 e me quisera ver com El-rei para com ele fazer paz e amizade e ele se não quis ver comigo mas antes se houve mui descortesmente pelo qual me armei com toda a gente que tinha com determinação de o destruir, e me fui em meus batéis defronte de sua casa, e pus a proa em seco e o mandei chamar muito mais descortesmente do que se ele comigo houve. E ele houve por seu barato fazê-lo assim e veio e fiz com ele paz e amizade com tal condição que ele pague de tributo e páreas a El-rei meu senhor mil e quinhentos maticais d’ouro em cada um ano os quais mil e quinhentos maticais me logo pagou deste ano presente em que estamos e se fez vassalo de Sua Alteza [...]”.⁷⁰

⁶⁵ Cf. NEWITT, M. op.cit. p.27.

⁶⁶ “Item, as naus desta terra são grandes e sem cobertas e não tem pregadura, e andam apertadas com tamica e [...] os barcos e suas velas são esteiras de palma e os marinheiros delas têm agulhas genoiscas por que se regem e quadrantes e cartas de marear.” Diário de viagem de Vasco da Gama, op. cit. p.20.

⁶⁷ Cf. “Relação italiana...”, op. cit., pp.44-56.

⁶⁸ Cf. SILVA, A.C. *A enxada e a lança...* op. cit., pp.364-371.

⁶⁹ Cf. NEWITT, M. op. cit., p.28. [grifo nosso].

⁷⁰ Cf. “Ordem de Vasco da Gama aos capitães dos navios que aportarem a Quiloa”. Quiloa, 20 de julho de 1502. DPMAC, vol. I, pp.36-38.

O estabelecimento de acordos em circunstâncias e de teor tão diversos indica que desde pelo menos 1502 as autoridades portuguesas conheciam a independência política de Sofala em relação a Quiloa. Acreditamos que a chave para compreender a razão de Quiloa ser elencada como estratégica para o trato do ouro de Sofala não seja uma suposta submissão política, mas, novamente, o regime de monções do Índico. Como Newitt esclarece, embora os destinos do ouro fossem a Índia e o golfo Pérsico, só muito raramente os mercadores destas regiões efetuavam viagens diretas a Sofala; isto porque o regime de monções só permitia aos árabes e guzerates alcançar a costa índica africana no período entre outubro e março, e a viagem de regresso deveria necessariamente ser realizada entre abril e setembro.⁷¹

Era, portanto, muito difícil, senão impossível, atingir um ponto tão a sul como Sofala e retornar em uma única estação. Quiloa, mais ao norte, encontrava-se em localização ideal para desempenhar o papel de intermediária. Este, entre outros aspectos, possibilitou que ao longo dos séculos, Quiloa fosse adquirindo uma excepcional, porém não exclusiva, importância para o comércio internacional; quando da chegada dos portugueses, detinha um importante *hinterland* agrícola e era o centro de uma rede local de pequenas cidades mercantis, que suplementavam e complementavam as trocas comerciais da grande metrópole com os mundos árabe e indiano.⁷² O regimento demonstra clareza com relação a esta posição, indicando que ali havia “grande riqueza de ouro pelo muito tempo que há que tem o trato de Sofala”⁷³ e, para além, que devido a este trato secular, rei e mercadores eram “mui ricos”.⁷⁴

Os primeiros contatos e os estabelecimentos muçulmanos na região datam dos séculos IX e X. Quiloa, no século IX, era habitada por populações bantu que se dedicavam à pesca e produziam cerâmica vermelha “com o rebordo muitas vezes delicadamente ornamentado por uma faixa de riscos finos em treliça”.⁷⁵

[...] conheciam o fabrico do ferro e trabalhavam o cobre. Tinham um rei. E deviam, já então, manter comércio regular com o interior do continente. Para alimentar esse escambo, manufaturavam contas, tendo conchas como matéria-prima. E recolhiam cauris, que usavam possivelmente como moeda interna e externa. O sal, o peixe seco, o gado, os cereais e as frutas garantiam

⁷¹ Ver Mapa I.

⁷² É ainda Newitt que aponta que Quiloa situava-se em uma espécie de “bifurcação”, da qual um dos caminhos seguia rumo ao norte de Madagascar via Comores e o outro levava ao sul, para a costa de Sofala. NEWITT, M. *História de Moçambique*. pp.28-29. Ver Mapa I.

⁷³ “Regimento de capitão-mor...”, op. cit., p.198.

⁷⁴ Idem, ibidem.

⁷⁵ SILVA, A.C. *A enxada e a lança...*, op.cit., p.352.

a constância das trocas. As transações faziam-se também ao longo das praias, em pequenos barcos. E a essa atividade costeira, que fazia afluir para ela os produtos de outros pontos do litoral, que por sua vez mercadejavam com o interior, iria dever Quiloa em grande parte seu progresso.⁷⁶

A localização estratégica, associada ao paulatino crescimento comercial regional, transformou Quiloa em um entreposto de marfim e outros produtos que, à época, interessavam aos árabes, persas, indianos e chineses. Imigrantes muçulmanos estabeleceram-se na cidade neste período. Do século XII em diante, grosso modo, a penetração islâmica avançou para o sul, alimentada principalmente pelo desenvolvimento das trocas mercantis no Índico, pelo aumento da área de influência do Egito ao Mar Vermelho, Adem e sudoeste da Arábia e pela conquista da Índia por grupos islâmicos. Nos finais do século XIII esse processo ganhou ainda mais fôlego com a conversão ao islamismo das populações da Indonésia.⁷⁷

Conhecedores das dinâmicas e variadas estratégias comerciais adotadas no Índico, é possível que os portugueses estivessem traçando um projeto em que se pretendia, a um só tempo, dominar comercialmente tanto o porto da principal região aurífera – Sofala – quanto um dos mais importantes entrepostos do comércio com os árabes e guzerates – Quiloa – e bloquear um possível desvio deste produto, por terra, pelos mercadores islâmicos.⁷⁸ O regimento deixava clara a relação intrínseca que pretendia estabelecer entre as duas cidades, uma vez que o controle de ambas é considerado indispensável ao trato da pimenta. Deste modo, as duas guarnições foram equiparadas em termos de soldos e liberdades comerciais.

No que toca especificamente ao estabelecimento da fortaleza de Sofala, objeto de interesse mais direto para os propósitos desta dissertação, uma vez que desta cidade partiram em direção ao Monomotapa os viajantes, os cronistas e aqueles que mais tarde viriam a se estabelecer nas terras deste soberano, os planos foram mais esmiuçados do que aqueles traçados para Quiloa. Desta, o regimento se ocupou ao longo de quatro “capítulos”; para aquela, foram destinados oito. Esta desproporção explica-se – apenas em parte – porque as determinações para Sofala foram escritas primeiro e como muitas

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁷ CURTO, D.R. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p.87.

⁷⁸ E lembramos vós no caso que dano lhe hajais de fazer que aqui temos informação que **há grande riqueza d’ouro pelo muito tempo que há que tem o trato de Sofala** e que nos é dito que o rei é muito rico e assim que há aqui mercadores mui ricos e que **há aqui também muitas mercadorias muito proveitosas para o trato de Sofala pela escapola que se ali fazia**. E portanto vigiai e fazei nisto tudo o que de vós confiamos para tudo se arrecadar de maneira que se não perca nada. “Regimento de capitão-mor...”. op. cit., p.198. [grifos nossos].

delas eram semelhantes para Quiloa, o regimento indicava, nos capítulos subsequentes, destinados a esta última, que se “faça” como em Sofala. Entretanto, o fato de Sofala ser o porto mais próximo das regiões auríferas da costa índica parece um motivo mais consistente para que os projetos de tal empresa fossem mais cuidadosamente elaborados.

Para Quiloa as orientações previam as seguintes possibilidades: i) tomar a cidade à força, caso esta apresentasse resistência, cativando os mouros e confiscando-lhes as fazendas; ii) caso os mouros não oferecessem resistência, a orientação era para que lhes deixassem ir sem feri-los, não sem antes confiscar-lhes as fazendas; iii) caso o rei estivesse cumprindo o pagamento dos tributos acertados pelo tratado de vassalagem assinado em 1502, D. Francisco, em missão diplomática, deveria dirigir-se a ele e informar os planos de construção da fortaleza. Com consentimento do rei, a fortaleza seria construída sem maiores embaraços; sem seu consentimento, D. Francisco lhe deveria fazer “todo o dano” que pudesse.⁷⁹

Sendo considerada apenas um entreposto, garantir sua posse significaria eliminar os concorrentes islâmicos daquela importante cidade e desorganizar suas redes comerciais, o que traria óbvias vantagens ao comércio português. Já em Sofala se deveria tomar o cuidado de não fazer dano às fazendas e às pessoas dos “naturais da terra”. Com eles a relação teria forçosamente que ser estabelecida em bases distintas, uma vez que os portugueses não conheciam e, naquele momento, não dispunham dos meios e condições para acessar as rotas de acesso ao ouro do interior, e precisariam destes intermediários.⁸⁰ Deste modo, na medida em que o regimento recomendava que se atacassem impiedosamente os mercadores mouros “que aí estiverem de quaisquer partes que sejam”, cativando suas pessoas e confiscando suas fazendas⁸¹, tomava-se o cuidado de ressaltar que

“[...] aos naturais da terra não fareis dano assim em suas pessoas como em suas fazendas, porque tudo queremos que lhe seja guardado, **dizendo-lhes que aos ditos mouros que mandamos cativar e tomar todo o seu, o**

⁷⁹ Cf. “Regimento de capitão-mor...”, op. cit., p.196.

⁸⁰ Desde o informante mouro de Cabral, já se tinha notícia de que o ouro de Sofala provinha do interior, conforme referido anteriormente.

⁸¹ O ouro espoliado aos “mouros”, depois de cuidadosamente “carregado em receita” pelo escrivão da nau de D. Francisco, deveria ser levado e entregue aos feitores da Índia. Somente os excedentes à quantia de 30 mil dobras deveriam ser imediatamente remetidos a Portugal. Esta passagem do documento, somada àquela em que se faz recomendações especiais relativas às mercadorias de Cambaia para o trato com o ouro de Sofala, autorizam a interpretação da relação pretendida entre o ouro de Sofala e o trato da pimenta. “Regimento de capitão-mor...”, op. cit., pp.176-258.

mandamos assim fazer por serem inimigos de nossa santa fé católica, e com eles termos continuadamente guerra, e que a eles sempre havemos de folgar de fazer todo o bem e mercê e de serem bem tratados, e aproveitados, assim como **coisas nossas próprias**, em cujo lugar sempre os havemos de ter. E que não se escandalizem de coisa alguma, porque em tudo receberão favor e bom trato. E nos direitos do rei, a saber, aqueles que ele houver da terra, nos praz que não bulais e lhos deixeis haver assim como os havia, até nós mandarmos o contrário, e com todas boas palavras seja o dito rei e os da terra bem tratados e favorecidos”.⁸²

Esta passagem revela o pragmatismo da empresa portuguesa. Embora parte considerável de suas ações no Índico tenha se justificado pela guerra aos infiéis⁸³ – ideia indubitavelmente expressa neste trecho do regimento – na medida em que o ataque aos mercadores de Sofala justificar-se-ia perante os “naturais da terra” sob o prisma da guerra santa, a Sofala do século XVI era uma cidade profundamente islamizada, e seu próprio soberano, bem como a maior parte daqueles que o regimento classificava como “naturais da terra”, professavam a fé muçulmana.⁸⁴ Note-se que nos capítulos concernentes a Quiloa não se fez tal distinção. Embora recomendasse que, caso este rei estivesse cumprindo com o pagamento de tributos acertados no tratado de vassalagem, não se lhe fizesse mal algum, o regimento tomava todos os habitantes de Quiloa, sem exceção, por mouros, que, em caso de resistência, deveriam ser submetidos à força.

Se, de modo geral para as cidades comerciais do Índico, pertencer a uma linhagem do xarifado constituía a base do prestígio em que o sucesso mercantil se assentava, em Sofala esta necessidade coadunava-se com a igual importância dos laços de parentesco com as principais linhagens africanas, fundamentais para a boa condução do comércio no interior e para os negócios correntes na cidade. Por meio de casamentos o próprio xeque e os demais mercadores de Sofala uniam-se às famílias importantes dos reinos do *hinterland* contíguo. A segurança da cidade, bem como o abastecimento de víveres e a passagem segura das caravanas comerciais de e para o interior dependia intrinsecamente da amizade com os poderes africanos do interior e, portanto, “da rede de laços familiares que com eles se pudesse estabelecer”.⁸⁵

Não há como especular que D. Manuel e seus assessores na redação do regimento desconhecessem este dado. Conforme já referimos, Castanheda dá conta de que Vasco da Gama esteve em Sofala por vários dias, durante os quais se encontrou

⁸² “Regimento de capitão-mor...”, op. cit., p.180. Grifos nossos.

⁸³ Sobre como se integraram a “missão universalista de promotor da paz na cristandade e destruidor do Islão”, assumida por D. Manuel, e os projetos comerciais portugueses para o Índico, ver THOMAZ, L.F. *De Ceuta...* op. cit., pp.174-184.

⁸⁴ Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.25.

⁸⁵ Idem, p.27.

com o xeque e tratou de “assentar paz e amizade”, de modo que nos parece pouco provável que a Gama tenham passado despercebidas essas características essenciais do funcionamento da rede comercial que ligava Sofala ao interior. Deste modo, consideramos que a recomendação expressa de tratar com deferência o “rei” e os “naturais da terra” tinha como objetivo acessar esta rede por meio da amizade com o xeque e seus súditos.⁸⁶

Acabado o “feito” de cativar e espoliar os comerciantes mouros, e tranquilizar o “rei” e os “naturais da terra”, D. Francisco, juntamente com Pero de Anhaia, os demais capitães e “quaisquer outras pessoas” cujos conhecimentos fossem considerados úteis para tal empresa, deveria eleger a melhor localização para o estabelecimento da fortaleza, tendo em conta o melhor sítio para ancoragem dos navios⁸⁷, proximidade de fontes de água potável e de lenha e “segurança de todo outro serviço necessário [...] e toda outra coisa”. Escolhido o sítio, todos os tripulantes da frota, bem como os capitães e oficiais, deveriam ocupar-se da construção de um abrigo minimamente seguro para a artilharia e “as coisas que para aqui vão ordenadas”, de modo a terminá-lo o mais brevemente possível, ainda que se tivesse de trabalhar “de dia e de noite” na obra. Garantida a segurança mínima das coisas e pessoas que ali ficariam, D. Francisco deveria partir imediatamente, deixando a Pero de Anhaia a tarefa de finalizar a construção, para aproveitar a monção favorável e seguir adiante.

O capítulo 96, o penúltimo do regimento, cancelou totalmente o plano para Sofala, e ordenava que, uma vez dobrado o cabo da Boa Esperança, a armada fosse diretamente a Quiloa, uma vez que Pero de Anhaia ficara retido em Portugal. A não implementação dos planos de Sofala em 1505 não invalida a análise, uma vez que, com pequenas e localizadas alterações, Pero de Anhaia, muito provavelmente, recebeu regimento com as mesmas instruções.⁸⁸ Ademais, o que está em causa por ora é o

⁸⁶ O regimento, entretanto, deixa claro que esta ordem era temporária: “[...] nos direitos do rei [...] não bulais e lhós deixes haver assim como os havia **até nós mandarmos o contrário**. [...]”. “Regimento de capitão-mor...” op. cit. p.180. O que permite especular que este primeiro contato teria um caráter mais prospectivo e que, tão logo fosse possível acessar as redes comerciais de e para o interior, estariam previstas drásticas alterações da política para a região.

⁸⁷ O sítio escolhido deveria ser “seguro do mar comer a terra porque somos informados que gasta o mar ali muito dela, e que há aí também grandes cheias do rio”. pp.182-184. O trecho revela que em 1505 já se dispunha de informações pormenorizadas acerca das características ambientais da ilha de Sofala, como as inundações e a ação erosiva do rio e do mar sobre a mesma.

⁸⁸ Pero d’Anhaia, nomeado capitão de Sofala em 1505, deveria acompanhar a armada de D. Francisco de Almeida. Seu navio afundou no Tejo e ele demorou-se em Portugal até maio deste ano, quando seguiu para assumir seu posto na África Índica. Cf. “Relação das pessoas que foram para a Índia em 1505”. DPMAC, vol.1, p.84. “Regimento do capitão-mor...”, op. cit., p.256. Não localizamos o Regimento de Pero d’Anhaia. Este muito provavelmente se perdeu, como sugere a nota do editor ao vol.1 dos DPMAC,

projeto português de interceptação dos diversos elementos constituintes do dinâmico e rico comércio índico. Os sucessos e insucessos na implementação deste projeto, especificamente no que tange à contracosta africana, serão objeto de análise pormenorizada adiante.

Por fim, o regimento estabelecia a partida anual de naus para o comércio regular de mercadorias; para, simultaneamente, garantir a segurança destas naus e das fortalezas, fechar o estreito aos mouros e vedar ao Cairo o acesso ao Índico, dispôs sobre a manutenção de esquadras permanentes, de modo a organizar a vigilância naval da costa africana até o Estreito.⁸⁹ Regulamentava-se, ainda, um regime geral de presas para o corso contra os mouros e estabelecia-se total proibição – alicerçada em severas penalidades àqueles que a infringissem – da venda de armas aos mesmos.⁹⁰

Deste modo, o regimento apresenta um projeto para o Índico segundo o qual se manteria, a princípio, a subordinação dos espaços a uma rede⁹¹ centralizada na figura do governador, ou vice-rei, D. Francisco de Almeida. As feitorias cumpririam diferentes papéis no interior desta estrutura: Cochim, Ceilão e Cananor forneceria pimenta e especiarias, interesse central dos lusitanos no Índico; uma vez que estes produtos somente poderiam ser obtidos em troca de metais preciosos, os lusitanos projetaram estabelecer fortalezas/feitorias nas cidades de Sofala, pela proximidade aos centros produtores de ouro, e Quiloa, por sua localização estratégica. A Ilha de Moçambique enquadrava-se neste projeto pela localização estratégica e, possivelmente, pela facilidade de obtenção de insumos para eventuais reparos nas naus da Carreira da Índia.⁹²

mas podemos supor que as principais orientações para Sofala, constantes do regimento aqui referido, tenham transitado inalteradas para o de Anhaia, uma vez que este parece ter se empenhado na implementação das disposições aqui apresentadas.

⁸⁹ Para cada uma das fortalezas seguiram navios ordenados, com a função de patrulhar as costas e oferecer segurança às mesmas. “Regimento do capitão-mor D. Francisco de Almeida”. 5 de março de 1505. DPMAC, vol. I, pp.176-258.

⁹⁰ Certas disposições da carta de poderes, especialmente aquelas relativas à fiscalização dos oficiais e aquelas referentes às alçadas cível e crime, encontram-se reafirmadas no regimento, que também se ocupa dos pormenores da gestão da Fazenda real. O capítulo final reitera a liberdade de introdução de alterações ao regimento já disposta na Carta de Poder. Além de inúmeros e detalhados capítulos de regras para a África e o comércio do Índico, elencava as obrigações dos feitores, o regime de compras, de contabilidade, disciplina dos marinheiros, liberdades comerciais, restrições ao comércio de mercadorias etc.

⁹¹ THOMAZ, L.F. *De Ceuta...* op. cit. pp.214-215.

⁹² Ver Mapa I.

Pero de Anhaia e a construção da fortaleza de Sofala

Comandando uma armada de seis velas, Pero de Anhaia partiu de Portugal com destino a Sofala a 18 de maio de 1505, alcançando esta cidade provavelmente em setembro do mesmo ano. Três das embarcações deveriam seguir até a Índia, de onde levariam a Portugal a carga de especiarias, e as outras três deveriam guardar a costa de Sofala, oferecendo a segurança necessária para que Anhaia construísse a fortaleza conforme o planejado. De acordo com uma *Relação das armadas*, dois navios foram danificados e perdidos – entre eles, aquele que levava o cofre com o cabedal para a carga da pimenta – e outros dois capitães morreram em circunstâncias trágicas: João Leite teria se afogado durante uma pescaria e João de Queiróz teria sido morto, juntamente com mestre, piloto e parte da tripulação, por habitantes da região do Cabo das Correntes. Sabemos que Pero de Anhaia e Manoel Fernandez chegaram ao destino.⁹³

Sabemos também que o capitão cumpriu a determinação de instalar a fortaleza em relação amistosa com Yussuf, o rei de Sofala, conforme explicitado pela relação de presentes que foram entregues ao xeque por esta ocasião:

[...] uma camisa branca de algodão com ourelas de seda e avaliada em matical, e um godomecy de dezesseis peles de couro branco e azul e roxo com ourelas de ouropel, e duas almofadas de godomecy azul e branco, e um alquice de laçar largo [...] e uma bacia de latão grande de bordas, e outra bacia de mijar [*sic*] pequena, e dois ramais de corais que pesaram nove onças, e um ramal de alambares muito grossos, e dois fios de contas de estanho grossas de cinquenta contas cada uma, e quatro ramais de contas de estanho miúdas que tinham todos quatro cinquenta e duas contas, e um maço de contas cristalinas de Veneza azul, que tinha quinhentas contas, e sete varas de pano de Bretanha branco bornido, e quatro varas de toalhas de mesa.⁹⁴

A monta e a qualidade dos presentes parecem fazer jus à riqueza da corte, conforme foi descrita por Fernão Lopes de Castanheda. Segundo este autor, as casas do rei situavam-se ao longo do rio, em uma povoação chamada Iangoé, de casas grandes e térreas, “de obra de mil vizinhos”, entre os quais muitos mouros mercadores. O encontro da embaixada portuguesa com o xeque de Sofala deu-se em uma das propriedades deste:

⁹³ “Relação das armadas”. 1505. DPMAC, vol.I, pp.90-92.

⁹⁴ “Mandado de Pero de Anhaia”. 27 de outubro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.296-298. Sobre as mercadorias, ver Glossário.

[...] uma casa mui comprida e estreita, onde estavam assentados bem cem mouros homens baços, todos mercadores, com fotas de seda nas cabeças e nus da cinta para cima, e daí para baixo cingidos de panos de algodão, e de seda, e outros tais sobraçados, e nas cintas uns cuitelos [...] com tachas de marfim guarnecidos de ouro, a que eles chamam quifios: tinham nas mãos uns ramais d'alambres serrados pelo meio com borlas de sedas de muitas cores, estavam assentados de uma parte e de outra em trepeças baixas de três pés em triângulo, e os assentos eram de couro com cabelo. [...] El rei estava em uma casinha armada de panos de seda, e não era maior que quanto cabia um esquife da Índia em que el rei estava deitado sobre um pano de seda: era homem de grande corpo, membrudo e preto: estava ataviado da mesma maneira que os mouros, se não que os seus panos eram de maior preço, e tinha junto consigo um grande molho de azagaias.⁹⁵

Como ocorrera com Vasco da Gama anos antes, Anhaia foi recebido com grande honra e cortesia. O xequê concedeu autorização para que Anhaia prospectasse a terra ao longo do rio e escolhesse o terreno que melhor lhe aprouvesse para a construção da fortaleza, “porque ainda que não fosse seu o compraria para lho doar”. O capitão-mor escolheu um sítio entre Iangoé e outra povoação com cerca de 400 vizinhos; “era um chão grande com sete casas de palha, cercado da banda do sul dum grande palmar e do norte do rio”. Segundo o cronista, em meados do mês de setembro se instalaram nestas casas o capitão-mor, o alcaide, o feitor e os oficiais da feitoria, que rapidamente foi assentada para que se iniciasse o trato o quanto antes.⁹⁶

Outros documentos corroboram a datação de Castanheda, sugerindo que, embora a fortaleza não passasse de “um pequeno cercado, com fosso perimétrico e dentro do qual se ergueram duas paliçadas”, em outubro deste ano a feitoria estava em operação.⁹⁷ É possível especular que esta operação se dava de forma precária, uma vez que parte da gente necessária às tarefas de construção e segurança da fortaleza se perdera, mas, de todo modo, um documento datado de 24 deste mês refere que o almoxarife dos mantimentos estava ocupado em “recolher os mantimentos e apousentações”⁹⁸ – instalar os armazéns em terra e distribuir o aquartelamento – e um mandado assinado por Pero de Anhaia dava as providências para a instalação do serviço religioso.⁹⁹ Um terceiro documento data de 30 de outubro da instalação do serviço de almoxarifado dos mantimentos.¹⁰⁰

⁹⁵ CASTANHEDA, op.cit., Livro II, pp.34-35.

⁹⁶ Ibidem, pp.35-36.

⁹⁷ REIS, J.C. (org). op.cit. p.26. Segundo Castanheda, “a vinte e um de setembro do ano de mil quinhentos e cinco mandou o capitão-mor cercar aquelas casas de cava de doze palmos de altura e outros tantos de largura; e que havia de ser quadrada, porque dentro se havia de fazer a fortaleza”. Livro II, p.36.

⁹⁸ “Mandado de Pero de Anhaia”. 24 de outubro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.292-294.

⁹⁹ “Mandado de Pero de Anhaia”. DPMAC, vol.I, pp.128-134. Conforme esclarece nota do editor dos DPMAC, o documento original encontra-se muito deteriorado, o que dificulta sua datação. Entretanto,

Considerando a recepção amistosa e a concessão das terras para a construção da fortaleza, se poderia imaginar que a instalação lusitana em Sofala correria sem sobressaltos. Em outubro de 1505 os portugueses contavam com ao menos um servidor mouro na fortaleza.¹⁰¹ Em janeiro de 1506 Pero de Anhaia dava início a uma estratégia de extensão dos laços diplomáticos em direção ao interior, ao remeter presentes a “um rei mouro que vive pelo rio acima comarcão com os cafres” e enviar dois emissários à corte de um “rei cafre”.¹⁰² Esses enviados foram muito bem recebidos pela esposa do monarca e, em seu retorno, trouxeram recado que dizia que “ela e seu marido estavam ali naquela sua terra a serviço Del-rei nosso senhor”.¹⁰³ Em fevereiro, Anhaia realizou dois movimentos importantes no sentido de institucionalizar o comércio português na costa: enviou seu filho, Francisco de Anhaia, como capitão de uma flotilha que, além de patrulhar e bloquear a costa à navegação dos mouros, levava consigo mercadorias como panos de Bretanha, manilhas de latão, corais, alambares, matamugo e outras, para “mostrar nos portos em que chegar”, e remeteu amostras de ouro para as Casas da Índia e da Guiné para que se procedesse a uma investigação de qualidade e à fixação do câmbio do matical.¹⁰⁴

Entretanto, em meados de abril do mesmo ano – apenas sete meses após a sua fundação – a fortaleza foi violentamente atacada por moradores das duas povoações de Sofala. Não há consenso na documentação sobre a quantidade de homens que teria participado do ataque: nas contas de Castanheda seriam mil; Francisco de Albuquerque, em carta ao rei de Portugal, dá conta de que Anhaia teria sido cercado por “mais de vinte mil homens”.¹⁰⁵ Diogo de Alcáçova afirma que além dos 800 moradores das duas vilas de Sofala, haveria dez mil homens sob o senhorio do xeque, dos quais sete mil acudiriam “de um dia a outro” ao toque de seu atabaque.¹⁰⁶

sendo o serviço religioso um dos primeiros que deveria ser organizado, pode-se supor que o mandado é de outubro de 1505.

¹⁰⁰ “Mandado de Pero de Anhaia”. 30 de outubro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.304-306.

¹⁰¹ “Mandado de Pero de Anhaia, capitão-mor de Sofala, para o feitor Manuel Fernandes”. DPMAC, vol.I, pp.300-302.

¹⁰² “Mandado de Pero de Anhaia”. 13 de janeiro de 1506. DPMAC, vol.I, p.370. Tomamos a palavra “comarcão” no sentido de limítrofe ou fronteiro.

¹⁰³ “Mandado de Pero de Anhaia”. 31 de janeiro de 1506. DPMAC, vol.I, p.384.

¹⁰⁴ “Mandado de Pero de Anhaia”. 3 de fevereiro de 1506. DPMAC, vol.I, p.402 e “Mandado de Pero de Anhaia”. 11 de fevereiro de 1506. DPMAC, vol.I, p.418. Em 1516, João Vaz da Almada, alcaide-mor e capitão interino da fortaleza de Sofala, informava que o matical equivalia a 500 reais até aquele ano e que, a partir de um mandado real, passava a valer 467 reais. “Rol do pagamento de soldos e mantimentos na fortaleza de Sofala”. 1516. DPMAC, vol.IV, p.272.

¹⁰⁵ “Carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. Cochim, 1 de abril de 1512. DPMAC, vol.III, p.222.

¹⁰⁶ “Carta de Diogo de Alcáçova para El-rei”. Cochim, 20 de novembro de 1506. DPMAC, vol.I, p.396.

Na impossibilidade de precisar o número de pessoas envolvidas no ataque, passamos à narração do episódio:

Neste tempo os nossos que estavam na tranqueira de Sofala **estavam em muita paz com a gente da terra e havia grande resgate de ouro**, o que os mouros sentiram muito, porque viam que lhe tiravam os nossos o ganho [...] fizeram crer a el rei Yussuf que os nossos não eram ali vindos para resgatar ouro somente, mas para lhe tomar a terra, porque ficassem de todo senhores do ouro que havia nela [...] e que se ele os queria lançar fora da terra que então tinha muito bom tempo, assim por eles serem muito poucos e doentes, como por não lhes poder vir socorro de nenhuma parte. Ao rei pareceu bem o conselho dos mouros e apercebeu sua gente para o executar.¹⁰⁷

Diversos documentos informam que Acote, mouro da corte do xeque Yussuf que tornara-se amigo dos portugueses desde sua chegada, descobriu o plano e informou ao capitão-mor, acorrendo com cem homens em seu auxílio. De dentro da tranqueira os portugueses responderam com artilharia pesada ao ataque de “flechas de fogo, tições acesos, pedras e paus tostados”. O combate durou todo o dia e deixou como saldo o campo ao redor da tranqueira “coberto de mortos”. Assustados com a artilharia lusitana, os demais combatentes fugiram para Iangoé. Anhaia não se deu por satisfeito. No dia seguinte embarcou com alguns homens em dois batéis bem armados e foi a Iangoé, ao encontro de Yussuf.

E como os inimigos estavam atemorizados do dia passado, em vendo os nosso fugiram para as casas del rei, onde tiveram com os nossos uma mui áspera peleja sobre a entrada, e todavia os nossos entraram fazendo grande matança nos inimigos. E vendo-se el rei entrado, e sentindo os nossos na casa em que estava [...] começou de tirar com as azagaiaes que tinha a par de si, e acertou de dar com uma no pescoço ao nosso capitão, e feriu-o um pouco. O que, visto pelo feitor, remeteu a el rei e cortou-lhe a cabeça, e com sua morte se desbarataram de todo os inimigos, e fugiram, e os nossos ficaram senhores das casas e do lugar, a que o capitão não quis fazer mais dano por ser já morto el rei Yussuf, cuja cabeça o capitão mandou pregar no bico de uma lança e arvorá-la diante da tranqueira, para que os da terra a vissem e se escarmentassem para guardar lealdade aos nossos.¹⁰⁸

Segundo Castanheda, em reconhecimento à lealdade de Acote, Pero de Anhaia o fez rei de Sofala, e “com isso ficou a terra de todo pacífica”. Anhaia morreu algum tempo depois, provavelmente em decorrência do ferimento impetrado por Yussuf. Na versão do cronista, para quem os portugueses estavam “em muita paz com a gente da

¹⁰⁷ CASTANHEDA, F.L. op.cit., p.95. [grifos nossos]. A descrição deste episódio é bastante semelhante em Castanheda, João de Barros, op.cit., e em Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor rei D. Manoel*, 1749. Disponível em: http://books.google.com/books?id=0vTmAAAAMAAJ&dq=acote&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s. Acesso em 06/jun/2010.

¹⁰⁸ CASTANHEDA, F.L. op.cit., pp.97-98.

terra”, o ataque teria sido repentino e motivado pela intriga de poucos mouros, comerciantes prejudicados pelo trato lusitano, a quem o rei Yussuf teria dado ouvidos. Entretanto, uma série de mandados emitidos nos meses subseqüentes à fundação da feitoria sugere uma tensão crescente nas relações entre os portugueses e a população de Sofala, especificamente no que tange à questão do abastecimento de víveres para a fortaleza.

O volume das despesas com mantimentos é significativo. Tomemos o mês de dezembro de 1505: entre os dias 2 e 31 foram despendidas 1600 manilhas de latão, 260 milheiros de contas cristalinas redondas, 600 milheiros de matamugo, 50 varas de lenço branco, 10 dúzias de cascavéis e 3 dúzias de barretes baixos. No período mencionado encontramos seis mandados do capitão-mor que se referem especificamente à compra de mantimentos. O primeiro deles trata da aquisição de 50 vacas e 100 cabras para “bastimento” da fortaleza. A palavra “bastimento”, no contexto da documentação, refere-se à formação de reservas, o que sugere que os lusitanos começavam a encontrar dificuldades na compra de mantimentos das populações vizinhas. É importante lembrar que o abastecimento alimentar de Sofala dependia intrinsecamente das relações estabelecidas pelo xequê com os poderosos produtores do *hinterland*, e se estes, de fato, estivessem dificultando o abastecimento da fortaleza, certamente seria com o aval ou mesmo por ordem expressa do xequê. Dois documentos corroboram esta interpretação ao indicar que a busca por víveres alcançava distâncias cada vez mais alargadas: um deles menciona a distribuição de arroz trazido da Índia em substituição ao milho local; outro se refere a uma viagem em busca de mantimentos empreendida pelo bergantim São Cristóvão pelo rio de Sofala e rios vizinhos.¹⁰⁹

Ao contrário do que Castanheda afirma, os embates entre os mouros de Sofala e os portugueses não cessaram após a decapitação de Yussuf. Em agosto de 1506, Pero Quaresma escrevia ao rei:

¹⁰⁹ “Mandado de Pero de Anhaia”. 31 de dezembro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.344-346. “Mandado de Pero de Anhaia”. 29 de dezembro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.340-342. “Mandado de Pero de Anhaia”. 25 de dezembro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.336-338. “Mandado de Pero de Anhaia”. 15 de dezembro de 1505. DPMAC, vol.I, pp.322-324. “Mandado de Pero de Anhaia”. 2 de dezembro de 1505. DPMAC, vol.I, p.316. “Mandado de Pero de Anhaia”. DPMAC, vol.I, pp.332-334. Sobre o milho comprado às populações fronteiriças, ver HAIR, P.E.H. “Milho, Meixoeira and other foodstuffs of the Sofala Garrison. 1505-1525”. *Cahiers d'Etudes africaines*. 66-67, XVII 92-3), pp.353-363. No artigo o autor investiga a origem do cereal que foi tomado como milho pelos portugueses no início do século XVI, o qual, certamente, não é aquele originário das Américas.

[...] cheguei a Sofala a 11 dias de junho e Cide Barbudo havia um dia que chegara ali. Achamos a fortaleza desbaratada com Pero de Anhaia morto e o alcaide-mor e setenta e seis homens e sem mantimentos [...] **E estive aí até que os mouros se puseram em fazer paz com a fortaleza** [...] E de Sofala parti aos 14 dias de junho.¹¹⁰

Ou seja, a acreditar-se em Pero Quaresma foi apenas em junho – portanto quase três meses após o ataque à fortaleza – que as negociações de paz chegaram a termo. Novamente aqui as fontes são contraditórias com relação ao número de homens envolvidos no episódio: enquanto Pero Quaresma informa ter encontrado 67 pessoas na fortaleza, o *Rol de Pagamentos de Soldos e Mantimentos* de junho de 1506 cita nominalmente 109 moradores. Mais uma vez faz-se impossível estabelecer com precisão este tipo de pormenor. Sabemos que existiu uma carta para o rei português na qual Manuel Fernandes informava sobre as condições estabelecidas para a paz entre os portugueses e os moradores de Sofala. Infelizmente, esta carta se perdeu, restando dela apenas um sumário.¹¹¹

A explicação para esta aparentemente repentina mudança de atitude do xeque de Sofala em relação à presença da feitoria portuguesa em seu território passa necessariamente pela configuração das relações das cidades suaílis entre si e com a península arábica, e também pela própria constituição do Império português na Índia. Conforme já referido, o regimento de Francisco de Almeida estabelecia a instalação de uma rede comercial que ligava todos os seus pontos ao trato da pimenta, com vistas a dominar o mercado europeu das especiarias. Para que este projeto fosse bem sucedido, não bastava apenas penetrar nas redes comerciais pré-existentes no Índico; era preciso substituir todos os agentes deste comércio. Como esclarece Charles Boxer:

O domínio do comércio marítimo do Índico, primeiro pelos árabes e mais tarde, em grande parte, por muçulmanos de origem indiana, sobretudo guzerates, em ambos os casos foi obtido muito pacificamente. As pessoas envolvidas no comércio marítimo não viajavam com suas famílias [...] arranjavam mulheres [...] nos portos onde ficavam à espera das monções favoráveis para a viagem de regresso. Os filhos eram quase invariavelmente educados como muçulmanos [...]. Essas diversas colônias comerciais muçulmanas cresciam e floresciam [...]. Desse modo, os adeptos do Profeta disseminavam seu credo e o seu comércio desde a costa suaíli da África oriental até às ilhas das especiarias da Indonésia, sem ter de empregar os métodos militares que caracterizaram a expansão original do Islã do deserto da Arábia aos Pirineus e ao Himalaia. O fato de terem cooperado estrita e

¹¹⁰ “Carta de Pero Quaresma para El-rei”. 31 de agosto de 1506. DPMAC, vol.I, p.626. [grifo nosso].

¹¹¹ “Sumário de uma carta de Manuel Fernandes, capitão de Sofala, para El-rei”. 2 de novembro de 1506. DPMAC, vol.I, p.692.

cordialmente com os ricos mercadores e rajás hindus, em especial na costa ocidental da Índia, sem que nenhuma das partes tentasse converter a outra, consolidou o monopólio muçulmano do comércio no oceano Índico. Os portugueses perceberam imediatamente que só poderiam destruí-lo pela força bruta, e não pela competição pacífica.¹¹²

Segundo Luiz Filipe Tomaz, já a segunda armada enviada à Índia – aquela comandada por Pedro Álvares Cabral – levava instruções para “dar caça no Índico aos navios de Meca que encontrasse”. Do mesmo modo, desde 1502, uma armada portuguesa permanecia no Índico, patrulhando a boca do Estreito e a costa do Malabar, como informa Gaspar Correia:

[...] foi ordenado por El-rei que fossem andar de armada no Estreito de Meca contra as naus que fossem da Índia, por lhes tolher a navegação, que iam elas carregadas de pimenta e drogas, que corriam pelo Cairo a Veneza, e dali por todo Levante, e Poente, o que se assim não fosse, que estas drogas assim não passassem por Meca, muito maior valia e maior saca teriam estas mercadorias em Lisboa, e também tirando esta navegação aos mouros seria causa de eles despejarem a Índia, e se irem viver a outras terras, com que não havendo mouros na Índia ficaria pacífica, para mais brevemente poder meter sob seu senhorio, e com esta intenção fez esta armada, e sempre mandou guardar o estreito de Meca por esta causa.¹¹³

Nesses primeiros anos do século XVI foram registrados conflitos envolvendo os lusitanos e os chefes mamelucos do Cairo e do Império turco, entre outros.¹¹⁴ João de Barros, ao descrever a viagem de Cabral, já afirmara que os portugueses, após os conflitos provocados pela presença de Vasco da Gama em Moçambique e Mombaça, tinham “por aquela costa, entre os mouros, fama de mui cruéis, e que não perdoavam a fazenda nem as pessoas”.¹¹⁵

Considerando que, conforme afirma Randall L. Powels, os contatos entre as cidades suáílis da costa africana e entre estas e o Mar Vermelho – notadamente as cidades do sul da Arábia e Hijaz – se mantiveram ativamente, a despeito das tentativas portuguesas de controle, não é descabido inferir que notícias sobre a atuação lusitana tanto nas localidades mais distantes, como aquelas a que se refere Thomaz, quanto naquelas bastante próximas, como é o caso de Quíloa e Moçambique, chegassem aos ouvidos dos mercadores de Sofala, desnudando o plano português de controle do comércio do Índico e desencadeando uma violenta reação ao estabelecimento lusitano

¹¹² BOXER, C. op.cit., pp.60-61.

¹¹³ CORREIA, G. op.cit.

¹¹⁴ THOMAZ, L.F. *De Ceuta...*, op.cit., pp.177-179.

¹¹⁵ BARROS, J. *Década I*, liv.V, cap.II. p.397.

naquela cidade.¹¹⁶ É o próprio Castanheda quem elenca os prejuízos comerciais dos mouros como principal motivo para o ataque à fortaleza:

Neste tempo os nossos que estavam na tranqueira de Sofala estavam em muita paz com a gente da terra e havia grande resgate de ouro, o que os mouros sentiram muito, porque viam que lhe tiravam os nossos o ganho que dantes tinham, e cada vez lho haviam de tirar se lhe não atalhassem com os fazerem lançar da terra.¹¹⁷

A despeito da reação moura, os portugueses de Sofala saíram vitoriosos do conflito. Damião de Góis, bem como Castanheda, informa que imediatamente após a vitória contra Yussuf, Pero de Anhaia instituiu a Acote o senhorio de Sofala. Este, em troca, teria assinado um tratado de vassalagem ao rei de Portugal.¹¹⁸ A documentação administrativa não confirma este dado: Pero de Anhaia, em mandado de 19 de maio de 1506, reconhecia a valiosa contribuição prestada por Acote na forma de presentes enviados a três de suas esposas, mas não se referia a ele como novo xeque ou senhor de Sofala¹¹⁹; Manuel Fernandes, feito capitão-mor após a morte de Anhaia, referiu um certo Salomão, “filho del rei de Sofala quando o ergui por xeque e regedor desta terra por el rei nosso senhor”.¹²⁰ Para os propósitos desta dissertação, mais do que os pormenores sobre quem assumiu o trono de Sofala, interessa o importante dado, expresso nas crônicas e no mandado de Manuel Fernandes, de que a vitória sobre Yussuf marcaria o fim da autonomia política do xeque de Sofala, transferindo para o capitão da fortaleza o arbítrio das questões locais.

A vassalagem do rei de Sofala, contudo, não parece ter significado uma sólida garantia do restabelecimento das condições mínimas necessárias à continuidade dos negócios da feitoria. A documentação administrativa produzida ao longo do ano de 1506 é marcada por uma série de presentes oferecidos a reis e rainhas mouros e “cafres” com vistas a estabelecer relações comerciais ou garantir o abastecimento de víveres. Conforme já explicitado, a peculiar conformação política e econômica da cidade de Sofala assentava nas relações de parentesco estabelecidas com as famílias importantes dos reinos do *hinterland* contíguo. Da amizade com os poderes africanos do interior

¹¹⁶ POUWELS, R.L. “Eastern Africa and the Indian Ocean to 1800: Reviewing Relations in Historical Perspective”. *The International Journal of African Historical Studies*. Boston University; African Studies Center. Vol.35, nº2/3 (2002), pp.385-425.

¹¹⁷ CASTANHEDA, F.L. op.cit., p.95.

¹¹⁸ GÓIS, D. op.cit., p.169.

¹¹⁹ “Mandado de Pero de Anhaia”. 19 de maio de 1506. DPMAC, vol.I, pp.508-510.

¹²⁰ “Mandado de Manuel Fernandes”. 12 de setembro de 1506. DPMAC, vol.I, p.666.

dependiam a segurança e o abastecimento da cidade, bem como a passagem segura das caravanas comerciais. O que a documentação sugere é que os portugueses buscavam estabelecer o mesmo padrão de relações diretas com os vizinhos, lançando mão não de uma política de matrimônios, mas de uma estratégia de acordos de “paz e amizade”.

Nesse sentido, é interessante destacar que quase imediatamente após a morte de Yussuf, Anhaia utilizou os serviços de um mouro de nome Ale para enviar cartas suas a um rei que vivia rio acima, também mouro. Desconhecemos o conteúdo destas cartas, mas a resposta a elas foi o envio de um filho do rei a Sofala, juntamente com Ale, que trazia “palavra e certidão de como estava a serviço Del-rei nosso senhor, e era e seria sempre seu vassalo”.¹²¹ O próprio xeque de Sofala atuou na mediação entre os lusitanos e alguns reinos do interior, mandando buscar certos “cafres” à fortaleza para o estabelecimento de relações diplomáticas.¹²²

Os portugueses não se limitaram a distribuir presentes a reis e rainhas. Sua estratégia de conquista de simpatias que pudessem lhes render facilidades nos negócios incluía a distribuição de presentes a alguns indivíduos, seja por terem se convertido ao cristianismo, seja pela prestação de serviços à fortaleza. Assim, entregaram panos a um mouro de nome Mafamede e mercadorias no valor correspondente a dez maticais de ouro a Mengo Macabeu, também mouro, por serem ambos “servidor[es] del rei nosso senhor”¹²³; Pedro, negro convertido, foi agraciado “por saber a língua dos cafres e ser [...] servidor del rei nosso senhor”.¹²⁴

Contudo, não se pode ignorar os dados que indicam que não se tratava apenas de interesse e iniciativa portugueses o estabelecimento de relações diplomáticas. Reinos africanos do interior também parecem ter vislumbrado novas e convenientes oportunidades comerciais e políticas na amizade com os lusitanos: em agosto, um certo rei Macandira, “que vive pelo rio acima”, enviou uma embaixada liderada pelo filho; na mesma ocasião, três “cafres” procuraram a feitoria com objetivos comerciais.¹²⁵ O Monomotapa, que no início daquele mesmo ano tinha sido o “primeiro [que] veio com ouro a resgatar mercadorias”, enviou em outubro uma nova embaixada, ocasião em que

¹²¹ “Mandado de Pero de Anhaia”. 19 de maio de 1506. DPMAC, vol.I, pp.508-510.

¹²² “Mandado de Manuel Fernandes”. 12 de outubro de 1506. DPMAC, vol.I, p.684.

¹²³ “Mandado de Manuel Fernandes”. DPMAC, vol.I, p.718. “Mandado de Manuel Fernandes”. 25 de agosto de 1506. DPMAC, vol.I, p.608.

¹²⁴ “Mandado de Pero de Anhaia”. DPMAC, vol.I, p.382. A nota do editor dos DPMAC sugere que Pedro seria o primeiro africano convertido pelos padres da igreja de Sofala. O documento informa ainda que Pedro conhecia a “língua dos cafres”, o que indica que ele teria sido empregado como primeiro intérprete da fortaleza.

¹²⁵ “Mandado de Manuel Fernandes”. 25 de agosto de 1506. DPMAC, vol.I, p.614.

o capitão novamente lhe remeteu presentes com o objetivo de “assentar paz e amizade”.¹²⁶

O Monomotapa e os portugueses

A julgar pelas fontes, o interesse do mutapa Chikuyo Chisamarengu (c.1494-1530) em estabelecer relações amistosas com os portugueses parece estar relacionado às agitações políticas que seu reino atravessava quando da chegada de Pero de Anhaia a Sofala. A origem dos conflitos foi narrada por Diogo de Alcáçova:

Já Vossa Alteza sabe como doze ou treze anos que há guerra no reino donde vinha o ouro a Sofala, e ele é este o Mocaranga. A guerra, senhor, foi nesta maneira no tempo de Macombe Monomotapa, pai deste Quesaringo Monomotapa [...] que era grande senhor em seu reino [...].¹²⁷

Alcáçova apresenta o Changamire como homem de confiança de Mukombero Nyahuma (c.1480-90), encarregado de administrar a justiça e também senhor de “muitas vilas e lugares” do reino, com os quais fora presenteado pelo monarca. Graças ao poder e riqueza decorrentes do alto posto que ocupava na administração do reino, Changamire teria sido capaz de arregimentar, nas terras sob sua jurisdição, um número crescente de seguidores leais, o que teria preocupado o soberano e causado a “inveja” de outros favoritos do rei. Estes, então, teriam difundido o rumor – e assim convenceram Mukombero – de que Changamire tramava usurpar o trono e o título de Monomotapa.

Mukombero decidiu, então, eliminar a suposta ameaça e, segundo Alcáçova, enviou às terras do Changamire uma “púcara com peçonha”,

[...] porque tem por costume quando quer [...] matar algum homem, assim grande como pequeno, manda lhe dar a peçonha a beber, e bebem-na, e isto publicamente, como degolar por justiça.

O português descreve este como um hábito ritual. Aquele que aceitava esta sorte vestia-se ricamente de panos de seda de Sofala para, em ato público, beber a peçonha que lhe causaria morte instantânea. Se assim procedesse, o condenado garantia

¹²⁶ “Mandado de Manuel Fernandes”. 21 de outubro de 1506. DPMAC, vol.I, p.686.

¹²⁷ “Carta de Diogo de Alcáçova para el rei”. op.cit., p.392. Sobre a genealogia do Monomotapa, ver Apêndice A. Localizada no planalto do Zambeze, a Mocaranga era o núcleo político-administrativo do reino do Monomotapa.

que seus filhos e parentes herdariam todas as suas terras e fazendas; aquele que se recusava a tomar o veneno, ao contrário, tinha sua cabeça cortada e seus filhos e parentes perdiam os direitos de herança, sendo suas terras e fazendas confiscadas em nome do mutapa. Stan Mudenge destaca que este ritual assemelha-se ao *muteyo*, o julgamento por ordálio. Este tipo de julgamento estabelecia a culpa de um acusado de acordo com a sua reação diante de uma garrafa de veneno: se tomasse o veneno e nenhum mal lhe sucedesse, significava que era inocente. Por outro lado, se se recusasse a beber, ou morresse ao ingerir o líquido, estava comprovada sua culpa pelo crime de que fora acusado.¹²⁸ Na interpretação de Mudenge, a narrativa de Alcáçova sugere que Mukombero submeteu o Changamire ao julgamento por ordálio; ao primeiro enviado do mutapa, Changamire respondeu:

[...] que o mandasse pelejar em guerra onde ele quisesse, porque queria antes morrer pelejando que assim com peçonha. E quando lhe mandou esta resposta mandou ele a el rei Macombe Monomotapa quatro barris, assim como d'água de nau, cheios de ouro, e mais 4.000 vacas mochas [...].

A tomar-se a recusa do Changamire segundo a interpretação de Mudenge, sua culpa estaria provada aos olhos do mutapa. Tanto parece ter sido assim que o soberano ignorou os presentes e por outras duas vezes lhe enviou a garrafa de peçonha. Vendo-se sem alternativa diante da insistência do monarca, o Changamire reuniu sua gente e foi ao encontro de Mukombero. Entrando em seu zimbábue, cortou-lhe a cabeça, matou 22 de seus filhos e assumiu o trono, que ocupou “pacificamente” – nos termos de Alcáçova – por quatro anos. Entretanto, um filho do mutapa, Chisamarengu, havia sobrevivido ao ataque e, retirando-se com alguns homens para as terras de seu tio, organizou a resistência; ao completar vinte anos, voltou acompanhado de “muita gente da de seu pai que se veio para ele”, e, após três dias e meio de combates, matou o Changamire e reconquistou o trono.

A vitória de Chisamarengu, não significou, contudo, o fim da linhagem dos Changamires:

[...] os descendentes do Changamire continuaram a guerra contra o novo Monomotapa. **Até por volta de 1547.** E nela foram assistidos por um reino que se localizava no sudoeste do planalto, Guruusua. Os portugueses deram-lhe o nome de Butua (ou Abutua), mas também lhe chamaram Tórua, Tóroa, Tóloa ou Tógua, por ser assim conhecida a dinastia que ali reinava.¹²⁹

¹²⁸ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.48.

¹²⁹ SILVA, A.C. *A enxada e a lança...*, op.cit., p.453. [grifo nosso].

Segundo Alcáçova, desde sua vitória Chisamarengu enviou muitos representantes ao Butua, a fim de selar a paz, mas este “não quer e diz que pois ele matou seu senhor, que ele há de matar a ele”. Butua, no início do século XVI, era um reino rico em ouro e, segundo António Fernandes, tão poderoso quanto o Monomotapa¹³⁰: possivelmente a concorrência pelo comércio aurífero e a disputa pelo controle das rotas para o litoral expliquem de maneira mais consistente a longevidade das hostilidades entre esses dois reinos. À exceção das terras do Butua, Chisamarengu foi capaz de restabelecer o controle de muitos territórios do reino e, possivelmente, buscava contato com os portugueses como parte de uma estratégia de restaurar o comércio do ouro com o litoral, prejudicado, de um lado, pelo embargo dos reinos próximos a Sofala, como Manica e Quiteve¹³¹, e, de outra parte, pela guerra com o Butua, como Alcáçova tão bem explicitou:

E por isto, senhor, não vem o ouro [...] a Sofala, porque uns roubam os outros de uma parte a outra [...]. E quando [...] a terra estava de paz tiravam de Sofala cada um ano três, quatro naus, um milhão d'ouro, e à vezes um milhão e trezentos mil maticais d'ouro, de um milhão para cima e não para baixo. Eu, senhor, procurei também de saber se saía algum ouro do reino de Mocaranga por alguma parte do sertão. Não sai por nenhuma parte, senão por Sofala, e alguma coisa por Angoche, mas não muito. Disseram-me que saíam por Angoche 50.000 maticais d'ouro cada ano[...].¹³²

A aliança com os portugueses poderia também significar um importante reforço militar na guerra contra o Butua, considerando que a notícia da vitória de poucos portugueses sobre os muitos homens de Yussuf deve ter chegado rapidamente aos reinos do interior.¹³³ A carta de Alcáçova autoriza esta inferência, na medida em que informa:

[...] trabalhei de saber de que maneira se poderiam fazer pazes entre estes ambos, o rei de Mocaranga e o Toloa [Butua]. Disseram-me que se não podiam fazer senão por el rei de Sofala ou por el rei de Quiloa e que a não fizeram todo o tempo passado senão por não vir o ouro a Sofala [...] **porque o não achassem aí os cristãos se aí visse ter, porque como souberam que**

¹³⁰ VELOSO, G. “Descrição da viagem do degredado António Fernandes ao interior do Monomotapa”. DPMAC, vol.III, pp.180-188.

¹³¹ SILVA, A.C. *A enxada e a lança...*, op.cit., p.455. Sobre os caminhos do ouro do Monomotapa à Sofala e o embargo dos reinos litorâneos, ver Mapa II (Os reinos do interior).

¹³² “Carta de Diogo de Alcáçova para el rei”, op.cit., p.394.

¹³³ Castanheda informa que os portugueses seriam “quarenta homens, ou pouco mais, todos doentes”. CASTANHEDA, op.cit., p.95. Pero Quaresma afirma que encontrou setenta e seis homens. “Carta de Pero Quaresma a el rei”, op.cit., p.626. Já do lado muçulmano, conforme já referido, as fontes enumeram de 800 a 20.000 homens. Independente da variação, fica evidente a superioridade numérica dos homens de Yussuf em relação aos portugueses.

o almirante viera à Índia [e] que logo houveram os cristãos por senhores de Sofala, e que por isto não fizeram as pazes [...].¹³⁴

Ora, se a mesma fonte informa que Chisamarengu havia tentado a paz com o Butua em diversas ocasiões – e fontes já referidas informam sobre as embaixadas enviadas pelo mutapa à fortaleza – só podemos inferir que era ao Butua que não interessava favorecer aos “cristãos” e que este compreendia a ameaça que uma aliança Monomotapa-portugueses representaria a ele, tanto do ponto de vista político-militar quanto do ponto de vista comercial. Esta inferência é reforçada pelo fato de que, dispostos a mediar o conflito, os portugueses tenham sido preteridos e informados de que apenas os reis de Sofala ou Quiloa – reis mouros, portanto – obteriam sucesso.

De outra parte, aliar-se a gente com tamanho poder de fogo poderia ajudar a abrir caminho nas rotas, então vedadas, que permeavam os reinos de Manica e Quiteve. De acordo com Stan Mudenge, ao mesmo tempo em que lutava contra o Butua, Chisamarengu enfrentava a declaração de independência do rei do Quiteve, Bandahuma, que, aparentemente apoiado pelo Changamire, tinha aumentado consideravelmente sua autonomia nos anos anteriores. O reino do Quiteve havia sido conquistado no tempo do mutapa Mukombero Nyahuma (c.1480-90) e sua importância para o Monomotapa consistia no fato de que este território ocupava uma localização estratégica para as rotas comerciais terrestres. O autor aponta que há duas tradições conflitantes acerca da origem do primeiro sachiteve¹³⁵: uma diz que Bandahuma era filho, outra, irmão de Mukombero. Apesar de não conseguir precisar o grau de parentesco entre Bandahuma e Mukombero, o autor chama atenção para o fato de que o primeiro sachiteve pertencia à linhagem dos mutapas e que, por isto, reivindicava seu direito de sucessão ao trono.¹³⁶

No processo de independência o sachiteve avançou para as terras altas de Manica e deu origem a novos conflitos com Chisamarengu e o rei do Barué, vassalo leal do Monomotapa, agora em terras mais próximas ao litoral, oferecendo ameaça mais direta ao comércio com Sofala.¹³⁷ As fontes referem que, mal-sucedidos na tentativa de promoção da paz entre o Monomotapa e o Butua, os portugueses – então convencidos de que a Mocaranga era a terra de origem da maior parte do ouro negociado em Sofala – trataram de trabalhar pelo estabelecimento de relações diplomáticas com os reinos

¹³⁴ “Carta de Diogo de Alcáçova para el rei”, op.cit., pp.394-396. [grifo nosso].

¹³⁵ Soberano do reino de Quiteve. Ver Mapa II.

¹³⁶ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.46.

¹³⁷ Cf. MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.49.

fronteiriços de Sofala até o Monomotapa, de modo a garantir a segurança de seus agentes comerciais nos caminhos até o grande reino:

[...] o capitão trabalhou de fazer amizade com todos estes reis e senhores comarcãos dos quais podíamos ter necessidade, para os mercadores poderem ir e vir seguros por suas terras [...] os mouros daqui de Sofala vão e vem agora seguros por onde querem com suas mercadorias, o que até agora não faziam, porque em muitas partes eram roubados e os matavam, e contudo, não deixavam de ir com as ditas mercadorias, pelo grande ganho e proveito que fazem com os cafres em suas terras.¹³⁸

De sua parte, Mudenge não refere nenhuma participação portuguesa no processo de pacificação da região de Manica. Baseando-se em artigo de Donald Abraham, o zimbabuano afirma que o conflito em Manica findou com a ocupação desta por um filho do rei de Barué e, sendo assim, sujeito ao Monomotapa. O sachiteve ainda tentou enviar seu filho, Inhamunda, para combater Chisamarengu em Manica, sem sucesso. Seja como for, os reinos contíguos de Sofala ao Monomotapa parecem ter gozado de um período de relativa tranqüilidade nas relações comerciais nos anos seguintes, até 1515.¹³⁹ O primeiro objetivo – estabelecer a paz – fora alcançado, a despeito de conseguirmos precisar a participação portuguesa no processo de pacificação da região. Entretanto, o trato do ouro, principal objetivo da estratégia diplomática, continuou a registrar volumes ínfimos, preocupando os sucessivos capitães e feitores de Sofala:

Eu, senhor, depois que fui entregue da dita feitoria [...] que são oito meses, não tenho resgatado mais de seis mil e quinhentos até sete mil maticais e este ouro quase todo resgatei com os mouros mercadores aqui de Sofala [...] porque dos cafres e mercadores do sertão vejo aqui tão poucos que deles até agora não tenho resgatado quinhentos maticais.¹⁴⁰

¹³⁸ “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para El-rei”. Sofala, 30 de junho de 1513. DPMAC, vol.III, p.460. Ver Mapa II.

¹³⁹ MUDENGE, S.I.G., op.cit., pp.49-50. “[...] a terra do Monomotapa está toda de paz e que se espera que com isso se assentem as coisas do vosso serviço”. “Sumário de cartas de António de Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para El-rei”. 1511. DPMAC, vol.III, p.16. “Daqui em diante espero em Nosso Senhor que nos acudirá resgate, pois que a terra toda está de paz e sem nenhum impedimento para os mercadores poderem vir se os aí há”. “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para el rei”. op.cit., p.464.

¹⁴⁰ “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para el rei”, op.cit., pp.458-460.

O resgate de ouro na fortaleza de Sofala

A partir de 1507, boa parte da correspondência entre o rei de Portugal e seus prepostos na costa índica de África trata da “danação do trato de Sofala”. Neste ano, Afonso de Albuquerque enviou cartas ao rei, nas quais dava conta de que a feitoria estava “mui desordenada” e o ouro andava “muito solto”.¹⁴¹ No ano seguinte, Duarte de Lemos oferecia informação semelhante:

[...] segundo a informação que aqui acho em todas as pessoas que nesta fortaleza estão, tudo está mal aparelhado, e principalmente tenho disto informação pelo feitor daqui e oficiais, que todos falam por uma maneira, e assaz é de ser verdade o que me dizem, não haver em Sofala mais de dois até três mil maticais de ouro depois que Vasco Gomes dela partiu até agora.¹⁴²

O informante prossegue: “[...] o que tenho por nova acerca do ouro de Sofala é que há muito na terra e na feitoria de vossa alteza há muita mercadoria e resgatam muito pouco”. Na avaliação de Afonso de Albuquerque, em um primeiro momento, obter o volume esperado de ouro nesta feitoria era apenas uma questão de organizar o comércio de forma mais eficiente, reforçando as relações diretas com os “naturais da terra”, para vedar aos mouros de Sofala o acesso ao metal amarelo.¹⁴³ Os portugueses até então tinham se valido dos serviços dos muçulmanos de Sofala, empregados como agentes comerciais no trato com as populações do interior, devido a uma proibição regimental de deixar a fortaleza.¹⁴⁴ A vertiginosa queda do volume no trato na feitoria deu origem à suspeita de que estes não estivessem atuando com a devida diligência na garantia dos interesses lusitanos:

[...] os mouros, por o que cumpre a seus tratos, informam os cafres mui mal dos cristãos, dizendo-lhes que lhes vendemos as mercadorias mais caras do que eles vendem, levando-lhas a suas terras para ver se por alguma maneira puderam impedir e danar o resgate daqui, e isto farão secreto, porque público mostram que não desejam mais bem, todos, que servirem vossa alteza e acrescentar este trato, e virem aqui mercadores, e até agora o capitão despendeu e gastou de vossa fazenda com as ditas dádivas, por os caminhos

¹⁴¹ “Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. 6 de fevereiro de 1507. DPMAC, vol.II, p.114. “Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. 14 de fevereiro de 1507. DPMAC, vol.II, p.140.

¹⁴² “Carta de Duarte de Lemos para El-rei”. Moçambique, 30 de setembro de 1508. DPMAC, vol.II, p.292.

¹⁴³ “Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. op.cit., p.140. “Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. 10 de novembro de 1507. DPMAC, vol.II, p.218.

¹⁴⁴ LOBATO, A. *Evolução Administrativa...* op.cit. p.20.

serem abertos e seguros, e eles vão lá fazer seus resgates e proveitos com as mercadorias que aqui tomam.¹⁴⁵

Já lá tenho escrito a vossa alteza como os mouros de Sofala espalhados por esse sertão têm danado o trato e **torvam o ouro que não venha à fortaleza** [...].¹⁴⁶

A desconfiança levou diversos informantes a sugerir a eliminação dos mouros, se necessário, recorrendo ao uso de força.¹⁴⁷ Alguns anos depois, o próprio Albuquerque perceberia as dificuldades implicadas na tarefa de “neutralizar” os muçulmanos da região: antes de tudo, os mouros estabelecidos em Sofala, Angoche, Ilha de Moçambique, Melinde, Quiloa etc. eram muito numerosos. Sendo Afonso de Albuquerque um homem pragmático, considerava, corretamente, que não havia homens portugueses em número suficiente para que uma empreitada desta monta fosse bem sucedida. Além disso, os mouros participavam de uma ativa rede cultural e comercial que ligava algumas cidades entre si e também aos reinos do sertão, no interior dos quais existiam grandes comunidades muçulmanas. Era o caso do Monomotapa, em cujo território estariam estabelecidos “mais de dez mil mouros, os quais andam espalhados”. Angariar a antipatia desses reinos que, mesmo que não islamizados, partilhavam de laços comerciais, de amizade e de parentesco já estabelecidos há muito tempo com as comunidades muçulmanas, poderia deitar a perder o já combalido comércio da feitoria. Resignado, Albuquerque passou então a defender um bloqueio permanente, feito por trinta homens em “um par de caravelinhas pequenas”, para vedar o comércio dos mouros de Angoche e Moçambique. Quanto aos mercadores de Sofala, se deveria dar “gasalhado e honra”, de modo a assegurar sua lealdade e efetiva atuação como agentes no comércio com o interior.¹⁴⁸

Para Duarte de Lemos, a responsabilidade pela “danação” do trato deveria ser creditada aos próprios oficiais portugueses em Sofala. Embora não esclareça a que exatamente se refere, Lemos cita uma inquirição que teria sido tirada em Sofala a mando de Nuno Vaz Pereira, recém nomeado capitão-mor de Sofala.¹⁴⁹ Localizamos esta inquirição e, com base no depoimento das duas testemunhas, passamos brevemente à narração dos acontecimentos:

¹⁴⁵ “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para El-rei”. op.cit., p.462.

¹⁴⁶ “Carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. Goa, 25 de outubro de 1514. DPMAC, vol.III, p.560. [grifo nosso].

¹⁴⁷ “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para El-rei”. op.cit., p.464.

¹⁴⁸ “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para El-rei”. op.cit., p.16.

¹⁴⁹ “Carta de Duarte de Lemos para el rei”, op.cit., pp.292-294.

Na noite em que foram avistados na barra de Sofala os navios que traziam Nuno Vaz Pereira para assumir a fortaleza, o então capitão Manuel Fernandes, juntamente com Sancho Tavares, feitor, e Gil Eanes, escrivão, dirigiram-se ao cofre onde se guardava o ouro resgatado, retirando dele todo o seu conteúdo. Segundo as testemunhas, o conteúdo do cofre somava mil maticais em ouro. Ainda de acordo com um dos observadores, em seguida Fernandes dirigiu-se à residência de Acote – o mouro que havia auxiliado Pero de Anhaia quando do ataque à fortaleza – e cobrou dele soma igual, devida aos cofres da feitoria, tomando para si os dois mil maticais. Indagado por um morador da fortaleza sobre a moralidade de tal ato, teria respondido que a soma lhe era devida por um empréstimo que teria feito aos cofres da feitoria.

As duas testemunhas relatam ainda que durante todo o tempo em que foi capitão da fortaleza, Manuel Fernandes teria lançado nos livros referentes ao pagamento de soldos e mantimentos os nomes de dez escravos seus, na condição de homens de armas, o que lhe teria rendido, ilicitamente, a quantia de 20 mil reais. Também Gil Eanes teria se valido de tal expediente, lançando como “homens de armas” a “dois meninos negros seus escravos”.¹⁵⁰ Além das irregularidades cometidas pelos próprios funcionários régios, mercadores particulares portugueses desviavam o comércio das “mercadorias defesas”, deixando, muitas vezes, de declarar volumes muito superiores aos permitidos no resgate do ouro. É o que se depreende da carta enviada ao rei por António de Saldanha que, em 1511, parece ter empreendido tentativas de controle mais eficiente das atividades dos comerciantes, realizando diligências e autos de inquirição.¹⁵¹

Fontes produzidas nos anos seguintes revelam, contudo, que o problema do baixíssimo volume de ouro negociado na feitoria originava-se também em causas mais complexas do que a interferência dos mouros nas relações dos portugueses com os

¹⁵⁰ “Inquirição mandada tirar por Nuno Vaz Pereira, capitão de Sofala”. Sofala, 25 de fevereiro de 1507. DPMAC, vol.II, pp.170-176. Os desvios de conduta dos funcionários régios seguem sendo denunciados: “[...] as coisas desta terra não são para mim, nem que cá estivesse muito tempo [...] cuidai, senhor, que o trato de cá não é senão para ladrão [...]”. “Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para Estevão Vaz, provedor das casas da Índia e Guiné”. DPMAC, vol.II, p.374. “[...] fala no dano que faz a nossa gente ao trato”. “Sumário de cartas de Afonso de Albuquerque para El-rei”. 1511. DPMAC, vol.III, p.6.

¹⁵¹ “[...] depois que é capitão, tem tomado de mercadorias defesas passante de valia de 2000 maticais, e que alguns dos culpados tem mandados à Índia com suas inquirições [...] que por lhe escreverem da Índia que os que iam de Sofala levavam lá muito ouro, ordenou do dinheiro dos soldos dos que lá forem vão ao feitor, fora das mãos das partes, para ele lá o vender, e que desta maneira se pode lá saber quem o leva sonogado”. “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para el rei”. op.cit., pp.14-18. Outra carta de Saldanha, no mesmo ano, refere a mesma solução: “[...] que o dinheiro dos mercadores de Sofala vá à Índia em cofre, e que lá lho pague o feitor de dois em dois anos”. “Sumário de cartas de Afonso de Albuquerque para el rei”. op.cit., p.6.

reinos do interior ou os desvios de conduta dos mercadores e funcionários régios. A primeira dificuldade que se apresentou às autoridades da feitoria foi o fato de que as mercadorias trazidas do reino não interessavam aos africanos. Já em finais de 1506, Manuel Fernandes informava ao rei que as mercadorias que iam do reino não tinham nenhuma demanda naquelas partes, exceto “condados poucos de cores e canacos largos e curados”¹⁵², fosse para o trato do ouro, fosse para a obtenção de mantimentos. Ciente deste problema, o rei encomendou a Duarte de Lemos que fizesse um levantamento junto aos reinos africanos para saber que tipo de produtos Portugal poderia enviar, que tivessem valia para o trato do ouro. Obteve como resposta que “[...] não querem senão **panos de Cambaia** e contas que há em Melinde, e se alguma de Portugal eles querem são barbantes alvos e largos”.¹⁵³

Curioso é que o regimento de Francisco de Almeida já fazia referência aos panos de Cambaia, cuja importância no esquema geral do trato da pimenta aparece vinculada no documento, como mercadoria necessária à permuta do ouro. Não encontramos nas fontes qualquer indicação dos motivos que impediram os portugueses de trazer os panos de Cambaia imediatamente após a sua fixação em Sofala. Uma breve indicação a esse respeito aparece em uma fonte de 1508:

[...] no concerto dos panos de Cambaia tampouco fez nada Vasco Gomes, nem teve tempo. Tenho sabido que el rei de Melinde, por sua parte, o trabalhará quanto seja possível, e pareceu-me que se concertará segundo vossa alteza em seu regimento manda [...].¹⁵⁴

Sabemos que se cogitou a instalação de uma feitoria em Melinde justamente porque a esta cidade chegavam com regularidade os panos de Cambaia e outras mercadorias da Índia¹⁵⁵; entretanto, a julgar pela carta que Gaspar Veloso enviou ao rei,

¹⁵² “Sumário de uma carta de Manuel Fernandes, capitão de Sofala, para el rei”. op.cit., p.692.

¹⁵³ “Carta de Duarte de Lemos para el rei”, op.cit., p.298. [grifo nosso].

¹⁵⁴ “Carta de Duarte de Lemos para el rei”. op.cit., p.294. Localizamos nova referência ao fornecimento regular de panos de Cambaia somente em 1511: “[...] o provimento da roupa que passa a Sofala [...] logo se fez como Vossa Alteza o mandou”. À margem do documento lê-se “Fez bem”. “Sumário de cartas de Afonso de Albuquerque para el rei”. op.cit., p.8. O mesmo Afonso de Albuquerque, em 1515, aponta a indolência dos feitores da costa índica como obstáculo ao fornecimento regular de produtos da Índia: “[...] me pareceu bem prover Sofala de roupa de seda que lá tem valia, e assim de alguma roupa de Cambaia e mercadorias para lá, porque eu sei que os vossos feitores tem mui pouca lembrança deste negócio, e não por lho eu não ter mui estreitamente encarregado e mandado, senão porque me não vêem o rosto senão muito poucas vezes”. Ormuz, 22 de setembro de 1515. DPMAC, vol.IV, p.240.

¹⁵⁵ “[...] e agora, quando for por Melinde, darei a carta de Vossa Alteza ao rei dele, e trabalharei sobre este assento dos panos de Cambaia quanto for possível, para a qual coisa me dizem que o rei de Melinde tem assaz vontade”. “Carta de Duarte de Lemos para el rei”. op.cit., p.300. Ver também “Ata do conselho de oficiais da Armada do Estreito”. Moçambique, 25 de janeiro de 1509. DPMAC, vol.II, p.328. Pouco tempo depois, com o estabelecimento em Ormuz, passou-se a considerar mais apropriado aos interesses

dando novas da expedição de António Fernandes, foi somente por volta de 1515 que tal empresa foi levada a termo.¹⁵⁶

Assim como chegavam a Melinde, os produtos da Índia alcançavam outros entrepostos da costa índica, sempre pelas mãos de mouros, a despeito da patrulha e da imposição do bloqueio naval português.¹⁵⁷ As estratégias para burlar a fiscalização lusitana eram variadas. A que provavelmente foi mais utilizada envolvia o fornecimento de mantimentos para os portugueses. Uma vez que os lusitanos dependiam dos mercadores mouros para o abastecimento de víveres, foram obrigados a abrir exceções em seu bloqueio naval e permitir o trânsito dos zambucos que declaravam levar alimentos. Nessas pequenas embarcações, então liberadas para alcançar praticamente qualquer ponto da costa, os mercadores mouros escondiam as mercadorias que secretamente destinavam ao trato do ouro e do marfim.

Duarte de Lemos afirmava, por exemplo, que alguns dos mouros estabelecidos em Moçambique – todos estrangeiros, um de Ormuz, um de Adem e os demais de outras partes, “todos homens avisados e que toda sua vida trataram” – “secretamente tratam com os de Angoche, por cima de todas as diligências que os oficiais [...] possam fazer”. No caso narrado por Lemos, os mouros de Moçambique repassavam secretamente aos que “aqui de Angoche vem trazer mantimentos” os tecidos que estes últimos, por sua vez, se encarregavam de transportar a Sofala. Às vezes a suspeita levava os funcionários lusitanos a realizar buscas nas embarcações mouras. Em vão. No mais das vezes, as investigações não localizavam nada, porque um ou dois dias antes da diligência os mercadores armazenavam “em almadias de pescar, na terra firme, todo o defeso, e quando se vão de caminho tomam-no, e assim fazem quando para cá vem”.¹⁵⁸

Por vezes sequer era necessário burlar a fiscalização. Em cartas dirigidas ao rei de Portugal, Afonso de Albuquerque diagnosticava que parte dos panos introduzidos pelos mouros no sertão tinha origem nas fortalezas portuguesas: trazidos da Índia pelos

portugueses se fazer diretamente daí o “provimento dos ditos panos para Sofala”, como orienta D. Manuel: “[...] se achardes recado certo em Moçambique que as coisas de Ormuz estão de todo certas e assentadas em nosso serviço, e que temos ali fortaleza e pessoas nossas, não curareis de mandar a dita mercadoria que vai para o feitor de Melinde ao dito Melinde, e a levareis a Socotorá e aí a deixareis entregue ao feitor nosso, para daí logo se passar à feitoria de Ormuz, porque assim o havemos por nosso serviço”. “Regimento de Gonçalo de Siqueira, capitão-mor de uma armada da Índia”. 14 de junho de 1510. DPMAC, vol.II, p.476. Ver também: “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique para el rei”. op.cit., p.12. Ver Mapa I.

¹⁵⁶ “Descrição da viagem do degredado António Fernandes ao interior do Monomotapa”. (c.1515-1516). op.cit., pp.180-188.

¹⁵⁷ A primeira notícia deste bloqueio data de 19 de maio de 1506, quando registrou-se a tomada de um zambuco mouro na costa de Sofala. Cf. “Mandado de Pero de Anhaia”. DPMAC, vol.I, p.504.

¹⁵⁸ “Carta de Duarte de Lemos para el rei”, op.cit., p.296.

lusitanos, ainda que no interior de uma dinâmica comercial bastante irregular, os tecidos eram trocados por mantimentos com comerciantes mouros de Moçambique e Angoche, ou com reinos “cafres” do interior, como o Maconde.¹⁵⁹ Uma vez nas mãos destes comerciantes, os panos entravam na dinâmica do comércio muçulmano de ouro e marfim. Além disso, alguns mercadores mouros foram diretamente favorecidos pelos próprios prepostos lusitanos, como denunciou Diogo Vaz em carta ao secretário de Estado português:

Quem cuidará que estando Sofala meia perdida, havia de vir de Portugal um capitão-mor para de todo deitar a perder? Digo, senhor, isto, porque há muitos dias que de Melinde não veio aqui [à Ilha de Moçambique] nenhum zambuco aqui nem a Angoche, e tanto que Duarte de Lemos veio, logo consentiu que dois zambucos grandes com cem mil panos viessem aqui e daqui a Angoche, onde assentaram suas feitorias, e assim em todos os lugares aqui a nós comarcãos, onde hão todo o marfim desta terra; e não contentes disto, agora somos certificados que **manda muita parte desta mercadoria a Cuama**, que são 15 ou 20 léguas de Sofala, e assim dela até Angoche em todo rio tem seus feitores, e certifico a Vossa Mercê que **é o pano tanto por toda esta terra que me parece que tarde haverão mister os nossos.**¹⁶⁰

É interessante notar que Duarte de Lemos, aqui acusado por Diogo Vaz, havia, por seu turno, creditado a Vasco Gomes a responsabilidade pelo mau andamento dos negócios da feitoria.¹⁶¹ O fato é que não havia outra atitude a tomar neste episódio. Sendo Cide Bubarcar – o armador dos dois zambucos de panos – súdito do rei de Melinde, possuía os *cartazes* que lhe permitiam transitar livremente na costa. Segundo Luís Filipe Thomaz, o sistema dos cartazes era “uma instituição que havia de durar tanto tempo quanto a hegemonia portuguesa no Índico”: ao mesmo tempo em que era necessário evitar a passagem de navios para Suez e outros pontos do mar Vermelho, havia que garantir o trânsito comercial dos reinos amigos, bem como assegurar proteção para os seus próprios navios. Assim, os portugueses começaram a emitir salvo-condutos, os *cartazes*, que todos os aliados deveriam portar e apresentar quando

¹⁵⁹ “Sumário de cartas de Afonso de Albuquerque para el rei”. op.cit., p.6. “Carta de Afonso de Albuquerque para el rei”. op.cit., p.560.

¹⁶⁰ “Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para António Carneiro, secretário de Estado”. Moçambique, 4 de setembro de 1509. DPMAC, vol.II, p.380. [grifos nossos]. Outra carta de Diogo Vaz informa que os mouros, cujo comércio Duarte de Lemos autorizou, vieram de Melinde, cidade que o próprio Vaz havia visitado dias antes. “[...] os ditos mouros se foram logo a Angoche e, tanto que aí chegaram, mandaram seus feitores por toda esta costa, os quais têm maneira de haver todo marfim e [ou]ro que aí há [...]”. “Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para Estevão Vaz, provedor das casas da Índia e Guiné”. 4 de setembro de 1509. DPMAC, vol.II, p.374.

¹⁶¹ “Carta de Duarte de Lemos para el rei”, op.cit., pp.290-292.

solicitados por algum tripulante das frotas estacionadas no Índico.¹⁶²

Provavelmente Duarte de Lemos conhecia o incidente diplomático ocorrido dois anos antes, quando o bergantim da fortaleza de Quiloa tomara três zambucos e confiscara mercadorias que pertenciam a seus proprietários e ao xeque de Sofala. Dois dos proprietários mouros em questão eram moradores de Sofala; o terceiro, de Melinde. Todos possuíam *cartazes* emitidos pelo vice-rei. Para minimizar o incidente, Nuno Vaz Pereira, então capitão de Sofala, emitiu mandado em que estabelecia a devolução de todas as mercadorias.¹⁶³ O frágil equilíbrio político em que se assentava a presença portuguesa na costa, no início do século XVI, exigia cautela no trato com os aliados locais, e provavelmente foi este o cálculo feito por Duarte de Lemos quando da permissão concedida a Cide Bubacar. E este logo deixou claras aos portugueses as suas intenções de negociar com Angoche à sua revelia, uma vez que esta cidade oferecia caminho aberto ao Zambeze e os ricos reinos e feiras do interior.

O desvio do comércio para Angoche

O *corpus* documental é consistente em apontar Angoche como o centro de uma rede muçulmana responsável pelo deslocamento do comércio de ouro e marfim que escapava aos portugueses de Sofala:¹⁶⁴

Simão de Miranda queixa-se do rio de Angoche e de outro rio que está mais chegado a Sofala que este. Diz que lhe vem ali a roupa de Melinde e Mombaça, Brava, Pate, Lamo e Mogadixo, onde as naus de Cambaia vem cada ano carregadas de roupa. Diz que passava a roupa em barcos pequenos ao longo da costa e vão entrar em Angoche e no outro rio.¹⁶⁵

[...] Angoche, onde estão muitos mouros estantes, mercadores de Quiloa e Melinde, e lhe vem muitas mercadorias em zambucos, que sempre passam aos tempos que eles sabem que podem vir sem perigo de os tomarem, porque são avisados pelos mouros que estão em Moçambique ao tempo que devem passar, e quando aí não está navio, porque todos têm trato uns com os outros,

¹⁶² THOMAZ, L.F. *De Ceuta...*, op.cit., p.178. “[...] aqui é este Cide Bubacar [...] traz os seguros que tendes visto do vice-rei e de Tristão da Cunha e Pero Ferreira. El rei nosso senhor manda-me, em meus regimentos, que as coisas del rei de Melinde sejam guardadas e lhe não façam nenhum dano”. Cf. “Ata do conselho de oficiais da Armada do Estreito”. op.cit., p.328.

¹⁶³ “Mandado de Nuno Vaz Pereira, capitão de Sofala, para o feitor de Quiloa”. Quiloa, 18 de janeiro de 1507. DPMAC, vol.II, pp.64-66.

¹⁶⁴ “Item, dos mouros de Angoche estão, como estavam, danam todo o trato de Sofala”. “Carta de Duarte de Lemos para el rei”. op.cit., p.296. “Item, que Sofala também lhe faz dano o trato de Angoche”. “Sumário de cartas de Afonso de Albuquerque para el rei”. op.cit., p.6.

¹⁶⁵ “Carta de Afonso de Albuquerque para el rei”. op.cit., pp.558-560.

os quais enchem toda a terra de panos e fazem grande quebra no resgate desta feitoria [...].¹⁶⁶

Segundo outra fonte, a partir de Angoche os mercadores mouros tinham boa penetração no Zambeze, rio que subiam “seis léguas” para alcançar a “casa de um cafre honrado, rei daquela terra, e ali pagam seus direitos e lhe dá almadias em que levam a roupa pelo rio acima”.¹⁶⁷ Deste reino, os negociantes alcançavam uma grande povoação do reino do Botonga¹⁶⁸, “obra de vinte léguas”, para onde acudiriam “todos os cafres mercadores e mouros que pela terra há, e ali vendem e fazem suas feiras”.¹⁶⁹ No interior, os mouros de Angoche tinham representantes em todas as feiras, e alguns dos comerciantes se estabeleceram e construíram casas com plantações e grande número de escravos.¹⁷⁰

Malyn Newitt oferece uma explicação para o protagonismo de Angoche no desvio do comércio português que remonta às origens desta cidade. Segundo o historiador, as tradições orais estabelecem que as cidades de Moçambique, Quelimane e o Sultanato de Angoche teriam sido fundados por um grupo de refugiados de Quiloa pouco antes da chegada de Vasco da Gama à costa índica africana. Se Quiloa e Sofala até então controlavam o escoamento de ouro pela rota de Manica e negociavam nas feiras de Inhacusse, o estabelecimento dos “dissidentes” de Quiloa em Angoche e Quelimane, portos próximos ao Zambeze, representou a abertura de uma rota alternativa às feiras dos reinos Tonga e Mombara¹⁷¹ e o início da concorrência pelo ouro, protagonizada Angoche, de um lado, e Sofala, de outro.¹⁷²

Informados por agentes como Pero da Covilhã e Vasco da Gama, que visitaram a costa quando Angoche ainda era “um estabelecimento costeiro desconhecido”, e antes das guerras entre os reinos do interior que, como vimos, perturbaram os acessos por terra ao litoral, os portugueses traçaram seus planos de estabelecimento na costa conforme já explicitado – instalando feitorias em Sofala e Quiloa e, mais ao nordeste,

¹⁶⁶ “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para el rei”. op.cit., p.464.

¹⁶⁷ “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para el rei”. op.cit., p.14.

¹⁶⁸ Malyn Newitt especula que esta povoação seja Tete, cidade posteriormente ocupada pelos portugueses, existente até os dias atuais no moderno Moçambique. NEWITT, M., “The early history of the Sultanate of Angoche”. *The Journal of African History*. Vol.13, nº3 (1972), p.399. Sobre a localização de Tete, ver Mapa II.

¹⁶⁹ “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para el rei”, op.cit., p.14.

¹⁷⁰ Cf. NEWITT, M., “The early history...”, op.cit., p.399.

¹⁷¹ Cf. MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.43.

¹⁷² Ver Mapa II.

estabelecendo relações de amizade com o rei de Melinde.¹⁷³ Deste modo, é compreensível, de um lado, a surpresa representada pelo dinâmico trato de Angoche e, de outra parte, a demora na formulação de resposta dos lusitanos ao obstáculo comercial representado pelo sultanato.

Em 1511 enviaram uma expedição armada que destruiu a cidade.¹⁷⁴ No mesmo ano, graças a novas agitações políticas, assassinaram e substituíram o xeque de Sofala. Ainda assim, as redes familiares que controlavam a atividade mercantil no Índico continuaram a operar:

Os portos e feiras do Zambeze continuavam livres da influência dos portugueses, o mesmo se passando com as Comores. As cidades a sul de Sofala, como Chiluané, não tinham sido atacadas, e regiões como as ilhas Quirimba, com sua importante indústria de tecidos, continuavam a florescer. [...] Para mais, a feitoria de Sofala e a base naval situada na Ilha de Moçambique dependiam das comunidades locais para obtenção de alimentos, e foi este crescente envolvimento dos portugueses na economia local da região que ajudou a prevenir contra mais violência. [...] os portugueses preocupavam-se com o fato de o comércio do ouro conduzido nas cidades do Zambeze ainda escapasse ao seu controle. Foi feita uma tentativa, logo em 1513, de estabelecimento de uma feitoria mercantil no delta do Zambeze, mas conheceu o fracasso, e a ideia de bloquear os desembocadouros do rio era claramente impraticável.¹⁷⁵

Eis o panorama que, por volta de 1514, estava claro às autoridades portuguesas da feitoria de Sofala: as mercadorias que iam do reino não tinham demanda na costa índica africana; para obter o ouro tão necessário ao trato da pimenta, os portugueses precisariam recorrer aos panos de Cambaia. Seja por corrupção ou indolência dos funcionários régios, seja pela falta de condições materiais e políticas de garantir o comércio regular e exclusivo dos panos em Melinde e mesmo na Índia, os lusitanos não lograram interromper as sólidas relações comerciais estabelecidas entre os entrepostos muçulmanos da costa índica, as cidades indianas e os reinos africanos do interior. Burlando a patrulha naval lusitana, os mouros de Moçambique, Melinde e Angoche – esta última o centro da rede comercial – de um lado, e, de outra parte, os mercadores de Sofala e Quiloa, formalmente aliados dos portugueses, grosso modo continuaram conduzindo seus negócios como antes da chegada lusitana, levando os panos às feiras do sertão, atendendo diretamente à demanda das sociedades do interior e, com isso, isentando-as de empreender viagens mais ou menos longas em direção à feitoria lusa.

¹⁷³ Cf. NEWITT, “The early history...”, op.cit., pp.399-401.

¹⁷⁴ “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para El-rei”. op.cit., p.14.

¹⁷⁵ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.38.

Os idos de 1515 registram, deste modo, uma importante mudança de orientação da política comercial portuguesa em Sofala: de um lado, a constatação de que, via Angoche, os mercadores alcançavam o Zambeze e os relatos de que aí se realizavam lucrativas feiras, precipitaram a necessidade de encontrar maneiras de interceptar este comércio.¹⁷⁶ De outra parte, a relativa paz alcançada na rota de Sofala via Manica havia animado os portugueses a enviar um dos seus para checar pessoalmente os caminhos, os reinos e, principalmente, as feiras e os produtos comercializados no interior contíguo a Sofala até o Monomotapa, com vistas a traçar novas estratégias comerciais, desta vez de penetração no sertão, de modo a eliminar os intermediários mouros. Nas palavras de Maria Emília Madeira Santos, os portugueses “foram em busca de um mercado que ameaçava fugir-lhes”.¹⁷⁷

¹⁷⁶ “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para el rei”. op.cit., pp.464-466; “Sumário de cartas de António Saldanha...” op.cit., p.14.

¹⁷⁷ SANTOS, M.E.M. *Viagens de exploração terrestre...*, op.cit., p.74.

Segundo capítulo

O Monomotapa e a penetração portuguesa no sertão

Neste capítulo pretendemos analisar as relações das sociedades africanas orientais com os portugueses a partir de dois movimentos de penetração no sertão empreendidos pelos lusitanos em direção ao Monomotapa. O primeiro deles foi realizado por um único indivíduo, com o claro propósito de reconhecimento de terreno. Como veremos a seguir, é possível considerá-lo um movimento institucional, na medida em que o viajante foi enviado oficialmente pelas autoridades da fortaleza para percorrer diversos caminhos, observar e relatar detalhes das rotas e da vida econômica do interior. O segundo movimento foi realizado por centenas de indivíduos ao longo do século XVI e tem vincada a marca do interesse privado. Trata-se de mercadores que, à margem das regras estabelecidas para o comércio da feitoria, penetraram no sertão africano em busca de vantagens que o monopólio real do comércio de ouro e do marfim não lhes permitia obter pelas vias regimentais.

As fontes que registraram esses dois movimentos oferecem diversos indícios a partir dos quais é possível ampliar o entendimento acerca das estruturas sociais, políticas e econômicas do reino do Monomotapa e seus vizinhos na primeira metade do século XVI, ainda que não seja possível apreendê-las em sua totalidade. Do mesmo modo, acompanhar esses movimentos mais detidamente nos permitirá compreender as diversas feições que a presença portuguesa assumiu nessa porção do continente.

O movimento institucional: António Fernandes

Entre 1511 e 1514, um português de nome António Fernandes realizou pelo menos duas viagens ao reino do Monomotapa com o objetivo explícito de reunir informações mais precisas do que aquelas que, de forma indireta, as autoridades da fortaleza de Sofala recolhiam na costa. É possível afirmar que este foi um movimento institucional: Fernandes foi enviado pelos oficiais da guarnição, que, por sua vez, remeteram as novas à administração do vice-reino, como atesta carta de Afonso de Albuquerque, governador da Índia, que, em outubro de 1514 escrevia ao rei D. Manuel:

“a mim me escreveram os oficiais de Sofala, como tinham nova do homem que **mandaram descobrir** aquela cidade do Monomotapa, donde o ouro vem [...]”.¹⁷⁸

Os dados biográficos de Fernandes são escassos. As crônicas são unânimes ao apontar que se trata de um degredado, deixado na costa índica pela esquadra de Pedro Álvares Cabral que, em sua passagem pelas terras americanas, já havia por aqui deixado outros dois condenados.¹⁷⁹ Nesse sentido, sua trajetória se insere em uma expressiva dimensão da política portuguesa: a cada novo flanco aberto pela expansão marítima se fazia necessário um maior número de homens dispostos não apenas a enfrentar os perigos da viagem, como também a estabelecer-se em terras desconhecidas e aí desempenhar um variado número de funções. País de população reduzida, desde o século XV Portugal encontrou no degredo dos condenados pela Justiça uma maneira eficiente de utilizar, no ultramar, os serviços de homens que, de outro modo, perderiam na cadeia os anos mais produtivos de suas vidas.¹⁸⁰

O degredo corresponde a um tipo bastante específico de expulsão penal e deve ser compreendido dentro de uma política, cuja lógica pautava-se no afastamento dos indesejáveis e em seu aproveitamento por parte do Estado que os sentenciou. Seu significado jurídico, portanto, extrapola a determinação de expulsão territorial veiculada em penas similares como banimento, deportação e desterro. [...] Degredar não é apenas expulsar; trata-se de afastar os perturbadores da ordem mantendo-os sob jurisdição do Estado. O degredo inscreve-se dentro de uma política de transplante populacional extremamente dinâmica, que se pautou em um conceito racional de aproveitamento de condenados como mão de obra móvel colocada a serviço do Estado, sob as mais variadas formas.¹⁸¹

António Fernandes foi encontrado na cidade de Quiloa, em 1501, pela armada de João da Nova:

[...] chegaram a Moçambique na entrada de agosto e dali foram ter a Quiloa, onde acharam um António Fernandes, degredado, carpinteiro de naus, que deu uma carta a João da Nova de Pedro Álvares Cabral[...] em que relatava os negócios de Calecute.¹⁸²

¹⁷⁸ ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA (ed.). *Cartas de Afonso de Albuquerque*. 7 vols. Lisboa, 1884-1935. nºLXV, tomo I. [grifo nosso].

¹⁷⁹ CASTANHEDA, F.L., op.cit., p.84. GÓIS, D. Primeira parte, cap. LXIII, p.84. BARROS, J. op.cit. Década I, liv.V, cap.X, p.466-468. Sobre os degredados deixados na América ver CAMINHA, P.V. “Carta a el rei D. Manuel”. ANTT, gav.8, mc.2, nº8.

¹⁸⁰ Segundo Vitorino Magalhães Godinho, Portugal tinha aproximadamente 1.400.000 habitantes no século XVI, contra 3 milhões de ingleses; 7 milhões de espanhóis e 14 milhões de franceses. GODINHO, V.M. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971. pp.12-13.

¹⁸¹ TOMA, M. “Punição, penitência e razão de Estado: dimensões sagradas da pena de degredo”. *Mneme Revista de Humanidades*. v.7, nº16, jun/jul, 2005. pp. 55-74.

¹⁸² GÓIS, D. op.cit.

Considerando seu ofício de carpinteiro, Hugh Tracey especulou, em 1939, que Fernandes teria passado de Quiloa a Sofala em 1505, onde teria trabalhado na construção da fortaleza.¹⁸³ Depois desta passagem por Sofala, o historiador perdeu a rota do degredado, voltando a encontrá-lo em 1514, na referida carta de Afonso de Albuquerque. De fato, em fevereiro de 1506 Fernandes recebeu vencimentos da feitoria de Sofala, na condição de carpinteiro.¹⁸⁴ Na ocasião da publicação da obra de Tracey, a carta de Gaspar Veloso, contendo as informações sobre o interior, havia sido recém-descoberta e seu livro se constitui em uma primeira tentativa de aproximação ao tema. Provavelmente, o historiador não teve acesso à documentação administrativa de que dispomos atualmente. Embora lacunar essa documentação encontra-se sistematizada e nos permitiu estabelecer duas séries de relações mensais dos pagamentos de soldos e mantimentos aos moradores da fortaleza: a primeira compreende os meses de fevereiro de 1506 a fevereiro de 1507; a segunda série estende-se de junho de 1510 a setembro de 1512. Um terceiro conjunto de relações de pagamentos compreende os meses de julho de 1516 a junho de 1518, mas, a partir delas não foi possível estabelecer uma série, uma vez que, dos 24 róis que deveriam existir para o período, a maior parte se perdeu, chegando apenas 9 até os dias atuais.

Deste modo, depois da primeira e única indicação do nome de Fernandes em 1506, sua presença consta na documentação a partir de junho de 1510 – marco inicial da segunda série de *relações* –, quando seu nome passou a figurar de forma sistemática nos róis de *pagamento do mantimento*. Neste, e nos dois meses subsequentes, recebeu seu mantimento na condição de degredado.¹⁸⁵ Foi em setembro deste ano que passou novamente à condição de “carpinteiro” – com soldo e mantimentos condizentes com o ofício – o que se manteve até o mês de dezembro.¹⁸⁶ Entre dezembro de 1510 e setembro de 1512 o nome de Fernandes não apareceu na documentação administrativa.

¹⁸³ TRACEY, H. *António Fernandes, descobridor do Monomotapa. 1514-1515*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1940. p.17.

¹⁸⁴ “Rol do pagamento do mantimento de fevereiro de 1506 na fortaleza de Sofala”. 1 de março de 1506. DPMAC, vol.I, p.432.

¹⁸⁵ “Rol do pagamento do mantimento de junho de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de junho de 1510. DPMAC, vol.II, pp.452-460. “Rol do pagamento do mantimento de julho de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de julho de 1510. pp.480-488. “Rol do pagamento do mantimento de agosto de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de agosto de 1510. DPMAC, vol.II, pp.496-504.

¹⁸⁶ “Rol do pagamento do mantimento de setembro de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de setembro de 1510. DPMAC, vol.II, pp.508-516. “Rol do pagamento do mantimento de outubro de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de outubro de 1510. DPMAC, vol.II, pp.508-516. “Rol do pagamento do mantimento de novembro de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de novembro de 1510. DPMAC, vol.II, pp.536-542. “Rol do pagamento do mantimento de dezembro de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de dezembro de 1510. DPMAC, vol.II, pp.548-556.

Foi somente em dezembro de 1516 que voltou a figurar na relação de oficiais da fortaleza, a partir de então sob a rubrica de “carpinteiro e língua”.¹⁸⁷ Deste dado é possível inferir que as viagens que o degredado empreendeu ao Monomotapa e a outros reinos do interior, no intervalo entre os registros, lhe alçaram à condição de intérprete (*língua*, no vocabulário coevo) da fortaleza.

O recurso ao trabalho de Diogo Ramada Curto nos permite compreender a atuação de Fernandes no interior do que o historiador chama de um *sistema de intérpretes*, fundamental à presença portuguesa nos diversos territórios que alcançou a partir do século XV. Territórios ocupados por populações com as quais, obviamente, os portugueses precisaram estabelecer comunicação – entender e se fazer entender – para conhecer as sociedades, recolher informações e atingir objetivos diplomáticos, mercantis ou militares. No reinado de D. Henrique essa função foi desempenhada por escravizados que, capturados na costa africana, eram levados a Portugal para aprender o português e, posteriormente, reenviados à costa ocidental para mediar as relações comerciais entre lusitanos e africanos. Ainda segundo Curto, nos reinados de D. João II e de D. Manuel, embora o sistema do escravo-intérprete continuasse existindo, assistiu-se à institucionalização da função do tradutor, definida, por um lado, pela relação estabelecida entre a comunicação e a concretização dos ideais de expansão da fé católica, pela importância cada vez maior conferida à escrita em detrimento da palavra oral e pelo surgimento de outros agentes interessados no estabelecimento de contatos, como os *lançados* e os degredados. De outra parte, o estabelecimento de feitorias demandava relações estáveis e institucionalizadas com as populações dos diversos territórios em que os portugueses foram progressivamente se instalando. No interior destas relações, as funções dos intérpretes adquiriram nova consistência.¹⁸⁸

É nesse contexto que podemos localizar a presença constante de *línguas* a serviço da fortaleza de Sofala, desde 1506. Provavelmente o primeiro intérprete da feitoria foi Pedro, “negro o qual se tornou cristão” e que foi recompensado, em janeiro deste ano, “por saber a língua dos cafres e ser muito bom [amigo] e servidor Del-rei

¹⁸⁷ “Rol do pagamento de soldos e mantimentos na fortaleza de Sofala”. Sofala, 31 de dezembro de 1516. DPMAC, vol.IV, pp.570-572. Sobre os línguas – intérpretes – e o papel desempenhado por eles nos diferentes espaços do Império português, ver: COUTO, D. “The role of interpreters, or *línguas*, in the Portuguese Empire during the 16th century”. *e-JPH*, vol.1, nº2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf. Acesso em 08/02/2010.

¹⁸⁸ CURTO, D.R. op.cit., pp.27-55.

nosso senhor[...]”¹⁸⁹. Na ocasião, o capitão de Sofala informou utilizar os serviços de Pedro em inúmeras “idas” a reinos vizinhos e outros serviços. Até fevereiro de 1507 as relações mensais de pagamento informam sobre a existência de pelo menos um *língua* a serviço da fortaleza. Em alguns casos as fontes não oferecem informações precisas sobre a origem desses indivíduos, como é o caso de João Sanches e Duarte Henriques, tradutores da fortaleza em fevereiro de 1506; tratava-se, provavelmente, de degredados, uma vez que os africanos, de modo geral, eram referenciados na documentação apenas pelo primeiro nome, geralmente cristão. Como é o caso do já citado Pedro e de Francisco e Gaspar, escravizados e *línguas* da fortaleza no período que se estende de junho de 1510 a setembro de 1512. Conforme já referido, a partir de então o intérprete referenciado na documentação é António Fernandes.

Analisando a trajetória dos *lançados* e degredados para a África, João Paulo Costa e Teresa Lacerda destacam que muitos destes indivíduos penetravam no interior fugindo do rigor dos trabalhos impostos pelas autoridades lusitanas, “procurando uma vida alternativa junto das populações locais”. Segundo os autores,

“[...] muitos adotaram o modo de vivência indígena, livrando-se da roupa, adotando a religião, a língua nativa e casando com africanas, constituindo as primeiras famílias mestiças. Estes indivíduos e os seus descendentes mantinham relações privilegiadas com os poderes africanos, chegando a casar com membros das famílias reais, servindo de intermediários no comércio com os portugueses, beneficiando assim do ‘melhor dos dois mundos.’”¹⁹⁰

Contudo, este não parece ser o caso de António Fernandes; se, por um lado, ele angariou simpatias em praticamente todos os reinos africanos que visitou, como veremos adiante, de outra parte, ao contrário de fugir do controle das autoridades lusitanas, podemos supor que ele frequentemente gozava da companhia dos altos oficiais da fortaleza. É possível especular que nos anos que separam seu encontro com João da Nova em 1501, sua aparição na documentação administrativa em 1506 e as viagens para o Monomotapa, Fernandes tenha realizado outras incursões aos territórios do interior. Talvez por ter recolhido informações consideradas valiosas, talvez por ter intermediado alguma relação comercial entre a feitoria e os chefes locais, caiu nas

¹⁸⁹ “Mandado de Pero de Anhaia, capitão-mor de Sofala, para os contadores de El-rei”. 24 de janeiro de 1506. DPAMC, vol.I, p.382.

¹⁹⁰ COSTA, J.P.O. e LACERDA, T. *A interculturalidade na Expansão Portuguesa: séculos XV-XVIII*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2007 (Portugal Intercultural; 1), pp.90-94. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Portugal_Intercultural/1_Expansao_Portuguesa.pdf. Acesso em 09/02/2010.

graças de Gaspar Veloso e João Vaz d'Almada, respectivamente escrivão e alcaide-mor da fortaleza, que apresentaram o *língua*, em cartas endereçadas ao próprio rei de Portugal, como um homem dotado de muita coragem e capacidades extraordinárias, e enalteceram o grande valor dos serviços por ele prestados à sua majestade. O bom relacionamento com esses oficiais lhe franqueou acesso a informações não apenas acerca dos acontecimentos envolvendo portugueses em outras cidades da costa índica; as ações de Fernandes no interior demonstraram ampla compreensão do projeto português para o Índico como um todo, atributo incomum às funções de intérprete.

As boas relações que mantinha com os oficiais e o seu empenho na prestação de serviços que continham boa dose de risco¹⁹¹ parecem explicar-se pelo desejo, expresso pelo degredado, de ser reintegrado à sociedade portuguesa:

E todas estas coisas tinha este António Fernandes em segredo, sem cá as dizer a ninguém, para as ele dizer a vossa alteza. E porque ele torna a Monomotapa e corre risco de morrer pelas muitas guerras que na terra há, lhe roguei que se algumas tinha guardadas para dizer a Vossa Alteza de seu serviço, que me as dissesse, para as eu escrever a Vossa Alteza, **por me sempre dizer que desejava de ir a Portugal para dizer a Vossa Alteza coisas de seu serviço.**¹⁹²

Conforme esclarece Ronald Raminelli, se era a partir das informações oferecidas pelos súditos do ultramar que o rei elaborava seus projetos de conquista e exploração dos novos territórios, o conhecimento, como qualquer outro serviço prestado ao monarca, “era parte de uma troca, de um negócio entre o rei e seus súditos”.¹⁹³ As mercês não significavam apenas maiores rendimentos financeiros; como afirma o historiador, cargos, terras e o reconhecimento público do monarca promoviam também ascensão social. Ramada Curto, tratando especificamente do estatuto dos intérpretes portugueses, corrobora esta interpretação, destacando alguns casos relativos ao século

¹⁹¹ Em duas ocasiões Fernandes demonstrou grande clareza acerca dos riscos que corria ao atravessar regiões convulsionadas por guerras entre reinos vizinhos. Ao registrar, às vésperas de uma terceira viagem do degredado ao Monomotapa, a “Descrição da viagem”, Gaspar Veloso indicou: “E porque ele torna ao Monomotapa e corre risco de morrer, pelas muitas guerras que na terra há [...]”. “Descrição da viagem do degredado António Fernandes ao interior do Monomotapa”. op.cit., p.186. No período em que realizou as duas viagens ao Inhamunda, o degredado tinha conhecimento de que este travava violenta guerra contra o reino do Monomotapa. “Carta de João Vaz de Almada, alcaide-mor de Sofala, para El-rei”. Sofala, 26 de junho de 1516. DPMAC, vol.IV, p.282-286.

¹⁹² “Descrição da viagem...”, op.cit., p.186. [grifo nosso].

¹⁹³ RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p.20. Embora o trabalho de Raminelli trate especificamente do papel da escrita na relação entre as partes e o governo central do Império, acreditamos poder lançar mão de sua análise para compreender as motivações de Fernandes, ainda que a descrição do degredado não tenha sido escrita de próprio punho.

XVI que revelam que “a capacidade para traduzir proporciona uma franca melhoria do estatuto social do tradutor”.¹⁹⁴ Sabemos que Fernandes não morreu em 1516 (a despeito de não conseguirmos precisar se chegou a realizar a terceira viagem ao Monomotapa), mas não sabemos se alcançou seu desejo de retornar a Portugal. Entretanto, parece claro que a progressiva ascensão de Fernandes, nos registros administrativos, de “degredado”, a “carpinteiro” e, após a viagem ao Monomotapa, “carpinteiro e língua”, segundo a perspectiva oferecida por Curto e Raminelli, indicam o reconhecimento oficial pelos serviços prestados.

António Fernandes, embaixador

A partir de então, os serviços do *língua* passariam a ser empregados em missões enviadas a outros reinos do interior – como o Inhamunda, que Fernandes visitou por duas vezes entre 1516 e 1518¹⁹⁵ – já que ele parecia gozar de grandes habilidades diplomáticas no contato com os chefes das sociedades africanas que visitou. É importante ressaltar que, embora institucionalmente vinculadas à fortaleza, as viagens do degredado, até então, tinham um caráter marcado pelo reconhecimento de territórios e a recolha de informações; após retornar da segunda viagem ao Monomotapa, em meados de 1514,¹⁹⁶ Fernandes passou a chefiar as expedições das quais participou, o que lhe conferiu o caráter extra-oficial de embaixador. No ano de 1515 foi enviado diversas vezes ao reino de Bangoé, em um zambuco alugado a um mouro de nome Jeebaquar, em busca de mantimentos para a fortaleza.¹⁹⁷ Nessas ocasiões chefiou embaixadas que contavam com escrivão e bom número de marinheiros, além de se responsabilizar diretamente pelo dispêndio de um grande volume de mercadorias.¹⁹⁸

Certamente a atribuição de funções mercantis e diplomáticas de maior

¹⁹⁴ CURTO, D.R., op.cit., p.37.

¹⁹⁵ “Carta de João Vaz de Almada...”, op.cit., pp.282-286. “Rol do pagamento de soldos e mantimentos na fortaleza de Sofala”. Sofala, 31 de março de 1518. DPMAC, vol.V, p.428. Ver Mapa II.

¹⁹⁶ A documentação disponível no Brasil não permite estabelecer com precisão as datas das viagens de Fernandes ao Monomotapa. António Rita-Ferreira estabeleceu que a primeira viagem foi realizada entre janeiro de 1511 e outubro de 1512; a segunda, entre o início de 1513 e meados de 1514. RITA-FERREIRA, A. *African kingdoms and alien settlements in central Mozambique (c.15th – 17th cent.)*.Coimbra: Centro de Estudos Africanos/Departamento de Antropologia/Universidade de Coimbra, 1999. pp.54-62.

¹⁹⁷ Não há referências na documentação ou na historiografia que nos permitam localizar o reino de Bangoé.

¹⁹⁸ “Livro da ementa de Pedro Lopes, escrivão da feitoria de Sofala”. 1515. DPMAC, vol.IV, pp.144-188.

importância associava-se, em boa medida, à capacidade de Fernandes em relacionar os conhecimentos adquiridos sobre as sociedades africanas ao contexto mais geral dos projetos e da presença portuguesa no Índico, e, a partir deste diagnóstico, apontar saídas para os obstáculos enfrentados pelo comércio de Sofala. Habilidade que o intérprete tão bem demonstrou quando de sua passagem por Ounhaquouro, província do reino do Batonga:

O qual rei [...] folgava muito de o ver, que já tinha ouvido de nós outros que éramos gente que fazíamos mal aos mouros que iam resgatar a suas terras, que lhe rogava que lhe dissesse a verdade disso. **Ele [Fernandes] é homem que sabe bem as coisas de lá e de cá.** Disse-lhe que não dizia a verdade, que ele era dum rei tão grande que todas as partes do mundo conquistava vossa alteza, e que os mouros lhes disseram aquelas mentiras, que soubesse certo que se ele fosse nosso amigo [...] que maior senhor que ele não haveria em toda esta terra que ele, que os vossos poderes eram tão grandes que o faria vossa alteza muito maior senhor do que ele era, e que isso cresse, que assim o fazes àqueles que vossos servidores eram [...].¹⁹⁹

Explorando o contexto político local, que parecia conhecer muito bem, Fernandes acenou ao botonga com a falsa promessa de algo que os comerciantes mouros não podiam oferecer: poder e prestígio perante os vizinhos. Como referido no primeiro capítulo, os portugueses conheciam a rota percorrida pelos mouros que, “seis léguas” Zambeze acima alcançavam a casa de “um rei cafre” – o Barue – onde pagavam tributos e recebiam almadias nas quais embarcavam suas mercadorias para prosseguir na subida do rio.²⁰⁰ Allen Isaacman refere o Barue como “a mais importante ramificação do Império do Monomotapa” que, no século XVI controlava parte importante do sistema de comércio entre Sena e Manica.²⁰¹ Dali alcançavam as grandes feiras realizadas em Tete, povoação do reino do Botonga.²⁰² É possível especular – e sublinhamos que se trata de mera especulação – que este rei tenha vislumbrado na promessa de parceria com os lusitanos a possibilidade de subtrair ao vizinho a condição de principal entreposto do comércio com o Monomotapa. A resposta do rei, que até o momento da oferta se mostrara desconfiado das intenções de Fernandes, reforça nossa suposição, uma vez que lhe mandou fazer “muita honra”, franquear seu reino para o trato com os portugueses e, principalmente, oferecer-lhe pilotos que o levariam de volta a Sofala pelo rio de Cuama, acesso que o *língua*, conhecendo bem “as coisas de lá e de

¹⁹⁹ “Carta de João Vaz d’Almada...”, op.cit., p.286.

²⁰⁰ “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para el rei”. op.cit., p.14.

²⁰¹ ISAACMAN, A. “Madzi-Manga, Mhondoro and the use of oral traditions – a chapter in Barue religious and political history”. *Journal of African History*, XIV, 3, 1973. pp.395-409. [tradução nossa].

²⁰² “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para el rei”, op.cit., p.14.

cá”, sabia que os lusitanos avidamente desejavam conhecer e dominar.

A “Descrição da Viagem” registrou outra passagem exemplar de como o entendimento de Fernandes foi colocado a serviço da Coroa portuguesa:

Nesta terra [Quitenge] há muito ouro, que nela se tira, e comarca com Botonga, em que há muito ouro e marfim, o qual ouro se tira na mesma terra e é muito, e esta terra tem um rio que vem ter a Cuama e vai sair ao mar dezesseis léguas da barra de Sofala, **e neste mesmo rio da terra de Quitenge se pode fazer uma casa de feitoria em um ilhéu que está no meio do rio [...]**. E fazendo-se ali esta casa haveria Vossa Alteza o ouro todo desta terra e assim o de Monomotapa [...] e além disto se podia resgatar muito marfim para se levar à Índia ou a estes reinos, **e assim se corrigiria o resgate de Sofala que é danado por um rio mais pequeno que vem de Angoche ter a este de Quitenge**, por onde vem muitos zambucos carregados de panos que resgatam por toda a terra. [...] os mouros de toda esta costa trabalham quanto podem por danar este trato a Vossa Alteza, porque a todos lhes parece que pelo danarem que há Vossa Alteza de mandar desfazê-la a fortaleza de Sofala, e têm muita esperança disto, pelo que agora se desfez de Quiloa e pela feitoria que se agora ergueu em Melinde, e assim por saberem que se desfez Angediva e Socotora, lhes parece que assim há Vossa Alteza de mandar fazer a Sofala. E fazendo-se esta casa, segura Vossa Alteza o trato de Sofala e haver-se-á todo o ouro desta terra de Quitenge e assim o de Monomotapa, por ser muito perto.²⁰³

Como enviado da fortaleza, Fernandes deve ter sido orientado a investigar, além da localização de riquezas como ouro, cobre, marfim e mantimentos, o funcionamento da rede que ligava o comércio mouro da costa ao interior. Como vimos no primeiro capítulo, os portugueses sentiram a necessidade de conhecer e controlar esse comércio que lhes escapava de Sofala, desviado para cidade rival de Angoche. Deste modo, aparecem no relato do viajante os mouros do sertão e o caminho fluvial – via Zambeze e afluentes – que percorriam para atingir pontos recuados no interior, levando em zambucos os tecidos de Cambaia tão apreciados pelas sociedades africanas. A rivalidade comercial entre estes e os portugueses aparece na voz dos mouros que, animados pelas notícias sobre o abandono das fortalezas de Quiloa, Angediva e Socotora, prognosticavam, segundo o informante, o fracasso dos negócios lusitanos na costa e a desativação definitiva da feitoria de Sofala, apostando no sucesso de sua estratégia de desvio do trato pelo Zambeze.²⁰⁴

Uma importante novidade introduzida pelo relato de Fernandes é a localização de minas de ouro no Quitenge, província do reino do Butua, região até então ignorada pelos portugueses (no que tange à formulação de projetos econômicos e comerciais) e as

²⁰³ “Descrição da viagem do degredado António Fernandes...”, op.cit., p.186. [grifos nossos].

²⁰⁴ Os portugueses abandonaram a feitoria de Quiloa em 1513. Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique*, op.cit., p.37.

notícias sobre o comércio de marfim, produto cuja potencialidade não era explorada pelos muçulmanos e que, em sintonia com as percepções das autoridades portuguesas, o degredado sugeria ser de grande valia no comércio indiano.²⁰⁵ O trabalho do informante estaria completo ao reportar estas descobertas às autoridades lusitanas na costa; mas Fernandes, na ânsia de prestar serviços que lhe garantissem talvez o perdão pelo crime cometido, talvez a atribuição de mercês que paulatinamente lhe elevassem o *status* social, articulou as informações – a localização das minas de ouro, a produção de marfim, a rede fluvial utilizada pelos mouros no desvio do trato e o conhecimento recém-adquirido, *in loco*, da hidrografia da região – para sugerir a edificação de uma fortaleza em um ilhéu estrategicamente localizado num afluente do Zambeze, nas terras do Quitenge.

“Fazendo-se ali esta casa”, a Coroa seria capaz de interceptar o comércio dos mouros ao mesmo tempo em que garantiria o afluxo do ouro e do marfim provenientes dos dois reinos que, à altura, já se sabia serem inimigos inconciliáveis.²⁰⁶ O projeto de instalação da fortaleza não foi adiante, mas as informações de Fernandes sobre a rede fluvial que ligava, com mais rapidez e eficiência, o comércio do litoral com o sertão, certamente foram decisivas para o traçado das novas estratégias lusitanas de interceptação do comércio, como veremos adiante.

A última referência ao degredado, carpinteiro, intérprete e, acrescentaríamos, embaixador, aparece novamente em um rol de pagamentos, em junho de 1518.²⁰⁷ Como indaga Caetano Montez, “Que teria sido feito dele depois? Ficaria por aí num canto do mato, varado de azagaias e flechas – ou teria casado com alguma princesa, filha dum desses reis cafres que amiúde visitava? Ignoramo-lo”.²⁰⁸ De sua passagem pela África

²⁰⁵ Sobre o comércio do marfim, Newitt esclarece: “Se bem que o marfim obtido tanto de elefantes como de hipopótamos fosse uma das exportações mais antigas de África, o padrão do comércio internacional antes da chegada dos portugueses era inteiramente determinado pelas necessidades de ouro do comércio. O marfim parece ter tido muito menos importância, representando um papel diminuto no comércio a partir dos portos da costa moçambicana. [...] Há uma segunda e muito mais simples razão para a crença de que o marfim não era um produto maior de comércio em 1500. Os portugueses, quando exploraram a costa pela primeira vez, não parece terem estado avisados da sua importância. Porém, em 1506, o capitão de Quiloa escreveu com excitação sobre a quantidade de marfim disponível na costa entre Quiloa e Sofala, a falta de interesse dos muçulmanos no seu comércio e os lucros imensos a obter na Índia [...]. Daí em diante, o marfim é crescentemente mencionado nos relatórios das feitorias. Em 1509, quando abandonou a feitoria de Sofala, Pero Pessoa deixou aí 76 quintais; durante os anos de 1513-1514, o feitor enviou por mar 81 quintais (o equivalente a 4.762,8kg), e em 1519 foram registrados 8.820kg. As quantidades continuaram a subir até 26.000kg terem sido exportados de Sofala em 1545”. Idem, p.40.

²⁰⁶ Ver mapa III.

²⁰⁷ “Rol do pagamento de soldos e mantimentos na fortaleza de Sofala”. Sofala, 30 de junho de 1518. DPMAC, vol.V, pp.488-518.

²⁰⁸ MONTEZ, C. “Prefácio à edição portuguesa”. In: TRACEY, H., op.cit., p.6.

índica ficou o primeiro relato de observação direta de um europeu sobre alguns dos reinos do interior.

Fernandes, os reinos do sertão e a *extraversão*

Se, por um lado, podemos estabelecer que Fernandes galgou espaços de reconhecimento e poder no interior da estrutura portuguesa em Sofala, de outra parte é necessário considerar sua penetração nas sociedades africanas. A julgar pelas fontes, o degredado foi capaz de estabelecer, na medida em que os anos avançaram, excelentes relações com as diferentes sociedades. A narrativa de João de Barros apresenta um homem que, à altura do encontro com João da Nova, em 1501, não só já acumulara algum conhecimento sobre a população da cidade – “deu conta do que passava entre aquela bárbara e infiel gente” – como imiscuíra-se na rede de poderes locais ao se tornar protegido do escrivão da fazenda do xeque de Quiloa, Mafamede Anconij. Anconij, amparado pelo grande prestígio de que gozava frente ao rei de Quiloa, teria impedido que “alguns mouros” – a “gente civil” – matasse Fernandes. Segundo Barros, a lealdade do escrivão de Quiloa pertencia a Fernandes e aos portugueses mais do que ao rei ao qual servia:

E que além deste benefício, que recebia de Mafamede Anconij, sentia dele ser homem fiel a nossas coisas, por muitas de que lhe dava conta que faziam ao bem, e favor delas, e que isto sentia dele Pedro Álvares Cabral os dias que ali estivera. João da Nova, por tomar experiência do que lhe António Fernandes dizia deste Mafamede, começou de lançar mão dele, o qual achou tão fiel, que segundo as traições, que lhe El Rei armava pelo acolher, se por ele não fora avisado, sempre lhe houvera de acontecer algum desastre.²⁰⁹

Não é possível determinar os motivos nem os termos em que a relação entre Fernandes e Anconij se deu. Para além desses pormenores, interessa reter o dado de que apenas um ano após ter sido deixado na costa, Fernandes não apenas travara contato e recolhera informações acerca da cidade e de sua população; o degredado fora capaz de estabelecer bom grau de amizade com um homem poderoso que, além de lhe garantir proteção e segurança, demonstrou lealdade a seus conterrâneos. Do mesmo modo, anos

²⁰⁹ BARROS, J. *Ásia*. op.cit., Primeira Década, pp.467-468.

depois, Fernandes arregimentaria a simpatia da população e dos mandatários dos diversos reinos pelos quais passou, conforme descreveu João Vaz d'Almada:

[...] um António Fernandes, que é daquele tempo, que é homem que tem já ido a Monomotapa e **tem tanto crédito por todas estas terras que adoram nele como em Deus**, que onde ele vai, **ainda que hajam guerras, por amor dele logo são apagadas** [...].²¹⁰

Embora exagerada, a descrição das relações de Fernandes com as sociedades do interior autoriza a inferência de que este transitava com alguma facilidade entre os diversos reinos. A despeito da lacuna existente na documentação sobre os seus primeiros anos na costa índica africana, acreditamos que o viajante tenha, neste período, percorrido o sertão em mais de uma ocasião, ou mesmo se estabelecido temporariamente no interior do território, como era comum entre os degredados. Não havia o capitão António de Saldanha se queixado que “[...] os degredados se lançam com os cafres”?²¹¹

O estabelecimento de laços mais ou menos intensos entre indivíduos portugueses e as diversas sociedades com as quais interagiram no ultramar é tema explorado pela historiografia; nesse sentido, os degredados na costa índica africana, em geral, e António Fernandes, em particular, inserem-se em um movimento do qual os *sertanejos* de Moçambique – sobre os quais trataremos adiante – João Ramalho, no Brasil, e os *lançados*, na Costa da Guiné, constituem bons exemplos.²¹² Entretanto, se analisado somente sob a ótica dos agentes lusitanos, esse processo tende a apresentar as sociedades locais como receptoras mais ou menos passivas de influências externas. Sob o ponto de vista de uma historiografia renovada da África é preciso colocar a questão

²¹⁰ “Carta de João Vaz d’Almada...”, op.cit., p.282. [grifos nossos].

²¹¹ “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para el rei”. op.cit., p.12.

²¹² Sobre a interação dos portugueses com os indígenas brasileiros, ver DOMINGUES, A. “Comunicação entre sociedades de fronteira: o papel do intérprete como intermediário nos contatos entre ibero-americanos e ameríndios na Amazônia de finais do século XVIII. Limites do mar e da terra”. *Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia*. Patrimonia Cascais, 1998. Separatas, pp.255-266 e DOMINGUES, A. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do setecentos”. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v.III (suplemento), 2001. pp.823-838. Sobre os *lançados* da Costa da Guiné, SILVA, M.G.N. “Subsídios para o estudo dos ‘lançados’ na Guiné”. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol.25, nºs 97-100, 1970; SANTOS, M.E.M. “Lançados na costa da Guiné: aventureiros e comerciantes”. *Mansas, escravos, grumetes e gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993. pp.64-78 e ZERÓN, C.A. “Pombeiros e tangomau, intermeditários do tráfico de escravos na África”, in: LOUREIRO, R. e GRUZINSKI, S. (Eds). *Passar as fronteiras. II colóquio internacional sobre mediadores culturais – séculos XV a XVIII*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999. pp.15-38.

em outros termos: quais os motivos e as maneiras pelas quais as sociedades africanas receberam e, muitas vezes, integraram esses indivíduos no interior de suas estruturas?

É provável que os reinos africanos estivessem praticando com Fernandes o mesmo padrão de relações seculares que empreendiam com os mercadores árabes e indianos e que, numa perspectiva alinhada às análises de Paulo Fernando de Moraes Farias sobre as sociedades do Sahel, podemos interpretar à luz do conceito de *extraversão*.²¹³ Em sua elaborada análise dos Estados nacionais africanos pós-coloniais, Jean-François Bayart propôs que estes Estados fossem entendidos, sobretudo, em sua dimensão interna, rejeitando, deste modo, o “paradigma do jugo” – cujo foco analítico reside na teoria da dependência – e as análises exógenas que, em última instância, atribuem ao contexto externo a principal explicação para os processos de constituição dos Estados africanos.

Buscando analisar o mesmo processo sob este novo foco, o autor cunhou o conceito de *extraversão* para compreender e explicar os meios pelos quais as elites nacionais africanas, representantes do que chama de “Antigo Regime” africano, apropriaram-se do externo para manter e consolidar internamente seu próprio poder, numa perspectiva de longa duração. Segundo seus críticos, ao privilegiar a análise das dinâmicas internas, o autor desconsideraria o efeito nocivo de muitas das imposições coloniais – exógenas, portanto – sobre a organização política e social dos territórios africanos. No limite, a tese de Bayart ignoraria que a inserção dos países africanos na economia mundial se deu em condições de extrema desigualdade – e dependência – em relação às suas antigas metrópoles. A resposta de Bayart veio no artigo “Africa in the world: a history of extraversion”, no qual o autor reconhece a dependência, mas postula e advoga por um novo olhar, segundo o qual as “influências externas” passam necessariamente por reelaborações que dizem respeito às tensões internas às sociedades africanas, sejam elas políticas, econômicas ou culturais.²¹⁴

O conceito passou a ser utilizado em estudos africanos, ainda sobre períodos recentes da história, aplicado a outras dimensões que não apenas a política, como os

²¹³ Em parte expressiva de sua produção, Farias utiliza o termo *extroversão*. Mais recentemente o pesquisador tem proposto a substituição do termo por *extraversão*; uma tentativa de marcar a distinção entre o conceito e a palavra que designa uma característica pessoal (pessoa extrovertida). FARIAS, P.F.M., comunicação pessoal, Salvador, 2011.

²¹⁴ BAYART, J.F, *The State in Africa: the politics of the belly*. Londres: Longman, 1993. CLAPHAM, C. “The ‘Longue Durée’ of the African State”. *African Affairs*, vol.93, nº372, jul/1994. pp.433-439; LEMARCHAND, R. “The africanist as intellectual: a note on Jean-François Bayart”. *African Studies Review*, vol.35, nº1, abr/1992. pp.129-133. BAYART, J.F. “Africa in the world: a history of extraversion”. *AfricanAffairs*, nº99, 2000. pp.217-267.

estudos de cultura popular, no sentido de que esta cultura absorve e transforma uma série de características externas, particularmente aquelas recebidas do outro lado do Atlântico.²¹⁵ Foi Paulo de Moraes Farias, em seu livro *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali*, quem demonstrou a viabilidade da utilização do conceito para a compreensão de processos ocorridos em tempos históricos mais recuados.²¹⁶ Segundo o historiador brasileiro, sua aplicação para as sociedades do Sahel no período compreendido entre os séculos X e XV, “consiste em propor que o que aconteceu dentro das sociedades sahelianas foi um grande interesse de conhecer o externo e de se apropriar de idiomas externos para redizer coisas que eles diziam antes, de outra maneira”: idiomas novos para contar o tempo, para mapear o espaço do Sahel, para legitimar o poder político e para descrever novas formas de acumulação de riqueza na região.²¹⁷

O estabelecimento de comunicações transaarianas regulares, impulsionado pelo dinamismo do comércio de longa distância, permitiu que as sociedades do Sahel travassem contato com o mundo exterior – que, nas circunstâncias históricas e geográficas específicas do Sahel, no período abordado, era a parte do mundo sob hegemonia das culturas islâmicas. Segundo Moraes Farias, os contatos levaram a diversas manifestações do processo de extraversão da região, ainda que distintas no tempo e no espaço geográfico do Sahel. Uma das manifestações mais visíveis deste processo foi a adoção do calendário muçulmano, que passou a organizar o tempo em consonância com o que o autor chama de “calendário mundial”, o calendário do comércio.²¹⁸

Outra característica marcante da extraversão da região foi a apropriação da escrita árabe, materializada em um extenso conjunto de inscrições tumulares inventariado pelo autor, encontradas nas cidades de Essuk, Saney, Gao e Bentyia. Nas palavras de Farias, estas inscrições são “[...] resultado do material e das operações mentais daquilo que, no Sahel, poderia ser chamado de sua ‘integração à distância’ nova no mundo além deserto”:

²¹⁵MORAES FARIAS, P.F. Palestra: “O Sahel como interface ecológica, pluralismo cultural e janela para o mundo”. Dia 1 do curso “Sahel: a outra costa da África”. São Paulo: Casa das Áfricas/PUC/USP, 29/set/2004. Disponível em:

<http://www.casadasafricas.org.br/site/movies.php?area=talks&action=watch&talk=10&movie=46>. Acesso em 21/dez/2010.

²¹⁶ _____. *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali: epigraphy, chronicles and Sionghay-Tuareg history*. Oxford: The British Academy/Oxford University Press, 2003.

²¹⁷MORAES FARIAS, P.F. Palestra: “O Sahel como interface ecológica...”, op.cit.

²¹⁸ Idem.

A ligação transaariana, assim, fomentou e também foi promovida por imagens mentais criadas por pessoas que viveram na região do Sahel, tanto os locais quanto os expatriados. As imagens permitiram a inscrição de novos paradigmas de significado para o mundo físico e social do ocidente africano. Reciprocamente, imprimiram os contornos de novas identidades ao oeste africano, projetando este para a escala do mapa e do tempo no mundo internacional [...].²¹⁹

A presença do Islã, pacífica durante todo o período que, segundo o autor, corresponde à Idade Média europeia, se fez acompanhar de concessões feitas pelos Estados sahelianos, interessados em fomentar e manter esta presença. Isto não significa que a extravasão tenha tido algo de harmonioso; tratava-se, antes, das camadas dominantes das sociedades sahelianas apropriando-se dos novos idiomas como forma de aumentar seu poder e monopolizar a autoridade.

No mesmo período, a contracosta africana vivia processo semelhante de expansão muçulmana, conforme referido no primeiro capítulo. As origens das relações comerciais entre os mouros e os shona remontam à civilização do Grande Zimbábue, o “grande ‘mistério’ que os historiadores estão longe de ter elucidado”.²²⁰ Segundo as estimativas dos arqueólogos, no século XIV as muralhas do Grande Zimbábue abrigavam uma população que ultrapassava os 10 mil habitantes, entre eles os políticos mais notáveis do reino (o rei e a sua parentela, os chefes submetidos e suas famílias), os dignitários e os membros do aparelho de Estado, as forças da ordem e os membros da função pública nascente, bem como numerosos artesãos de diversas especialidades: ferreiros, tecelões, pedreiros, oleiros e escultores.²²¹

A despeito das controvérsias sobre as origens deste reino,²²² o que parece consenso entre os pesquisadores é que o Grande Zimbábue cresceu e adquiriu importância no planalto a partir do século XIII, mas mais claramente no século XIV, graças ao controle do fluxo do comércio de mercadorias com a costa. Ainda que predominasse a economia baseada na agricultura e na pecuária (criação de carneiros, cabras e bovinos), a introdução de produtos de luxo como pérolas, vidros sírios,

²¹⁹ MORAES FARIAS, P.F. *Arabic medieval Inscriptions...* op.cit.

²²⁰ Ver Mapa II.

²²¹ M'BOKOLO, E. *África negra: história e civilizações*. Trad. Alfredo Margarido. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009. p.175.

²²² O debate sobre as origens do Grande Zimbábue opõe, de um lado, os defensores da tese da origem religiosa e, de outra parte, os que advogam que esse Estado surgiu e desenvolveu-se a partir e em função do comércio de longa distância. Os defensores da tese da origem religiosa apoiam-se nas tradições orais shona que ligam o sítio do Grande Zimbábue ao culto do deus supremo Mwari. M'BOKOLO, E. op.cit. pp.164-173.

faianças, tecidos de algodão e porcelana chinesa²²³, trocados pelo ouro do planalto, parece ter contribuído para a emergência do Estado:

O estímulo comercial é um mecanismo bem conhecido da formação de Estados [...] na África, bem como em outras partes do mundo. A evolução deste tipo Estado pode ser assim resumida: em uma sociedade [...] com alguma estratificação social, o chefe é a pessoa mais rica. Por manter os dignitários, oferecer dotes para casamentos, doações para funerais e oferecer suporte para outras funções, sua riqueza é constantemente redistribuída [...]. O chefe não deixa de monopolizar o elo [...] quando se estabelecem relações comerciais com uma organização estatal existente. Dado que a nova riqueza excede aquela que normalmente é gerada no interior do sistema pré-existente, ela não pode ser inteiramente redistribuída, e a tendência é que riqueza e autoridade política passem a ser cada vez mais concentradas. Assim, são dadas as condições para se passar de um sistema de cooperação baseado em laços de parentesco para a contratação de pessoas encarregadas da prestação de determinados serviços. Um exército, ou uma força policial, podem ser estabelecidos para coletar as taxas para financiar o governo e as funções de um Estado emergente.²²⁴

Em outras palavras, no Estado do Grande Zimbábue, a crescente riqueza dos chefes, proveniente do comércio de longa distância com a costa, favoreceu a redistribuição da mesma, com a consequente concentração da população e a organização de força de trabalho para a construção da Acrópole e das muralhas do grande cercado de pedras.²²⁵ Do mesmo modo o poder político do Monomotapa – reino cuja origem remonta ao Grande Zimbábue – parece em alguma medida ter assentado no controle das rotas de comércio de longa distância, do qual os mouros eram os principais agentes. Stan Mudenge, a partir de tradições orais recolhidas por historiadores como Donald Abraham, assim resumiu o processo de origem do Monomotapa: com o declínio do Grande Zimbábue, na segunda metade do século XV, pequenos grupos de caçadores e “aventureiros” [sic] shona migraram para o norte, infiltrando-se lentamente nas regiões de Shangwe, Dande e Chidima.

Durante um período que pode ter chegado a cinquenta anos, de acordo com alguns informantes, um chefe shona, de nome Nyatsimba Mutota (c.1420-50), adquiriu proeminência e passou a se interessar pelo comércio recém estabelecido com o sultanato de Angoche.²²⁶ Fugindo da rota utilizada pelos mouros de Sofala, que há séculos

²²³ SILVA, A.C. *A enxada e a lança...*, op.cit., p.447 e M'BOKOLO, E. op.cit., pp.163-180.

²²⁴ HUFFMAN, T.N. “The rise and fall of Zimbabwe”. *The Journal of African History*. vol.13, nº3, 1972.pp.353-366. [tradução nossa].

²²⁵ FAGAN, B.M. “As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500”. NIANE, D.T. (ed.). *História Geral da África: IV. África do século XII ao XVI*. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. pp.602-603.

²²⁶ MUDENGE e NEWITT apresentam evidências e hipóteses convincentes para afirmar a ligação intrínseca entre as origens do sultanato de Angoche e do reino do Monomotapa. Este comércio estaria

alcançavam o comércio do Grande Zimbábue por Manica, subindo o rio Save,²²⁷ os mercadores de Angoche abriram uma nova rota comercial para alcançar, via rio Zambeze, as sociedades tonga e tavana. Ainda de acordo com as tradições referenciadas por Mudenge, a existência de boas salinas em Dande havia, juntamente com o comércio de Angoche, alimentado o interesse dos shona, que passaram a selar alianças com grupos e indivíduos mombara, tonga e tavana.

Caçadores de elefantes, os shona passaram a vender marfim a um homem que a tradição refere como Netondo ou Nuakatondo, que, por sua vez, repassava essa mercadoria aos comerciantes mouros. O historiador zimbabuano avalia que foi por meio de alianças comerciais dessa natureza, bem como de uma política de casamentos e uma estratégia bem calculada de intervenção nos processos sucessórios dos reinos da região que os shona foram capazes de estabelecer algum controle político e espalhar sua influência sobre os demais grupos. Seu poder cresceu consideravelmente, até que Mutota, reputado como o maior guerreiro entre os shona, tornou-se capaz de arregimentar um pequeno exército e conquistou Dande, cujas terras férteis eram propícias ao desenvolvimento da agricultura e da criação de gado e eram bastante frequentadas por manadas de elefantes. Além disso, Dande possuía ricos depósitos de sal e, principalmente, localizava-se estrategicamente entre os tavana e os tonga, que, à época, eram quem mantinha o contato direto com os comerciantes muçulmanos, por um lado, e, de outra parte, em posição de interceptar o comércio de cobre de Mombara, a oeste.²²⁸

Matope Nyanhehwe (c.1450-80), filho e sucessor de Mutota, levou adiante o processo de expansão, submetendo politicamente os grupos tavana e tonga, estendendo sua área de influência sobre o reino do Barue – e, portanto, até a costa do Índico – e dando continuidade à política de alianças iniciada por seu pai.

Diz-se que Matope, antes de sua morte, foi capaz de se estabelecer como a pessoa mais poderosa ao sul do Zambeze, ao longo de todo o caminho até o Índico. A estratégia adotada por Matope, de empreender guerras de conquista

sedimentado e em pleno funcionamento quando da chegada dos portugueses à costa, conforme já referimos no primeiro capítulo.

²²⁷ NIANE, D.T. “Relações e intercâmbios entre as várias regiões”. In: NIANE, D.T. (ed). *História Geral da África. IV: África do Século XII ao XVI*. 2ªed. Brasília: UNESCO, 2010. p.731. Versão digital disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190252POR.pdf>. Acesso em 25/fev/2011.

²²⁸ Segundo Rita-Ferreira: “As pesquisas modernas sobre o solo, vegetação, distribuição da tsé-tsé, médias pluviométricas anuais e potencial agrícola demonstram que foi lógica a escolha deste sítio pelos fundadores do nascente Estado do Monomotapa”. RITA-FERREIRA, A. *African kingdoms...* p.64. Trataremos adiante das percepções de António Fernandes sobre o comércio de cobre do Mombara.

no vale do Zambeze quente, inóspito, infestado pela tsé-tsé, em vez de voltar-se para os planaltos a leste de Manica, saudáveis e ricos produtores de ouro, pode parecer intrigante à primeira vista. Mas uma descrição das rotas de comércio muçulmano do século XV torna esta uma estratégia compreensível.²²⁹

Tomando emprestada a interpretação de Mudenge, podemos estabelecer uma estreita relação entre a origem e a expansão do reino do Monomotapa em direção ao Índico e as relações comerciais estabelecidas com os mouros do sultanato de Angoche, embora estas não tenham sido o único vetor da expansão do reino. Se é possível afirmar que o início desse processo se deu graças à atuação de agentes externos, que ao subir o Zambeze inauguraram uma rota comercial alternativa, é preciso, de outra parte, ter em conta que a postura shona de receptividade e interesse ativo pelas novidades vindas de fora foi elemento fundamental para o sucesso duradouro do trato. Em outras palavras, o encontro dos interesses de uns e de outros foi feliz no sentido de estabelecer um negócio que trouxe vantagens evidentes para as duas partes: por um lado, a imposição do controle político dos mutapas sobre os territórios por onde se deslocavam os mercadores mouros provavelmente garantiu segurança ao comércio, além de fortalecer o sultanato na disputa comercial travada, na costa, com a cidade de Sofala; de outra parte, o interesse pelo comércio com o litoral impulsionou a expansão e, em última instância, a própria constituição do reino do Monomotapa.

Considerando que parte das tradições referidas pelo historiador zimbabuano foi recolhida no século XIX, é aceitável hipótese de que a memória desse processo de *extraversão* fosse vívida no século XVI e que, consciente de que a postura de abertura ao novo era responsável, em grande medida, pelo sucesso de sua política de expansão e controle de territórios, o mutapa e seus administradores de província, embora desconfiados, tenham recebido António Fernandes com cortesia e interesse.²³⁰ O mesmo se pode inferir com relação ao Inhoqua que, à altura, lutava contra o seu domínio; este pode ter vislumbrado na parceria com os portugueses a oportunidade de livrar-se do jugo político do rei shona.

²²⁹ MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.43. [tradução nossa].

²³⁰ Acerca da narração da conquista levada a cabo por Mutota, Nogueira da Costa afirmava, em 1979: “[...] constitui ainda hoje parte integrante do corpo de tradições orais da maior parte dos povos de língua Shona”. In: NOGUEIRA DA COSTA, A. *Penetração e impacto do capital mercantil português em Moçambique nos séculos XVI e XVII: O caso do Muenemutapa*. Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, 1982. p.53.

As rotas de António Fernandes

A “Descrição da viagem do degredado António Fernandes ao interior do Monomotapa”, escrita por Gaspar Veloso, permaneceu esquecida em um arquivo de Lisboa por cerca de quatrocentos anos, até ser descoberta por Eric Axelson na década de 1930. A primeira e mais consistente tentativa de interpretação desta fonte foi realizada por Hugh Tracey, e deu origem ao livro *António Fernandes: descobridor do Monomotapa – 1514-1515*, publicado em inglês em 1939 e em português no ano seguinte. No livro, Tracey procura estabelecer o confronto entre mapas (antigos e contemporâneos) e a descrição de Fernandes para traçar a rota percorrida pelo degredado. O método utilizado, conforme explicita na introdução, foi o que segue:

A primeira coisa a fazer era desenhar, a vermelho vivo sobre um mapa em branco, todos os campos de ouro da Rodésia do Sul.²³¹ **Evidentemente, Fernandes não poderia ter achado ouro senão nas formações geológicas que se sabem conterem ouro.** Assim, cada vez que Fernandes indicasse existência de ouro seria sinal de que se encontrava numa ou perto duma daquelas manchas vermelhas do nosso mapa.²³²

O segundo passo, segundo o autor, seria estabelecer a distância média percorrida em cada jornada:

A solução foi encontrada estudando-se esta outra pergunta: “por que teria Fernandes gasto vinte e quatro dias para chegar a Manica?”. Conhecendo perfeitamente bem o país, concluí que Fernandes contornara as montanhas e entrara no Reino do Monomotapa pelo itinerário do Save. Obteve-se, assim, arredondadamente, uma base de trabalho de 14 milhas por dia.²³³

Determinado o percurso diário, o pesquisador concluiu que “os passos da narrativa ajustaram-se como peças de um ‘puzzle’”. Contudo, como bem apontou António Rita-Ferreira,

Entre os diferentes lugares referidos por Fernandes, com a indicação de suas distâncias calculadas em dias de jornada, apenas as capitais dos reinos do Monomotapa e do Butua puderam ser arqueologicamente identificadas. A distância entre elas é de aproximadamente 550 km, contados a partir das rotas modernas. Não há dúvida de que, a pé, esta distância deveria ser um pouco

²³¹ Atual Zimbábue.

²³² TRACEY, H. op.cit., p.10. [grifo nosso].

²³³ Idem, ibidem.

maior. Sendo este o caso, os dez dias de distância indicados por Fernandes são inaceitáveis.²³⁴

É também preciso considerar que as distâncias foram indicadas por um homem iletrado e coletadas de fontes indiretas. Para além, ainda de acordo com as especulações de Rita-Ferreira, os africanos devem ter apresentado a Fernandes apenas os lugares nos quais a presença de um estrangeiro era permitida, ou mesmo, conveniente;²³⁵ isto explicaria a ausência de detalhes acerca das técnicas de mineração de ouro, ou referências a outras feiras além da de Inhacouce, quando sabemos que os portugueses já tinham notícia da realização de diversas feiras no sertão, como se pode inferir da carta de Pero Vaz Soares para D. Manuel, no início do século XVI: “[...] esperam que lhe levem lá as mercadorias, onde compam cada um o que quer, e assim **vêm a feiras certas** onde estão xeques daqui de Sofala, feitores destes mercadores, onde lhe vêm comprar as mercadorias que lhe de cá mandam”.²³⁶

Embora o livro tenha importância seminal para o estudo tanto do documento original quanto da própria figura de António Fernandes, Caetano Montez, responsável pela edição em português, chama a atenção para o que julgamos ser outro importante problema da interpretação de Tracey: “[o autor] supõe que a carta de Veloso dá, até certa altura, o itinerário da primeira viagem e depois (18º item) parte do da segunda. Julgamos não ser assim”.²³⁷ Ao elaborar o mapa das rotas de Fernandes, Tracey partiu do pressuposto de que a descrição segue uma ordem espacial e cronológica segundo a qual os reinos teriam sido visitados, estabelecendo que os primeiros itens, até o de número 17, descrevem os reinos visitados na primeira viagem e os subsequentes referem-se à descrição da segunda. É possível que assim tenha sido, mas não parece provável.

De fato há um recorte claro na narrativa, situado na passagem do 16º para o 17º item; a segunda parte do documento segue a estrutura narrativa e temporal de um diário na medida em que insere a ação do viajante, ausente em toda a primeira metade do documento: “Daqui voltou para trás [...]”. A primeira parte, ao contrário, parece tratar-se de uma relação sistematizada *a posteriori*, e, acreditamos, elaborada a partir de experiências diversas, adquiridas em incursões anteriores às viagens ao Monomotapa, em alguns casos muito apartadas no tempo e no espaço.

²³⁴ RITA-FERREIRA, A. *African kingdoms...* op.cit., p.57. [tradução nossa].

²³⁵ Idem, p.56.

²³⁶ “Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para El-rei”. op.cit., p.460.

²³⁷ MONTEZ, C. In: TRACEY, H. op.cit., p.7.

De todo modo, o mapa elaborado por Tracey oferece valiosa contribuição no sentido de apontar os caminhos percorridos por Fernandes – ainda que não tenham sido percorridos na ordem e cronologia propostas pelo autor, é bastante provável que, de fato, Fernandes tenha alcançado as distâncias que o autor aponta – bem como a localização aproximada das cidades e dos reinos. Esta coincide com os mapas apresentados por Mudenge e Randles e é confiável no sentido de que Tracey utilizou marcos geográficos relativamente precisos para localizar os reinos e cidades.²³⁸

Descrição da viagem do degredado...

A *descrição* está estruturada em vinte itens, cada um correspondendo, grosso modo, a um dos reinos visitados por Fernandes. Diferente de outros documentos do período, a carta de Gaspar Veloso não se ocupa – salvo exceção que será mencionada adiante – da descrição de estruturas sociais e políticas, por exemplo, ou de aspectos da paisagem; a característica mais marcante é claramente o interesse pelas riquezas e pela rede comercial. Não se pode deixar de considerar, contudo, que informações ignoradas pelo documento como as estruturas políticas e as condições climáticas fossem de importância crucial para o sucesso das viagens de Fernandes pelo interior. Como este poderia gozar de tanto prestígio, ou mesmo locomover-se com segurança entre territórios em conflito, se não conhecesse bem os contextos políticos locais?

Do mesmo modo, conhecer as condições climáticas, no contexto africano do século XVI, era de fundamental importância para, por exemplo, saber o melhor período para atravessar rios que se enchem e secam ao sabor do regime de chuvas, ou evitar as regiões infestadas pela mosca tsé-tsé. Por que, então, essas informações não constam da *Descrição*? Acreditamos que essa característica tenha sido determinada pelo escriba, Gaspar Veloso, a quem o degredado – que, muito provavelmente era analfabeto – transmitiu as informações. É possível que Veloso, oficial régio da feitoria de Sofala, tenha subtraído do relato do degredado todas as passagens que não considerava de interesse direto da Coroa portuguesa.

²³⁸ Ver Mapa III (As viagens de António Fernandes).

A dinâmica economia do sertão

Fernandes apresentou um sertão de economia dinâmica e fortemente marcado pela presença dos mouros. Também indicou claramente a predominância política do Monomotapa na região, ao apontar que, à exceção do Butua, todos os reinos descritos estavam subordinados à autoridade dos mutapas. Como era o Inhacouce, cujo soberano seria “capitão-mor do rei de Monomotapa”. Em suas terras acontecia uma grande feira, a “sembaza”, na qual os mouros e os “cafres de todas as terras” se encontravam periodicamente para comercializar mercadorias e mantimentos. “Sembaza”, segundo as especulações de Tracey, pode ser um termo de origem shona, *zi-mbaza*, a grande *mbaza*, ou *zi-mbadza*, a grande enxada. O autor chama a atenção para o fato de que, à época em que escreveu, a *badza* (a enxada) era ainda objeto comum de trocas entre os shona. Se avançarmos com a especulação que Tracey apenas enuncia, a feira passara a ser conhecida pelo nome de um dos objetos mais corriqueiros no sistema de trocas.

Caetano Montez sugere, por sua vez, que *mbaza* seria a adaptação shona da palavra árabe *bazar* e Stan Mudenge registra a existência de *bazares* em todo o interior contíguo a Sofala, até o Monomotapa. A interpretação etimológica, enunciada pelos dois referidos autores, parece mais adequada que a especulação de Tracey. O próprio documento aponta o ouro como única moeda no sistema de trocas da “sembaza”, além de oferecer a descrição sumária das mercadorias motrizes da economia do sertão: cobre, marfim, tecidos e mantimentos. Por um lado, não é razoável supor que, sendo as ferramentas agrícolas tão importantes nesse comércio, tenham passado despercebidas aos olhos de um viajante que buscava justamente conhecer e descrever as principais características de um mercado que os portugueses desejavam dominar. De outra parte, um pequeno trecho do documento autoriza a inferência de que a apropriação do termo árabe, ainda que com pequenas modificações fonéticas, é um dos aspectos de um processo de *extraversão* mais amplo e em pleno curso quando da chegada de Fernandes. Vejamos:

As “sembazas” aconteceriam “**todas as segundas-feiras**” e nelas não haveria “**outra moeda senão ouro por pesos**”. Isabel de Castro Henriques encontrou exemplo semelhante na descrição de Ca da Mosto sobre os mercados da costa centro-ocidental que, ali, se realizariam “às segundas e sextas-feiras”. Sem encontrar resposta, a historiadora lança a questão: “esta segunda e sexta-feira pertencem ao calendário

européu ou aos calendários africanos?”.²³⁹ Para o caso da África Índica do início do século XVI, não é possível que se trate do calendário europeu; antes de tudo, porque Fernandes era, ele mesmo, um dos primeiros europeus a alcançar pontos tão avançados sertão adentro. Pode-se argumentar que, no momento do registro, o viajante tenha estabelecido algum tipo de correspondência entre os modos africano e europeu de contar o tempo. Entretanto, é preciso considerar que se tratava de um homem analfabeto, isolado de todas as instituições que referenciavam sua sociedade de origem e sem meios ou condições de realizar, em campo, um controle sistemático da passagem do tempo. Deste modo, consideramos que a fonte documenta a apropriação de novos idiomas – islâmicos –, por camadas da sociedade shona, com vistas à conquista de espaços na ampla rede mercantil do Índico; para além da provável adoção de palavras de origem árabe, a mais notável dessas apropriações parece ser a do calendário semanal de sete dias, que, como no Sahel estudado por Moraes Farias, organizava o tempo do comércio e integrava a região a uma escala geográfica mais ampla, que extrapolava os limites orientais do continente.²⁴⁰

A informação de que o sistema de trocas em Inhacouce ancorava-se na circulação de uma moeda unificada reforça a tese de *extraversão*, na medida em que o que está colocado é a adoção de um **equivalente geral**²⁴¹ (“o ouro por pesos”), que atendia as exigências do comércio externo. António Nogueira da Costa, historiador moçambicano, chama a atenção para o fato de que esta economia mercantil documentada por Fernandes convivía e se interligava ao sistema econômico tradicional das *muchas*, as “células de base da formação social shona”.²⁴² Segundo o autor, essas pequenas comunidades domésticas eram constituídas, via de regra, por uma família ou um grupo de famílias com ancestrais comuns, o *muri*; o parentesco seria o “fator dominante de estruturação, coesão e reprodução social”.

As *muchas* eram unidades cuja atividade produtiva se caracterizava pela

²³⁹ HENRIQUES, I.C. *O pássaro do mel: estudos de história africana*. Lisboa: Colibri, 2003. p.124.

²⁴⁰ Analisando o mesmo trecho do documento, Rita-Ferreira especula brevemente que a referida “segunda-feira” aponta para a adoção do calendário árabe, mas não se detém na análise das implicações dessa apropriação para a inserção dos africanos orientais no comércio de longa-distância do Índico. RITA-FERREIRA, A. *Africankindoms...* op.cit., p.26.

²⁴¹ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol.I. “O processo de produção do capital”. 3ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. pp.67-69

²⁴² Segundo Nogueira da Costa, o ponto de intersecção entre a economia das *muchas* e a economia mercantil era a prestação de tributos em trabalho, cobrada pela aristocracia shona. Este trabalho poderia se dar na produção agrícola, mas, “tudo parece indicar que, particularmente nas regiões com jazigos auríferos, a renda em trabalho, com o incremento da penetração mercantil, é progressivamente canalizada para atividades de mineração e, em menor escala, de caça ao elefante para a obtenção de pontas de marfim”. NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., pp.22-24.

combinação de diversas formas de produção, todas elas estruturadas em função das necessidades de base de seus integrantes. Nas palavras de Nogueira da Costa:

[...] unidades econômicas relativamente autôcentradas, pequenas comunidades familiares vivendo em regime de auto-subsistência e fundamentalmente orientadas para a produção de valores de uso. No contexto geral da atividade produtiva, a agricultura ocupa o lugar central, não só por constituir a atividade dominante, mas, sobretudo, por fornecer os enquadramentos que integram as restantes atividades econômicas, políticas e sociais das comunidades camponesas. A pecuária, a caça e a pesca, bem como as atividades artesanais, surgem como apêndices complementares da agricultura, submetendo-se aos imperativos do ciclo agrícola.²⁴³

Stan Mudenge oferece um quadro mais detalhado da divisão social do trabalho nas unidades familiares shona. Segundo este autor, as menores unidades sociais e produtivas dos shona eram as *imbas*, não as *muchas*. Nestes pequenos agrupamentos o chefe da família possuía as maiores e melhores terras, nas quais cultivava meixoeira, arroz, feijão e, após o século XVI, milho. A plantação do patriarca era o “jardim da família” e para ele todos os membros deveriam prestar sua contribuição em trabalho. As esposas e filhos adultos tinham também seus próprios jardins, menores, que cultivavam depois de realizado o trabalho nas terras do chefe da família com a ajuda das crianças; neles plantavam amendoins, abóbora, feijão, pepino, inhame e alguns outros grãos.

Em uma situação monogâmica, o mais comum era que o homem fosse logo cedo aos jardins para os trabalhos de plantio, eliminação de ervas daninhas ou colheita, enquanto a esposa permanecia na casa preparando o alimento do dia, juntando-se ao marido mais tarde. Do mesmo modo, ela se recolheria antes para preparar a refeição noturna. As tarefas de construção de moradias eram divididas por ambos: aos homens cabia preparar as fundações; às mulheres, o trabalho de reboco. Os homens desempenhavam os trabalhos de ordenha, debulha do milho, caça e preparação dos animais para alimentação, produção de cestaria e utensílios domésticos, bancos de madeira, enxadas, machados etc. Aos filhos homens era destinado o pastoreio do gado.²⁴⁴

As *muchas*, na interpretação de Mudenge, eram unidades sociais maiores. Embora estas vilas pudessem congregar homens ligados pela ancestralidade, esta característica não pode ser tomada como regra, como o faz Nogueira da Costa. Segundo o zimbabuano, “a composição e o tamanho de uma vila não era fixados segundo

²⁴³ NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., pp.22-24.

²⁴⁴ MUDENGE, S.I.G. op.cit., pp.8-11.

critérios predeterminados. Os critérios variavam de uma *mucha* para outra”. Ainda que os *muris* desempenhassem um papel importante nas relações sociais, a maioria das vilas abrigava muitos *vatorua*, estrangeiros, que poderiam estar ligados aos demais membros da vila apenas por laços de amizade. Ou os *vatorua* podiam ser viajantes e refugiados em busca de um ponto para fixação no território. Segundo Mudenge – e esta é uma característica importante das *muchas* que gostaríamos de reter, para retomar adiante – os *vatorua* invariavelmente seriam incorporados nas relações de parentesco. Como o trecho a seguir esclarece:

Eles poderiam ser declarados sobrinhos “perpétuos”, ou tornar-se genros ou sogros. Deste modo, a vila mantinha-se unida, em parte, graças às relações de parentesco. Entre os Távares, esperava-se que um genro vivesse entre os parentes de sua esposa, prestando serviços a eles por um certo tempo, contado em anos, antes de ser autorizado a mudar-se com sua família. Esta prática era chamada *kugarira*. Evidências [mostram] que o genro mais velho do Monomotapa, o *mbokorume*, era um de seus confidentes, e, como tal, ele vivia na corte.²⁴⁵

Acima das *muchas*, em um nível administrativo intermediário, segundo M’Bokolo, estava a “corte do chefe”, a *muzinda*. Da *muzinda*, o chefe (o *régulo* das fontes lusitanas) administrava uma província ou circunscrição.

[...] as fontes portuguesas dão a este chefe vários títulos; *mwana* (filho do rei), *mwenenico* (senhor do país), *fumo* ou *nkodi* (chefe); *muchinda* (príncipe); esta pluralidade de títulos não é fortuita; ela corresponde talvez a uma articulação mais complexa do que parece dos chefados intermediários: o Estado teria englobado antigas unidades políticas (os seus chefes tornando-se chefes de terra) e regiões conquistadas e confiadas a parentes do rei [...].²⁴⁶

Por fim, no topo da hierarquia político-social shona, os *zimbábues*,

[...] dos quais por volta de doze alcançaram dimensões demográficas de cidades; se Mapungubwe, Grande Zimbábue e Khami foram visivelmente capitais de Estados sucessivos, ainda continuamos a interrogar-nos a respeito do estatuto exato dos outros *zimbábues*: residências secundárias dos reis em exercício ou sede de chefes “vassalos”, pagando um tributo ao rei e relativamente autônomos?²⁴⁷

Como tão bem demonstraram Bayart e Moraes Farias para outras partes do continente, o processo de *extraversão* também aqui se assentava, em grande medida, na

²⁴⁵ Idem, p.12. [tradução nossa].

²⁴⁶ M’BOKOLO, E. op.cit., pp.177-178.

²⁴⁷ Idem, p.178.

capacidade das camadas dominantes, das *muzindas* e dos *zimbábues*, em monopolizar o acesso aos diferentes bens e idiomas exógenos. Nogueira da Costa considera que no contexto da economia tradicional shona a produção sistemática para o comércio de longa distância não se revestia de sentido; ao contrário, a circulação mercantil poderia constituir uma ameaça para as formas de organização social existentes, na medida em que possibilitaria formas de acumulação não veiculadas pelas relações de parentesco. Segundo este autor, o perigo de desmonte do arranjo social, no caso das *muchas*, era afastado graças à existência de um mecanismo que neutralizava os efeitos de toda e qualquer forma de acumulação que não respeitasse a hierarquia e as relações sociais regidas pelo parentesco: a acusação de feitiçaria. Por meio deste expediente, o excedente obtido à margem da ordem estabelecida poderia ser confiscado e redistribuído; assim se restabelecia o equilíbrio social.²⁴⁸

Deste modo, se a atividade produtiva das *muchas* se destinava basicamente à satisfação das necessidades de seus membros, o comércio de longa distância era orientado pelas demandas da aristocracia shona que, por esta via, apropriava-se e monopolizava a circulação dos bens simbólicos e de prestígio que lhe garantiam a permanência no poder:

Com efeito, os panos e as miçangas eram, regra geral, redistribuídos no seio da aristocracia dominante, com a função básica de criar e reproduzir uma hierarquia de lealdades no seio dessa aristocracia [...] Diríamos que os panos e miçangas se transformam num ‘fundo de poderes’, de indiscutível importância na manutenção de poder da classe dominante”.²⁴⁹

Contudo, o comércio de longa distância promovia o encontro das *muchas* com a aristocracia shona no que Nogueira da Costa chamou de “nível de produção da formação social”. Isto porque o ouro que a aristocracia injetava no comércio internacional era resultado do tributo em trabalho que todas as unidades produtoras deviam pagar:

[...] em todas as aldeias e povoações se faz uma grande seara de milho para El-rei e todos os moradores do lugar são obrigados a trabalhar nela certos dias do ano, que para isso estão já determinados; de modo que os cafres de cada povoação roçam, cavam e semeiam e colhem esta seara, que naquele lugar se faz para El-rei, a qual o mesmo rei manda arrecadar por seus feitores, que para esse efeito tem em cada lugar. Este é o tributo que todos pagam a este rei, sem outra coisa alguma mais, salvo os mercadores cafres, que tratam

²⁴⁸ NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., pp.22-29.

²⁴⁹ Idem, p.25.

em roupas e contas, e em outras mercadorias com os portugueses, porque esses pagam de cada vinte peças três para El-rei.²⁵⁰

Segundo o autor moçambicano, tudo indica que nas regiões com jazigos auríferos a renda em trabalho foi progressivamente canalizada para as atividades de mineração e, em menor escala, de caça aos elefantes para obtenção de marfim. Se, em última instância, cabia ao mutapa a tarefa de recrutar essa mão de obra, a sua organização se realizava essencialmente no quadro das relações de parentesco. No caso da exploração das minas, isto significa dizer que às mulheres e crianças cabiam as tarefas mais duras e perigosas, nomeadamente a de penetrar em busca do ouro nas galerias abertas pelos homens.²⁵¹

Fernandes encontrou o metal amarelo em treze dos dezenove reinos que descreveu. Destes, em apenas três – Barue, Botonga e Boece – o ouro, de aluvião, seria encontrado em pequenas quantidades. No que concerne aos demais reinos, a informação de que haveria “muito ouro” coincide com o mapa elaborado por Tracey a partir da identificação dos depósitos auríferos da região nos quais a mineração, em tempos históricos mais recuados, foi documentada arqueologicamente.²⁵² Dada a abundância, de um lado, e a importância do ouro para a manutenção dessa configuração político-social, de outro, parece claro que tanto a extração quanto a circulação do metal fossem objeto de controle rígido.

A documentação aponta os dois principais mecanismos utilizados, com este propósito, pela classe dominante shona: quanto à mineração, em 1506, Diogo de Alcáçova informava que no reino do Monomotapa “[...] não pode nenhum homem tirar [ouro] sem licença DEl-rei, **sob pena de morte**”²⁵³; António Fernandes, por sua vez, apontou a tributação como mecanismo de controle da extração aurífera em Ançoce e Mazofe, reinos nos quais metade do volume minerado destinava-se aos soberanos locais. A arrecadação de tributos parece ter exercido o duplo papel de aumentar a acumulação das classes dominantes e conter a circulação do metal; a delimitação do espaço destinado ao trato – as feiras –, por sua vez, contribuía para efetivar o controle sobre as transações.

²⁵⁰ SANTOS, J. op.cit., pp.108-109.

²⁵¹ Além das fontes escritas, essa hipótese parece comprovada por análises de esqueletos humanos encontrados em escavações arqueológicas. Cf. NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., p.28.

²⁵² Ver Mapa III.

²⁵³ “Carta de Diogo de Alcáçova para el rei”. op. cit., p.290. [grifo nosso]. João dos Santos, na *Ethiopia Oriental*, também informa sobre as pesadas penas impostas àqueles que extraíssem ouro sem permissão expressa do soberano ou de seus representantes. Esta questão será retomada no terceiro capítulo.

Um mecanismo particular de acumulação de bens de prestígio aparecia na figura dos presentes, obrigatoriamente oferecidos à aristocracia pelos mercadores estrangeiros: António de Saldanha, em 1511, informava que os mercadores de Angoche pagavam “direitos” ao rei do Barué, como forma de obter permissão para seguir adiante;²⁵⁴ alguns anos depois, António Fernandes confirmava que “nesta terra é costume o estrangeiro, para sua segurança, e se quer falar ao rei, dar a este qualquer presente”.²⁵⁵ O ritual era tão importante que o degredado levou consigo uma série de mercadorias com o objetivo de oferecê-las, como presentes, aos soberanos dos reinos por que passou; quando suas mercadorias acabaram, iniciou o caminho de retorno à Sofala.

A despeito da importância seminal do comércio de longa distância nesse sistema político que procuramos apresentar, é preciso considerar que as mercadorias locais também impulsionavam a intensa atividade comercial do sertão. Como bem apontaram Mudenge e Nogueira da Costa, as sociedades do planalto e do Vale do Zambeze não dependiam dos produtos importados para sua sobrevivência; o que faltava a cada sociedade poderia ser obtido no trato com os reinos vizinhos. O documento em foco, de maneira genérica, referencia os mantimentos: ao rei de Inhacouce nunca faltavam gêneros, trazidos de todas as partes para integrar o sistema de trocas na *sembaza*, conforme já referimos; em Ançoce, grande produtor de ouro, todos os mantimentos viriam dos vizinhos. O trabalho de Malyn Newitt indica a importância dos mantimentos para as sociedades do interior, sujeitas à seca e à fome. Segundo este autor, o medo da fome estimulou a produção de excedentes agrícolas na mesma medida em que os bens de prestígio estimularam as atividades mineira e mercantil. Além disso, a existência de rotas comerciais que levavam aos mercados do ouro teria encorajado os camponeses a produzirem excedentes para venda.²⁵⁶

Ainda segundo Newitt, existia uma indústria local que abastecia os mercados com outros produtos, substitutos locais aos bens de prestígio:

As contas importadas também eram consideradas artigos de luxo, existindo uma grande variedade de contas de fabrico local destinadas a supri-las. Outros produtos de comércio eram de fabrico local e não eram importados. Sachos e gongos de ferro, anéis e barras de cobre, sal vindo do mar ou das salinas do interior, eram todos de fabrico africano.²⁵⁷

²⁵⁴ “Sumário de cartas de António Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para el rei”. op.cit., p.14.

²⁵⁵ VELOSO, G. “Descrição da viagem...”, op.cit.

²⁵⁶ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., pp.59-60.

²⁵⁷ Idem, p.59.

O mesmo se pode afirmar em relação aos tecidos. Ainda que a importação de tecidos luxuosos fosse crucial para a manutenção do poder político, para suprir o mercado local existia uma indústria têxtil que utilizava algodão cultivado no próprio interior. Era assim no reino de Moziba, onde Fernandes observou a produção de tecidos de algodão, chamados de *machilas*, e o seu fornecimento regular para o Monomotapa. Mas foi a dinâmica de trocas imposta pelos mercadores de Mombara, reino produtor de cobre, o que mais atraiu a atenção do viajante:

Item, o rei de Mombara, há dele a Monomotapa jornada de sete dias. Nesta terra há muito [ilegível], muito cobre. E dali trazem o cobre a vender a Monomotapa [...] e assim por toda a outra terra. Estes homens são mal proporcionados e não são muito negros, e têm rabos como de carneiro. E mete-se um rio grande entre este rei e o de Monomotapa, o qual passam em almadias quando trazem duas mercadorias a vender. E põem-nas em terra e tornam-se a passar além, e então vêm os mouros ou cafres e tomam a mercadoria, se lhe contenta, e deixam-lhe ali os panos e outras quaisquer mercadorias que levam. E então vêm os dos rabos e, se são contentes da mercadoria que lho outro deixa, levam-na, e, se não são contentes, vão-se e deixam-na até que lhe tornem a por mais ou lhe tragam outra, segundo se já entendem por sinais. E estes dos rabos adoram nas vacas. E se morre algum deles comem-no e soterram uma vaca, e quanto um negro mais preto é, quanto mais dinheiro dão por ele, para o comerem, e dizem que a carne dos brancos que é salgada mais que a dos pretos.

Parece claro que, como num jogo de espelhos, Fernandes reconhecia características de sua própria sociedade nas estruturas comerciais africanas que descrevera até este item: a utilização de um equivalente geral – neste caso, o metal de que os portugueses necessitavam para o sucesso do trato da pimenta indiana –; a adoção de espaço específico para a realização das trocas; a organização do tempo segundo o calendário semanal de sete dias etc. O item transcrito acima destoa dos demais no interior da estrutura narrativa da *Descrição* na mesma medida em que podemos imaginar o espanto do viajante diante dessa sociedade que se inseria, periférica e indiretamente, no sistema de trocas sem, contudo, obedecer à sua lógica exógena.

É o único item no qual Fernandes se ocupa em descrever a gente e, ainda que sumariamente, algumas das características sociais de um reino do sertão. Suspeitamos que tal descrição, por demais fantasiosa, não corresponda à realidade vivida por este reino no século XVI; embora Hugh Tracey tenha traçado a rota de Fernandes do Monomotapa em direção a Mombara, trabalhamos com a hipótese de que tal viagem

não ocorreu.²⁵⁸ A se acreditar no documento, se nem mesmo os mercadores africanos e mouros, habituados ao trato com Mombara, atravessavam o rio que o separava do Monomotapa, que condições teria o degredado de fazê-lo? Como estabeleceria as relações que preservariam, inclusive, sua integridade física, em um ambiente desconhecido e em uma sociedade cujo idioma nem os habitantes dos reinos vizinhos dominavam?²⁵⁹ O mais provável é que o viajante tenha testemunhado, sem contato direto com a gente, algum dos momentos em que os habitantes de Mombara aportavam à praia – depois de realizada a travessia do rio – e ali depositavam as mercadorias destinadas à troca.

Sendo assim, podemos deduzir que o viajante não foi capaz de escapar ao imaginário europeu que, conforme afirma Maria Emília Madeira Santos, vinha sendo construído sobre os africanos desde a Idade Média. Segundo esta autora, à informação erudita, fornecida pela geografia latina e árabe, pela cartografia maiorquina e italiana e pelos relatos de viajantes e contatos de embaixadores, somava-se o conhecimento de origem popular, como notícias de mercadores e peregrinos, tradições, crenças e lendas, que informavam uma imagem de África onde havia homens de figuras estranhas: uns acéfalos, com olhos no peito, outros dotados de quatro olhos, outros, ainda, possuindo pés de cabra. Alguns, como no caso do Mombara, antropófagos e que possuíam rabos como os carneiros. Na medida em que os contatos dos portugueses com as gentes de África avançaram, as lendas foram, paulatinamente, perdendo importância no processo de apreensão portuguesa do mundo africano. Entretanto, por muitas vezes as crenças antigas persistiram, mesmo quando a observação direta as invalidava: a localização da lenda deslocava-se do litoral, agora dado a conhecer, para o interior desconhecido – ainda que este “interior” estivesse incrivelmente perto, como é o caso do Mombara, distante apenas “sete dias” de jornada do Monomotapa.²⁶⁰

²⁵⁸ Ver Mapa III.

²⁵⁹ A *descrição* de Fernandes informa que os mercadores se comunicavam com os homens de Mombara por meio de sinais.

²⁶⁰ SANTOS, M.E.M. op. cit., pp.11-16.

A instabilidade da aristocracia shona

Nogueira da Costa aponta que, se por um lado a aristocracia shona encontrou no comércio de longa distância as condições para a acumulação de bens de prestígio e, conseqüentemente, para o monopólio do poder político, de outra parte as trocas com o exterior se constituíram em fator de enfraquecimento desta mesma aristocracia, na medida em que geraram “[...] o aparecimento de facções rivais em luta pela conquista de posições de privilégio no acesso aos bens de prestígio trazidos pelos mercadores estrangeiros”.²⁶¹ Sobre a aristocracia shona e o comércio internacional o autor afirma:

[...] o comércio a longa distância não só gera a divisão no seio da aristocracia dominante, como também a coloca numa posição de dependência em relação ao exterior. O fato de as trocas serem internacionais, ou seja, de envolverem produtos provenientes de polos de produção situados em continentes diferentes [...] tornava o circuito comercial no seu conjunto totalmente incontrolável, pelo que a classe dominante local vivia à mercê das flutuações de uma atividade que constituía afinal um dos suportes do seu poder. Diríamos, em suma, que as trocas a longa distância constituíam, simultaneamente, uma fonte de reforço e de enfraquecimento da classe dominante, um fator de estruturação/dissolução do poder instituído.²⁶²

Assim se explica a constante instabilidade política experimentada pelos reinos da porção índica do continente, da qual a documentação lusitana traz larga notícia. Referimos no primeiro capítulo as perturbações que as guerras com Inhamunda e Manica, reinos mais próximos ao litoral, provocaram na rede mercantil do Monomotapa, ao impedir a passagem dos agentes comerciais.

No interior, os problemas ocasionados pelas guerras em alguma medida também perturbavam o funcionamento do comércio. As hostilidades entre o Monomotapa e o Butua, referidas no primeiro capítulo, prosseguiram. Em uma das duas viagens António Fernandes testemunhou a construção de Camanhaia, fortaleza de pedra, em Embire, “[...] onde ele [mutapa] sempre está”.²⁶³ A construção desta fortaleza provavelmente estava relacionada às perturbações seguidas da revolta de Inhocua, reino localizado perigosamente perto do núcleo político-administrativo do Monomotapa: cinco dias de jornada, de acordo com o relato de Veloso. A guerra, a esta distância tão ameaçadora para o poder central, deve ter provocado inquietações de dimensões

²⁶¹ NOGUEIRA DA COSTA, A. op.cit., p.25.

²⁶² Idem, p.26.

²⁶³ “Descrição...” op.cit., p.182.

consideráveis. Fernandes não logrou seguir deste ponto adiante “[...] por amor de muitas guerras que ali havia entre alguns destes reis [...]”.²⁶⁴

A utilização da forma plural para “guerras” e “reis” indica não apenas que a insatisfação com o mando de Chisamarengu atingia também encosses menores (liderados pelo Inhocua), que o degredado ou o escriba julgaram desnecessário nomear, como também a frequência com que os confrontos ocorriam. O cenário de instabilidade que o documento sugere certamente exigia a concentração de recursos e das atenções imediatas do mutapa, o que temporariamente inviabilizava o envio de emissários para o litoral e, deste modo, prejudicava o estabelecimento de contatos regulares com os portugueses na costa.

Com os mouros, as relações comerciais podiam se manter relativamente estáveis por duas principais razões: primeiro, porque eles enviavam seus próprios agentes em direção ao interior, ao contrário dos portugueses, que, até a chegada das notícias de António Fernandes, haviam esperado pelos mercadores – mouros e “cafres” – na feitoria. Segundo – e, neste momento, mais importante – porque os mouros de Angoche utilizavam a rota do Zambeze que, como já referimos, passava ao largo dos reinos insurretos, tanto daqueles mais próximos ao litoral quanto daqueles mais avançados no interior.²⁶⁵ Pelo Zambeze os mercadores passavam por Botonga e Barue, reinos leais à soberania do mutapa e, pagando os direitos alfandegários, obtinham permissão para seguir adiante. Embora desde 1507 as fontes já informassem acerca da rota comercial utilizada pelos mouros de Angoche, Fernandes foi o primeiro português a testemunhar a origem e o destino desta rede mercantil; suas referências a esse comércio via Zambeze certamente foram decisivas para a opção lusitana em abandonar os caminhos por terra e procurar monopolizar o acesso ao grande rio.

*

A partir das informações fornecidas pelo degredado, João Vaz da Almada escreveu uma longa carta ao rei Dom Manuel, na qual demonstrava grande ansiedade em “descobrir” o Zambeze – missão para a qual partiria naquele mesmo ano, se assim o autorizasse D. Manuel – e, para este efeito, solicitava reforços em homens, navios e mantimentos. Oferecia a seu rei, ainda, a prestação de um “serviço que nunca ninguém

²⁶⁴ Idem, p.184.

²⁶⁵ Ver Mapas II e III.

fez [...] que é irmos ordenar uma casa onde não há mais que quatro jornadas donde tiram o ouro”. Esta inquietação derivava, por um lado, da constatação de que o trato na fortaleza de Sofala minguava na proporção em que a atividade mercantil do sultanato de Angoche prosperava, e, de outra parte, das animadoras notícias trazidas por António Fernandes:

Em um caderno que lá mando a Vossa Alteza, das coisas que viu este António Fernandes, verá que coisas são as de cá! Creia Vossa Alteza que não estão [bem] porque não vieram cá homens de tal vontade como a minha, porque não desejo mais bem que descobrir este rio.²⁶⁶

A partir de então, tanto os oficiais da fortaleza como os mercadores particulares portugueses passaram a buscar preferencialmente esta rota, a despeito do regimento que lhes proibia de deixar a fortaleza.²⁶⁷ Os últimos com mais sucesso, como afirma Alexandre Lobato:

[...] parece-nos fora de dúvida que a expansão portuguesa nos sertões zambezianos se fez sempre por ação exclusiva dos mercadores que de Moçambique iam a Sena vender mercadorias e dos outros que, por sua vez, se espalhavam dali para oeste e sudoeste à procura de ouro que compravam aos chefes negros em troca de fazendas e miçangas, armas, vinhos e pólvoras.²⁶⁸

A penetração destes homens no sertão deu origem a um novo tipo social, os *sertanejos*, sobre os quais trataremos a seguir.

O movimento particular: os sertanejos lusitanos

Pouco se sabe sobre a atuação dos *sertanejos* nas primeiras décadas do século XVI. Malyn Newitt apurou que desde 1513 havia registros de desertores da fortaleza que casavam com filhas de encosses do interior e integravam-se na sociedade de origem da esposa,²⁶⁹ inserindo-se na rede de laços de parentesco de que fala Mudenge e que destacamos anteriormente. Encontramos registro semelhante em fonte de 1518, segundo a qual alguns portugueses “amasiados [...] se foram para os negros” do reino do

²⁶⁶ “Carta de João Vaz d’Almada...”, op.cit., p.288.

²⁶⁷ LOBATO, A. *Evolução Administrativa...* op.cit., p.20.

²⁶⁸ Idem, ibidem.

²⁶⁹ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.39.

Inhamunda.²⁷⁰ Para a década de 1530, Alexandre Lobato afirma que “[...] havia no sertão algumas centenas de fugidos das naus do Reino”.²⁷¹

Alberto da Costa e Silva pinta um belo retrato desses homens:

Havia os que se africanizavam inteiramente; e, dentre eles, os mais felizes cortavam e penteavam os cabelos à maneira shona, repartindo-os e os amarrando em tufo ou pirocós, como se fossem vários chifres, os braços cheios de argolas, as peles de felinos a descerem dos ombros e a se arrastarem no chão. Outros resguardavam-se de qualquer influência da terra, cuja gente desprezavam, e nela procuravam viver como se continuassem em Portugal. Mas a maioria ficava entre os dois mundos, maleável, transigente e conciliadora, a multiplicar-se nas famílias mulatas.²⁷²

O cotidiano dos portugueses enviados para Sofala era duro: os preços dos bens fornecidos pela feitoria eram mais altos do que os praticados pelos mouros e, no mais das vezes, não atendiam às demandas da região, conforme explicitamos no primeiro capítulo; os gastos com o forte e a feitoria consumiam a maior parte dos lucros, deixando pequena margem para a distribuição de recompensas pelos pesados e perigosos serviços prestados à Coroa. Além disso, “o clima de monotonia que reinava na guarnição era dificilmente remediado por atividades como concursos de tiro ao alvo e cerimônias religiosas, que parece terem-se verificado com profusão na vida comunal do forte”.²⁷³

Desde o início da presença lusitana na contracosta todos os portugueses eram legalmente livres para praticar o comércio de algumas mercadorias e essa liberdade provavelmente atraiu diversos comerciantes para a feitoria de Sofala. Entretanto, como vimos, a dinâmica comercial do Índico assentava-se basicamente na troca do ouro e do marfim africanos por produtos importados da Índia, China e golfo Pérsico, todas mercadorias sobre as quais o rei de Portugal reivindicava o monopólio, as “mercadorias defesas”, conforme as fontes coevas.²⁷⁴ Insatisfeitos com as imposições legais que lhes limitavam os lucros e com as condições em que viviam na fortaleza, os mercadores

²⁷⁰ “Traslado da carta de D. António da Silveira para El-rei”. 18 de julho de 1518. DPMAC, vol.V, p.570.

²⁷¹ LOBATO, A. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962. p.78.

²⁷² SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.669.

²⁷³ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit.,p.39.

²⁷⁴ Na África índica elas são sobretudo marfim e ouro. Mas o acesso aos panos de Cambaia, forte moeda no trato do interior, também foi vedado aos comerciantes particulares, justamente para impedir que os negociassem em troca de ouro e marfim. Embora sejam monopólio real, algumas destas mercadorias foram oferecidas como mercês a oficiais e, especialmente, ao capitão de Sofala, que gozava, por exemplo, do direito à *vintena do marfim* (5%), e do privilégio da venda de roupas, utensílios e louças por ouro e o envio anual de seis escravos para o Reino, para revenda. Cf. LOBATO, A. *Colonização senhorial da Zambézia...* op.cit., p.72.

lusitanos, individualmente, passaram a escapar ao controle das autoridades e paulatinamente avançar em direção ao sertão, buscando inserir-se nas redes comerciais africanas e obter, ali, os lucros que lhes escapavam em Sofala.

Adquirindo terras e escravizados por meio de compra, guerras ou doação dos soberanos, esses homens marchavam para o sertão movidos pela perspectiva de lucros na ordem de 3000 por cento.²⁷⁵ Segundo Alexandre Lobato, essa perspectiva de ganhos alimentava a concorrência entre os próprios mercadores portugueses, que muitas vezes chegaram ao ponto de se digladiarem em guerrilhas, dando sinais evidentes de que a rivalidade entre eles era desenfreada e o negócio se fazia, sempre que possível, à margem das regras de comércio vigentes na Europa e, portanto, cada vez mais afastado da lógica que regia o comércio oficial da feitoria.²⁷⁶ Este movimento deveria estar em pleno vigor quando, em 1530, a Coroa portuguesa publicou novos regimentos para Sofala que, acreditamos, tinham entre seus objetivos a intenção de refrear esse comércio privado que lhe escapava e que, assim como aquele praticado pelos mouros, configurava-se agora em uma nova concorrência.

No que toca especificamente aos homens lotados na fortaleza, os *Regimentos de Sofala* expressam uma clara preocupação com o controle de suas atividades, a começar pela própria fixação do número de homens em serviço. Os *Róis de Pagamentos de Soldos* indicam que o número de pessoas na fortaleza oscilou fortemente ao longo dos anos anteriores e, ao longo da pesquisa, não encontramos referências à fixação regimental do número de homens lotados na guarnição. Eram mais de cem em 1506 (em dezembro registrou-se 138 homens); quarenta e um em agosto de 1512. Embora a centena de indivíduos não tenha sido alcançada em nenhum outro ano, a variação é expressiva: houve momentos em que a fortaleza esteve guarnecida por 71 homens, outros em que só havia 49. A oscilação nos números pode ser explicada, por um lado, pela ausência de registros sobre enfermos e mortos, e, de outra parte, pelo expressivo volume de desertores.

Deste modo, a primeira novidade introduzida pelos novos *Regimentos* é a definição do número de sessenta homens “todos naturais do reino e senhorios e não doutra parte nem escravos”, distribuídos nas seguintes funções:

²⁷⁵ LOBATO, A. *Evolução administrativa...* op.cit., p.137.

²⁷⁶ Idem, pp.97-137.

O capitão que há de servir de feitor; E dezesseis homens seus; E o alcaide-mor; E três homens seus; E dois escrivães da feitoria; E quatro homens seus dois de cada escrivão; E um físico; E um homem seu; E um meirinho; E dois homens seus; E um vigário; E um capelão; E quatro bombardeiros; E dois carpinteiros de casas; E um mestre da Ribeira; E outro oficial do mesmo ofício; E um barbeiro que seja também sangrador; E três pedreiros; E um coronheiro que seja também besteiro; E dois cavouqueiros; E um ferreiro; E um tanoeiro; E um alfaiate; E um mestre de telha e tijolo.

E as sete pessoas que falecem [faltam] para cumprimento do dito número de sessenta, que hei por bem que na dita fortaleza hajam, serão moradores, **os quais irão providos por meus alvarás que para isso levarão.** E não indo de cá providos por mim ou vagando depois de lá serem, o capitão da dita fortaleza os proverá de maneira que haja sempre nela o dito número de sessenta pessoas como dito é.²⁷⁷

Embora deixasse em aberto a possibilidade de que os cargos fossem providos por indivíduos que já se encontravam em terras africanas, os *Regimentos* apontavam que as funções seriam exercidas preferencialmente por homens enviados do Reino especialmente para este fim, prescrevendo a substituição senão completa, pelo menos de parcela expressiva dos funcionários régios lotados em Sofala. Substituindo os antigos residentes, seria mais fácil cortar as redes particulares de comércio – então ilegais sob o ponto de vista da Coroa – entre os portugueses e os africanos, uma vez que novos funcionários, submetidos a controle mais rígido, teriam mais dificuldades em acessá-las. Essa estratégia parece reforçada pelo parágrafo que determinava o tempo de serviço de cada homem na fortaleza: todos deveriam retornar diretamente ao Reino ao fim de três anos (ficando vedada a viagem à Índia, sob qualquer pretexto), quando novos indivíduos seriam enviados a Sofala para substituí-los.²⁷⁸

Outra tentativa de impedir a integração dos lusitanos com as sociedades da contracosta residia na interdição regimental dos relacionamentos destes com qualquer mulher africana, expressa no seguinte trecho:

[...] defendo e mando que nenhum morador da dita fortaleza, assim capitão como todos os outros, se não encarreguem de nenhuma mulher para continuadamente a terem, em sua casa nem fora dela, como manceba, sob pena de qualquer que o contrário fizer perder todo seu ordenado que tiver vencido para mim, porque **o hei por grande inconveniente a meu serviço.**²⁷⁹

Como vimos no primeiro capítulo, as redes comerciais do Índico assentavam-

²⁷⁷ “Regimentos de Sofala”. Lisboa, 20 de maio de 1530. DPMAC, vol.VI, pp.106-108. [grifo nosso].

²⁷⁸ “Regimentos de Sofala”, op.cit., p.326. A periodicidade trienal era comum para os oficiais desde o regimento de 1505, como vimos no primeiro capítulo. Entretanto, em nenhum documento anterior encontramos a determinação de tempo de permanência sendo estendida para todos os portugueses lotados na guarnição.

²⁷⁹ Idem, p.332. [grifo nosso].

se em grande medida nos laços de parentesco estabelecidos entre os entrepostos comerciais do litoral e os reinos do interior. Sabemos também que nas *muchas* não era incomum que os estrangeiros fossem incorporados às relações de parentesco pela via do casamento – uma das dimensões do processo de extravasão na qual os portugueses, como vimos, estavam integrados desde pelo menos 1513. Parece claro que o *Regimento* tentava formular resposta satisfatória a uma nova e inesperada característica da presença portuguesa na África Índica, que se tornara um problema para as autoridades lusitanas: a constatação de que alguns de seus súditos, agindo à margem das instituições de seu país de origem, tratavam com as mercadorias “defesas” sob a proteção dos reinos de cujas redes de parentesco agora faziam parte. Coincidentemente, a publicação dos *Regimentos* ocorreu no mesmo ano em que um anônimo informava ao rei:

[...] quanto a Sofala, deve Vossa Alteza de escrever uma carta secretamente. E que a deem ao vigário de Sofala. Isso mesmo, secretamente, que a dê e haja a resposta dela: **a que se homem, que anda na terra firme que há, é casado com a filha do senhor da terra.** Porque sei que deseja dar conta a Vossa Alteza das perdas e proveitos de Sofala, e por se não atrever em quem, o não faz, porque assim mesmo o tinha outro que lá andava, que faleceu por dizer que havia de vir a Portugal.²⁸⁰

Uma série de dispositivos regimentais procurava reduzir as possibilidades da atividade mercantil autônoma dos portugueses aí estabelecidos: mantinha-se a proibição expressa de deixar a fortaleza sem conhecimento e ordem do capitão. Para além, todo e qualquer indivíduo sob a jurisdição do capitão – mesmo os que obtivessem licença para deixar a fortaleza durante o dia – ficava proibido de passar a noite fora da fortificação, que deveria ser trancada à chave ao por do sol e reaberta apenas na manhã seguinte. A partir do momento do trancamento da porta, a chave deveria ficar sob a guarda do capitão até o horário de sua reabertura. Tal proibição restringia qualquer pretensão de alcançar os mercados e entrepostos comerciais mais distantes. Em períodos alternados, alguns moradores – escolhidos pelo capitão dentre os mais confiáveis – deveriam exercer a função de porteiros da fortaleza. Tal tarefa consistia em a) não deixar “entrar nem sair em tempo algum, salvo quem e como o dito capitão ordenar” e b) “olhar com bom recado se os que entram ou saem para fora trazem ou levam algumas coisas defesas”. Ou seja, o porteiro personificava, a um só tempo, o controle sobre os

²⁸⁰ “Informação sobre as fortalezas da Índia enviada a El-rei”. 1530. DPMAC, vol.VI, p.298. [grifo nosso].

indivíduos, por um lado, e, de outra parte, a fiscalização do cumprimento do monopólio real das mercadorias mais rentáveis.

Quanto ao monopólio comercial, o documento explicitava as minúcias do controle que se pretendia: quando da chegada de um navio com produtos “defesos” não seria permitido nenhum contato entre os homens lotados na guarnição e os tripulantes, que deveriam permanecer dentro das embarcações até a liberação pelo capitão da fortaleza. Somente depois do desembarque fiscalizado das mercadorias e de uma minuciosa revista em todas as dependências do navio é que os marinheiros poderiam ser recebidos em terra. Tal medida visava impedir o tráfico nos dois sentidos: os que chegavam não teriam oportunidade de repassar aos da terra qualquer produto de comércio ilegal, especialmente aqueles vindos da Índia, e os da terra, por sua vez, não encontrariam meios de enviar ouro, marfim e outros produtos africanos para fora da fortaleza. Do mesmo modo estava prevista a devassa das casas de mouros e cristãos sempre que se aproximasse a data de partida de alguma embarcação.²⁸¹

Por fim, ainda com o objetivo de impedir a circulação privada dos produtos de monopólio real, o capitão de Sofala deveria realizar a devassa semestral de “todos os moradores e pessoas que na dita fortaleza estiverem e a ela forem ter”.²⁸² As penas previstas para aqueles que descumprissem a interdição do comércio das “coisas defesas” eram severas: aqueles que fossem “escudeiros ou daí para cima” seriam degredados por dois anos para outras possessões portuguesas e ficariam sujeitos a outras penas, a critério do próprio rei e de acordo com a gravidade da acusação

[...] e os que forem peões serão publicamente açoitados, e uns e outros perderão tudo o que assim resgatarem e lhes for achado ou provado, assim enquanto na dita fortaleza estiverem como nestes reinos. Sendo por ele demandados e sendo meus oficiais ou moradores da dita fortaleza quero que, além das ditas penas, percam pelo dito caso todo seu ordenado que até esse tempo tiverem vencido, e sejam logo tirados do ofício e riscados do número e enviados presos nos primeiros navios que para estes reinos vierem [...] e se forem capitães, e escrivães, pilotos ou mareantes dos navios ou caravelas, além de haverem a dita pena crime por que serão presos perderão também o que assim resgatarem e mais todos seus soldos da dita viagem e do que assim perderem todas as ditas pessoas será a metade para quem os acusar e a outra metade se arrecadará para mim [...].²⁸³

²⁸¹ Os *Regimentos de Sofala* são extensos e alguns dos temas de que tratam escapam aos objetivos desta pesquisa. Alguns de seus capítulos serão retomados adiante, mas não é nossa intenção esgotar as possibilidades de análise sistemática desta fonte.

²⁸² “Regimentos de Sofala”, op.cit., p.340.

²⁸³ Idem, pp.340-342.

Alexandre Lobato analisou os *Regimentos de Sofala* em artigo publicado no livro *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Segundo este autor,

Apesar de tantas restrições, recomendações e cautelas, escassos três anos depois teve El-rei de proibir, em 12 de março de 1533, que os mouros e gentios de Melinde e de toda a costa, negociassem na ilha de Moçambique, tal era a concorrência que faziam a Sofala, já irremediavelmente perdida. **Ia começar a marcha para o sertão** [...] Por isso estes notabilíssimos e esquecidos regimentos de Sofala retratam mais fielmente o passado que o período seguinte até às expedições de Francisco Barreto e Vasco Homem. Está neles, inteira, a evolução histórica dos primeiros dias de Moçambique [...].²⁸⁴

Na interpretação de Lobato, o movimento de interiorização lusitano se iniciaria somente após a publicação dos *Regimentos*. No sentido contrário à leitura proposta por este autor, inferimos que os *Regimentos* visavam disciplinar um fenómeno em curso – a dispersão no território e a integração dos portugueses nas sociedades africanas – responsável pelo estabelecimento de uma nova concorrência ao comércio oficial: a recomendação minuciosa de medidas para o controle da circulação das mercadorias “defesas” certamente responde à necessidade de frear um contrabando já existente, praticado pelos próprios súditos de Portugal, objetos da normatização em pauta.

Do mesmo modo, reforçam a inferência a expressa proibição dos casamentos e todas as medidas que preconizavam o confinamento dos homens na fortaleza. É o próprio Lobato quem informa que, à altura (ou poucos anos depois) da publicação das novas normas, centenas de portugueses espalhavam-se pelo sertão, negociando os panos de Cambaia e acumulando riquezas em ouro. Se, por um lado, não é razoável supor que um movimento de tais proporções tenha ocorrido em tão curto período, de outra parte é necessário considerar os indícios documentais de que, em décadas anteriores, desertores da fortaleza rumaram para o interior, casando-se com filhas de famílias importantes, passando a integrar as redes de parentesco e negócios de acordo com as quais se organizava a vida econômica e social da região.

O *corpus* documental consultado é consistente em apontar que nas décadas seguintes os portugueses estavam “um pouco por toda parte” sertão adentro. No início da década de 1540 mercadores lusitanos subiam regularmente o Zambeze²⁸⁵ e muitos estavam estabelecidos nas vilas de Quelimane, Sena e Tete – entrepostos-chave desta

²⁸⁴ LOBATO, A. *Colonização senhorial da Zambézia...*, op.cit., pp.74-75. [grifo nosso].

²⁸⁵ “Carta de Gonçalo Pinto de Araújo para El-rei”. Goa, 15 de novembro de 1545. DPMAC, vol.VII, pp.150-152.

rota comercial.²⁸⁶ No Monomotapa moravam pelo menos quatro portugueses em 1542.²⁸⁷ Também data deste período a criação da figura do Capitão dos Rios de Cuama, a primeira autoridade portuguesa na Zambézia – nas palavras de Alexandre Lobato, “arremedo de governo”²⁸⁸ cuja alçada limitava-se aos *sertanejos* – constituída por iniciativa dos próprios comerciantes, sem vínculos formais com a feitoria, e que tinha por objetivo organizar o comércio particular e assegurar o trânsito de mercadorias no rio Zambeze.²⁸⁹

O Monomotapa e as diferentes dimensões da presença portuguesa

Se para os sertanejos a amizade e o estabelecimento de laços de parentesco com os poderes africanos significava proteção para o desenrolar do comércio à revelia das autoridades lusitanas, o mutapa parece ter se valido de seus serviços, ao contrário, para estreitar os vínculos institucionais com a fortaleza. Em 1542 Neshangwe Munembire (c.1530-50) mandou a Sofala uma embaixada composta por cinco homens. Apenas aquele que a chefiava era shona; os demais eram portugueses estabelecidos no interior. Segundo a fonte, com o intuito de retomar o contato com as autoridades da feitoria, interrompido por dois anos devido às tensões entre o Monomotapa e o reino do Quiteve, comandado pelo temido Inhamunda.²⁹⁰ O recado trazido pela embaixada era o que segue:

[...] mandou me dizer que lhe mandasse um homem de bem com alguns outros e que ele prometia de abrir os caminhos de maneira que os cafres e mercadores viessem resgatar [...] **somente queria lá ter este homem para estar certo que queríamos sua amizade, da qual estava duvidoso por haver muito tempo que não mandara visitar a dita fortaleza**, o que segundo parece foi por não poder mais.²⁹¹

O soberano pedia aos oficiais o envio, e a permanência em suas terras, de uma *representação diplomática*. Segundo a mesma fonte, um conselho informal, composto pelo capitão e pelos “mouros da terra e homens antigos dela”, julgou por bem atender ao

²⁸⁶ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.62.

²⁸⁷ “Carta de João de Sepúlveda para El-rei”. Moçambique, 10 de agosto de 1542. DPMAC, vol.VII., pp.136-138. [grifo nosso].

²⁸⁸ LOBATO, A. *Evolução administrativa...* op.cit., p.155.

²⁸⁹ Idem, p.138.

²⁹⁰ Cf. MUDENGE, S.I.G., op.cit, pp.55-56.

²⁹¹ “Carta de João de Sepúlveda para El-rei”. op.cit., pp.136-138. [grifo nosso].

pedido do soberano africano. Para a decisão concorreram o testemunho dos mercadores lusitanos que de lá vieram e o fato de **“estar em costume irem ao dito Monomotapa embaixadores portug[u]eses e lá serem bem tratados”**.²⁹²

Note-se que, do ponto de vista do rei africano, não se tratava do comércio: ainda que o documento informe que as perturbações no interior vedavam o acesso à fortaleza de “cafres” de qualquer procedência, “de maneira que não deixam vir nenhum resgate à fortaleza”,²⁹³ mercadores lusitanos já então haviam estabelecido suas casas em terras do mutapa, como a fonte referencia. Para além, os mercadores mouros seguiam importando os panos, miçangas e outros produtos de prestígio, a despeito da patrulha portuguesa; os particulares lusitanos desviavam as mercadorias “defesas” e espalhavam-nas pelas feiras do sertão. Provavelmente os mercados do interior, neste momento, não se ressentiam da falta de nenhuma mercadoria em específico, de modo que a abertura do caminho para que “cafres” e mercadores alcançassem a fortaleza parece se referir mais às necessidades comerciais da feitoria do que às do Monomotapa.

Qual seria então o objetivo de Munembire? Ele acenava com uma promessa de solução para o problema do baixo volume comercial da feitoria em troca da presença constante de um representante das autoridades lusitanas, que gozaria de *status* diferenciado em relação aos mercadores. Tratava-se, portanto, de retomar e estreitar os laços *institucionais* firmados desde o início do século. Isto porque enquanto os mercadores lusitanos se inseriram na lógica que organizava as relações sociais e comerciais com os árabes e os indianos sem alterá-la, as autoridades da fortaleza detinham o controle daquela que era a grande novidade representada pela presença portuguesa na região: as armas de fogo.

Desde sua chegada à costa índica os portugueses haviam demonstrado aos poderes africanos a força de sua artilharia: ela fora decisiva na submissão do xeque de Quiloa por Vasco da Gama em 1502 e responsável pela vitória de Pero d’Anhaia sobre os homens de Yussuf em 1506. Ainda em 1506, Tristão da Cunha havia saqueado Sada e Langane, cidades localizadas na costa noroeste de Madagascar; em 1507 seu lugar-tenente atacou Oja e Brava, cidades a norte da costa suaíli e em 1509 os portugueses saquearam Máfia, Zanzibar e Pemba, cidades costeiras que foram postas sob a “proteção” de uma frota comandada por Duarte de Lemos. Em 1511 os lusitanos

²⁹² Idem, p.138. [grifo nosso]. O documento prossegue informando: “Foi escolhido para isso Fernão de Proença, que aí foi escrivão da feitoria, homem bem entendido e acostumado e que tem experiência da terra. Folgou de ir, parecendo-lhe que nisto fazia algum serviço a Vossa Alteza. Levou muitas dádivas.”

²⁹³ Idem, p.136.

destruíram o sultanato de Angoche; em 1522 organizaram uma expedição que reduziu a cinzas a cidade de Querimba e as embarcações ancoradas em seu porto; em 1524 realizaram ataque semelhante à cidade de Mombaça.²⁹⁴ Em 1530 os *Regimentos de Sofala* preconizavam:

“[...] para guarda e defesa da dita fortaleza esteja continuamente nela a artilharia, pólvora, pelouros, espingardas, bestas, lanças, padeses e todos outros apetrechos de guerra; e assim algumas couraças e corpos d’armas [...]. todo morador da dita fortaleza tenha continuamente, enquanto nela estiver, estas armas – a saber – besta com todos os seus aparelhos, e uma espada, e uma lança, e todo meu oficial que na dita fortaleza estiver, além destas armas, seja obrigado a ter mais – a saber – couraças ou peito com espaldeira qual mais quiser, e assim, armadura de cabeça [...].”²⁹⁵

Evidentemente os diversos poderes em disputa ambicionavam tal força bélica.²⁹⁶ Na primeira metade do século o Inhamunda, rei do Quiteve, solicitou explicitamente o envio de bombardas da fortaleza para o seu reino. Especulamos, no primeiro capítulo, sobre os interesses políticos de Chisamarengu numa aliança militar com os portugueses, no contexto das guerras contra o Butua e o Quiteve. O fato é que as tensões entre os reinos shona prosseguiram na segunda metade do século XVI. Além do conflito com o Quiteve, referido pela fonte em tela, o mutapa Chivere Nyassoro (c.1550-60) se viu às voltas com a rebelião de um encosse tsonga, que, na década de 1550 conquistou uma área de 1000 quilômetros que incluía a cidade de Tete, principal entreposto da rota comercial do Zambeze.

Se por um lado os *Regimentos* estabeleciam que os moradores deveriam dispor de suas próprias armas de fogo, conforme citado acima, de outra parte recomendavam vivamente que as autoridades da fortaleza realizassem o controle periódico das mesmas:

²⁹⁴ Cf. NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.38.

²⁹⁵ “Regimentos de Sofala”. op.cit., pp.330-332.

²⁹⁶ Sobre as armas de fogo e as fissuras entre a aristocracia shona no avançar do século XVI (em período posterior ao tratado neste capítulo), Alberto da Costa e Silva afirmou: “Não tenho dúvidas de que as armas de fogo davam, nos combates, vantagem aos que as possuíam e sabiam usar. Não que os tornassem invencíveis, nem que lhes concedesse uma superioridade esmagadora. Permitiam, no entanto, que forças pequenas se opusessem a grandes massas humanas, como se viu nas batalhas de Francisco Barreto contra os mongazes. Nas fissuras das tranqueiras e no alto das muralhas de terra, as armas de fogo tornavam essas fortificações quase inexpugnáveis. E constituíam, no meio de um grande exército munido de arcos, azagaias, lanças e porretes, um núcleo de ataque poderoso, como se provaria nas campanhas militares do monomotapa Gatsi Lucere. Não só ele, mas os seus adversários e os demais líderes da região cedo compreenderam quão importante era contar com o apoio de artilheiros e arcabuzeiros. Cf. SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.662.

E além de cada um mostrar as ditas armas em sua chegada, como dito é, mando ao dito capitão que faça alardo geral quatro vezes cada ano, aos tempos que lhe bem parecer, a que estarão presentes o dito feitor e escrivães. E ali mandará aos ditos oficiais e moradores da dita fortaleza que mostre cada um suas armas e todos juntamente em um tempo em maneira que não possa haver engano. E tudo o que assim achar nos ditos alardos será escrito pelos ditos escrivães, aos quais mando que nos assentos das pagas – quando o feitor lhas fizer de seus ordenados e também nas recadações que derem de seu ouro – façam menção de como tiveram o tempo que lhe assim pagaram suas armas ordenadas. E se algumas não tiverem, mando que não haja pagamento algum de seu ordenado posto que o tenham vencido.²⁹⁷

O processo de *extraversão*, assim, adquiriu novos contornos sob o comando de Munembire. Ao passo em que a absorção dos sertanejos nas estruturas sociais shona prosseguia, o mutapa buscava intensificar os laços institucionais com o objetivo de acessar um poderio bélico – inacessível aos particulares lusitanos – o que, num contexto de disputas e tensões, traria vantagens evidentes na relação de poder com os vizinhos. A estratégia deixava clara a percepção, por parte do monarca africano, de que mercadores e oficiais eram representantes de dimensões distintas, muitas vezes contraditórias e conflitantes, da presença portuguesa na África índica.

Todavia, os sertanejos desempenharam o papel fundamental de mediar as relações institucionais entre o mutapa e os oficiais portugueses. Nas palavras de Malyn Newitt,

Começava a emergir uma sociedade afro-portuguesa. A dispersão dos portugueses enquanto mercadores privados ganhava importância à medida que o século avançava. [...] Estes mercadores desempenhavam uma função vital, ultrapassando o fosso de incompreensão entre o oficialismo português (os capitães de Moçambique e os comandantes dos homens da Índia) e as famílias que tradicionalmente manipulavam o comércio da costa.²⁹⁸

²⁹⁷ Idem, p.332.

²⁹⁸ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.39.

Terceiro capítulo

O muzungu mhondoro e os soldados portugueses

Neste capítulo pretendemos abordar dois importantes eventos na história dos contatos entre os portugueses e o reino do Monomotapa, ambas iniciativas institucionais da Coroa lusitana. Em 1560, uma missão jesuítica, chefiada por D. Gonçalo da Silveira, chegou à corte do mutapa apoiada pelas autoridades de Lisboa e da Índia e depressa atingiu o objetivo de conversão do monarca e sua nobreza. Pouco tempo depois, entretanto, o padre foi assassinado a mando do próprio soberano, num episódio bastante conhecido da história da presença portuguesa na África índica. Embora este episódio em nada tenha afetado a posição e as relações dos mercadores lusitanos no interior, na Europa juristas portugueses invocaram o princípio da ‘guerra justa’ para justificar o envio de uma expedição militar chefiada por Francisco Barreto, cujo principal objetivo seria vingar a morte do religioso. A expedição terminou como um dos maiores fracassos da história da presença portuguesa na contracosta africana.

A análise dos dois eventos se reveste de importância para esta pesquisa na medida em que estes revelam, por um lado, os projetos portugueses de conquista territorial daquela porção do continente – primeiro pela fé, depois pela espada – e, na direção oposta, a documentação produzida por missionários e cronistas no calor dos acontecimentos, permite entrever as estratégias de manutenção do poder adotadas pelo mutapa e seus vizinhos, bem como a maneira como os shona rearranjaram suas estruturas sociais diante das grandes transformações provocadas pela presença dos emissários da Coroa portuguesa.

As Décadas de João de Barros

Em fevereiro de 1560, quando a missão jesuítica comandada por D. Gonçalo da Silveira chegou ao porto de Moçambique, o movimento sertanejo de que tratamos no capítulo anterior prosseguia e, há algumas décadas, era responsável pelo paulatino acúmulo de informações, cada vez mais detalhadas e precisas, acerca das sociedades do interior. Os conhecimentos adquiridos no sertão alcançavam o litoral graças aos

contatos periódicos entre os mercadores privados e os oficiais portugueses e seguiam para Lisboa na forma de cartas, relatórios e ofícios.

João de Barros, autor que nunca visitou a costa índica africana, sistematizou, a partir da Casa da Mina, as informações que chegavam desta região. Graças à correspondência entre a fortaleza de Sofala e a Corte portuguesa, Barros pôde publicar, em suas *Décadas*, um capítulo dedicado à descrição do reino do Monomotapa. Em 1552, data da publicação da primeira *Década*, os lusitanos conheciam detalhes da geografia e da paisagem das terras do Monomotapa:

[...] deste rio de Cuama até o Cabo das Correntes, por dentro do sertão, é terra excelente, temperada, sadia, fresca, fértil de todas as coisas que se nela produzem. Somente aquela parte do Cabo das Correntes até a boca do rio Espírito Santo, apartando-se um pouco da fralda do mar, tudo são campinas de grandes criações de todo gênero de gado [...]. A outra terra que vai ao longo do rio de Cuama e do interior daquela ilha, pela maior parte é montuosa, coberta de arvoredos, regada de rios, graciosa em sua situação e, por isso, mais povoada e, o mais do tempo, está nela o Monomotapa [...].

Para além da geografia, o texto apresentava características relativas à economia, à política e à organização social dos shona. À detalhada descrição física seguia um conjunto de informações referentes à localização, quantidade, qualidade e modos de extração do ouro, reafirmando a existência de grande volume do metal amarelo nas minas de Manica, Botonga, Boro e Butua. Os três primeiros foram apresentados por João de Barros como partes integrantes do “Reino de Sofala”, portanto, sujeitos ao “seu príncipe Monomotapa”. Como vimos nos capítulos anteriores, António Fernandes e outros informantes da primeira metade do século XVI haviam apontado a predominância política do Monomotapa sobre esses reinos. Neste sentido, a descrição de Barros corresponde ao que já se conhecia sobre a hierarquia política dos reinos shona.

Em relação ao Butua, contudo, em 1506 Diogo de Alcáçova informara a D. Manuel a existência de um conflito aparentemente insolúvel entre este e o Monomotapa; alguns anos depois, António Fernandes reafirmou as tensões entre eles, vincando não apenas a independência política do Butua – “lhe não obedece” [ao Monomotapa] – como também, e principalmente, a intensidade e constância dos conflitos entre eles – “tem sempre guerra com ele” [o Monomotapa].²⁹⁹ Assim, o que aparece como novidade na descrição das *Décadas*, em relação às fontes anteriores, é a vassalagem do Butua ao

²⁹⁹ “Descrição da viagem do degredado António Fernandes ao interior do Monomotapa”. op.cit., p.184.

Monomotapa, que Barros afirmava existir, indicando o alargamento do alcance do poder deste último. W.G.L. Randles, especula que Barros teria se baseado em fontes anteriores à carta de Alcáçova e à descrição de António Fernandes para confeccionar o capítulo referente ao Monomotapa, sugerindo, implicitamente, que o português não teve acesso aos dois documentos.³⁰⁰ Esta hipótese parece pouco provável: entre 1525 e 1528, João de Barros exerceu o cargo de tesoureiro da Casa da Índia; de 1533 a 1567 desempenhou a função de feitor da mesma organização.

Criada no início do século XVI, com o objetivo de garantir o monopólio real do comércio, a Casa da Índia centralizava, no Terreiro do Paço, Lisboa, as relações de Portugal com a África e a Ásia. A administração de todas as atividades comerciais era feita ali: os produtos trazidos de qualquer parte dos dois continentes tinham que ser entregues à Casa para então ser tributados e vendidos a preços previamente fixados; ali também se fazia a contabilidade e a fiscalização de compras, vendas e pagamentos; a organização de frotas e escoltas militares; o controle de chegadas e partidas de navios; a emissão de certificados e licenças; a colocação de funcionários reais nas diversas feitorias no ultramar. A instituição também funcionava como armazém, serviço postal e arquivo.

Para além do acesso à vasta documentação que circulou e foi arquivada na Casa da Índia nos períodos em que ali esteve lotado, João de Barros era de origem nobre e fora educado na Corte, onde convivera com D. Manuel e D. João III. Esta proximidade lhe rendeu, além da nomeação para cargos públicos e a doação de duas capitâncias hereditárias no Brasil, a permissão para impressão de suas obras. O próprio Barros deixou entrever a intimidade de que gozava com a monarquia lusitana na justificativa para a escrita das *Décadas*, conforme texto de António Baião:

[...] conta Barros como D. Manuel I, tendo-se contentado com a sua *Crônica do Imperador Clarimundo*, lhe disse que *desejava estas cousas das partes do Índico serem postas em escritura, mas que nunca achara pessoa de que o confiasse; que se eu me atrevia a esta obra o meu trabalho não seria ante ele perdido*. Entretanto, D. Manuel faleceu e D. João III proveu-o dos cargos de tesoureiro e depois feitor da Casa da Índia e Mina; *cargos que com seu peso fazem acurvar a vida*. Apesar disso, João de Barros, vendo como baldadamente D. Manuel escrevera a D. Francisco de Almeida e a Afonso de Albuquerque, para miudamente lhe escreverem os feitos daquelas partes, a fim de os *mandar por em escrito*, e vendo também como D. João III incumbira o mesmo trabalho, em 1531, a Lourenço de Cáceres, *o que não houve efeito*, se decidiu, *repartindo o tempo da vida, dando os dias ao ofício*

³⁰⁰ RANDLES, W.G.L. op.cit.

*e parte das noites a esta escritura da vossa Ásia, e assim cumpri com o regimento do ofício e com o desejo que sempre tive desta empresa.*³⁰¹

Não é descabido supor, portanto, que o monarca português franqueou acesso à documentação necessária para a composição da obra. O próprio Barros destacou, em diversas passagens das *Décadas*, o rigor que procurou aplicar à seleção das fontes e à apuração das informações constantes em sua obra: da aquisição de um escravo chinês para a tradução de uma *Geografia* de mesma origem ao levantamento de fontes, como cartas e mensagens de reinos africanos e outros “papéis rotos e fora da ordem”, passando por entrevistas pessoais com enviados, mensageiros e embaixadores africanos e portugueses. No mesmo sentido, também indicou, nas passagens correspondentes das *Décadas*, os trechos em que seu suporte documental era mais frágil: “O que escrevemos do tempo Del rei D. Afonso não são mais que algumas lembranças que achamos no tombo e no livro da sua fazenda”.³⁰²

*

A historiografia atual avalia que não existiu propriamente um “império” do Monomotapa; as pesquisas recentes apontam para a existência de um Estado constituído essencialmente de um território, conhecido como Mocaranga, no planalto do Zambeze, onde o soberano exercia o mando direto. Fora desta região, o alcance territorial do poder dos mutapas variava de acordo com o prestígio, riqueza e capacidade de ação militar de cada soberano na administração de um sistema de senhorios e obediências que envolveu, ao longo do tempo, um número grande de reis e chefes do planalto e do vale do Zambeze³⁰³. Se algumas terras, como as de Chidima, no vale, estiveram sob o controle direto dos monarcas, houve outras em que as ligações se remetiam a antigos mitos fundadores.³⁰⁴

Parece claro que os sertanejos e os demais informantes portugueses identificaram, entre os reinos da região, uma hierarquia política cujo topo era ocupado pelo Monomotapa. Incapazes de compreender e descrever essas relações nos termos

³⁰¹ BAIÃO, A. “Prefácio”. In: BARROS, J. *Décadas*. Lisboa: Sá da Costa, 1945. p.LVIII.

³⁰² BARROS, J. op.cit. Década I, cap.I, liv.II.

³⁰³ Um dos principais fatores de acúmulo de poder residia no grande número de esposas, algumas delas poderosas personalidades políticas, muito provavelmente filhas dos chefes avassalados, com quem o mutapa, ao contrair matrimônio, ampliava sua esfera de influência através de laços de parentesco. Cf. RITA-FERREIRA, A. *Fixação portuguesa....* op.cit., p.67.

³⁰⁴ Idem, p.66.

expostos acima, os lusitanos, em suas descrições, cartas e ofícios, recorreram a duas categorias europeias: a noção de *império* territorial e expansionista cujo arquétipo nesse período era o Sacro Império Romano Germânico, e o sistema feudal de suserania e vassalagem. Deste modo, desde o início do século XVI os portugueses estabeleceram o que seria o *império* do Monomotapa em termos de comparação e equivalência com as suas formas de organização política. A historiografia aponta que, além da marca do conceito europeu, a insistência das fontes portuguesas na apresentação do Monomotapa como um vasto império territorial vinha no bojo das descobertas espanholas nas Américas, onde grandes impérios indígenas controlavam o território e o acesso a riquíssimas minas de metais preciosos.³⁰⁵ Sob essa ótica é perfeitamente compreensível que João de Barros tenha afirmado que:

Debaixo de seu senhorio [o Monomotapa] tem grandes príncipes, alguns dos quais que comarcam com reinos alheios às vezes se levantam contra ele. Por isso costuma ele trazer consigo os herdeiros dos tais. [...] este príncipe a que chamamos Benomotapa, ou Monomotapa, é como entre nós imperador.³⁰⁶

Retomemos a questão da vassalagem do Butua. A partir do exposto até aqui, podemos supor que a documentação portuguesa produzida ao longo das cinco primeiras décadas do século XVI captasse “instantâneos” da história política do Monomotapa – marcada por um sistema de senhorios e obediências de fronteiras elásticas, que frequentemente se encolhiam ou alargavam de acordo com a habilidade e a atuação política de cada soberano – e os cristalizasse na descrição de um *império*, cuja conceituação era baseada em categorias exógenas, europeias. Deste modo, inferimos que a afirmação da sujeição do Butua não se baseava em documentação anterior, como Randles sugere, mas, ao contrário, em fontes posteriores a Alcáçova e Fernandes e que Barros, ao lançar mão do termo *vassalo* para se referir ao Butua, indicava que em dado momento (provavelmente no intervalo que separa as viagens de Fernandes e a obra de Barros) as tensões entre este e o Monomotapa arrefeceram e novas configurações políticas e comerciais puderam ser experimentadas, ainda que temporariamente.

O autor das *Décadas* foi além das categorias europeias de *império* e *vassalagem*, destacando, na composição descritiva do reino do Monomotapa, diversas características que encontravam equivalência no modo de organização português,

³⁰⁵ Ver NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit.,; MUDENGE, S.I.G, op. cit.; RANDLES, W.G.L., op.cit. e SILVA, A.C., *A Manilha e o Libambo...* op.cit.

³⁰⁶ BARROS, J. op.cit. Década I, liv.X, cap.I.

excluindo os “[...] costumes estranhos a nós [que] tem esta gente, os quais em alguma maneira parecem que seguem razão de boa polícia segundo a barbaria deles: os quais deixamos porque já nestes estendemos a pena fora dos limites da história [...]”³⁰⁷. Mas iniciou sua descrição com o estranhamento típico de um olhar que inferioriza o *Outro*, ao descrever e especular sobre as origens de um conjunto de construções de arquitetura sofisticada:

[...] quadrada, toda de cantaria de dentro. De fora mui bem lavrada, de pedras de maravilhosa grandeza, sem aparecer cal nas juntas dela: cuja parede é de mais de vinte e cinco palmos de largo. A altura não é tão grande em respeito da largura. E sobre a porta do qual edifício está um letreiro que alguns mouros mercadores que ali foram ter, homens doutos, não souberam ler nem dizer que letra era. Quase em torno deste edifício, em alguns outeiros, estão outros à maneira dele no lavramento de pedraria e sem cal, em que há uma torre de mais de doze braças. A todos estes edifícios os da terra lhe chamam Symbaoé [Zimbábue], que acerca deles quer dizer corte, porque a todo lugar onde está Monomotapa chamam assim. Segundo eles dizem deste, por ser coisa real, tiveram todas as outras moradas Del rei tal nome. Tem um homem nobre que está em guarda dele ao modo de alcaide mor. A este ofício chamam Symbacayo, como se disséssemos “guarda de Symbaoé”. Sempre nele estão algumas das mulheres de Monomotapa, que este Symbacayo tem cuidado. Quando e por quem estes edifícios foram feitos, como a gente da terra não tem letras, não há entre eles memória disto, somente dizerem que é obra do diabo, porque comparada ao poder e saber deles, não lhe parece que a podiam fazer homens. Alguns mouros que a viram, mostrando-lhe Vicente Pegado, capitão que foi de Sofala a obra daquela nossa fortaleza, assim o lavramento das janelas e arcos para comparação da cantaria lavrada aquela obra, diziam não ser coisa para comparar, segundo era limpa e perfeita. A qual distará de Sofala para o poente por linha direta pouco mais ou menos cento e setenta léguas, em altura entre vinte e finte e um graus da parte do sul, sem por aquelas partes haver edifício antigo nem moderno: por que a gente é mui bárbara. Todas as suas casas são de madeira, e por juízo dos mouros que a viram parece ser coisa mui antiga, e que foi ali feita para ter posse daquelas minas, que são mui antigas, nas quais senão tira ouro há anos por causa de guerras. E olhando a situação, a maneira do edifício metido tanto no coração da terra, que os mouros confessam não ser obra deles por sua antiguidade, e mais por não conhecerem os caracteres do letreiro que está na porta, bem podemos conjecturar ser aquela a região a que Ptolomeu chama Agysymba, faz sua computação meridional, porque o nome dela e assim do capitão que a guarda, em alguma maneira se conformam, e algum deles se corrompeu do outro. E pondo nisso nosso juízo, parece que esta obra mandou fazer algum príncipe, que naquele tempo foi senhor destas minas como posse delas: a qual perdeu com o tempo e também por serem muito remotas de seu estado. Cá pela semelhança dos edifícios, parecem muito a outros que estão na terra do Preste João, em um lugar chamado Acaxumo que foi uma cidade câmara da Rainha de Sabá, a que Ptolomeu chama Axuma. Que o príncipe e senhor deste estado o foi destas minas, e por razão delas mandou fazer estes edifícios ao modo que nós ora temos a fortaleza da Mina e esta mesma de Sofala. E como naquele tempo de Ptolomeu, por via dos moradores desta terra Abssínia do Preste, a que ele chama Etiópia sobre o Egito, esta terra de que falamos, em

³⁰⁷ Idem, *ibidem*.

alguma maneira, era notória por razão deste ouro, e o lugar teria nome. Fez ele Ptolomeu aqui termo e sua conta da distância austral.³⁰⁸

Toda a descrição da fortaleza, central no longo trecho transcrito acima, baseou-se, segundo o próprio autor, em investigações realizadas junto a dois grupos de informantes: os mouros mercadores e a “gente da terra”. Os primeiros caracterizados como “homens doutos” que viram de perto o conjunto de edifícios e foram capazes não apenas de descrevê-los, mas também compará-los à construção portuguesa em Sofala; os segundos, iletrados e, portanto, tidos como incapazes de produzir e preservar memória de tempos remotos. A imponência do conjunto não pôde ser ignorada pelo autor das *Décadas*: edifícios construídos com pedras de “maravilhosa grandeza”, lavradas de modo a se encaixar perfeitamente umas às outras, sem necessidade de reboco, revelando uma sofisticação técnica que nem os portugueses seriam capazes de atingir; uma grande torre no centro do conjunto e inscrições desconhecidas encimando a entrada do edifício principal.

Os mouros asseguravam não ser obra sua por ser muito antiga e por não compreenderem o idioma a que pertenceria a inscrição na fachada da fortaleza. Como contrapondo a essa argumentação, apresentada como lógica e racional, Barros inseriu o discurso da ignorância na boca dos “homens da terra”: essa gente “bárbara”, que vivia em casas de madeira, não apenas teria admitido não possuir conhecimentos e capacidades suficientes para a realização de uma obra deste porte como encontrara uma explicação mística para a origem das construções. A partir da “constatação” de que os mouros e os “da terra” não eram os responsáveis pela construção do conjunto de edifícios de pedra, a lógica interna do discurso de Barros só poderia conduzi-lo para a explicação exógena: tais edifícios teriam sido construídos em tempos remotos, pelo soberano de uma região já descrita por Ptolomeu como Agysymba – o próprio título do guardião do zimbábue deveria ser uma corruptela do nome do reino – como uma fortaleza de função semelhante à daquela construída pelos portugueses em Sofala: a exploração comercial das minas de ouro.

³⁰⁸ Barros localizou esta fortaleza nas terras do Butua; Randles afirma que, pela descrição das *Décadas*, deve se tratar do Grande Zimbábue. Por outro lado, Fernandes testemunhou a construção de uma fortaleza de mesmo tipo em Embire, que o mapa de Hugh Tracey localiza no coração da Mocaranga. A despeito de todas as tentativas de sistematização das fontes, no que diz respeito às informações geográficas, a historiografia não dispõe de um mapa “definitivo” desta região e a questão da localização precisa dos reinos e dos marcos arquitetônicos permanece em aberto, muito embora a hipótese de que se trate da descrição do Grande Zimbábue seja a mais provável. Sobre a localização do Grande Zimbábue, ver Mapa II.

Notas sobre a “gente de mais entendimento”

O rei que habitava o zimbábue comandava um estado cujas insígnias eram uma pequena enxada de cabo de marfim, que simbolizava a paz e exortava o povo a aproveitar a terra, e uma ou duas azagaias que traziam em si as ideias de defesa e justiça. Esta última personificada no próprio monarca: “posto que haja oficiais dela, ele [soberano] há de confirmar a sentença ou absolver a parte, se lhe parece o contrário”. Para garantir a justiça da sentença, a partes argumentavam e apresentavam testemunhas; na ausência destas, lançava-se mão de um sistema semelhante ao julgamento por ordálio, descrito no primeiro capítulo:

[...] se o réu quer que fique em seu juramento é por este modo: pisam a casca de um certo pau, a qual, moída, lançam o pó dela na água, que bebe. Se não arrevesa é salvo o réu; arrevesando é condenado. Se o autor, quando o réu não arrevesa, quer tomar a mesma beberagem e também não arrevesa, ficam custas por custas e não se procede mais na demanda.³⁰⁹

A fonte em tela ressalta o que seriam os três principais crimes:

[...] nenhuma coisa é mais punida entre eles que um feiticeiro, não por causa de religião, mas por haverem por mui prejudicial para a vida e bem dos homens, e nenhum escapa da morte. Tem outros dois crimes iguais a este: adultério e furto. E basta para um homem ser julgado por adúltero se o viram estar assentado na esteira em que se assenta a mulher de alguém. Ambos padecem por justiça.³¹⁰

Barros concluiu a apresentação do que poderíamos chamar de “sistema legislativo”, indicando que, embora a poligamia fizesse parte do sistema social shona, a primeira esposa era a principal; a ela todas as demais esposas serviriam e apenas os seus filhos eram considerados os herdeiros legítimos dos bens paternos. Nas palavras do cronista, esse direito de herança se assemelharia ao sistema dos “morgados” portugueses.

Quanto à organização da corte do mutapa, a primeira informação relevante diz respeito à mobilidade do rei: “a todos esses edifícios os da terra lhe chamam zimbábue, que acerca deles quer dizer corte, porque a todo lugar onde está o Monomotapa chamam assim”. Ou seja, a corte não apenas era móvel como, tal como ocorria nas monarquias

³⁰⁹ BARROS, J. op.cit.

³¹⁰ Idem, ibidem. Vimos no segundo capítulo que a acusação de feitiçaria não raro era utilizada pelos shona como mecanismo de proteção do arranjo social das *muchas*.

européias, obedecia ao princípio abstrato de que o poder repousa na figura do rei e não em qualquer elemento material ou territorial. Quando o mutapa estava em campo, “onde houver de pousar lhe hão de fazer de madeira uma casa nova”. Essa corte móvel contava com a presença constante de músicos que acompanhavam o soberano onde quer que este estivesse, “até no campo debaixo de uma árvore”, e um contingente de chocarreiros³¹¹, “mais de quinhentos, com capitão deles, e estes a quartos vigiam por fora a casa onde ele dorme, falando e cantando graças”. Seu exército não dispunha de cavalos, mas fazia uso de cerca de duzentos cães nas expedições de caça e na guerra, quando entravam em campo homens armados de arcos, flechas, azagaias, adagas e machadinhas de ferro. Como nas guerras europeias, os despojos eram divididos entre os soldados, capitães e o próprio rei.

E “posto que seja senhor de tudo”, o mutapa não se vestia com os ricos panos estrangeiros que enfeitavam suas mulheres e os nobres de sua corte; ao contrário, o rei vestia-se com simplicidade, utilizando apenas os tecidos de algodão produzidos na própria terra. Causou algum estranhamento ao cronista o fato de a corte ser destituída de aparatos, paramentos ou móveis do serviço do soberano: “cá o maior ornamento que tem na casa são uns panos de algodão que se fazem na terra, de muitos lavores, cada um dos quais será do tamanho de um dos nossos reposteiros”. Contudo, essa singeleza não significava ausência de rituais e honrarias que indicavam, com clareza, a existência de uma hierarquia social.

Um dos principais indicadores de distinção social dizia respeito à moradia: todas as casas eram construídas de madeira, mas algumas “feitas de paus tão grossos e compridos como um grande mastro, e quanto maiores, maior a honra”, ostentavam portas, que seriam “dignidade de grandes senhores”. Segundo a fonte, as casas de pessoas comuns não eram guarnecidas de portas, uma vez que “as portas não se fizeram senão por temor dos malfeitores” e “que os pequenos não têm que temer, e se as dá aos grandes é por reverência de suas pessoas”.

A fonte também nos informa que diante do monarca “ninguém escarra” e todos deveriam permanecer sentados, ou seja, todos deveriam situar-se abaixo do rei. Segundo um cronista coevo, no Monomotapa “[...] costumam aqueles reis, quando algumas pessoas entravam com eles, irem descalços, sem armas e de joelhos, batendo as palmas

³¹¹ Bufão, truão.

das mãos e, junto dele, se lançarem de barriga pelo chão”.³¹² O direito de estar em pé diante do soberano era, portanto, honraria concedida a poucos de seus nobres, aos portugueses e aos mouros. A partir da fonte em tela é impossível precisar se tal honraria era concedida aos comerciantes mouros antes da chegada dos portugueses ou se estamos diante de uma alteração provocada pela chegada destes e somente então estendida aos muçulmanos. De todo modo, a concessão da honraria aos comerciantes estrangeiros pode ser interpretada como uma das dimensões do processo de *extraversão*, como o faz o Paulo Farias para as sociedades do Sahel. Segundo o pesquisador brasileiro, interessados em fomentar e manter a presença de comerciantes muçulmanos ao sul do Saara, os soberanos de diversos estados africanos chegaram a alterar alguns de seus ritos de corte:

Era uma parte da etiqueta real que um súdito ou qualquer pessoa de status não real, ao penetrar na corte, devia prosternar-se diante do rei e devia lançar um pouco de poeira sobre a cabeça. Isso era anátema para um muçulmano ortodoxo, porque o ato de prosternação ocorre precisamente na prece dirigida a deus e não deve ser dirigida a um soberano deste mundo. O que as fontes medievais nos contam é que o rei de Gana se mostrou perfeitamente satisfeito em eximir os muçulmanos desse costume. Os não muçulmanos continuaram obrigados a prosternar-se, mas os muçulmanos simplesmente batiam as mãos, como um aplauso, e isso era aceito pelo rei como reverência suficiente. Houve sempre esse jogo: os que viviam no sul queriam conservar a presença dos que vinham do norte, queriam mesmo atraí-los mais, e os que vinham do norte, por sua vez, faziam concessões: a maior delas era evitar o proselitismo. Ao contrário do que acontece em outras épocas históricas e naquela época em outras regiões, o islã chega ao Sahel não como uma religião que vai se esforçar para converter outros; conversões acontecem, mas não há esforço sistemático.³¹³

O documento analisado não registrou a existência de conflitos entre as religiões exógenas, o que permite a inferência de que comerciantes cristãos e muçulmanos conviviam em relativa tranquilidade e, como Farias sugeriu para o Sahel, sem o exercício do proselitismo de parte a parte.³¹⁴ Em contrapartida, a religiosidade dos “naturais da terra” foi descrita com riqueza de detalhes. Antes de mais nada, a população do Monomotapa seria: “mui disposta para converter à nossa fé **porque creem em um só deus, a que eles chamam Mozino**, e não tem ídolos ou coisa que

³¹² COUTO, D. “Capítulos XX a XXV da década IX da Ásia de Diogo do Couto”. 1573. In: REIS, J.C. (org). op.cit., p.111.

³¹³ MORAES FARIAS, P.F. Palestra: “O Sahel como interface ecológica...” op.cit. [transcrição nossa].

³¹⁴ Evidentemente existiam conflitos localizados entre cristãos e muçulmanos. Contudo, conforme Stan Mudenge destaca, a convivência entre mercadores de ambas as religiões, no contexto do comércio internacional praticado na Zambézia ao longo dos séculos XVI e XVII baseava-se em laços mútuos de confiança que permitiram, por exemplo, o estabelecimento de um sistema de crédito entre os mercadores e seus agentes. Cf. MUDENGE, S. op.cit., p.59.

adorem”.³¹⁵ Além do monoteísmo, o cronista identificou outros dois “modos de religião”: os shona guardavam dias santos (de acordo com seu calendário semanal de 10 dias) e reverenciavam seus mortos.

Quanto aos defuntos, depois que algum corpo é comido tomam a sua ossada, do ascendente, do descendente ou da mulher de que houveram muitos filhos. Guardam esses ossos com sinais, para conhecerem de que pessoa é: de sete em sete dias, no lugar onde os têm, à maneira de quintal, estendem panos em que põem mesas com pão e carne cozida, como que oferecem aquele comer aos seus defuntos, aos quais fazem preces. E a principal coisa que lhes pedem é para as coisas de seu rei. Passadas estas orações que são feitas estando todos com vestiduras brancas, o senhor da casa com sua família se põem a comer aquela oferta.³¹⁶

Ainda que implicitamente, de acordo com a lógica de destacar as equivalências entre as instituições shona e portuguesas, Barros comparou esta maneira de reverenciar os mortos à celebração cristã da vida eterna.³¹⁷ Os observadores coevos e o próprio cronista registraram, assim, o que Stan Mudenge considera “os dois elementos-chave da religião tradicional shona: o conceito de um Deus Supremo e a veneração aos ancestrais”.³¹⁸ Segundo Terence Ranger, o culto ao Deus Supremo (ou Mwari) deve ser entendido como uma manifestação daquilo que ele chama de *culto territorial*, comum a diversas populações da África central:

A definição atualmente mais aceita é a de que um culto territorial é uma instituição de veneração de espíritos que se refere a uma área, ou território, ao invés de relacionar-se diretamente a uma relação de parentesco ou grupos linhageiros. Sua principal função é a de garantir o bem estar moral e material da população daquela área, e está especialmente relacionada às práticas rituais para pedir chuva ou controlar as inundações, à fertilidade do solo para a agricultura e ao sucesso da pesca e da caça. Por fim, embora um culto territorial seja praticado em nome de toda a comunidade, normalmente é controlado por uma elite limitada de sacerdotes e funcionários. Deste modo, um culto territorial distingue-se da veneração aos ancestrais, de um lado, e das manifestações de possessão, de outro. [...] Os cultos territoriais na África central diferem muito entre si. Alguns veneram uma manifestação do Deus Supremo, como o culto ao Mwari, na Rhodésia, ou o culto a Chisumphi, dos Chewa; outros veneram espíritos da natureza, como os santuários para o espírito *miao* no Lago Tanganica; ainda há os que veneram espíritos humanos divinizados, como o culto M’bona, no sul do Malawi [...]. Alguns dos cultos territoriais convivem com cultos de possessão; outros não. Alguns são comandados por médiuns, outros não. [...] Em algumas regiões, as elites rituais e políticas são independentes; em outras, o grupo que controla o ritual

³¹⁵ BARROS, J. op.cit. [grifo nosso].

³¹⁶ Idem, ibidem.

³¹⁷ Data do século I o costume cristão de visitar os túmulos dos mártires e rezar pelos mortos. Há registros da “Memória dos Mortos” na celebração de missas desde o século IV. A partir do século V a Igreja sistematizou a celebração aos mortos em uma data anual.

³¹⁸ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.119. [tradução nossa].

é distinto dos governantes, mas comandado por eles; em outros, ainda, o grupo que controla o ritual faz parte da linhagem governante.³¹⁹

O culto territorial ao Deus Supremo, entre os shona do Monomotapa, convivia e se integrava à adoração aos espíritos dos ancestrais, tendo o *mhondoro* (médium dos espíritos) no topo da hierarquia religiosa. Este culto tinha os rituais de incorporação, ou possessão, como elemento central. Segundo Stan Mudenge, cada *mhondoro* incorporaria um espírito ancestral específico, relacionado à área em que, obrigatoriamente, deveria morar. Essas “províncias espirituais” poderiam ser constituídas de uma ou várias muitas, mas, em qualquer caso, relacionavam-se a áreas geográficas bem delimitadas, o que significa dizer que os médiuns dos espíritos não necessariamente viviam na corte dos Mutapas e, por isso, sua influência limitava-se, no mais das vezes, às suas comunidades. Ainda segundo Mudenge, seria incorreto supor que o *mhondoro* fosse consultado ou possuído cotidianamente; ao contrário, uma das principais atribuições do *mhondoro* consistia em controlar a banalização da possessão. Sua função social era a de articular consensos na sua comunidade.³²⁰

Talvez por essa razão nenhum informante contemporâneo tenha presenciado um ritual de incorporação e a descrição do culto aos ancestrais tenha se limitado às práticas realizadas no âmbito familiar privado. O que Barros e seus informantes apreenderam da religiosidade shona, portanto, foram características importantes que, de acordo com a ótica europeia, os colocava em posição de facilmente converter os shona ao catolicismo: monoteísmo, calendário religioso, celebração da vida após a morte, condenação da feitiçaria e ausência de ídolos.

Considerando que neste período a Europa percebia os africanos vivendo sem religião e sem outra lei que não o costume, Maria Emília Madeira Santos ressalta a grande novidade representada pela descrição de Barros.³²¹ Segundo esta autora,

A evolução do conceito sobre a África tornava-se extremamente rápida, se atendermos à morosidade dos meios de comunicação da época. Em 1501, quando dos primeiros contatos com os habitantes de Moçambique, acreditava-se que eram seres estranhos com quatro olhos. Passados apenas cinquenta anos, são “almas criadas na inocência” esperando a palavra dos missionários.³²²

³¹⁹ RANGER, T. “Territorial Cults in the History of Central Africa”. *The Journal of African History*. Vol.14, nº4, 1973. p.581. [tradução nossa].

³²⁰ MUDENGE, S.I.G. op.cit.,p.123.

³²¹ SANTOS, M.E.M. op. cit. p.77.

³²² Idem, p.78.

É preciso matizar essa afirmação e, para tanto, recorreremos a uma “tipologia das relações com outrem” estabelecida por Tzvetan Todorov:

[...] a relação com o outro não se dá numa única dimensão. Para dar conta das diferenças existentes no real, é preciso distinguir entre pelo menos três eixos, nos quais pode ser situada a problemática da alteridade. Primeiro, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele [...]. Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade, ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores. Existem, é claro, relações e afinidades entre esses três planos, mas nenhuma implicação rigorosa; não se pode, pois, reduzi-los um ao outro, nem prever um a partir do outro.³²³

Podemos afirmar, em acordo com Madeira Santos, que o cronista se afastara do imaginário fantasioso que a Europa havia construído sobre a África, apresentando um *império* territorial, sistematizado com alguma racionalidade, baseado em relações de suserania e vassalagem, cujo poder centrava-se na figura do mutapa, que tinha em torno de si uma corte estabelecida, com funções e rituais próprios, sistema jurídico, direito de herança e religião organizada. Entretanto, não se pode desconsiderar que sob a ótica do autor das *Décadas* os shona seguiam sendo “bárbaros” incapazes de produzir memória e, portanto, conhecimentos sobre si mesmos; tão ignorantes nas questões mundanas e da fé que admitiriam sua inabilidade técnica e procurariam explicações místicas para um feito que, a razão apontava, só poderia ser obra humana. Para além, pareciam não observar nenhuma contradição no fato de seu soberano eleger como moradia um edifício que, acreditariam, era obra do próprio diabo. Condenavam o adultério, mas eram poligâmicos; organizaram um sistema jurídico que, em última instância, apelava para práticas divinatórias.

Encontramos no próprio texto a chave para a compreensão do jogo de oposições que Barros estabeleceu ao longo de todo o capítulo:

Toda a gente desta região em geral é negra de cabelo retorcido. **Porém de mais entendimento que a outra** que corre contra Moçambique, Quiloa,

³²³ TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. pp.183-184.

Melinde: entre a qual há muita que come carne humana e que sangra o gado vacum para lhe beber o sangue, com o que se mantêm.³²⁴

Ao contrário do que afirma Madeira Santos, portanto, o documento não retratou os shona como “almas criadas na inocência”; de acordo com a lógica interna do texto, a exaltação de características tidas como positivas somente se revestia de sentido no confronto com as práticas de supostos antropófagos bebedores de sangue. A partir da comparação, os shona do Monomotapa passaram a ocupar, no imaginário português, um degrau intermediário entre a barbárie absoluta e a civilização, a meio caminho da conversão ao cristianismo. Tornaram-se, assim, o alvo preferencial do projeto missionário levado a cabo por D. Gonçalo da Silveira.

A missão de Gonçalo da Silveira

Em fevereiro de 1560 chegou ao porto de Moçambique a missão jesuítica comandada pelo jesuíta D. Gonçalo da Silveira, que tinha por objetivo a conversão dos grandes reinos da costa índica africana:

[...] especialmente [...] o imperador de Monomotapa, em cujo poder dizem que há minas e serras de ouro e tem seu assento perto de Sofala. Também **temos informação que não está longe de receber a fé**. O melhor que tem aquela parte para onde himos [sic], me esquecia, e é que vivem em povoações juntos, pelo qual se pode melhor doutrinar e instruir e trazer a fé. Parece-me, irmãos meus, que são estas informações bastantes para que todos desejeis de ir semear por aquela província, e que entendais com quanta razão o padre provincial deitou mão desta empresa e quanta obrigação havia para isso. [...] e caiu a sorte sobre mim e sobre o padre André Fernandez, que veio deste Reino com o padre Marcos Prancudo e tem muita virtude e fervor para esta tão boa empresa, e vai conosco o irmão André da Costa. Ajunta-se a tudo isto ir este ano por capitão de Sofala Pantaleão de Sá, pessoa de muito boa condição e mui amigo nosso, que de sua parte fará todo o necessário para ajudar a nova conversão naquelas partes. [...]. Estamos para nos embarcar, até o primeiro de janeiro seremos partidos. [...].³²⁵

Após a chegada à costa, Silveira seguiu para Inhambane, reino no qual permaneceu por sete semanas e converteu rei, rainha e aproximadamente quatrocentas

³²⁴ BARROS, J. op.cit. [grifo nosso].

³²⁵ “Carta (cópia) do padre D. Gonçalo para os irmãos da Companhia de Jesus de Portugal”. Goa, novembro de 1559. DPMAC, v.VII, pp.424-426. [grifo nosso].

pessoas³²⁶ e deixou os outros dois integrantes de sua missão, seguindo em direção ao Monomotapa na companhia de “cinco ou seis portugueses”.³²⁷

Entrando a fusta em Cuama estiveram aí dois dias, aonde o padre disse missa, e porque aquilo era já entrar pelo rio das terras de Monomotapa, fez o padre uma exortação aos portugueses em que lhe pedia muito o encomendassem a Nosso Senhor, pois **sabiam de quanto peso e importância era o negócio que iam cometer [...]**.³²⁸

Filho dos Condes da Sortelha, irmão de D. Álvaro da Silveira, capitão da Índia, D. Gonçalo chegou à África depois de ter desempenhado, de 1556 a 1559, as funções de provincial de Goa, no bojo de um processo missionário sintetizado com precisão por Charles Boxer. Segundo esse autor, até os jesuítas chegarem a Goa “com novos homens e novos métodos”, em 1542, os missionários enviados para lá eram relativamente poucos e, conseqüentemente, conseguiram realizar também muito pouco.

Foi a Companhia de Jesus, em seu papel de ponta-de-lança da Igreja militante, que tornou a luta pelas almas tão intensa e ampliada quanto a competição pelas especiarias. Os filhos de Loiola estabeleceram e mantiveram padrões muito mais elevados que seus predecessores, e o notável desenvolvimento das missões portuguesas entre 1550 e 1750 deveu-se sobretudo à obra deles [...].³²⁹

A militância missionária de D. Gonçalo tinha mais de pragmática do que de romântica. A importância do sucesso da missão residia na crença de que, identificada a predominância política do Monomotapa sobre os demais reinos da região, a conversão deste facilitaria a dispersão da fé cristã por toda a região. O jesuíta Luís Fróis expôs essa ideia de maneira inequívoca em fonte sobre a missão de Gonçalo da Silveira. No trajeto entre Moçambique e o reino do Monomotapa, já em território controlado por este soberano, Silveira passou por terras de um rei, Mingoaxane, reputado como muçulmano que, por “ser amigo dos portugueses e não ter mesquitas nem outras observâncias da seita maométrica”, lhe recebeu com cortesia e, informado sobre os projetos do missionário, concedeu permissão para que o padre pregasse o Evangelho. “Porém, como o padre levava por seu principal intento a conversão da principal pessoa daqueles reinos,

³²⁶ “Carta (cópia) do padre André Fernandes para o padre provincial da Companhia de Jesus da Índia”. Tonge [Inhambane], 24 de junho de 1560. DPMAC, vol.VII, p.466.

³²⁷ “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. Goa, 15 de dezembro de 1561. DPMAC, v.VIII, p.36.

³²⁸ Idem, p.38.

³²⁹ BOXER, C. op.cit., p.80.

que era o rei de Monomotapa, não se quis ali deter, **por lhe parecer também que seria coisa fácil a conversão deste reino feito o maior**".³³⁰

Episódio semelhante aconteceu dias depois em Sena, cidade limítrofe do planalto do Zambeze na qual o jesuíta se instalou à espera do embaixador que o levaria à corte do mutapa. Durante o mês em que permaneceu na cidade, Silveira encontrou-se diversas vezes com "o rei de Inhame, vassalo do rei de Monomotapa, que vivia distante três mil passos da aldeia de Sena". Nesses encontros "conseguiu convencê-lo e levá-lo a prometer fazer-se cristão juntamente com a esposa e os oito filhos".³³¹ Mas não o batizou. Isto porque, segundo o "Livro sobre a ação da Companhia de Jesus no Índico", por um lado não trazia consigo nenhum missionário que pudesse permanecer no reino e dar prosseguimento à instrução cristã para os novos convertidos e, de outra parte, **"temia melindrar o rei de Monomotapa se conferisse o batismo primeiro ao vassalo e depois a ele"**.³³²

Se para os missionários o batismo de um rei tão importante significaria uma vitória estratégica dos cristãos na luta contra os "infieis", é preciso considerar que, para além dos assuntos de Deus, havia interesses mundanos envolvidos no projeto de conversão do mutapa. O trecho documental que abre essa seção explicita que a obsessão pelas minas de ouro não era atributo exclusivo da Coroa e dos comerciantes portugueses.³³³ De fato, a opção pelo Monomotapa como alvo preferencial da conversão ao cristianismo obedecia a objetivos diversos, dos quais o controle territorial das fontes de metal amarelo era dos mais significativos e se constituiu, certamente, em fator decisivo para que se congregassem em torno do projeto os representantes da Coroa e os mercadores privados.

Gonçalo da Silveira partiu para o Monomotapa com o apoio do vice-rei da Índia e, mais diretamente, de Pantaleão de Sá, capitão de Sofala e Moçambique, que

³³⁰ "Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis". op.cit., pp.36-38. [grifo nosso]. Outra fonte informa, acerca do mesmo episódio: "Não ficaram lá muito tempo. Foram ter com o rei de Monomotapa, na esperança de poder trazer facilmente ao redil de Cristo os reis vizinhos, muito inferiores em forças e em influência". "Livro sobre a ação da Companhia de Jesus no Índico". Nápoles, 1573. DPMAC, vol. VIII, p.212.

³³¹ "Livro sobre a ação da Companhia de Jesus ...". op.cit., p.214.

³³² Idem, p.216. [grifo nosso].

³³³ Como regra, na documentação que trata do Monomotapa ao longo do todo o século XVI, a referência ao metal amarelo precede qualquer outra característica do reino que venha a ser mencionada. Essa característica se repete na documentação produzida pelos jesuítas a partir da missão de D. Gonçalo da Silveira.

disponibilizou recursos seus e da Coroa.³³⁴ Levou consigo seis indivíduos, entre eles Álvaro de Pina, Francisco Brochado, António Dias e um goês de nome Calisto. Como intérprete ia António Vaz, natural de Sofala, de “casta mouro cristão”.³³⁵ Em Sena, foi recebido por dez ou quinze portugueses e alguns cristãos da Índia que, “porque o padre ali havia de estar alguns dias [...] fizeram os cristãos de cá da Índia, com os portugueses, uma choupanazinha ao padre”³³⁶ e, daí enviou “um mensageiro ao rei, a anunciar a sua chegada, ficando à espera da resposta”.³³⁷ Enquanto aguardava a resposta do mutapa Negomo Mupunzagutu (c.1560-89), enviou outro mensageiro a Tete, solicitando ao sertanejo Gomez Coelho que viesse ao seu encontro “por este homem ser muito amigo Del-rei e entender a língua, para lhe falar”.³³⁸

Sete dias após o envio da mensagem a Coelho, chegaram a Sena o sertanejo vindo de Tete e um embaixador do Monomotapa, “que vinha receber ao padre e trazer-lhe recado Del-rei para que fosse”. O auxílio de Coelho foi dispensado ainda em Sena porque o enviado de Negomo era um português! “António Caiado, que morava na cidade real de Monomotapa, veio ter com Gonçalo, na qualidade de enviado especial do rei, para o levar [...]”.³³⁹ Ao atingir a corte do mutapa, o jesuíta foi recebido com uma grande soma de ouro, vacas e gente para seu serviço porque, segundo a fonte, os mercadores lusitanos ali estabelecidos haviam dito ao mutapa “[...] que além do padre ser um homem santo e de grande virtude, que era também muito nobre, e das principais pessoas da Índia”.³⁴⁰

D. Gonçalo devolveu os presentes, o que causou grande espanto ao mutapa. O padre tornou a recusar qualquer bem material durante a primeira audiência que teve com o soberano, no dia 1º de janeiro de 1561:

Recebeu-o El-rei com grande gosto e contentamento, e com lhe fazer a maior honra que dizem os portugueses nunca haver feito a outro homem, que foi metê-lo dentro de uma casa sua, onde não entra ninguém, e ali fez assentar ao padre em uma alcatifa, junto consigo de uma banda e de sua mãe de outra. António Caiado, da porta, falava a língua, e El-rei lhe fez logo quatro perguntas. A primeira, quantas mulheres queria. A segunda, se queria ouro. A terceira, terras. A quarta, vacas, que valem tanto na terra como o mesmo ouro [...] e como o padre lhe respondesse que nenhuma coisa queria mais que Sua

³³⁴ “Carta (cópia) do padre D. Gonçalo para o padre provincial da Companhia de Jesus de Goa”. Moçambique, 12 de fevereiro de 1560. DPMAC, vol.VII, p.454.

³³⁵ RODRIGUES, E. “Embaixadas portuguesas...”. op.cit., p.758.

³³⁶ “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. op.cit., pp.38-40.

³³⁷ “Livro sobre a ação da Companhia de Jesus...”. op.cit., p.214.

³³⁸ “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. op.cit., p.40.

³³⁹ “Livro sobre a ação da Companhia de Jesus...”, op.cit., p.216.

³⁴⁰ “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. op.cit., p.44.

Alteza, espantado disso disse ao língua: Ora, não é possível homem que não quer nenhuma coisa destas que lhe ofereço. Sendo tão natural a todos o desejo delas que não é como os outros homens, senão que nasceu das ervas e dela teve seu princípio. E fez-lhe, no fim, grandes oferecimentos de tudo o que houvesse mister. Despedindo-se com palavras de muito amor, se foi o padre para uma casinha que lhe deram, onde dizia missa e se recolhia com Nosso Senhor.³⁴¹

Nos dias que se seguiram, alguns nobres do reino viram uma imagem de Nossa Senhora da Graça no altar que D. Gonçalo havia montado em sua choupana. Informado de que o padre possuía uma *mozuga* [mulher] de “grande formosura” em sua casa, o mutapa ordenou que este a trouxesse à sua presença, ao que o padre obedeceu, carregando a imagem embrulhada em ricos panos.³⁴² Antes de descobri-la, porém, em tom solene, informou ao soberano que se tratava da imagem da mãe de Deus e que “todos os reis e imperadores da terra eram seus servos”.³⁴³ O jovem Negomo ficou impressionado com a imagem. De acordo com Stan Mudenge, provavelmente esta foi a primeira representação figurativa da forma humana que ele, e possivelmente sua corte, viram.³⁴⁴ Encantado, o soberano pediu que a imagem fosse transportada para sua residência, ao que o jesuíta atendeu. O próprio padre foi ao zimbábue preparar um oratório adornado com os mesmos ricos panos com que cobrira a santa, onde a instalou.

De acordo com as fontes, durante quatro ou cinco noites Negomo sonhou com a imagem, que lhe aparecia “cercada de uma luz divina, com um resplendor muito glorioso e suave, e se punha a falar com o rei com uma mui grande e doce suavidade no vulto”.³⁴⁵ Todas as manhãs, após os sonhos, o mutapa contava à mãe e aos portugueses, até que foi consultar-se diretamente com o padre:

[...] declarou-lhe que se sentia muito angustiado por não entender as palavras da sua Rainha, que falava com ele todas as noites. Gonçalo disse que aquela linguagem era divina e que só a entendia quem observasse as sacrossantas leis do filho daquela Rainha, o qual era Deus e Redentor de todo o gênero humano.³⁴⁶

Dois dias após essa conversa, o mutapa mandou António Caiado comunicar a Silveira que ele e sua mãe ansiavam por receber os sacramentos; que o padre viesse o

³⁴¹ Idem, pp.42-44.

³⁴² As fontes divergem quanto ao suporte da imagem: Luís Fróis sugere tratar-se de uma estatueta; o “Livro” da Companhia de Jesus refere-se explicitamente a uma pintura em tela.

³⁴³ Idem, p.44.

³⁴⁴ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.64.

³⁴⁵ “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. op.cit., p.44. “Livro sobre a ação da Companhia de Jesus...”, op.cit., p.218.

³⁴⁶ “Livro sobre a ação da Companhia de Jesus...” op.cit., pp.218-220.

mais rapidamente possível ministrar o batismo.

Gonçalo, porém, achou bem deixar passar alguns dias, enquanto o rei era instruído no conhecimento dos rudimentos da doutrina cristã. Quando viu, **vinte e cinco dias após a sua chegada**, que tanto ele como a mãe já estavam suficientemente instruídos, batizou-os juntamente com grande solenidade e alegria do povo. Ao rei, deu o nome de Sebastião; à mãe, o de Maria.³⁴⁷

O batismo do mutapa foi celebrado com uma grande troca de presentes. Gonçalo lhe deu “peças ricas que levava”, e o rei retribuiu com cem vacas, que o padre encarregou António Caiado de distribuir entre os pobres. Seguindo o exemplo do soberano, cerca de trezentos nobres do reino pediram o sacramento do batismo. Depois deles, as pessoas comuns acorreram à choupana do padre que, segundo as fontes, estava sempre cheia de gente “nobre e plebeia”, rezando e aprendendo a doutrina.³⁴⁸ Tudo parecia correr bem até que, em 15 de março de 1561, poucos meses após a chegada de D. Gonçalo da Silveira, Negomo Mupunzagutu decretou a sua morte. O jesuíta foi enforcado na própria casa que ocupara durante sua estadia e seu corpo foi arrastado e jogado aos crocodilos do rio Musengezi.

O fracasso da missão

Muito se especulou sobre a morte de D. Gonçalo; pouco sobre os motivos que levaram o mutapa à conversão. O zimbabuano Stan Mudenge dedicou-se à questão, elaborando uma hipótese explicativa para a conversão de Negomo, que passamos a expor. A chegada de Silveira à corte do Monomotapa coincidiu com a subida ao trono de Negomo Mupunzagutu, filho de Chivere Nyassoro (c.1550-60), morto, acredita-se, no ano de 1560. De acordo com o sistema de sucessão colateral vigente no reino, o sucessor de Chivere deveria ser o general Nyandoro Mukomohasa, que, segundo a tradição oral, era apegado demais à vida itinerante de conquistador para se sentir atraído a ocupar o trono de mutapa.³⁴⁹ Por essa razão ele teria permitido que Negomo sucedesse

³⁴⁷ Idem, p.220. [grifo nosso].

³⁴⁸ “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. op.cit., p.46.

³⁴⁹ No sistema de sucessão colateral os irmãos se sucedem no trono. Quando todos os irmãos se sucederam, a linha sucessória volta-se para o filho do primeiro irmão da geração anterior. Dele, o trono deve passar ao primeiro filho do irmão seguinte e assim por diante. Cf. MUDENGE, S.I.G. op. cit., p.83. Nesta sociedade poligâmica nem sempre se lograva estabelecer a prioridade nos nascimentos dos filhos das várias esposas e os conflitos de precedência eram comuns. O sistema tendia a multiplicar as linhas de

a seu pai, com a condição de que seu filho permanecesse na linha sucessória, assumindo o trono após a morte de Negomo. Tal proposta contrariava as regras, já que os descendentes daqueles que haviam declinado ao trono perdiam automaticamente todos os direitos de sucessão. Apesar disto a condição foi aceita e, nas palavras de Stan Mudenge, “aparentemente Mukomohasa (e seus descendentes) passaria a ostentar o título ritualístico de ‘general e capitão dos portões’”.³⁵⁰

O acerto com Mukomohasa, contudo, não resolveu todos os problemas relacionados com a sucessão. A quebra das regras de sucessão colateral forneceu pretexto para que Chipute, então rei do Quiteve, afirmasse suas próprias pretensões ao trono do Monomotapa. Seu avô, Bandahuma, da dinastia Teve, era herdeiro da linhagem dos mutapas, como vimos no primeiro capítulo. Pelas regras de sucessão colateral, uma vez que nem o avô nem o pai, Inhamunda, ocuparam o trono, os reis do Quiteve haviam perdido o direito a qualquer pretensão. Mas se a ascensão de Negomo, um jovem inexperiente e fraco, estava em desacordo com as regras, Chipute passou a reivindicar para si o direito à sucessão de Chivere. O sachiteve não foi bem sucedido em suas pretensões, o que fez com que as relações Monomotapa-Quiteve, tensas desde o início do século, como vimos nos capítulos anteriores, se mantivessem hostis pelo menos até o fim do reinado de Negomo.³⁵¹

Com alguma ironia, Mudenge observa que para Negomo “deve ter sido um prazer saber que um grande e influente *muzungu mhondoro/n’anga* (médium dos espíritos/adivinho branco) estava chegando para se estabelecer em sua corte, com total apoio do vice-rei da Índia e do capitão de Sofala e Moçambique”³⁵². Conforme já destacamos em diversas passagens deste trabalho, desde o início do século os sucessivos mutapas haviam percebido que a aproximação com os portugueses poderia lhes fortalecer nas disputas travadas no interior da aristocracia shona. Neste caso, como o autor bem apontou, não era diferente.

A partir da leitura das fontes e da bibliografia sobre o tema, avançamos com a hipótese de Mudenge para uma tentativa de interpretação da conversão como parte do processo de *extraversão*, numa perspectiva de longa duração. A tradição oral dá conta

descendência e podia ter como candidatos ao poder pessoas já velhas, nem sempre com forças para sustentar suas pretensões. Cf. SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit. p.662. Sobre a genealogia dos mutapas ver Apêndice A.

³⁵⁰ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.62.

³⁵¹ Idem, ibidem.

³⁵² Idem, p.63.

de que na história da fundação do reino, o primeiro mutapa, Nyatsimba Mutota (c.1420-50), viu-se às voltas com o estabelecimento de regras para a sucessão dinástica:

Antes de morrer, Mutota [o primeiro mutapa] exigiu de todos os seus filhos que desejavam sucedê-lo que cometessem incesto com Nyamhita, uma de suas filhas. O pedido é intrigante, uma vez que não há nenhuma razão óbvia para tal exigência na cultura shona do período, nem em seu desenvolvimento posterior. Não há nenhuma evidência de crença de que isto fosse fortalecer o novo governante, e a explicação de que Nyamhita era a filha favorita de Mutota parece insuficiente. Ainda menos satisfatória é a inferência de que Mutota não sabia como lidar com a questão da sucessão e, imaginando que a maioria de seus filhos ficaria chocada com a ideia do incesto, instituiu isto como condição. A especulação de que talvez o incesto se relacionasse com ritos de fertilidade não encontra bases na cultura shona. [...] É concebível que alguns dos habitantes do vale do Zambeze seguissem linhas de sucessão matrilineares, como os Tonga e os Marave e, deste modo, fosse esperado, por essas populações conquistadas, que Nyamhita sucedesse o pai. Entretanto, como os shona de Mutota seguiam a sucessão patrilinear, eles, por sua vez, nutriam a expectativa de que Matope o sucedesse. Com o casamento de Matope e Nyamhita os dois sistemas/tradições unificaram-se, sem que os shona tivessem que adotar o sistema matrilinear.³⁵³

O incesto foi incorporado aos rituais de coroação dos mutapas subsequentes: suas duas principais esposas eram suas irmãs ou parentes próximas. Ao assumir o poder, o mutapa praticava incesto com elas; depois, as duas transformavam-se em rainhas rituais e desempenhavam funções políticas.³⁵⁴ Diante dos dados oferecidos pela historiografia, é possível afirmar a adoção de uma estratégia de fusão de estruturas sociais distintas para garantir a integração de culturas diferentes sob o controle de um grupo dominante. Assim, podemos inserir o incesto ritual no processo de *extraversão* iniciado por Mutota, conforme definido no capítulo anterior.

A conversão de Negomo não atenderia a uma lógica semelhante? De fato, entre o surgimento do incesto ritual e a conversão ao catolicismo existe um intervalo de um século; não se pode, assim, estabelecer uma linha direta de continuidade entre um e outra. Entretanto, Mudenge se refere a outro processo de acomodação de culturas diferentes sob o domínio dos shona: a incorporação dos sacerdotes tavana e tonga do culto *Dzivaguru-Karuva* à hierarquia religiosa do reino, num longo processo de rearranjo do mundo espiritual shona, conduzido pelos descendentes de Mutota com o objetivo de reafirmar seu domínio político dos shona sobre o Estado.³⁵⁵

Deste modo, considerando que (a) desde o início do século os sucessivos

³⁵³ MUDENGE, S.I.G. op.cit., p.40. [tradução nossa].

³⁵⁴ SILVA, A.C. *A enxada e a lança...* op.cit., p.451.

³⁵⁵ MUDENGE, S.I.G. op.cit., pp.129-130.

mutapas buscaram fortalecer-se, diante das disputas internas à aristocracia shona, estabelecendo relações institucionais com a Coroa lusitana – D. Gonçalo foi apresentado como um dos mais poderosos homens da Índia – e (b) o contexto da ascensão do jovem e inexperiente Negomo fragilizava sua soberania e sua posição diante do sachiteve – é possível – e reiteramos que se trata de especulação não comprovada pelas fontes conhecidas ou endossada pela historiografia – que o mutapa e seus conselheiros tenham decidido pela adoção formal de um aspecto da cultura portuguesa com o objetivo de estreitar ainda mais os laços com este grupo e, sob o seu ponto de vista, integrá-lo simbolicamente ao seu domínio.³⁵⁶

*

Segundo a carta do jesuíta Luís Fróis, alguns “mouros ricos e abastados” que tinham trânsito livre na corte e “conjunta familiaridade” com o mutapa o procuraram alegando

[...] que o padre vinha por mandado do governador da Índia e do capitão de Sofala para ver a terra e se havia muita gente nela, para logo tornar a mandar recado e vir grande exército para matarem a El-rei e lhe tomarem o reino. **E que o padre vinha por mandado de Chapute – a saber – o Chiteve, que é outro rei de Sofala que foi seu criado alevantado [...].** E que o padre trazia determinado matar a El-rei e a todos os da terra com dizer que se fizessem cristãos, e como lhe lançasse água pela cabeça e dissesse as palavras dos [...] portugueses [...] porque este era o costume do padre, e que botar água pela cabeça era o tungo – isto é, unturas com que tomava a terra, e principalmente as palavras que lhe diziam quando lhe botava a água. [...] **E que o padre era moroo [sic], que quer dizer feiticeiro traidor, o qual trazia o sol e a fome e um osso de finado e outras mezinhas** para tomar a terra e matar a El-rei. [...]. Que olhasse Sua Alteza por si, porque o deixava ir sem o matar, que ele se havia de ir sem o saber ninguém, e **que a gente da terra se havia de matar uns aos outros, sem saber de quem lhe vinha a morte.**³⁵⁷

Sendo mercadores, os mouros do Monomotapa estabeleciam contatos frequentes e regulares com a costa. Não é descabido supor, portanto, que testemunhassem, em Sofala, as tentativas do sachiteve de aproximação com os portugueses. Afinal, do mesmo modo e com os mesmos objetivos que os mutapas, desde o início do século os sachiteves procuraram estabelecer relações sólidas de

³⁵⁶ Uma evidência de que, sob a ótica de Negomo, a conversão tinha caráter mais aditivo do que substitutivo consiste no fato de que, perturbado pelas acusações que os mouros faziam ao jesuíta, ele teria ido se consultar com o *n'anga* para decidir que atitude tomar diante do impasse. Cf. “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. op.cit., p.50.

³⁵⁷ “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. op.cit., pp.48-50. [grifos nossos].

amizade e parceria com os lusitanos. Assim, a primeira razão para o desconforto de Negomo em relação ao jesuíta foi a desconfiança de que este fosse, na verdade, um aliado de seu principal inimigo.

O padre foi acusado, também, de um crime imperdoável entre os shona: a feitiçaria. Como vimos no segundo capítulo, os shona creditavam à feitiçaria a responsabilidade pelo desequilíbrio nas relações de parentesco que regiam a organização social de cada uma de suas pequenas unidades políticas, as *muchas*. Concorreram para a interpretação de que Silveira era um feiticeiro as práticas rituais do batismo, especialmente a aspersão da água benta sobre a cabeça, e o fato do padre não aceitar nenhum dos presentes que lhe foram oferecidos desde o momento de sua chegada e durante o tempo em que permaneceu na corte do mutapa. Como bem apontou Eugénia Rodrigues,

As relações com o mutapa exigiam o domínio da cultura shona, nomeadamente do rígido protocolo que os visitantes, tanto os súditos do mutapa como os estrangeiros, eram compelidos a seguir. As embaixadas, geralmente precedidas de mensageiros, alojavam-se em casas perto do Zimbábue e apenas eram recebidas após vários dias ou, mesmo, semanas. Na primeira audiência, era exposto o assunto da missão e eram entregues os presentes ao mutapa. [...] As ofertas não eram entregues diretamente, sendo passadas de mão em mão, segundo a hierarquia do Estado, até chegarem ao mutapa. As respostas do soberano seguiam o percurso inverso. Depois da primeira conferência, os embaixadores retiravam-se para serem chamados para nova reunião, onde eram despachados e retribuídos os presentes. Com efeito, tal como noutras sociedades africanas, entre os shonas a troca de presentes acompanhava todo o tipo de acordos. Neste contexto, a insistente recusa de D. Gonçalo da Silveira em aceitar as ofertas do mutapa ofendia o estilo shona e terá certamente reforçado as desconfianças políticas conducentes à sua morte. Um interrogatório de testemunhas posterior enfatizava precisamente, a par das acusações de feitiçaria, a quase obsessão do padre em recusar tudo o que lhe era oferecido. O comportamento do missionário, em contraste com as grandes honras feitas pelo mutapa, constituía certamente uma grave quebra do protocolo.³⁵⁸

Por fim, o trecho destacado da carta de Luís Fróis aponta uma terceira ordem de fatores fundamental para a decisão de Negomo: o desequilíbrio religioso – e, portanto, social – provocado pela presença de D. Gonçalo da Silveira. Até a chegada do padre as diversas manifestações religiosas conviviam em relativa harmonia. Mas o cristianismo missionário português do século XVI, especialmente aquele praticado pela

³⁵⁸ RODRIGUES, E. “Embaixadas portuguesas...”. op.cit., p.767. Sobre os presentes, Luís Fróis refere que os convertidos frequentemente ofereciam alimentos como “[...] leite, ovos, manteiga, cabritos e outras coisas da terra das quais o padre nada comia, nem carne alguma, mais que um pouco de milho zaburro cozido com algumas ervas e algumas frutas amargas do mato”. “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”, op.cit., p.46.

recém-criada da Companhia de Jesus, certamente não se caracterizava pela tolerância religiosa. Ao contrário, os jesuítas eram “soldados de Cristo” no combate à heresia, ao Islã e à Reforma Protestante. Evidentemente, os muçulmanos estabelecidos na corte do mutapa sentiram o perigo representado pela figura de Silveira. Para além, como destaca Alberto da Costa e Silva, é provável que o jesuíta, “no seu zelo religioso” tenha ofendido os costumes shona.³⁵⁹ Não localizamos esse tipo de registro para a corte do Monomotapa, mas o *Livro sobre a Ação da Companhia de Jesus no Índico* destaca que André Fernandes, um dos missionários que permaneceu em Inhambane, frequentemente se interpunha entre os habitantes e seus rituais religiosos. Segundo a fonte,

[...] A sua vida correu grande perigo, sobretudo nalguns dias em que os cafres armados faziam os seus sacrifícios abomináveis no meio de divertimentos. Um dia, em que o próprio rei ia assistir ao espetáculo, André, ao sabê-lo, dirigiu-se para lá também, e ardendo em zelo da glória de Deus, teve o arrojo de desmanchar com as mãos todas as coisas que serviam para os sacrifícios, chegando a pisá-las com os pés, no chão.³⁶⁰

Na condição de “soldado de Cristo”, investido de toda a intolerância que caracterizava o missionarismo português no período, não é descabido supor que Silveira pregasse incisivamente contra os líderes espirituais *mhondoro* e *n’anga*. E que sua admoestação tenha causado tensões localizadas entre alguns de seus novos fiéis e aqueles que recusaram o batismo, levando os dignitários da corte a se preocupar com o equilíbrio social, prevendo “[...] que a gente da terra havia de matar uns aos outros, sem saber de quem lhe vinha a morte [...]”.³⁶¹ De outra parte, já foi estabelecido o papel fundamental que tanto os sacerdotes do Deus Supremo quanto os *mhondoros* e os *n’anga* desempenhavam: constituíam uma das forças integradoras que mantinham o reino em pé.

Diante do exposto, parece bastante razoável supor que Negomo, sua mãe e seus conselheiros tenham percebido, tardiamente, que a religião trazida por D. Gonçalo da Silveira exigiria de sua sociedade mais do que uma simples acomodação a novas manifestações de fé; a adoção do catolicismo proposto pelo missionário pressupunha a extinção dos cultos shona e, num modelo ideal para os cristãos portugueses, a expulsão dos muçulmanos, e passara a representar uma ameaça à unidade do reino, já tensionada pelo contexto de hostilidades com o Quiteve.

³⁵⁹ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.627.

³⁶⁰ “Livro sobre a ação da Companhia de Jesus...”. op.cit., p.212.

³⁶¹ “Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. op.cit., pp.48-50.

A expedição Barreto / Homem

A morte do missionário em nada alterou a posição e as relações dos mercadores lusitanos no interior. Antes da execução do padre, Negomo anunciou sua decisão a António Caiado, aconselhando-o a retirar seus bens e mercadorias que, por ventura, estivessem guardados na morada do padre; dois dias depois, recebeu e ouviu, com cortesia, uma comitiva de portugueses que o procurou para lamentar a morte do jesuíta.³⁶² Contudo, em 1569, D. Sebastião levou a questão para que a Mesa da Consciência se pronunciasse sobre a possibilidade de “guerra justa”, cujo principal objetivo seria vingar a morte do religioso. O parecer dos juristas foi favorável à causa portuguesa:

Vistos e examinados estes autos, e ditos de testemunhas pelos quais se prova, que os imperadores do Monomotapa mandam matar e roubar muitas vezes seus vassallos e inocentes e fazem muitos outros males e tiranias por causas leves, e que mandam matar e roubar alguns portugueses, indo eles pacificamente a contratar, e como um destes imperadores mandou matar o padre D. Gonçalo, indo ele em nome Del-rei nosso senhor por seu embaixador, mandado do vice-rei da Índia a pregar a fé de Cristo, a qual pregou pacificamente, e sem escândalo [...]. E visto outrossim como roubaram e retiveram em sua terra dois portugueses que iam mandados pelo capitão de Sofala por embaixadores, sendo eles invioláveis segundo o comum direito das gentes, e como acolhem em suas terras muitos mouros inimigos da fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, e que roam autores de muitas das ditas ofensas e lesões, e o serão ao diante, sem se provar, que da parte dos ditos portugueses houvesse culpa na desordem. [...] **Que pode e deve El-rei nosso senhor mandar promulgar o Santo Evangelho nos reinos e senhorios de Monomotapa, e em quaisquer outros de sua conquista [...]** E para isso haver efeito e para segurança dos ministros, havendo provável receio de traições e de quaisquer outras perturbações [...] podendo-se fazer fortalezas e mandar gente armada [...] Que antes de se fazer guerra ao dito rei de Monomotapa se lhe requeira em nome Del-rei nosso senhor que lance logo em tempo limitado todos os mouros de suas terras [...] Inda depois de lançados os mouros se pode fazer justamente guerra ao dito rei pelas injúrias e lesões feitas aos portugueses, como fica apontado com tal declaração, que primeiro se lhe paca justa satisfação delas [...]. **E dando o dito rei tanta quantidade de ouro e tal tributo, ou tantas léguas de terra que a juízo de bons varões seja igual recompensa de todas as ditas injúrias e lesões, e**

³⁶² “Livro sobre a ação da Companhia de Jesus...”, op.cit., p.226. Alguns contemporâneos questionaram o fato de o padre, avisado por António Caiado, não ter fugido para Sofala ou Moçambique. Luís Fróis foi um deles. À sua inquietação o capitão de Sofala, Bastião de Sá, teria respondido “[...] que é uma das coisas mais impossíveis, que se podiam dar em Monomotapa, era cuidar um homem que poderia salvar-se fugindo, salvo se mudasse a natureza em ave, ou Deus, de seu poder absoluto, miraculosamente o quisesse guardar, porque há tanta prontidão na execução do que El-rei manda, que parece em seu gênero não se poder dar mais. Além da gente ser tanta que, em oito dias, afirmaram fazer cada vez que quer trezentos mil homens de guerra, *paratos ad prelium*”. “Carta (cópia) do irmão Luís Fróis para o irmão Bento Toscano da Companhia de Jesus em Portugal”. DPMAC, vol.VIII, p.26.

das despesas da armada e das que se fizerem em todo o decurso da guerra, em tal caso deve-se suspender a guerra.³⁶³

Parece bastante claro que a morte de Silveira foi apenas um pretexto para que os lusitanos dessem início ao que poderíamos chamar de *segundo movimento* em direção ao Monomotapa; se até meados do século a aproximação havia sido pacífica, o assassinato do missionário deu início a um período caracterizado pela tentativa de conquista militar dos povos do planalto que visava a expulsão dos muçulmanos dos bazares e das rotas de comércio e o controle do território, portanto, das minas de ouro. Tal expedição de represália se inseria em um contexto mais amplo da política portuguesa para o continente africano. A historiografia aponta que, assim como a Espanha havia encontrado riquíssimas minas de metais preciosos nas Américas, a Coroa portuguesa acalentava o desejo de realizar feito equivalente na África central, descobrindo e controlando as minas de prata que se supunha existirem no território angolano, as chamadas minas de Cambambe, bem como as minas de ouro do planalto do Zambeze.³⁶⁴

Para além, é preciso considerar que na década de 1560, Portugal começava a sentir os primeiros sinais de instabilidade financeira. Os lucros obtidos com as especiarias eram inferiores às despesas com a manutenção de fortes e guarnições e, segundo Malyn Newitt, a solvência do império dependia cada vez mais dos impostos cobrados dos camponeses indianos e das contribuições relacionadas com a posse da terra. “A Coroa engajou a expansão de um império territorial que, assim, encontraria novas fontes de rendimentos”.³⁶⁵ Luís Filipe Thomaz, autor que apontou o pronunciado caráter de *rede* que o chamado Império português assumiu no início de sua presença espaço Índico, identifica a acentuação de um movimento de territorialidade ao longo do século XVI. Segundo o autor, “é possível que a adoção da expressão ‘Estado da Índia’, que se generaliza pouco a pouco na segunda metade do século XVI para designar o conjunto das posições portuguesas no Índico, reflita essa gradual mudança de perspectiva”.³⁶⁶ A Igreja viu-se igualmente contemplada por uma política de conquista efetiva:

³⁶³ “Determinação (cópia) de letrados”. Almeirim, 23 de janeiro de 1569. In: REIS, J.C. (org). op.cit., pp.37-39.

³⁶⁴ Cf. NEWITT, *História de Moçambique*. op.cit., p.63 e MUDENGE, op. cit., p.201-202.

³⁶⁵ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.62.

³⁶⁶ THOMAZ, L.F. *De Ceuta...* op.cit., p.217.

A simples ideia de controle territorial exercia um apelo fortíssimo numa nova geração de missionários que, influenciados pelo Concílio de Trento, se dispunham a fazer-se aos mares e a converter qualquer pagão. A persuasão deixara de ser empregue em hereges e pagãos; pelo contrário, o método adequado era a conversão forçada, sendo o braço secular chamado a pressionar os governantes orientais de um modo nunca antes tentado. A década de 1560 assistiu à missão quixotesca de Silveira, ao estabelecimento da Inquisição em Goa e à vice-regência de Constantino de Bragança, durante a qual se assistiu à primeira invasão portuguesa de Ceilão e à tentativa de destruir a sagrada relíquia do dente de Buda. Nas décadas de 1560-70, as políticas expansionistas empreendidas em África contaram com a pressão da Igreja, sobretudo os jesuítas.³⁶⁷

Entre 1569 e 1575 a Coroa portuguesa enviou três grandes expedições à África Central. A primeira delas para o Congo, onde depressa atingiu o objetivo de reconduzir ao trono o rei dos congos e recuperar a antiga influência de que gozavam os lusitanos desde a conversão dos soberanos deste reino. Em 1571 Francisco Barreto desembarcou na Ilha de Moçambique comandando a expedição que visava objetivamente a conquista das minas de ouro do Monomotapa³⁶⁸ e em 1575 a expedição de Paulo Dias Novais partiu para a conquista de Angola e das minas de prata, dando início à longa saga das guerras portuguesas na África centro-ocidental.

Francisco Barreto, soldado experiente que já havia sido governador do Estado da Índia,³⁶⁹ montou uma expedição de dimensões consideráveis: arregimentou, ainda em Portugal, um exército de cerca de mil soldados, formado em grande medida por veteranos das guerras no Marrocos³⁷⁰, aos quais se somaram mais de dois mil homens africanos; além dos homens, estavam à disposição do comandante cerca de trinta cavalos levados da Índia, bois, carroças, canhões e um contingente de cavalaria.³⁷¹ Segundo Alberto da Costa e Silva, os objetivos da expedição não eram apenas dominar o mutapa e acessar as minas; eram também controlar o tráfego no rio Zambeze e “limpá-lo” dos comerciantes mouros. Por isso, talvez, Barreto tenha optado por subir o

³⁶⁷ Idem, p.63.

³⁶⁸ Idem, ibidem e MUDENGE, op. cit., p.201-202. A importância do ouro foi vincada num alvará expedido por D. Sebastião, no qual o rei orienta Francisco Barreto sobre os procedimentos a adotar no curso da campanha: “E assim ordenareis como a receita do ouro das minas se faça em livro apartado, e nele as contas da repartição do dito ouro e os assentos da dita receita e repartição serão assinados por vós”. Cf. “Alvará de D. Sebastião”. Almeirim, 18 de março de 1569. DPMAC, vol.VIII, pp.176-178.

³⁶⁹ Francisco Barreto recebeu, juntamente com o comando da expedição, o cargo de “Governador de Sofala, Moçambique e Monomotapa”. Cf. “Carta de D. Sebastião”. Lisboa, 21 de fevereiro de 1571. REIS, J.C. op.cit., pp.51-54.

³⁷⁰ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.628.

³⁷¹ Cf. Padre Monclaro, “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 4, nº10, pp.492-508 e série 4, nº11, pp.542-563, 1883 e MUDENGE, S.I.G., op.cit., p.212.

Zambeze ao invés de viajar por terra, passando por Teve e Manica. Nas palavras do autor:

Para atingir o Monomotapa, os portugueses podiam, saindo de Sofala, viajar a maior parte do tempo pelo planalto de clima ameno de Quiteve e Manica. Preferiram, porém, subir o rio Cuama ou Zambeze, de terras baixas tomadas de mosquitos, e iniciar as operações a partir de Sena. Não o fizeram por desaviso, afoiteza ou precipitação, mas após demorado debate, durante o qual tanto Barreto quanto vários de seus auxiliares imediatos defenderam a ideia de primeiro conquistar as minas auríferas de Manica. Foram, no entanto, vencidos pelos jesuítas que integravam a expedição (entre os quais aquele que se tornaria o seu cronista, o padre Francisco de Monclaro), com o argumento de que não se podia transgredir a ordem real, e esta havia sido a de chegar-se o mais depressa possível ao Monomotapa e pelo Zambeze. A decisão adotada era, aliás, consentânea com a política que os portugueses pareciam seguir desde o princípio: a de controlar o curso inferior do grande rio, pois era por ele que o ouro e também o marfim da Manica, do Mocaranga e do Butua desciam para as mãos dos mouros.³⁷²

As tropas de Barreto chegaram a Sena sem enfrentar maiores problemas, mas, nos dias em que permaneceram na cidade, em número cada vez maior, sucumbiam homens, bois e cavalos, provavelmente vítimas da doença do sono, da falta de sal, e de diarreias provocadas pela qualidade da água. Ainda que os mosquitos e as moscas tsé-tsé proliferassem à beira do rio, os jesuítas culpavam os muçulmanos da cidade pelas doenças que acometiam os portugueses, acusando-os de pôr veneno na água e nos pastos. Convencido por eles, Barreto mandou seus capitães às casas dos mouros, “o que os soldados fizeram de boa vontade, porque além de se vingarem nos mouros, lhes coube a maior parte do ouro que eles tinham, da qual veio a El-rei mais de 15.000 maticais”.³⁷³

Depois do ataque o capitão-mor enviou um dos mais antigos moradores de Sena, Manuel Bernardes, “muito conhecido do Monomotapa”, como embaixador ao zimbábue do mutapa, com a missão de informá-lo sobre a chegada e a posição do exército português e avisar

[...] que queria o governador tratar com Sua Alteza negócios de muita importância e de muito proveito para ele e todos os seus, da parte do mui grande, alto e poderoso D. Sebastião [...] que para isso o mandava, para tratar também com ele paz e amizade, e que a gente que consigo trazia era

³⁷² SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.628.

³⁷³ Padre Monclaro, “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...” . op.cit. 15 mil maticais correspondem a aproximadamente 64kg de ouro. Cf. SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...*, op.cit., p.630. Ver Mapa II.

para **limpar os espinhos dos caminhos e abri-los para o comércio dos nossos e suas terras [...]**.³⁷⁴

Sem obter resposta, porque a embarcação em que retornava o embaixador naufragou no Zambeze, Barreto se pôs a caminho de Tete, enfrentando o grande exército dos tonga em três batalhas, das quais os portugueses saíram vitoriosos. Mas, segundo Monclaro:

Os doentes cresceram tanto que já não havia cafres para os levarem [...]. Os doentes e feridos passavam de 120, e cada dia enterrávamos dois ou três, e recaíam outros de novo. [...] e como não havia quem levasse os doentes, foi necessário irmos todos a pé e dar-lhes as cavalgadas; até Francisco Barreto levava nas ancas do cavalo os doentes.³⁷⁵

Nessas condições, o exército retornou a Sena onde, alguns dias depois, chegou um embaixador do Monomotapa, acompanhado de duzentos homens,

[...] todos bem dispostos e dez ou doze honrados que vinham em nome dos oficiais do Monomotapa, e assim se chamavam, um que era maior Del-rei, o outro, a mulher grande do rei, o outro o seu moço Moagem, que é o seu general e capitão das portas do reino, e sempre está com gente de guerra no campo [...]. Assim que estes traziam este nome.³⁷⁶

Francisco Barreto despachou uma nova embaixada, chefiada por Francisco de Magalhães e Francisco Rafaxo, que levava uma boa quantidade de panos e a exigência do cumprimento de três condições para o estabelecimento da paz: a primeira era a expulsão dos mouros; a segunda, que o mutapa se comprometesse a receber os padres e a fé cristã e por fim, significativamente, exigia que Negomo cedesse a posse das minas de ouro para a Coroa. Aparentemente o mutapa aceitou as condições. Segundo Monclaro, por medo das “novas que lhe foram da destruição dos mongazes”; na opinião de Alberto da Costa e Silva, “talvez esperançoso de que com o tempo fossem morrendo todos os portugueses”. Isto porque, segundo o escritor brasileiro, “a ele, como aos xeques do litoral e aos africanos por quase todo o continente, não deixava de parecer estranha a fragilidade dos brancos, que enfermavam à toa e, na maioria dos casos, não reagiam às febres nem dela se curavam”.³⁷⁷

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Pe. Monclaro, “Relação da viagem...”, op.cit.

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.631.

Enviada a missão diplomática ao Monomotapa, Barreto viajou à costa para solucionar problemas relativos ao pagamento dos soldos. Retornando a Sena deparou-se com o seguinte quadro:

[...] achamos na praia do rio alguns soldados, e seriam por todos cinquenta, com as bandeiras todas as quatro sem capitães nem oficiais próprios, e eles escassamente se podiam ter em pé, e passando pelo hospital vimos os doentes estar assentados na ramada, mais com cores de mortos que de homens vivos [...] e era coisa estranha, que nenhum só homem havia são [...] e não havia quem contivesse as lágrimas com a mágoa de tanta mortandade [...] O físico estava espirando ao tempo em que chegamos, e todos, de maneira que bem mostravam estar tudo acabado.³⁷⁸

Dia a dia morriam homens e animais. O próprio Francisco Barreto morreu de diarreia e febres alguns dias depois de seu retorno a Sena. Somada a esse quadro desolador, uma bem calculada estratégia de propaganda fez circular pelo vale do Zambeze o rumor de que o mutapa podia reunir rapidamente um exército de cem mil homens, o que gerou pânico e deserção nas tropas lusitanas. Para Vasco Fernandes Homem, que sucedeu Barreto como capitão da expedição, “era tempo para se tomar conclusão sobre o que havíamos de fazer”. Segundo o padre Monclaro, por esse tempo não havia mais de 180 homens vivos à disposição do capitão, e, ainda assim, todos esses doentes. Uma reunião com aproximadamente trinta dos mais importantes soldados definiu que o triste contingente deveria retornar a Moçambique e ali, com a ajuda dos oficiais da Coroa e, talvez, com o reforço dos tripulantes de naus que porventura estivessem no porto, decidiriam o melhor modo de prosseguir com a campanha. Por essa altura, os integrantes da expedição julgavam que as lutas contra os mongazes, embora nominalmente vencidas, representaram uma derrota histriônica:

[...] dali de Sena não se podia fazer nada, senão endividar a Sua Alteza e matar-lhe a gente da qual estávamos tão mal providos, e assim das coisas necessárias para acometer novas empresas, **visto o mau sucesso do Mongaz**, e que seria temeridade intentar outra coisa.³⁷⁹

Mas Vasco Fernandes estava determinado a concluir a empresa da conquista do Monomotapa. Após algum tempo restabelecendo forças em Moçambique e arregimentando um contingente de quinhentos homens, levou suas tropas para Sofala, de onde objetivava alcançar as terras de Manica. O novo comandante tinha memória do

³⁷⁸ Pe. Monclaro, “Relação da viagem...”, op.cit.

³⁷⁹ Idem.

erro estratégico cometido por Barros e, desta vez, optou pelo caminho terrestre, que cortava o reino do Quiteve. O sachiteve, contudo, não permitiu que os portugueses passassem por suas terras carregando armas e tentou vedar a passagem.³⁸⁰ Seguiram-se alguns combates até que o soberano, percebendo não ser capaz de enfrentar as armas de fogo, mudou de estratégia:

[...] mandou esconder todos os mantimentos e despovoar todas as povoações por onde os nossos haviam de passar, e entulhar os poços d'água, por onde se vê que, ainda que cafres, não são tão bárbaros, que não usassem destes ardis como o fizeram os reis da Pérsia, tão políticos hoje quando lhe os turcos entraram por seus reinos, que com lhe impedir os mantimentos e queimarem os campos os desbarataram sem golpe de espada.³⁸¹

Segundo Alberto da Costa e Silva, era a “tática da terra arrasada”.³⁸² Comandando um exército exausto, faminto e sedento, Vasco Homem conseguiu chegar à capital do Quiteve e a incendiou. “O rei e sua gente viram o incêndio de longe, refugiados no alto dos penhascos”.³⁸³ De lá, finalmente alcançaram Manica, onde foram bem recebidos pelo chicanga³⁸⁴ e obtiveram permissão para procurar e explorar os veios de ouro e prata. Entretanto,

Os nossos tanto que se viram **naquela terra de que havia fama que tudo era ouro, cuidaram que logo pelas ruas o achassem e que carregassem dele**. O governador partiu logo para as minas onde esteve alguns dias. E vendo a dificuldade com que os cafres o tiravam das entranhas da terra, com tamanho risco que quase cada dia ficavam muitos enterrados nas minas [...], e cada um tirava quatro ou cinco grãos de ouro, tudo pouquidade e pobreza.³⁸⁵

Ao contrário da imagem de *eldorado* que os portugueses construíram sobre as minas de Manica, Vasco Homem constatou *in loco* que o sedutor volume de metais preciosos que os mercadores levavam daí para o litoral era coletado lenta e pacientemente, em pequeninas porções, das mãos de numerosas pessoas, cada uma extraindo apenas a quantidade necessária para adquirir tecidos, miçangas e mantimentos. Segundo as fontes, a exploração em larga escala só seria possível com a

³⁸⁰ Sobre a localização de Manica e Quiteve ver Mapa II.

³⁸¹ COUTO, D. “Capítulos XX a XXV da década IX da Ásia de Diogo do Couto”. 1573. In: REIS, J.C. op.cit., p.123.

³⁸² SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.631.

³⁸³ Idem, ibidem.

³⁸⁴ Título do rei de Manica.

³⁸⁵ COUTO, D. “Capítulos XX a XXV da década IX da Ásia de Diogo do Couto”. In: REIS, J.C. op.cit., p.124. [grifo nosso]

escavação em níveis mais profundos e, para isso, seria necessário dispor de máquinas e uma grande quantidade de trabalhadores, que o capitão não tinha meios de obter;³⁸⁶ para Malyn Newitt, ao franquear acesso às minas, o chicanga adotara uma estratégia sutil de convencer o comandante português a desistir da empreitada e abandonar suas terras, sem que fosse preciso recorrer ao confronto militar.³⁸⁷

Confirmando a amizade com o chicanga, um desiludido Vasco Homem deixou alguns homens a negociar tecidos em Manica e retornou para Sofala, novamente pelo caminho do Quiteve, onde parou para assentar um tratado de paz com o sachiteve, no qual ficou acertado o trânsito livre dos mercadores lusitanos nas terras deste reino em troca do pagamento da *curva*, um tributo em tecidos que o capitão de Sofala deveria enviar anualmente. Dos termos do acordo é possível inferir que Vasco Homem reconhecia as dificuldades enfrentadas na travessia do Quiteve e não considerava ter derrotado o sachiteve; afinal, não há como conceber um português sujeitando-se a pagar tributos a um rei supostamente subjugado.

A expedição Barreto / Homem chegava melancolicamente ao fim. De Sofala, onde chegou em setembro de 1575, Vasco Fernandes seguiu para Sena e, em seguida, para Tete, onde construiu um forte a partir do qual objetivava alcançar as famosas minas de prata da região de Chicova.³⁸⁸ O capitão ainda almejava encerrar a campanha com alguma conquista concreta e, dado que a prata tornara-se, ao longo do século, a principal moeda para o comércio com a Índia e o Extremo Oriente, concentrou todas as suas forças no projeto de conquista dessas jazidas.

Chegando à região de Chicova, Vasco Homem compreendeu que a reputação dos portugueses lhe precedera:

Entenderam os cafres que a intenção do governador era descobrir as minas de prata, e como receavam que esta descoberta fosse a sua total ruína, desampararam o país, para os não obrigarem, **com tormentos**, a dizer o lugar certo, onde a terra se refinava em prata.³⁸⁹

Com receio de que os lusitanos tomassem o controle de suas fontes de riqueza, os tavares, habitantes do reino de Chicova, imaginaram uma maneira de ludibriar o capitão: extraíram duas grandes pepitas de prata, “de quatro até cinco arráteis”, e enterraram-nas a uma distância segura da mina verdadeira; a duas ou três braças de

³⁸⁶ Idem, ibidem e SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.632.

³⁸⁷ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit., p.65.

³⁸⁸ Ver Mapa II.

³⁸⁹ SOUSA, F. “Extrato do livro ‘Do Índico Conquistado’”. In: REIS, J.C., p.134.

distância, na direção oposta, enterraram uma grande pepita de ouro. “Já quase sol posto”, pedindo segredo e simulando grande medo de ser descoberto pelo soberano, um homem guiou o capitão e alguns de seus soldados até os locais onde os metais haviam sido enterrados, e,

[...] com notável segurança de semblante, os meteu de posse daquele imaginado Potossi. E dando-lhes os parabéns da boa dita, os convidou a cavar, porquanto já pisavam com os pés as afamadas minas da Chicova [...] E quando deram com as duas pedras, foi o alvoroço igual à cobiça.³⁹⁰

Animado, o governador prosseguiu com os trabalhos de mineração até perceber-se logrado e retornar a Tete, e daí à Ilha de Moçambique, não sem antes designar a permanência de duzentos soldados, sob o comando de António Cardoso de Almeida, para prosseguir no trabalho de localização das minas. Os tavora, insatisfeitos com o insucesso de seu plano, passaram a boicotar o acesso destes aos mantimentos e a hostilizá-los abertamente. “A sofrer fome e sem esperanças, boa parte deles foi morta numa emboscada. Os que dela se safaram e conseguiram abrigar-se num forte feito às pressas foram também, dias depois, liquidados”.³⁹¹ O cronista da expedição assim resumiu a experiência: “A empresa da conquista destas terras é uma perda de dinheiro e de vidas portuguesas [...] O que tudo quer, tudo perde”.³⁹²

O sertão dos missionários e soldados

Se, à altura da publicação da primeira *Década* de João de Barros os sertanejos haviam recolhido um já volumoso conjunto de informações acerca das sociedades do interior, a chegada de missionários e soldados fez aumentar significativamente o conhecimento das sociedades africanas da contracosta, notadamente do reino do Monomotapa. É da autoria do padre Monclaro a mais viva descrição da aparência dos shona:

Trazem cornos nos cabelos por galantaria, os quais fazem dos próprios cabelos revirados [...]. No meio da cabeça fazem um que apanha os cabelos por muita ordem e compasso, os quais fazem ser compridos, primeiro com

³⁹⁰ Idem, *ibidem*.

³⁹¹ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.632.

³⁹² Padre Monclaro, op.cit.

pedacinhos de cobre, ou calaim, que atam na ponta de alguns poucos juntos, para que com o peso se vão fazendo compridos [...] e assim trazem a cabeça coberta desses pesinhos. Depois que são grandes, apanham daqueles cabelos, no meio da cabeça, uma boa quantidade para ser o corno maior, e os amarram com certa erva. E fazem com ela um trcafio muito bem feito por um espaço; e na pontinha que vai declinando a delgado, deixam como remate um espaço por amarrar. Depois, com muita ordem, fazem outros cornos pequenos, e são nisto mui curiosos. E as mulheres trazem muitas manilhas de cobre nos braços e pernas, e tiram-no mui delgado [...] e o mesmo fazem do ouro, que o tiram em extremo delgado, e deste fio fazem manilhas.³⁹³

Entretanto, é possível notar uma clara mudança no tom das fontes a partir da expedição de Barreto. Durante toda a primeira metade do século XVI os portugueses haviam se dedicado a estabelecer relações amigáveis com o reino do Monomotapa; os capitães de navios, feitores e demais autoridades que negociavam em nome do rei de Portugal tratavam com o mutapa em condições de igualdade. Os mercadores e sertanejos cumpriam todos os protocolos cerimoniais, inclusive no tocante aos *saguates*, e colocavam-se sob a alçada do soberano africano em assuntos jurídicos, como, por exemplo, em casos de conflitos com seus súditos ou com os mouros. No contexto do início do século XVI, em que a presença portuguesa no interior era incipiente, adaptar-se às imposições dos africanos era condição *sine qua non* para a penetração sertaneja.³⁹⁴

O que podemos chamar de “encaminhamento amistoso” dos contatos, nesse período, se refletiu nas descrições do reino que, embora mantivessem e, muitas vezes, alimentassem julgamentos pejorativos acerca de diversas características da vida dos shona, procuraram se afastar do imaginário de barbárie construído sobre os africanos e compreender, na medida das limitações impostas pelo encontro com o *Outro*, alguns aspectos-chave do arranjo social shona, tais como a organização política e econômica e os protocolos diplomáticos, entre outros.

Informados por agentes como António Fernandes e tantos outros – cujas cartas, ofícios e descrições foram sistematizados por João de Barros – os portugueses dedicaram toda a primeira metade do século a estabelecer relações amigáveis com o reino do Monomotapa, apoiados, de um lado, na percepção de que este centralizava, do topo da hierarquia de um *império* territorial, o poder político e econômico sobre todos os demais reinos da região e, de outra parte, na ideia de que os shona ocupavam um degrau intermediário entre a “barbárie” – representada pelos demais povos da região – e

³⁹³ Idem, *ibidem*.

³⁹⁴ Cf. LOBATO, A. *Evolução Administrativa...* op. cit., p.136.

a “civilização” portuguesa, sendo, portanto, o povo escolhido para a conversão, ponta de lança do projeto de conquista daqueles territórios.

Tal orientação se inverteu radicalmente a partir de meados do século. O envio da expedição de Francisco Barreto marcou o início de uma nova fase nas relações entre os shona e os portugueses e, evidentemente, toda a documentação produzida a partir desse movimento refletiu, de um lado, o pessimismo experimentado pelos componentes ao longo de toda a expedição e, de outro, a inquietação com o desfecho trágico da empreitada.

A presença portuguesa no sertão

Malyn Newitt realizou um exercício de história comparada entre a campanha militar portuguesa em África e a conquista espanhola do império Inca, na América do Sul, que tomaremos de empréstimo para sistematizar as causas do fracasso da expedição Barreto / Homem. Segundo o autor, a primeira delas se deveria justamente às dimensões da expedição e à sua inaptidão para avançar com rapidez; permaneceu imobilizada durante longos períodos em Sena, onde as febres eram constantes e, quando em movimento, não conseguia se abastecer adequadamente. No caso da conquista espanhola, os cavalos e as armas de aço foram decisivos no combate a homens que empunhavam armas de pedra; os cavalos portugueses, por sua vez, morriam mais depressa que os homens e os adversários africanos possuíam armamentos de aço muito semelhantes aos seus. Ao contrário do que seus informantes lhes fizeram crer, os portugueses não enfrentavam um *império* centralizado e organizado como aqueles que os castelhanos encontraram no México e no Peru.

No caso americano, os espanhóis lograram paralisar esses Estados com ataques certos aos chefes de ambas as capitais; os portugueses, sem o perceber com clareza, enfrentavam grupos segmentados que conheciam muito melhor o terreno acidentado da região e adotavam táticas de guerra que os portugueses não compreendiam como tais. Sob o seu ponto de vista: “não tinham grandes exércitos que pudessem derrotar ou batalhas significativas a ganhar, não lhes sendo possível pôr ponto final a uma guerra que não o chegava a ser”.³⁹⁵ No Peru, os castelhanos encontraram estradas, armazéns,

³⁹⁵ NEWITT, M. *História de Moçambique*. op.cit. p.65.

pontes e uma população concentrada nas cidades; na África central não havia estradas, excedentes alimentares nem tesouros para pilhagem, e a população encontrava-se dispersa nas *muchas* as pequenas células-base da organização social shona. Por fim, os portugueses sucumbiram às doenças da região, ao contrário do continente americano, no qual as doenças foram introduzidas pelos conquistadores e dizimaram as populações indígenas.³⁹⁶

A aristocracia shona enfrentou com sucesso o desafio imposto pela expedição Barreto / Homem. Aliás, o mutapa Negomo Mupunzagutu sequer precisou se envolver diretamente nos esforços para deter o avanço lusitano. Nas palavras de Malyn Newitt, “o ataque português fora neutralizado pelos povos da orla do império shona, pelos monga, pelos tavora da região de Chicova e pelos habitantes de Quiteve e Manica, na vertente oriental”.³⁹⁷ O Monomotapa não foi seriamente afetado e não há registro nas fontes conhecidas de qualquer guerra civil provocada pela passagem da expedição, ou quaisquer divisões internas que os portugueses pudessem ter explorado. Mas, como Alberto da Costa e Silva bem apontou, “os portugueses haviam entrado no Zambeze para ficar”³⁹⁸ e, nas palavras de Maria Emília Madeira Santos, “em poucos anos, comerciantes portugueses eram assíduos no interior. Isolados, transportando sacos de ouro, sentiam-se mais seguros no sertão que nas estradas de Portugal”.³⁹⁹

O comércio entre o Monomotapa e os portugueses, portanto, prosseguiu sem sobressaltos. Mas uma alteração significativa havia ocorrido no vale do Zambeze: a expedição de Barreto foi responsável pela introdução de “muitos filhos de Portugal e da Índia”⁴⁰⁰, na Zambézia. Homens que, via negociações diplomáticas, obtiveram de Negomo a permissão formal para o estabelecimento das capitânias de Sena e Tete, onde foram edificados os primeiros fortes com paredes em argila e instalaram-se guarnições permanentes.⁴⁰¹ A administração das duas cidades passou às mãos de capitães nomeados pelo governador de Moçambique que, por sua vez respondia ao vice-reino da Índia. Significa dizer que após a expedição de Barreto as duas cidades passaram a compor o quadro geral da administração do Ultramar português.⁴⁰² Ainda que Negomo tenha conseguido preservar a região do planalto desse avanço institucional lusitano, grupos de

³⁹⁶ Idem, *ibidem*.

³⁹⁷ Idem, p.83.

³⁹⁸ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.633.

³⁹⁹ SANTOS, M.E.M. *Viagens de exploração terrestre...* op.cit., p.83.

⁴⁰⁰ SANTOS, J. op.cit., p.161.

⁴⁰¹ Ver Mapa II.

⁴⁰² NEWITT, M. *História de Moçambique*. op. cit. p.65.

comerciantes privados obtiveram permissão para instalar-se nas ricas e dinâmicas feiras de algumas das principais cidades da Mocaranga, onde o soberano destinou a eles áreas para residência, além de ceder terras para suas culturas de subsistência.⁴⁰³

Como resultado das ações lusitanas, o que se viu nos finais do século XVI foi a alteração paulatina das feições da contracosta e de seu interior. Segundo a bela síntese de Alberto da Costa e Silva:

Matanças como as efetuadas pelos homens de Francisco Barreto em Sena e as que se repetiam em cada ataque às cidades do litoral não só eliminavam muitos dos mercadores muçulmanos mais capazes e mais prósperos, como também rompiam e danavam toda uma teia de interesses comerciais que se tinha formado, naquela parte do Índico, ao longo de vários séculos. Se, com o desaparecimento dos negociantes suaílis de Sena, se desmanchavam ou enfraqueciam as conexões entre o interior e Angoche, isso não representava necessariamente um aumento dos negócios por Sofala ou Quelimane, onde mandavam os portugueses. Nem sempre, quando alguém perde, um outro ganha. Algumas vezes, ambos perdem ou ninguém ganha.⁴⁰⁴

⁴⁰³ É importante frisar que o estabelecimento formal dos lusitanos deu-se nas terras do vale, região sujeita a secas periódicas, infestada de tsé-tsé e sem volume considerável de ouro. Já no planalto, área de terra fértil, clima ameno, rica em recursos hídricos e depósitos de ouro, onde se localizava a Mocaranga, e se realizavam os principais bazares, a permissão de instalação foi concedida aos **particulares**, não à administração portuguesa.

⁴⁰⁴ SILVA, A.C. *A manilha e o libambo...* op.cit., p.633.

Considerações finais

O ano de 1505 marcou a instalação dos portugueses na costa índica do continente africano como parte de um intrincado projeto de controle do comércio naquela parte do globo, que ligava as cidades desta costa aos entrepostos indianos de pimenta e especiarias, como vimos no primeiro capítulo. O papel reservado à cidade de Sofala era o de fornecer o ouro que, inserido no circuito mercantil, seria trocado pelos valiosos temperos. Desde a viagem inaugural de Vasco da Gama os portugueses tinham ciência de que a maior parte do volume do metal amarelo aí negociado provinha de um reino do interior, e chegava ao litoral graças a uma rede comercial cujos principais agentes eram mercadores islâmicos. Era o reino do Monomotapa.

A partir do volumoso conjunto documental produzido pelos lusitanos sobre este poderoso reino, seria possível escrever uma história política do Monomotapa? Ou o pesquisador seria, inevitavelmente, orientado pelo olhar dos produtores do registro? À pergunta colocada na introdução, intentamos responder com a interpretação das diversas fontes apresentadas ao longo dos três capítulos que compõem essa dissertação. No primeiro, procuramos compreender o que motivou o mutapa Chikuyo Chisamarengu (c.1494-1530) a enviar um representante para negociar na feitoria portuguesa, antes mesmo que seus vizinhos mais próximos à costa o fizessem. Uma análise detalhada da documentação disponível autorizou a inferência de que, devido às agitações provocadas, de um lado, pelas hostilidades com o Butua e, de outro, pela declaração de independência do reino do Quiteve, Chikuyo provavelmente viu na aproximação com os portugueses ocasião para aumentar sua influência e reforçar ou reafirmar seu poder tanto no planalto quanto no vale do Zambeze.

Quando, ainda na primeira metade do século, as redes mercantis desviaram o comércio de ouro para Angoche, os portugueses compreenderam que não podiam mais esperar pelos comerciantes na fortaleza. Passaram então a explorar as rotas em direção ao interior em dois movimentos distintos. Um de iniciativa particular, que se desenrolou à revelia das autoridades lusitanas e foi conduzido pelos comerciantes, que passaram a se estabelecer nas sociedades africanas e outro de iniciativa dos representantes da Coroa portuguesa, que enviaram um agente para prospectar o sertão, e identificar aí as

principais riquezas, rotas e entrepostos comerciais, conforme explicitamos no segundo capítulo.

A análise do *corpus* documental disponível permitiu concluir que a distinção entre os dois movimentos não passou despercebida ao mutapa: se para os sertanejos a incorporação às estruturas sociais shona significava proteção para o desenvolvimento do comércio à margem das regras lusitanas, o soberano shona parece ter se valido do fato de que esses indivíduos ocupavam uma posição privilegiada para atuar como intermediários nas relações institucionais com a fortaleza. Seu principal objetivo, acreditamos, seria o acesso às armas de fogo portuguesas, a grande novidade trazida pelos *muzungu*, que, num contexto de disputas e tensões, poderia lhe garantir alguma superioridade na relação de poder com os vizinhos.

No terceiro capítulo analisamos duas tentativas de controle territorial do Monomotapa por parte da Coroa lusitana. A primeira delas, a chegada à corte do mutapa da missão de D. Gonçalo da Silveira, que objetivava a conversão do soberano e da população shona como parte da estratégia de incorporação do seu reino ao Império português; a segunda, o envio de uma expedição militar de dimensões consideráveis cujo objetivo declarado era vingar a morte do jesuíta. O exame atento da documentação nos permitiu verificar que, novamente, a conversão de Negomo Mupunzagutu (c.1560-89) atendeu à tentativa, bastante pragmática, de fortalecê-lo perante a pressão exercida pelo sachiteve Chipute, que reivindicava o trono do mutapa. Em pouco tempo, contudo, o monarca percebeu que essa opção, ao contrário, representava uma ameaça à unidade de seu reino, já tensionada pelo contexto de hostilidades com o Quiteve, o que o levou a ordenar a execução do missionário.

*

Ainda que preliminarmente, essa pesquisa nos conduziu a duas principais conclusões. A primeira delas, de caráter teórico-metodológico, é a resposta afirmativa à possibilidade de se escrever história da África a partir de fontes europeias. Evidentemente, o alcance que tais fontes permitem é limitado e a pesquisa realizada a partir delas resulta lacunar. Mas não o é para o estudo de qualquer sociedade, especialmente na medida em que as balizas cronológicas se afastam do tempo do historiador? Se acaso os shona do século XVI tivessem produzido registros escritos o rigor metodológico do trabalho com estas fontes poderia ser menor?

No que tange mais especificamente à história do reino do Monomotapa, como procuramos demonstrar, os sucessivos mutapas se relacionaram com os portugueses de forma a explorar sua presença para atender a demandas de processos internos. Os shona seguiram com os portugueses a estratégia de apropriação e ressignificação de “idiomas” externos, visando a manutenção do poder nas mãos das classes dominantes, que caracteriza as diferentes dimensões da *extraversão* experimentada, num *continuum*, ao longo do século XVI. Este processo não diferiu substancialmente daquele que vinha sendo conduzido desde há muito com as sociedades africanas submetidas pelos mutapas, bem como com os agentes muçulmanos do comércio internacional.

Durante quase todo o *Quinhentos* essa estratégia se revelou bem sucedida, na medida em que permitiu que os mutapas negociassem com os portugueses no interior de uma relação de forças bastante favorável a eles. Contudo, o fracasso da missão de Gonçalo da Silveira ensejou a oportunidade que o rei de Portugal aguardava para enviar uma expedição de conquista ao reino do Monomotapa. Ainda que vencida – pelo ambiente e pelas técnicas de guerra adotadas pelos reinos shona – a campanha logrou alterar significativamente as relações no vale do Zambeze e na costa índica, rompendo uma trama de interesses comerciais que tinha se formado ao longo de vários séculos, enfraquecendo paulatinamente tanto as cidades costeiras quanto os reinos do interior.

Bibliografia

- ABRAHAM, D.P. "Maramuca: an exercise in the combined use of Portuguese records and oral tradition". *The journal of African History*. Vol.2, nº 2 (1961), pp.211-225.
- _____. "The monomotapa dynasty". *NADA*, nº36, 1959. pp.59-86.
- ALBUQUERQUE, L., FERRONHA, A.L., HORTA, J.S., LOUREIRO, R. *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas – séculos XV e XVI*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.
- ALEXANDRE, V. "África no imaginário político português (séculos XIX-XX)". In: *Penélope*, nº15. Lisboa, 1995.
- ALPERS, E. "Dynasties of the Mutapa-Rozwi complex". *The Journal of African History*, vol.11, nº2, Problems of African Chronology, 1970. pp.203-220.
- BAIÃO, A. "Prefácio". In: BARROS, J. *Décadas*. Lisboa: Sá da Costa, 1945. p.LVIII.
- BAYART, J.F. *The State in Africa: the politics of the belly*. Londres: Longman, 1993.
- CLAPHAM, C. "The 'Longue Durée' of the African State". *African Affairs*, vol.93, nº372, jul/1994. pp.433-439.
- _____. "Africa in the world: a history of extraversion". *African Affairs*, nº99, 2000. pp.217-267.
- BEACH, D.N. *The Shona and Zimbabwe: 900-1850*. Gweru: Mambo Press, 1984. pp.101-104.
- BOXER, C. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- CHANAIWA, D. "Politics and long-distance trade in the Mwene Mutapa empire during the sixteenth century". *The International Journal of African Historical Studies*, vol.5, nº3, 1972. pp.424-435.
- CHIRENJE, J.M. "Portuguese priests and soldiers in Zimbabwe, 1560-1572: the interplay between evangelism and trade", *The International Journal of African Historical Studies*, vol.6, nº1, 1973, pp.36-48.
- CONTI, L.N. *Um projeto pedagógico às margens da expansão: João de Barros e seu ideal moralizador*. Dissertação de mestrado. Franca: Unesp, 2005.
- COSTA, J.P.O. e LACERDA, T. *A interculturalidade na Expansão Portuguesa: séculos XV-XVIII*. Lisboa: Observatório da Imigração, 2007 (Portugal)

- Intercultural; 1), pp.90-94. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Portugal_Intercultural/1_Expansao_Portuguesa.pdf Acesso em 09/02/2010.
- COUTO, D. “The role of interpreters, or *línguas*, in the Portuguese Empire during the 16th century”. *e-JPH*, vol.1, nº2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf. Acesso em 08/02/2010.
- CURTO, D.R. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- DOMINGUES, A. “Comunicação entre sociedades de fronteira: o papel do intérprete como intermediário nos contatos entre ibero-americanos e ameríndios na Amazônia de finais do século XVIII. Limites do mar e da terra”. *Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia*. Patrimonia Cascais, 1998. Separatas, pp.255-266.
- _____. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do setecentos”. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v.III (suplemento), 2001. pp.823-838.
- DORÉ, A. “A fortaleza e o navio: espaços de reclusão na Carreira da Índia”. *Topoi*, vol.9, nº16, jan-jun.2008, pp.91-116.
- FAGAN, B.M. “As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500”. NIANE, D.T. (ed.). *História Geral da África: IV. África do século XII ao XVI*. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. pp.602-603.
- FONSECA, L.A., “Os comandos da segunda armada de Vasco da Gama à Índia (1502-1503)”, in *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 16, 1998, pp. 35-55.
- _____. *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*, Lisboa, Inapa, 1999.
- _____. *Vasco da Gama, o homem, a viagem, e época*, Lisboa: Expo 98 e D.L, 1998.
- GODINHO, V.M. *Ensaio*. vol.III. *Sobre a teoria da história e historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa ED., 1971.
- _____. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.
- HAIR, P.E.H. “Milho, Meixoeira and other foodstuffs of the Sofala Garrison. 1505-1525”. *Cahiers d’Etudes africaines*. 66-67, XVII 92-3), pp.353-363.
- HENRIQUES, I.C. *O pássaro do mel: estudos de história africana*. Lisboa: Colibri, 2003. p.124.
- HUFFMAN, T.N. “The rise and fall of Zimbabwe”. *The Journal of African*

- History*.vol.13, nº3, 1972.pp.353-366.
- HRBEK, I. “As fontes escritas a partir do século XV”. KI-ZERBO (org). *História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. pp.129-156.
- ISAACMAN, A. “Madzi-Manga, Mhondoro and the use of oral traditions – a chapter in Barue religious and political history”. *Journal of African History*, XIV, 3, 1973. pp.395-409.
- LACERDA, T. *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*. Dissertação de Mestrado, Depto. de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006. Disponível em http://cham.fcsh.unl.pt/files/varia/tese_teresa.pdf.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ªed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
- LEMARCHAND, R. “The africanist as intellectual: a note on Jean-François Bayart”. *African Studies Review*, vol.35, nº1, abr/1992. pp.129-133.
- LOBATO, A. *Evolução administrativa e económica de Moçambique (1752-1763)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- _____. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- _____. *A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*. 3 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1954-60.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol.I. “O processo de produção do capital”. 3ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- M’BOKOLO, E. *África negra: história e civilizações*. Trad. Alfredo Margarido. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.
- MORAES FARIAS, P.F. *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali: epigraphy, chronicles and Sionghay-Tuareg history*. Oxford: The British Academy/Oxford University Press, 2003.
- _____. Palestra: “O Sahel como interface ecológica, pluralismo cultural e janela para o mundo”. Dia 1 do curso “Sahel: a outra costa da África”. São Paulo: Casa das Áfricas/PUC/USP, 29/set/2004. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/site/movies.php?area=talks&action=watch&talk=10&movie=46>. Acesso em 21/dez/2010.
- MUDENGE, S.I.G. *A political history of Munhumutapa. c.1400-1902*. Harare:

- Zimbabwe Publishing House, 1988.
- MUSCALU, I.P.O.; WISSENBAACH, M.C.C.. “Contatos e interpretações: os portugueses e o Império do Monomotapa”. IV EPOG. FFLCH/USP, 23 a 26 de novembro, 2009. Disponível em:
<http://www.fflch.usp.br/eventos/epog/textos/Ivana%20Pansera%20de%20Oliveira%20Muscalu.pdf>. Acessado em 05/ago/2010.
- NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- _____. “The early history of the Sultanate of Angoche”. *The Journal of African History*. Vol.13, nº3 (1972), p.399.
- NIANE, D.T. “Relações e intercâmbios entre as várias regiões”. In: NIANE, D.T. (ed). *História Geral da África. IV: África do Século XII ao XVI*. 2ªed. Brasília: UNESCO, 2010. p.731. Versão digital disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190252POR.pdf>. Acesso em 25/fev/2011.
- NOGUEIRA DA COSTA, A. *Penetração e impacto do capital mercantil português em Moçambique nos séculos XVI e XVII: O caso do Muenemutapa*. Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, 1982.
- OBENGA, T. “Fontes e técnicas específicas da História da África”. In: KI-ZERBO, J. (org.). *História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. pp.91-104.
- OLIVEIRA JÚNIOR, G.B. *Agostinho da Silva e o CEAQ: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Dissertação de Mestrado. DH/FFLCH/USP, 2010.
- OLIVER, R. “The Nilotic contribution to bantu Africa”. *The journal or African History*. Cambridge: v.23 (1982), nº4.
- _____; FAGAN. B.M. *African in the Iron Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- POUWELS, R.L. “Eastern Africa and the Indian Ocean to 1800: Reviewing Relations in Historical Perspective”. *The International Journal of African Historical Studies*. Boston University; African Studies Center. Vol.35, nº2/3 (2002), pp.385-425.
- PRATT, M.L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- QUINTELLA, I.C. *Anais da Marinha portuguesa*. Lisboa: Academia da Marinha, 1839.

pp.249-250.

RITA-FERREIRA, A. *African kingdoms and alien settlements in central Mozambique (c.15th – 17th cent.)*.Coimbra: Centro de Estudos Africanos/Departamento de Antropologia/Universidade de Coimbra, 1999.

_____. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RANDLES, W.G.L. *L'empire Du Monomotapa Du XVe au XIXe siècle*. Paris: Mouton & Co e Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1975.

RANGER, T. "Territorial Cults in the History of Central Africa". *The Journal of African History*. Vol.14, nº4, 1973.

RODRIGUES, E. "Embaixadas portuguesas à corte dos mutapa". In: CARNEIRO, R e MATOS, A.T. (coord.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*. Lisboa: CEPCEP, 2004. pp.753-779.

SANTOS, C.M. "*Goa é a chave de toda a Índia*". *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1579)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SANTOS, M.E.M. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: CEHCA, 1988.

_____. "Lançados na costa da Guiné: aventureiros e comerciantes". *Mansas, escravos, grumetes e gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993. pp.64-78.

SILVA, A.C., *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700I*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SILVA, M.G.N. "Subsídios para o estudo dos 'lançados' na Guiné". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol.25, nºs 97-100, 1970

SILVA, C.R. "Indian Ocean but not African Sea: the erasure of East African commerce from History". *Journal of Black Studies*, vol.29. nº5, Special Issue: Political strategies of democracy and health issues and concerns in Global Africa (maio,

- 1999), pp.684-694.
- SUBRAHMANYAM, S., *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa: CNCDP, 1998.
- _____. *O Império Asiático Português, 1500-1700 – Uma história política e económica*, Lisboa: Difel, s/d.
- THOMAZ, L.F. *De Ceuta a Timor*. 2ª ed. Lisboa: Difel, 1998.
- _____. “L’idée impériale manuéline” in *La Découverte, le Portugal et l’europe. Actes du Colloque*, ed. Jean Aubin, Paris, 1990, pp. 35-103.
- THOMAZ, O. R. “Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa”. In: BASTOS, Cristiana (et.all.) *Trânsitos coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas (SOP): Ed. Unicamp, 2007. pp.45-70.
- TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- TOMA, M. “Punição, penitência e razão de Estado: dimensões sagradas da pena de degredo”. *Mneme Revista de Humanidades*. v.7, nº16, jun/jul, 2005. pp. 55-74.
- TRACEY, H. *António Fernandes, descobridor do Monomotapa. 1514-1515*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1940.
- VILARDAGA, J.C. *Lastros de viagem: expectativas, descobertas e projeções portuguesas no Índico – análise de três narrativas quinhentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ZERÓN, C.A. “Pombeiros e tangomaus, intermeditários do tráfico de escravos na África”, in: LOUREIRO, R. e GRUZINSKI, S. (Eds). *Passar as fronteiras. II colóquio internacional sobre mediadores culturais – séculos XV a XVIII*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999. pp.15-38.

Fontes

- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA (ed.). *Cartas de Afonso de Albuquerque*. 7 vols. Lisboa, 1884-1935.
- BARBOSA, D. *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colônias, 1946. [1518].
- BARROS, J. Ásia. *Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Índico. Primeira Década*. 4ªed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. [1552].
- CASTANHEDA, F.L. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Coimbra: João Barreira e João Alvarez, 1552.
- CORREIA, G. *Lendas da Índia*. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=XT8gAQAAMAAJ&printsec=frontcover&dq=%22lendas+da+%C3%ADndia%22&hl=pt-BR&ei=q_2ZTsmOFenc0QG6vtC-B&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCwQ6AEwAA#v=onepage&q=%22lendas%20da%20%C3%ADndia%22&f=false. Acesso em 09/02/2009. [1510].
- GÓIS, D. *Chronica do sereníssimo senhor rei D. Manoel*, 1749. Disponível em: http://books.google.com/books?id=0vTmAAAAMAAJ&dq=acote&hl=pt-BR&source=gb_s_navlinks_s. Acesso em 06/jun/2010. [sec.XVI].
- MONCLARO. “Relação da viagem que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa...”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 4, nº10, pp.492-508 e série 4, nº11, pp.542-563.
- NATIONAL ARCHIVES OF RHODESIA, CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS. *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África central*. 9 vols. Lisboa, 1962-1972.
- “Diário de viagem de Vasco da Gama”. 1497.
- “Ordem de Vasco da Gama aos capitães de navios que aportarem a Quiloa”. 20 de julho de 1502.

“Regimento do capitão-mor D. Francisco de Almeida”. 5 de março de 1505.
 “Carta de poder de capitão-mor a D. Francisco de Almeida”. 27 de fevereiro de 1505.
 “Relação italiana sobre os descobrimentos portugueses”. 23 de outubro de 1505.
 “Relação das pessoas que foram para a Índia em 1505”.
 “Relação das armadas”. 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 24 de outubro de 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 27 de outubro de 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. Outubro de 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 30 de outubro de 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 2 de dezembro de 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 15 de dezembro de 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 29 de dezembro de 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 29 de dezembro de 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 31 de dezembro de 1505.
 “Mandado de Pero de Anhaia, capitão-mor de Sofala, para o feitor Manuel Fernandes”.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 13 de janeiro de 1506.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 31 de janeiro de 1506.
 “Mandado de Pero de Anhaia, capitão-mor de Sofala, para os contadores de El-rei”. 24 de janeiro de 1506.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 3 de fevereiro de 1506.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 11 de fevereiro de 1506.
 “Rol do pagamento do mantimento de fevereiro de 1506 na fortaleza de Sofala”. 1 de março de 1506.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 19 de maio de 1506.
 “Mandado de Pero de Anhaia”. 19 de maio de 1506.
 “Mandado de Pero de Anhaia, capitão-mor de Sofala, para os contadores de El-rei”. 19 de maio de 1506.
 “Carta de Pero Quaresma para El-rei”. 31 de agosto de 1506.
 “Mandado de Manuel Fernandes”. 25 de agosto de 1506.
 “Mandado de Manuel Fernandes”. 25 de agosto de 1506.
 “Mandado de Manuel Fernandes”. 12 de setembro de 1506.
 “Mandado de Manuel Fernandes”. 12 de outubro de 1506.
 “Mandado de Manuel Fernandes”. 21 de outubro de 1506.
 “Mandado de Manuel Fernandes”

“Sumário de uma carta de Manuel Fernandes, capitão de Sofala, para El-rei”. 2 de novembro de 1506.

“Carta de Diogo de Alcáçova para El-rei”. Cochim, 20 de novembro de 1506.

“Mandado de Nuno Vaz Pereira, capitão de Sofala, para o feitor de Quiloa”. 18 de janeiro de 1507.

“Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. 6 de fevereiro de 1507.

“Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. 14 de fevereiro de 1507.

“Inquirição mandada tirar por Nuno Vaz Pereira, capitão de Sofala”. Sofala, 25 de fevereiro de 1507.

“Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para Estevão Vaz, provedor das casas da Índia e Guiné”.

“Sumário de uma carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. 10 de novembro de 1507.

“Carta de Duarte de Lemos para El-rei”. Moçambique, 30 de setembro de 1508.

“Ata do conselho de oficiais da Armada do Estreito”. Moçambique, 25 de janeiro de 1509.

“Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para António Carneiro, secretário de Estado”. Moçambique, 4 de setembro de 1509.

“Carta de Diogo Vaz, feitor de Moçambique, para Estevão Vaz, provedor das casas da Índia e Guiné”. 4 de setembro de 1509.

“Rol do pagamento do mantimento de junho de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de junho de 1510.

“Regimento de Gonçalo de Siqueira, capitão-mor de uma armada da Índia”. 14 de junho de 1510.

“Rol do pagamento do mantimento de julho de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de julho de 1510.

“Rol do pagamento do mantimento de agosto de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de agosto de 1510.

“Rol do pagamento do mantimento de setembro de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de setembro de 1510.

“Rol do pagamento do mantimento de outubro de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de outubro de 1510.

“Rol do pagamento do mantimento de novembro de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de novembro de 1510.

“Rol do pagamento do mantimento de dezembro de 1510 na fortaleza de Sofala”. Sofala, 1 de dezembro de 1510.

“Sumário de cartas de António de Saldanha, capitão de Sofala e Moçambique, para El-rei”. 1511.

“Sumário de cartas de Afonso de Albuquerque para El-rei”. 1511.

“Carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. Cochim, 1 de abril de 1512.

“Carta de Pero Vaz Soares, feitor de Sofala, para El-rei”. Sofala, 30 de junho de 1513.

“Carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. Goa, 25 de outubro de 1514.

“Carta de Afonso de Albuquerque para El-rei”. Ormuz, 22 de setembro de 1515.

“Livro da ementa de Pedro Lopes, escrivão da feitoria de Sofala”. 1515.

“Descrição da viagem do degredado António Fernandes ao interior do Monomotapa”. c.1515-1516

“Carta de João Vaz de Almada, alcaide-mor de Sofala, para El-rei”. Sofala, 26 de junho de 1516.

“Rol do pagamento de soldos e mantimentos na fortaleza de Sofala”. 1516.

“Rol do pagamento de soldos e mantimentos na fortaleza de Sofala”. Sofala, 31 de dezembro de 1516.

“Rol do pagamento de soldos e mantimentos na fortaleza de Sofala”. Sofala, 31 de março de 1518.

“Rol do pagamento de soldos e mantimentos na fortaleza de Sofala”. Sofala, 30 de junho de 1518.

“Traslado da carta de D. António da Silveira para El-rei”. 18 de julho de 1518.

“Descrição da situação, costumes e produtos de alguns lugares de África”. c.1518.

“Regimentos de Sofala”. Lisboa, 20 de maio de 1530.

“Informação sobre as fortalezas da Índia enviada a El-rei”. 1530.

“Carta de João de Sepúlveda para El-rei”. Moçambique, 10 de agosto de 1542.

“Carta de Gonçalo Pinto de Araújo para El-rei”. Goa, 15 de novembro de 1545.

“Carta (cópia) do padre D. Gonçalo para os irmãos da Companhia de Jesus de Portugal”. Goa, novembro de 1559.

“Carta (cópia) do padre D. Gonçalo para o padre provincial da Companhia de Jesus de Goa”. Moçambique, 12 de fevereiro de 1560.

“Carta (cópia) do padre André Fernandes para o padre provincial da Companhia de Jesus da Índia”. Tonge [Inhambane], 24 de junho de 1560.

“Carta (cópia) do padre jesuíta Luís Fróis”. Goa, 15 de dezembro de 1561.

“Carta (cópia) do irmão Luís Fróis para o irmão Bento Toscano da Companhia de Jesus em Portugal”.

“Alvará de D. Sebastião”. Almeirim, 18 de março de 1569.

“Livro sobre a ação da Companhia de Jesus no Índico”. Nápoles, 1573.

REIS, J.C. (org.). *A empresa da conquista do senhorio do Monomotapa*. Lisboa: Heuris, 1984.

“Determinação (cópia) dos letrados”. Almeirim, 23 de janeiro de 1569.

“Carta de D. Sebastião”. Lisboa, 21 de fevereiro de 1571.

“Extrato do livro ‘Do Índico Conquistado’”.

“Capítulos XX a XXV da década IX da *Ásia* de Diogo do Couto”. 1573.

SANTOS, J. *Ethiopia Oriental. Vária História de cousas notáveis do Oriente. E da christandade que os Religiosos da Ordem dos pregadores nele fizeram*. Vol.I. Lisboa: Coleção Biblioteca dos Clássicos Portugueses, 1981. [1609].

Glossário

Alambar, alambres [âmbar] – resina fóssil, transparente, de cor amarela, que se usa para fabricar diversos objetos.

Alcaide – comandante da fortaleza.

Almadia – tipo de embarcação muito utilizada na Ásia e na África. Feita de uma única peça de madeira escavada, é bastante longa e estreita.

Alqueire – medida equivalente a 13,8 litros.

Alquice – peça de roupa que se assemelha a um sobretudo.

Aringa – praça-forte de grandes dimensões.

Azagaia – lança curta e delgada, utilizada como arma de arremesso.

Barra – medida de peso equivalente a 235 kg..

Barretes baixos – cobertura flexível para a cabeça, geralmente de malha ou pano; espécie de boné sem viseira; solidéu.

Bornido – lustroso, engomado.

Cascavéis – guizos de latão

Chicanga – título do soberano de Manica

Curva – tributo pago pelos capitães portugueses aos reis africanos

Encosse – membro proeminente da aristocracia shona.

Dobra – moeda de valor desconhecido

Fota – turbante.

Fumo – chefe de aldeia.

Godomecy – tapeçaria dourada, feita de couro pintado.

Lenço – tecido de algodão e linho.

Machila – tecido de algodão.

Mambo – chefe de aldeia.

Matamugo – conta de vidro.

Matical – unidade de valor equivalente a 4.25 gramas de ouro. No século XVI, o valor do matical variou de 500 reais (até 1514) a 467 reais após 1514.

Mhondoro – médium dos espíritos entre o shona.

Mutapa – título do soberano do Monomotapa.

N'anga – feiticeiro/curandeiro entre os shona.

Onça – unidade de medida de peso que varia entre 24 e 33 gramas.

Ouropel – folha delgadíssima de latão que imita o ouro.

Páreas – tributo pago entre Estados.

Pangaio [bangwa] – navio de origem árabe.

Quintal – medida de peso equivalente a 59kg.

Régulo – chefe de aldeia.

Sachiteve – título do soberano de Quiteve.

Saguete – presente.

Vara – unidade de medida que corresponde a 1,10m.

Zambuco – navio de origem árabe.

Zimbábue – corte / capital dos reinos shona.

Apêndices

Mapa II – Os reinos do interior

Fontes:

O fundo do mapa foi extraído de <http://cartographie.sciences-po.fr>. As fronteiras dos reinos e a localização aproximada das cidades nas quais se realizavam as principais feiras estão indicadas conforme: MUDENGE, S.J.G. A *political history of Munhumutapa*. C.1400-1902. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988. p.xxv e RANDES, W.G.L. *L'Empire du Monomotapa du XVe au XIX siècle*. Paris: Mouton & Co/Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1975. Não foi possível estabelecer os limites aproximados do antigo reino do Butua; Mudenge recuperou uma tradição oral segundo a qual estes limites estender-se-iam até a atual fronteira de Angola. Cf. MUDENGE, op. cit., p.xxv.

Mapa III – As viagens de António Fernandes

Apêndice A – Genealogia do Monomotapa